UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

JOÃO PAULO LEANDRO DE ALMEIDA

GÊNERO NO CAMPO CIENTÍFICO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL

PONTA GROSSA
2025

JOÃO PAULO LEANDRO DE ALMEIDA

GÊNERO NO CAMPO CIENTÍFICO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL

Tese apresentada para obtenção do título de doutor em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Gestão do Território: Sociedade e Natureza.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Jose Ornat

PONTA GROSSA
2025

Almeida, João Paulo Leandro de
A447 Gênero no campo científico da Geografia Urbana no Brasil / João Paulo Leandro de Almeida. Ponta Grossa, 2025.
253 f.

Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Jose Ornat.

1. Campo científico. 2. Geografia urbana. 3. Gênero. 4. Cientometria. I. Ornat, Marcio Jose. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. III.T.

CDD: 910

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luzia Fernandes Bertholino dos Santos- CRB9/986

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - https://uepg.br

TERMO

JOÃO PAULO LEANDRO DE ALMEIDA

“O GÊNERO NO CAMPO CIENTÍFICO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL"

Ponta Grossa, 01 de abril de 2025

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia, no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Doutorado em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Marcio Jose Ornat (UEPG)

Prof. Dr. Alides Baptista Chimin Junior (UNICENTRO)

Profa. Dra. Ana Emília de Quadros Ferraz (UESB)

Profa. Dra. Fernanda Viana de Alcantara (UESB)

Profa. Dra. Natália Lampert Batista (UFSM)

Documento assinado eletronicamente por **Marcio Jose Ornat**, **Professor(a)**, em 01/04/2025, às 20:50, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Alides Baptista Chimim Junior**, **Professor(a)**, em 01/04/2025, às 21:15, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Natália Lampert Batista**, **Usuário Externo**, em 03/04/2025, às 17:34, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Emília de Quadros Ferraz**, **Usuário Externo**, em 04/04/2025, às 10:31, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA VIANA DE ALCANTARA**, **Usuário Externo**, em 11/04/2025, às 10:35, conforme

Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.uepg.br/autenticidade informando o código verificador **2502342** e o código CRC **6A7D3218**.

A cada voz que duvidou, a cada obstáculo no percurso de um aprendiz: esta tese é a materialização de um sonho, forjada na persistência e no apoio daqueles que, com a força do amor, transformaram a solidão em aprendizado e o saber em liberdade.
Afinal o Amor Sempre Vence e a Todos(as) Desejo Vitórias.

AGRADECIMENTOS

Epa Epa Babá! Agradeço ao Pai Oxalá por cada instante dessa Vida, pelas forças consedidas, pelas bençãos, iluminação quando tanto precisei e por me acompanhar a cada momento me inspirando sempre.

Odoyá, Iemanjá! Mãe Iemanjá, Rainha do Mar, sou grato pela Vida, pela Proteção, Cura, pelo Amor Maternal que acolhe a todos(as) e por me acompanhar me guiando sempre.

A todos os Orixás e Almas que acompanham e mostram o caminho a cada um(a) que abaixa a cabeça, e a cada dia procuram se melhorar para assim melhorar a humanidade e o mundo que estamos.

Nossa Senhora, Santo Expedito, São Miguel Arcanjo, São Judas Tadeu e Todos os Santos e Santas, meus agradecimentos.

Expressar minha gratidão a todos que de alguma forma contribuíram para esta tese é um desafio, dada a quantidade de pessoas que me apoiaram ao longo desta jornada, seja direta ou indiretamente. Cada pessoa que me cruzou pelas etapas dessa construção, até mesmo aqueles(as) que duvidaram ou me ignoraram, eu lhes agradeço.

À minha mãe Maria Doralice que acompanhou minha solitude em cada momento, minha irmã Maria Lúcia e meu irmão Luiz Rogério que mesmo distantes me apoiaram. A Ana Paula, agradeço a paciência e companheirismo.

Meus sinceros agradecimentos às três Estrelas que me fortaleceram e deram imenso apoio para a concretização dessa tese Andrieli, Gabriele e Iasmin. Amigos(as), Colegas, Companheiros de trabalho, vocês também fazem parte dessa conquista, cada momento compartilhado contribuiu para o meu crescimento pessoal e consequentemente para essa tese.

Agradeço à UEPG e à CAPES pela oportunidade.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo compreender como o gênero compõe o campo científico da Geografia Urbana no Brasil, a partir de 936 currículos Lattes de 407 pesquisadoras e 529 pesquisadores que integram o campo analisado. A Ciência aqui é interpretada pela perspectiva disposta por Pierre Bourdieu, como um campo onde há relações de poder, hierarquias e disputas por capital científico e pela manutenção da autoridade científica, enquanto as atuações profissionais e as produções científicas são elencadas como estratégias nas disputas que ocorrem pelo campo. O conceito de gênero é interpretado como um produto social que se estabelece como forma para a hierarquização de pessoas e divisão entre homens e mulheres. A partir da coleta dos currículos, foi efetuado o processamento no *script python Lucy Lattes*, o qual efetua a separação da conjuntura de dados referentes a identificação geral, publicação em periódico, livros, projetos de pesquisa e extensão, orientação, e ensino de disciplinas, sendo os dados referentes a formação acadêmica de agentes extraídas de forma paralela, deixando a pesquisa passível da verificabilidade e da replicação em outros campos. A partir dos dados coletados dos currículos, somado ao conjunto de informações recebidas através da aplicação de um questionário, os resultados indicam que, embora haja uma presença crescente de mulheres no campo da Geografia Urbana, ainda persistem desigualdades de gênero em diferentes aspectos. Houve nesse sentido avanços em determinados aspectos, onde em alguns momentos identifica-se clara superioridade feminina como é o caso da extensão universitária, o número de orientandas do mestrado e participação estruturante de mulheres nas redes de coautorias, mas também se mantém a superioridade masculina como no número de publicação, a qualificação dos periódicos com publicação e o número de orientandos de doutorado. O que indica que, há uma clara diferença nas estratégias utilizadas na disputa por capital científico do conjunto de pesquisadoras e de pesquisadores do campo da Geografia Urbana no Brasil, tão como no tempo dedicado ao campo analisado, o que nos remete à repetir que "o gênero importa".

Palavras-chave: Campo Científico; Geografia Urbana; Gênero; Cientometria.

ABSTRACT

This thesis aims to understand how gender shapes the scientific field of Urban Geography in Brazil, based on 936 Lattes curricula from 407 female and 529 male researchers within the analyzed field. Science here is interpreted through Pierre Bourdieu's perspective, as a field where power relations, hierarchies, and disputes for scientific capital and the maintenance of scientific authority occur, while professional activities and scientific productions are listed as strategies in the disputes that take place within the field. The concept of gender is interpreted as a social product established as a means for the hierarchization of people and the division between men and women. After collecting the curricula, processing was performed using the Python script Lucy Lattes, which separates data related to general identification, journal publications, books, research and extension projects, supervisions, and teaching courses, with data related to the agents' academic background extracted in parallel, making the research verifiable and replicable in other fields. From the data collected from the curricula, combined with information received through the application of a questionnaire, the results indicate that, although there is a growing presence of women in the field of Urban Geography, gender inequalities still persist in different aspects. In this regard, there have been advances in certain aspects, where in some moments a clear female superiority is identified, as occurs in university extension, the number of female master's students supervised, and the structuring participation of women in co-authorship networks. However, male superiority also remains, as seen in the number of publications, the qualification of journals with publications, and the number of male doctoral students supervised. This indicates that there is a clear difference in the strategies used in the dispute for scientific capital by the set of female and male researchers in the field of Urban Geography in Brazil, as well as in the time dedicated to the analyzed field, which leads us to reiterate that "gender matters".

Key-Words: Scientific Field; Urban Geography; Gender; Scientometrics

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Agrupamento de teses e dissertações com a temática de gênero na Geografia por década..... 64
Gráfico 2: Histograma de teses e dissertações da CAPES com a temática gênero pelo tipo e autoria..... 65
Gráfico 3: Percentual de currículos Lattes de Pesquisadoras e Pesquisadores do total de 936currículos identificados com especialidade na Geografia Urbana..... 117
Gráfico 4: Razão proporcional do número de nascimentos em cada região brasileira, exterior e “não consta” pelo total de currículos Lattes dividido pelo gênero..... 124
Gráfico 5: Percentual de Curso de Graduação de Pesquisadoras e Pesquisadores do Campo da Geografia Urbana por Estado/Região e pelo Exterior..... 130
Gráfico 6: Diagrama de Sankey referente a naturalidade e nacionalidade por estados e países de formação da graduação de homens e mulheres do campo da Geografia Urbana..... 132
Gráfico 7: Percentual de Curso de Mestrado de Pesquisadoras e Pesquisadores do Campo da Geografia Urbana por Estado/Região e pelo Exterior..... 146
Gráfico 8: Diagrama de Sankey referente aos locais de formação da graduação para os locais de formação do mestrado de homens e mulheres do campo da Geografia Urbana..... 148
Gráfico 9: Diagrama de Sankey para pesquisadoras e pesquisadores referentes a mudança de Grandes Áreas CAPES e o Campo da Geografia entre o graduação e o mestrado..... 154
Gráfico 10 – Percentual de Curso de Doutorado de Pesquisadoras e Pesquisadores do Campo da Geografia Urbana por Estado/Região e pelo Exterior..... 166
Gráfico 11 - Diagrama de Sankey referente aos local de formação do mestrado para os locais de formação de doutorado de homens e mulheres do campo da Geografia Urbana..... 168
Gráfico 12 – Diagrama de Sankey para pesquisadoras e pesquisadores referentes a mudança de Grandes Áreas CAPES e o Campo da Geografia entre o mestrado e o doutorado..... 172
Gráfico 13: Percentual de preenchimento de atividades profissionais nos currículos Lattes de mulheres..... 180
Gráfico 14: Percentual de preenchimento de atividades profissionais nos currículos Lattes de homens..... 180
Gráfico 15: Percentual de atividades de estágio realizadas por mulheres pelo tipo de

organização..... 182
Gráfico 16: Percentual de atividades de estágio realizadas por homens pelo tipo de organização..... 182
Gráfico 17: Distribuição do número de atividades de estágio por década e por gênero..... 183
Gráfico 18: Histograma do número de participações em projetos de extensão por gênero..... 185
Gráfico 19: Histograma do número de participações em projetos de pesquisa por gênero..... 188
Gráfico 20: Percentual de participação de agentes feminino e masculino em atividade profissional referente a direção e administração pelo tipo de instituição..... 192
Gráfico 21 - Percentual de participação de agentes feminino e masculino por nível de formação educacional..... 193
Gráfico 22: Histograma do número de Dissertações realizadas por Professores e Professoras no campo da Geografia Urbana..... 195
Gráfico 23: Dados cumulativos do mestrado com o número de orientandas e orientandos de docentes do campo da Geografia Urbana..... 198
Gráfico 24: Histograma do número de orientações de Teses, realizadas por Professoras e Professores do Campo da Geografia Urbana..... 199
Gráfico 25: Dados cumulativos do Doutorado com número de orientandas e orientandos de Docentes do campo da Geografia Urbana..... 202
Gráfico 26: Histograma do número de capítulos de livros publicados por homens e mulheres que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil..... 205
Gráfico 27: Dados cumulativos de publicações de capítulos de livros de autoria de mulheres e homens do campo da Geografia Urbana no Brasil..... 206
Gráfico 28: Histograma do número de livros publicados por homens e mulheres que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil..... 211
Gráfico 29: Dados cumulativos de publicações de livros de autoria de mulheres e homens do campo da Geografia Urbana no Brasil..... 212
Gráfico 30: Histograma do número de artigos científicos publicados por homens e mulheres que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil a partir de 1970... 217
Gráfico 31: Dados cumulativos de publicações de artigos em periódicos de autoria de mulheres e homens do campo da Geografia Urbana no Brasil..... 219
Gráfico 32: Percentual de publicações de autoria feminina e masculina pela qualificação do periódico no Qualis CAPES (20132016) na Área da Geografia... 225

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição espacial dos Programas de Pós-Graduação em Geografia pelo Brasil..... 94
Figura 2: Estrutura por Área de Avaliação da CAPES..... 97
Figura 3: Ramificação das Ciências Humanas à Geografia Urbana da Árvore deespecialidades da Plataforma Lattes – CNPq.....p. 98
Figura 4: Representação figurativa das Áreas de atuação da Plataforma Lattesorientada para a Geografia.....p. 99
Figura 5: Cartograma de densidade de nacionalidades e naturalidade de pesquisadoras do Campo da Geografia Urbana do Brasil.....p. 121
Figura 6: Cartograma de densidade de nacionalidades e naturalidade de pesquisadores do Campo da Geografia Urbana do Brasil.....p. 122
Figura 7: Cartograma de densidade do local de conclusão da graduação de pesquisadoras do Campo da Geografia Urbana no Brasil.....p. 128
Figura 8: Cartograma de densidade do local de conclusão da graduação de pesquisadores do Campo da Geografia Urbana no Brasil.....p. 129
Figura 9: Nuvem de palavras de Títulos de TCC de mulheres.....p. 138
Figura 10: Nuvem de palavras de Títulos de TCC de Homens.....p. 138
Figura 11: Grafo da genealogia acadêmica ascendente da graduação por gênero.....p. 140
Figura 12: Cartograma de densidade do local de conclusão do mestrado de pesquisadoras do Campo da Geografia Urbana no Brasil.....p. 144
Figura 13: Cartograma de densidade do local de conclusão do mestrado de pesquisadores do Campo da Geografia Urbana no Brasil.....p. 145
Figura 14: Nuvem de palavras de Títulos de Dissertações de mulheres.....p. 157
Figura 15: Nuvem de palavras de Títulos de Dissertações de homens.....p. 157
Figura 16: Grafo da genealogia acadêmica ascendente do mestrado por gênero.....p. 160
Figura 17 - Cartograma de densidade do local de conclusão do doutorado de pesquisadoras do Campo da Geografia Urbana no Brasil.....p. 164
Figura 18 - Cartograma de densidade do local de conclusão do doutorado de pesquisadores do Campo da Geografia Urbana no Brasil.....p. 165
Figura 19 – Nuvem de palavras de títulos de tese de mulheres.....p. 173
Figura 20 – Nuvem de palavras de títulos de tese de homens.....p. 174

Figura 21: Grafo da genealogia acadêmica ascendente do doutorado por gênero.....p. 175
Figura 22 – Nuvem de palavras de títulos de projetos de extensão identificados nos currículos Lattes de agentes femininos.....p. 186
Figura 23 – Nuvem de palavras de títulos de projetos de extensão identificados nos currículos Lattes de agentes masculinos.....p. 187
Figura 24: Nuvem de palavras de títulos de projetos de pesquisa identificados nos currículos Lattes de agentes femininos.....p. 189
Figura 25 – Nuvem de palavras de títulos de projetos de pesquisa identificados nos currículos Lattes de agentes masculinos.....p. 190
Figura 26: Grafo da genealogia acadêmica descendente do mestrado por gênero.....p. 197
Figura 27 – Grafo da genealogia acadêmica descendente do doutorado por gênero.....p. 201
Figura 28 – Grafo de coautorias de capítulos de livros publicados por homens e mulheres do campo da Geografia Urbana no Brasil.....p. 208
Figura 29 – Nuvem de palavras de títulos de capítulos de livros de autoria de mulheres.....p. 209
Figura 30 – Nuvem de palavras de títulos de capítulos de livros de autoria de homens.....p. 209
Figura 31 – Grafo de coautorias de livros publicados por mulheres e homens do campo da Geografia Urbana no Brasil.....p. 214
Figura 32 – Nuvem de palavras de títulos de livros publicados por mulheres.....p. 215
Figura 33 – Nuvem de palavras de títulos de livros publicados por homens.....p. 216
Figura 34 – Grafo de coautorias de artigos científicos publicados em periódicos por mulheres e homens do campo da Geografia Urbana no Brasil,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,p. 221
Figura 35 – Nuvem de palavras de títulos de artigos publicados em periódicos de autoria de mulheres.....p. 222
Figura 36 – Nuvem de palavras de títulos de artigos publicados em periódicos de autoria de homens.....p. 222

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Trabalhos de tese ou dissertação encontrados na área de avaliação "Geografia" com os termos de busca "gênero" e "urban"..... 66
Quadro 2: Número absoluto de respostas ao questionário por gênero e idade..... 110
Quadro 3: Número absoluto de respostas ao questionário por gênero e estado civil..... 111
Quadro 4: Número absoluto de respostas ao questionário por gênero e a existência de dependentes..... 111
Quadro 5: Principais instituições de conclusão da graduação de pesquisadoras do campo da Geografia Urbana no Brasil..... 134
Quadro 6: Principais instituições de conclusão do graduação de pesquisadores do campo da Geografia Urbana no Brasil..... 135
Quadro 7: Principais instituições de conclusão do mestrado de pesquisadoras do campo da Geografia Urbana no Brasil..... 150
Quadro 8: Principais instituições de conclusão do mestrado de pesquisadores do campo da Geografia Urbana no Brasil..... 151
Quadro 9 - Principais instituições de conclusão do doutorado de pesquisadoras do campo da Geografia Urbana no Brasil..... 169
Quadro 10 - Principais instituições de conclusão do doutorado de pesquisadores do campo da Geografia Urbana no Brasil..... 169
Quadro 11: Termos com maiores frequência nas nuvens de palavras de pesquisadoras e pesquisadores..... 223

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número absoluto da nacionalidade pelo gênero.....p. 125
Tabela 2: Número de graduações identificadas por currículo de pesquisadoras e pesquisadores.....p. 127
Tabela 3: Número de graduações concluídas por década e por gênero.....p. 136
Tabela 4: Número de cursos de graduação por Grande Área CAPES e pelo campo da Geografia.....p. 137
Tabela 5: Número de mestrados identificadas por currículo de pesquisadoras e pesquisadores.....p. 143
Tabela 6: Número de mestrados concluídos por década e por gênero.....p. 152
Tabela 7: Número de cursos de mestrado por Grande Área CAPES e pelo campo da Geografia.....p.153
Tabela 8 – Número de doutorados identificados por currículo de pesquisadoras e pesquisadores.....p. 162
Tabela 9 – Número de doutorados concluídos por décadas e por gênero.....p. 170
Tabela 10 – Número de cursos de doutorado por Grande Área CAPES e pelo campo da Geografia.....p. 171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Associação Brasileira de Ciências (ABC)
Associação Brasileira de Educação (ABE)
Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)
banco de Teses e Dissertações da CAPES (BDTD)
bolsistas produtividade em pesquisa (BPP)
Ciência da Informação (CI)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Digital Object Identifier (DOI)
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)
genealogia acadêmica (GA)
Grupo de Estudos Territoriais (GETE)
Instituições de Ensino Superior (IES)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)
lideres de grupos de pesquisas (LGP)
Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT atual MCTI)
Ministério da Educação (MEC)
Observatório da Geografia Brasileira (OGB)
Organizações não Governamentais (ONGs)
Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT)
Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI)
Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)
Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG)
Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPPE)
Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica (PITCE)
Programa de Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia

(PPGeo/UFU)
Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED)
Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento (PNPC)
Programa Universidade para Todos (Prouni)
Programas de Pós-Graduações (PPGs)
Revista Brasileira de Geografia (RBG)
Sistema Nacional da Pós Graduação (SNPG)
Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT)
Sistema Operacional (SO)
Sistema Unificado de Seleção (SISU)
Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs)
União Nacional dos Estudantes (UNE)
Universidade de Minas Gerais (UMG)
Universidade de São Paulo (USP)
Universidade do Distrito Federal (UDF)
Universidade do Rio de Janeiro (URJ)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

SUMÀRIO

INTRODUÇÃO..... 17

CAPÍTULO 1 - RELAÇÕES ENTRE CONHECIMENTO CIENTÍFICO E GÊNERO..... 23

1.1 CONHECIMENTO CIENTÍFICO E CAMPO CIENTÍFICO..... 24
1.2 GEOGRAFIA DA CIÊNCIA E CIENTOMETRIA..... 39
1.3 UMA DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE GÊNERO..... 48

CAPÍTULO 2 - A UNIVERSIDADE E A GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL..... 70

2.1 HISTORIOGRAFIA DA UNIVERSIDADE NO BRASIL..... 72
2.2 A ESTRUTURA DA CIÊNCIA BRASILEIRA E A INTERPRETAÇÃO DA GEOGRAFIA URBANA ENQUANTO CAMPO DA GEOGRAFIA..... 96

CAPÍTULO 3 - UM CAMINHO E AS PESSOAS QUE INTEGRAM O CAMPO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL..... 116

3.1 ORIGEM: A NATURALIDADE E NACIONALIDADE DE AGENTES DO CAMPO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL..... 120
3.2 A FORMAÇÃO NA GRADUAÇÃO DE AGENTES DO CAMPO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL..... 126
3.3 A FORMAÇÃO NO MESTRADO DE AGENTES DO CAMPO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL..... 142
3.4 A FORMAÇÃO NO DOUTORADO DE AGENTES DO CAMPO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL..... 162

CAPÍTULO 4 - ATUAÇÃO PROFISSIONAL E ARTEFATOS DE AGENTES NO CAMPO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL..... 179

4.1 ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE AGENTES DO CAMPO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL..... 180
4.2 ARTEFATOS PRODUZIDOS POR AGENTES DO CAMPO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL..... 204
4.2.1 Capítulos de livros publicados pelos(as) agentes..... 204
4.2.2 Livros publicados pelos(as) agentes..... 211
4.2.3 Artigos publicados em periódicos pelos(as) agentes..... 216

CONCLUSÂO..... 229

REFERÊNCIAS..... 233
APÊNDICE A - CARTOGRAMA DA DENSIDADE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIO DO BRASIL..... 246
APÊNDICE B - CARTOGRAMA DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS SEDES ADMINISTRATIVAS DAS IES PELO BRASIL..... 248
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO APLICADO À LGP E BPP..... 250
ANEXO A - LISTA DE FUNDADORES DO IHGB..... 252

INTRODUÇÃO

O entendimento de que nós enquanto sociedade podemos ser compreendidos como um sistema complexo de campos, que se distinguem entre si por suas próprias regras e hierarquias, como idealizado durante a carreira do Professor Filósofo Pierre Bourdieu (1975. 2004a), aparenta ser um caminho pertinente para a interpretação de determinados recortes espaciais com divisões que não são aparentes tanto na sociedade de modo geral, como no espaço das universidades. O que faculta essa concordância parte da ideia de que há um conjunto de relações e interações em determinados espaços que as divisões sociais, sejam econômica, de gênero, orientação sexual, religiosa, entre outras não conseguem dar inteligibilidade. Enquanto sujeitos sociáveis, compomos distintos campos que são entendidos como esferas de atividade e interação social, mas que são permeados por relações de poder e de influências, que determinam não apenas as posições de cada componente dentro deles, mas também delineiam quem pode ou não integrar o campo.

Assim, para integrar um campo não se trata apenas de ter afinidades relacionadas a ele, mas da aceitação de agentes que o constituem. Orientando nossas atenções ao campo científico e compreendendo que ele possui sua própria lógica e dinâmica, devemos interpretar que na Ciência há uma sobreposição desses campos do conhecimento, um mosaico dinâmico que ora se aproxima ora se distancia de determinadas temáticas, pessoas e outros campos. Corroboramos com as evidências dispostas por Bourdieu (2004a) ao afirmar que há uma relativa autonomia de cada campo do conhecimento, sendo assim, identificar como uma divisão social impacta ou influencia nas relações que os compõem despertou nosso interesse.

Desde logo, identificamos que seria inexequível abordar toda a Ciência brasileira, tanto pela variedade de campos como pelo volume de informações. Um primeiro estreitamento foi direcionar as atenções ao nosso campo de formação, a Geografia. No entanto, identificamos o quanto a Geografia é ampla, tanto em relação à multiplicidade de temáticas amplamente debatidas nos diversos campos que constituem a área, quanto em número de pessoas. Passamos assim a deslocar nossas atenções ao campo da Geografia Urbana, que concentra número de pesquisadores e pesquisadoras do campo da Geografia.

Outro ponto importante que deve ser elencado, se refere ao entendimento

de que dentre as divisões sociais está o gênero, mas necessariamente as relações entre homens e mulheres, que interpretadas enquanto um produto social, se estabelecem como forma de hierarquização de pessoas e divisão entre homens e mulheres. Integrado à ideia de Ornat (2010), quando identifica que as temáticas de pesquisas abordadas nas Ciências Humanas por um(a) pesquisador(a), não são meras escolhas, mas sim que possuem relação com o que ele(a) é, suas interações e memórias, fazendo parte do que o constitui enquanto sujeito. Tomamos a liberdade, nesse momento, de demonstrar essa conexão entre temáticas e sujeito, em primeira pessoa.

Procurarei não ser tão extenso, o que será um trabalho deliberadamente caro, pois muito será desconsiderado, ainda que possa ter no fundo conexões com as temáticas a ser abordadas. De início, ao ser integrado no Grupo de Estudos Territoriais (GETE)[1] em 2013, passei a aderir a um conjunto de ideias e práticas que me constituem enquanto sujeito, dentre elas a defesa contínua pela equidade de oportunidades entre distintas pessoas, combate às inumeras desigualdades e a crença que o conhecimento deve ser livre, liberto e libertador[2]. A partir do GETE, na graduação e no mestrado abordei a constituição de masculinidades e feminilidades nas espacialidades da Escola de Guardas Mirins "Tenente Antônio João", na cidade de Ponta Grossa[3], local que, da infância à adolescência, me constituiu. Fui Guarda Mirim por quase oito anos, e reintegrei a mesma instituição de atividades de contra-turno por mais cinco anos. Nessa ocasião, retorneicomo pesquisador, mas também como voluntário em atividades organizacionais relacionadas a aspectos administrativos e à elaboração de projetos voltados para o financiamento da instituição.

Nada mais justo esse retorno, observando que tive contato com a universidade, mais especificamente a UEPG, a partir da Guarda Mirim, como Aprendiz Mirim aos doze anos de idade, em 1996, e sai ao finalizar o Ensino Médio. Nesse período, minha relação de aprendizagem foi tanto com servidores(as) técnicos(as), como com docentes e discentes dos mais variados cursos, pois minhas atividades eram na Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), que

---

[1]Disponível em: <https://gete.net.br/>. Acesso em: 15 de jan. 2025.

[2]Muito pelo percurso metodológico dessa tese, vale identificar aqui que a pesquisa foi realizada integralmente no Sistema Operacional Ubuntu, adenrindo a prética de utilização de softwares Livres.

[3] Almeida (2015) e Almeida (2017).

integra toda a conjuntura de pessoas que constituem uma universidade.

Em paralelo, durante a realização dos trabalhos efetuados no convívio com outros pesquisadores(as), observar como as relações se dão no espaço acadêmico é inevitável, dando evidências de que também como em outros espaços de nossa sociedade, existe uma hierarquização relacionada a gênero na universidade, mas de forma peculiar, outros elementos interferem, sustentando questionamentos.

Dito isso, e seguindo a linha de entendimento de Silva, Silva e Junckes (2009), chegamos a uma questão central para essa tese: como o gênero compõe o campo científico da Geografia Urbana no Brasil? Essa questão foi dividida em três subquestões:

1. Como as pessoas integram o campo da Geografia Urbana no Brasil?

2. Como o urbano se constituiu em área de interesse da Geografia no Brasil?

3. Como atuação profissional e artefatos constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil?

A divisão da questão central se ampara na ideia de que abordar cada elemento por subquestões passa a direcionar o entendimento a cada temática abordada. Com isso, ao respondermos cada subquestão, respondemos a questão central.

Para atender aos questionamentos levantados a fonte de dados para a reflexão seria, a princípio, composta por artigos da Geografia que compreendem publicações desde 1939, armazenados no Observatório da Geografia Brasileira (OGB)[4], administrado pelo GETE. No entanto, as atenções estariam voltadas para a produção científica do campo e devemos destacar que o fato de um(a) autor(a) de determinado artigo, utilizar o termo "urbano", por si só não abre possibilidade de afirmar que é um(a) integrante do campo da Geografia Urbana.

Dessa forma, constatamos que abordar artigos não viabilizam a identificar os integrantes espacialmente, sua formação, assim como o próprio campo da Geografia Urbana, além de dar brechas à "falsas verdades". Outro limitador dessa fonte, trata-se do volume de dados, o qual despenderia maior tempo para a realização da análise. Com isso, o objetivo seria cumprido apenas parcialmente, dado que há outras produções como livros, capítulos de livros, disciplinas

---

[4]Até 2022 o OGB mantinha 28.823 artigos disponíveis em 98 revistas online da área da Geografia no Sistema Qualis-CAPES que são mantidas por instituições geográficas entre 1939-2020. Disponível em:<http://omekas.dadosbr.net/s/ogb/page/inicio>. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

ministradas, orientações, projetos de pesquisa e etc., que seriam desconsideradas.

Sendo assim, direcionamo-nos à Plataforma Lattes detalhada no segundo capítulo dessa tese, para o momento vale identificar que ela foi criada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), lançada em 1999 e mantida, desde então, para gerenciar informações sobre a produção científica e tecnológica no país.

Assim, o foco desta pesquisa se orienta, mais necessariamente, aos currículos Lattes[5] de pesquisadores(as) com "especialidade", interpretada nesta tese, como campo da Geografia Urbana. O preenchimento do currículo nessa plataforma é de responsabilidade de cada pesquisador(a)[5], atribuindo fidedignidade a fonte e aos dados a serem analisados. Essa plataforma é o principal repositório de pesquisadores(as) no Brasil, fornecendo informações que possibilitam inúmeras pesquisas sobre os dados cadastrados (LANE, 2010), exprimindo com clareza a produção científica e impressões dos(as) pesquisadores(as).

Na conjuntura dos campos de preenchimento do currículo na Plataforma Lattes, está a denominada "Área de atuação", e nessa, pesquisadores(as) selecionam em "Grande Área", "Área", "Subárea" e "Especialidade", opções que compreendem ter conexão com sua atuação. As possibilidades dessas escolhas podem ser entendidas pelo que Bourdieu (2004a) compreende como campos do conhecimento científico, um universo intermediário com regras próprias, onde estão os agentes (pesquisadores e pesquisadoras) e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a Ciência, e mais especificamente, o campo da Geografia Urbana no Brasil. Significaria, nesse contexto, que ao selecionar uma área de atuação, o(a) pesquisador(a) sugere pertencer ao campo, além de demonstrar identificação com temáticas relacionadas a ele.

Para centrar as atenções em agentes que efetivamente constituem o campo da Geografia Urbana, com publicações, orientações, projetos e outros, a ênfase foi colocada em pesquisadores(as) com formação a nível de doutorado. Assim, na Plataforma Lattes buscamos pela área de autuação “Geografia Urbana”, onde

---

[5]Em uma consulta em janeiro de 2025, foram identificados 858610 currículos de pesquisadores, com 350727 com formação em doutorado nos distintos campos do conhecimento. Disponível em: <http://www.bi.cnpq.br/painel/formacao-atuacao-lattes/>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

[6]Ao preencher o currículo Lattes, todo(a) pesquisador(a) "declara formalmente que está de acordo com o Termo de uso e Política de Privacidade (declaração feita em observância aos artigos 297-299 do Código Penal Brasileiro)".

constatamos 936 currículos[7], sendo 407 referentes a nomes femininos e 529 a nomes masculinos[8], os quais se fundamentam enquanto fonte de dados para a realização desta tese.

Neste sentido, essa pesquisa se aproxima dos pressupostos reflexivos amplamente debatidos por Morin (2005) e Bourdieu (2004b), colocando o campo cientifico da Geografia Urbana em analise, mas com especial atenção em como o gênero compõe este campo. A ciência sob análise da ciência é a pauta principal da cientometria, o que é muito colocado em na prática por ógãos públicos e privados de fomento à pesquisa, mas geralmente com enfoque na questão produtiva e na cência de forma ampla. Nesse âmbito, houve algumas propostas de uma Geografia da Ciência que são exploradas nas discussões teóricas, mas que deixam de lado a temática de gênero. Essas, são lançadas por pesquisadores de outros campos científicos, sem uma efetiva espacialização dos dados. Nesse ponto, há distinções à abordagem efetuada por essa tese, onde o gênero é central, o recorte é no campo da Geografia Urbana no Brasil, e é dada a devida atenção à formação de agentes que contituem o campo, sem deixar de lado a atuação profissional e os artefatos produzidos, que são interpretados como elementos de estratégia das disputas por capital científico no campo (Bourdieu, 1975).

Além disso, para não se limitar a dados quantitativos, e compreender as dinâmicas das disputas no interior do campo da Geografia Urbana, foi elaborado um questionário pelo *Google Forms* e enviado para 13 líderes de Grupos de Pesquisa da Geografia Urbana (5 mulheres e 8 homens) e a 50 Bolsistas Produtividade em Pesquisa do campo da Geografia (20 mulheres e 30 homens), todos(as) com currículos Lattes dentre os 936 identificados, com a finalidade de viabilizar a aplicação de entrevistas semiestruturadas. Porém, a partir da aplicação, identificamos o que pode ser interpretado como um lamentável paradoxo da prática científica do campo da Geografia Urbana. Pois, as mesmas pessoas (pesquisadoras e pesquisadores)

---

[7]O download dos arquivos foram efetuados em julho de 2022. A partir do 2º semestre de 2024 a Plataforma Lattes indisponibilizou o download dos currículos no formato xml. Dessa forma, para atender ao critério de verificabilidade, disponibilizamos acesso ao conjunto de arquivos utilizados nessa tese. <https://drive.google.com/drive/folders/15LcvGu90QzjLrxGeb9dredfKFLxrJlvH?usp=sharing>.

[8]O tratamento de nomes femininos e masculinos, parte do reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais através da utilização do nome social no âmbito da administração pública. Seguido de acordo com o Decreto nº 6,727, de 28 de abril de 2016.

que precisam de material empírico para produzir conhecimento, se negam a fornecer material empírico para pesquisas que envolve diretamente a participação deles(as).

Essa tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro, são abordadas as inicialmente questões teóricas referentes ao conhecimento e ao campo cientificos, passando pelas proposições de uma Geografia da Ciência e pelas abordagens cientométricas para, por fim, efetuarmos um diálogo com discussões sobre o conceito de gênero. No segundo capítulo, intitulado "A Universidade e a Geografia Urbana no Brasil", iniciamos com uma historiografia da tardia implantação da universidade pelo país, como desenvolvimento das principais organizações e medidas governamentais que estabeleceram a estrutura da Ciência brasileira, que é abordada na sequência, juntamente com a interpretação da Geografia Urbana enquanto campo da Geografia.

O terceiro capítulo foi denominado como "Um caminho e as pessoas que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil", retrata o percurso metodológico para a análise, bem como o caminho de formação de agentes que constituem o campo analisado, passando pela origem e a formação na graduação, no mestrado e no doutorado, sendo que, para cada nivel de formação, é identificada a genealogia acadêmica ascendente relacionada a gênero no campo da Geografia Urbana. No capítulo final são explorados os dados extraídos e organizados com as aplicações computacionais referentes à atuação profissional, participações em projetos de extensão e pesquisa, e às atividades de orientação juntamente com a genealogia acadêmica descendente ao nível de mestrado e doutorado correlacionada a gênero. Ao final são elencadas as produções científicas, ou melhor, os artefatos produzidos pelos(as) agentes que constituem o campo analisado, sendo os capítulos de livros, livros, artigos científicos publicados em periódicos. Onde, a partir da conjuntura de dados dos 936 currículos Lattes abordados, foi possível identificar as redes de colaboração pelas coautorias.

CAPÍTULO 1 -
RELAÇÕES ENTRE CONHECIMENTO CIENTÍFICO E GÊNERO

O presente capítulo efetua inicialmente uma reflexão a partir de fundamentações teóricas da sociologia do conhecimento, elencando distintas compreensões da Ciência e destacando-a enquanto um produto social. É atribuída especial atenção às abordagens efetuadas por Edgar Morin referente ao pensamento complexo, direcionando o debate sobre o conhecimento científico pautado pelo conceito de campo científico proposto por Pierre Bourdieu.

O entendimento de campo científico proposto por Bourdieu (2004a) é essencial para esta tese, habilitando compreender esse campo como um espaço hierarquizado, com relações específicas de disputas, quase que autônomas em relação a outras relações. Nesse sentido, são lançados olhares sobre um arranjo espacial específico, determinado pelas relações de agentes que constituem o campo do conhecimento científico da Geografia Urbana.

Diante desta perspectiva, na segunda seção é discutida uma conjuntura de propostas para uma Geografia da Ciência, que sustenta a possibilidade de espacialização do conhecimento científico, o que se estabelece pelas abordagens cientométricas elencadas. Porém, essas formas de analisar a Ciência muitas vezes deixam de lado as questões relacionadas a gênero. Portanto, a terceira seção é destinada a uma discussão referente ao conceito de gênero, como ele foi compreendido pelas distintas ondas do feminismo e destacando o posicionamento abordado.

Assim, o gênero é entendido nesta tese como a organização social baseada no reconhecimento social da divisão do mundo entre homens e mulheres. Utilizando como fonte de dados 936 currículos de pesquisadores(as) doutores(as) com informações contidas na Plataforma Lattes, esta tese trata dos dados institucionalizados que têm como base a identificação de nomes[9] femininos e masculinos, os quais são identificáveis pela correlação com dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), complementados por buscas em páginas eletrônicas oficiais de Instituições de Ensino Superior (IES).

---

[9] No currículo Lattes é possível efetuar a utilização de nome social, seguindo de acordo com o Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016.

A relação discutida neste capítulo é bastante complexa, pois embora possam ser observadas isoladamente, nesta tese assumimos que há uma interdependência: gênero e Ciência moldam e são moldados por suas interações. Ou seja, o gênero influencia a Ciência, ao tempo que a Ciência tem uma efetiva repercussão nas relações de gênero através de suas ações. Nesta linha de pensamento, vale a pena compreender se essas relações, historicamente marcadas por identificações e entendimentos da superioridade masculina em nossa sociedade, ocorrem pelo campo da Geografia Urbana no Brasil.

1.1 CONHECIMENTO CIENTÍFICO E CAMPO CIENTÍFICO

Esta seção propõe-se a efetuar uma reflexão a partir de fundamentações teóricas da sociologia do conhecimento, com especial atenção ao pensamento complexo de Edgar Morin e ideia de Campo proposta por Pierre Bourdieu. Bem como identificar propostas de abordagens da Ciência pela Geografia, que se fundamentam de forma indireta à cientometria, tratada aqui como ferramenta que pode contribuir para cumprir com o propósito central da presente tese, que é o de compreender como o gênero compõe o campo da Geografia Urbana no Brasil.

Nesse sentido, são abordadas diferentes formas de conceituação da Ciência, que não deve se limitar a um mero conceito, mas ser compreendida como produto social passível de análises e críticas. Esse entendimento eleva o caráter espacial da Ciência e facilita o exercício da reflexividade no campo da Geografia Urbana, sem deslegitimar o reconhecimento da complexidade intrínseca ao conhecimento científico, habilitando a utilização da cientometria para corroborar que a hierarquização do campo da Geografia Urbana é situada.

Para uma abordagem inicial, as reflexões efetuadas por Popper (2008 [1963]) seguem pertinentes na atualidade. Em seu entendimento, o conhecimento científico parte de conjecturas, interpretadas como teorias explicativas de fenômenos observados. Para esse autor, as conjecturas levantadas devem passar pela falseabilidade e, com isso, uma teoria, ideia ou hipótese pode ser refutada, descartada ou credenciada como “conjectura verdadeira”.

Desse entendimento, a Ciência parte do levantamento de hipóteses, mas o caminho trilhado por diversos pesquisadores e horizontalizado, concentrando-se na confirmação da hipótese inicialmente levantada. No entanto, por fim, isso serve mais para ratificar pressupostos como genuínos e verdadeiros. A seletividade de teorias,

recortes e metodologia é canalizada para cumprir este propósito, mas, de acordo com Popper (2008 [1963]), os resultados da fase inicial das pesquisas devem ser levados a testes e experimentações que ou refutem a teoria ou fundamentem uma reformulação crítica.

Para Popper (2008 [1963]), o método da ciência é a crítica, estabelecendo como critério de cientificidade a verificabilidade com observações. Assim, as teorias devem estar dispostas a serem refutadas ou testadas. Popper (2008 [1963]), ao se referir à Ciência e à produção do conhecimento científico, tece críticas ao empirismo baseado em observações e ao racionalismo deslegitimado pela irracionalidade moderna, que impulsiona a ideia de que o conhecimento nasceria da intuição, de ideias claras e distintas, pela criação racional de enunciados científicos. Nesse sentido, Popper (2008 [1963]) afirma não haver um conhecimento mais válido ou menos válido, sendo inviável uma forma de conhecimento possuidora de autoridade. A Ciência habilita-nos a “livrar nossas mentes de velhas crenças e preconceitos, velhas certezas, oferecendo-nos em seu lugar novas conjecturas e hipóteses ousadas” (Popper, 2008 [1963], p. 129), não produz “verdades absolutas”, pois estas nunca poderiam ser alcançadas.

Em outra direção, Demo (1989, p. 28) afirma que “a ciência é somente um modo possível de ver a realidade, nunca único e final”. Ao observar os critérios de cientificidade, Demo (1989) argumenta que a demarcação científica é o problema central da metodologia, pois através dela é mais fácil afirmar o que não é científico. Esse autor afirma que a Ciência não é ideologia nem senso comum, mas cercada por ambos em seu processo de produção, inviabilizando neutralidade na produção de conhecimento. No bojo desta produção, Demo (1989) argumenta haver critérios internos e externos que qualificam a cientificidade. Coerência, consistência, originalidade e objetivação constituem os critérios internos e fazem parte da própria prática organizacional da pesquisa científica.

Como critério externo, Demo (1989, p.39) admite ser a intersubjetividade interpretada como a "opinião dominante dos cientistas de determinado tempo ou espaço sobre a produção científica". Este critério, segundo o autor, deveria ser descartado pois, pelo discurso de autoridade podem ser desconsideradas obras de grande qualidade científica por não corroborarem com expectativas dominantes, e destacadas obras medíocres que corroboram com a intersubjetividade dominante. Em diálogo com Demo (1989), a intersubjetividade pode levar a um

conservadorismo científico, dificultando a emergência de novas ideias. Nessa lógica, ao contrário dos outliers estatísticos, que são considerados anomalias e por vezes descartados, os *outliers* na análise do campo da Geografia Urbana podem representar contribuições originais e relevantes, que desafiam o pensamento convencional e abrem novas possibilidades de pesquisa.

Outra possibilidade de entendimento do conhecimento científico é elencada por Lakatos e Marconi (2003), que partem das propostas de Trujillo Ferrari (1974) para suas reflexões, por meio de comparações e correlações com o conhecimento religioso, conhecimento filosófico e o que as autoras denominam como "conhecimento vulgar ou popular, às vezes denominado senso comum" (Lakatos; Marconi, 2003, p.76). Mesmo com uma compreensão de forma de conhecimento deliberadamente preconcebida, as autoras admitem que somos influenciados em nossas compreensões pelas diferentes formas de conhecimento.

Lakatos e Marconi (2003) admitem uma classificação da Ciência, a qual sustenta a divisão institucionalizada com forma de ramificações, demonstrando-se necessária frente a complexidade e a diversidade de fenômenos. Em uma sintetização da compreensão das autoras, a Ciência parte da sistematização de conhecimentos levados a um conjunto de atitudes metodológicas verificáveis, para compreender um recorte da realidade, podendo uma compreensão ser refutada ou confirmada através da verificabilidade. Assim, para Lakatos e Marconi (2003), a Ciência se caracteriza pela utilização de métodos verificáveis, atribuindo autonomia e segurança nesta forma de conhecimento.

Essa compreensão, mesmo que subjetivamente, é fortalecida pelas afirmações efetuadas por Corrêa (2009), pois em seu argumento afirma que há distinção do conhecimento científico para o artístico, o religioso e o senso comum. Esse renomado pesquisador da Geografia afirma inexistir superioridade da Ciência a distintas formas de conhecimento, do seu conteúdo, daquilo que é conhecido ou supostamente conhecido. Para Corrêa (2009), a distinção do conhecimento científico está fundamentada no método, como o conhecimento é produzido. Nesse plano geral, a Geografia não difere das outras ciências sociais, mas para as pesquisas geográficas a dimensão espacial do aspecto selecionado para investigação é crucial. Assim, para a presente tese o "onde" da produção científica do campo da Geografia Urbana é eminentemente importante.

No guia para a elaboração de projetos de pesquisa, escrito por Silva, Silva e Junckes (2009, p. 16), os autores afirmam que "o culto à Ciência deve dar lugar ao debate e, por mais que ela conserve uma herança cultural de saberes, a universidade não deve ser o lugar para ensinar certezas, mas de construir os caminhos", fundamentando a formação de pessoas com espírito crítico investigativo.

Estes autores efetuam uma interpretação de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004), que propõem uma abordagem considerando o conceito como ferramenta explicativa da realidade, passível de confrontação com o mundo empírico. Nessa perspectiva, conceitos devem ser operacionalizáveis e sistemáticos, permitindo sua aplicabilidade com possibilidade de generalização.

Raciocínio adotado por Barros (2016), ao enfatizar que os conceitos são instrumentos essenciais para a construção teórica, meios orientados para o fortalecimento da produção de conhecimento. Para o autor, conceitos não devem ser vistos como um fim em si mesmos, mas como um elemento no caminho para alcançar um objetivo. Barros (2016) argumenta que os conceitos são produtos da atividade humana, moldados pela organização social e passíveis de sistematização, seja por meio de reflexão racional ou observação empírica, permeado por discussões que nas Ciências estão distribuídas pelas distintas formas de compreensão do mundo. Porém, é fundamental reconhecer que o conceito é uma palavra ou expressão verbal, mas nem toda palavra é um conceito.

Conceitos não são estáticos, eles são construídos e reconstruídos, sendo fundamental entender que ao longo do tempo, são influenciados pelo contexto socioespacial em que são elaborados. Através de parâmetros próximos a esse entendimento, Moreira (2019, p. 88) identifica alterações nas compreensões geográficas propiciadas pelo mundo globalizado e consequente renovação das formas de organização da sociedade. O autor afirma que "conceitos velhos aparecem sob forma nova e conceitos novos aparecem renovando conceitos velhos". Moreira (2019) lança como necessária a correspondência e atualização entre geografias (do real, teórica e institucional), revelando seu entendimento de Ciência como “uma forma de leitura do mundo real, que usa como recurso próprio o expediente das representações conceituais”. Entendimento que não habilita identificar a Ciência como mero conceito.

Para Livingstone (2003) o próprio significado das teorias científicas é móvel, mudam de período para período e de lugar para lugar. Livingstone (2003) argumenta

que a Ciência não é um sistema universal de conhecimento, mas sim um produto de contextos históricos e geográficos específicos. Distintos fatores humanos e até mesmo naturais moldam o conhecimento científico. Em outras palavras, a Ciência não está "separada" do mundo, mas sim profundamente enraizada nele. Para este autor, a Ciência é uma atividade social e cultural inescapavelmente espacial, embora poderosa. É no contexto de sua produção que deve ser compreendida e avaliada.

Silva (2009) enfatiza em seu entendimento a dimensão social da Ciência, argumentando que ela é influenciada por posturas subversivas e debates críticos, inclusive no âmbito das Geografias Feministas. Portanto, a Ciência não pode ser considerada isoladamente. Ela é parte integrante da sociedade e está sujeita a influências externas e internas. A diversidade de contextos e abordagens dentro das Ciências reflete a complexidade e a dinâmica desse empreendimento humano.

Neste arranjo, a interpretação de Ciência disponibilizada por Silva (2009, p.17) baliza o entendimento de relações de exclusão, pois a Ciência é como um campo de poder. Sobreviver e manter o ânimo de produzir um saber científico comprometido com a sociedade reverbera em subverter a ordem do discurso dominante adaptado à Ciência.

Essa concepção se alinha à análise efetuada por Foucault (1996 [1971]) sobre a ordem do discurso, durante a aula inaugural *Histoire des systèmes de pensée* lecionada no *Collège de France* em 1970. Foucault (1996 [1971]) procura identificar os poderes e perigos do discurso, explicando que instituições utilizam de mecanismos para controlar e regulamentar o discurso de acordo com as estruturas de poder, o que no campo científico passa a fundamentar o que é considerado como legítimo e válido.

Para Foucault (1996 [1971]), o discurso demonstra desejos do poder e ele é regulado por procedimentos internos: o “comentador”, que é uma criação do discurso, ao tempo que fortalece o discurso pela revisita e complemento; o “autor”, ou unidade de origem de significações que surge com a criação do discurso; e o terceiro procedimento interno é a “organização em disciplinas”, categorizando o discurso enquanto facultado a um campo, o que de acordo com esse autor restringe de certa forma a expansão do entendimento do discurso.

A partir do reconhecimento da existência de outras formas de vigilância ao discurso, Foucault (1996 [1971]) identifica o que chama de procedimentos externos de controle e delimitação, que funcionam como sistema de exclusão: a "interdição"

do que pode ou não ser transmitido; a "rejeição" operada através da separação arbitrária de quem pode transmitir; e ainda a "oposição do verdadeiro e do falso", fundamentada pela vontade histórica de verdade. Da confluência de procedimentos internos e externos, a lógica desse entendimento leva à compreensão de que o discurso é delineado pelo campo, fundamentando não apenas a busca pelo poder, mas um sistema de poder e exclusão, havendo um discurso preestabelecido. Em síntese, Foucault (1996 [1971]) evidencia que o discurso não é neutro, mas sim uma forma de disputa. Para essa tese entendemos que há um discurso dominante no campo da Geografia Urbana que influência nas perguntas de pesquisa, nos métodos utilizados e nas conclusões de pesquisas. Não se trata de algo estático. É dinâmico, pode ser desafiado e transformado por novas perspectivas conectas a esse subcampo da Ciência.

Em legítima defesa do conhecimento científico, Morin (2005 [1982]) afirma que existe a necessidade da Ciência ser submetida à Ciência, mas essa ação deve comportar uma dimensão reflexiva, advinda do interior do mundo científico. Em diálogo com as proposições de Popper, citadas anteriormente, Morin (2005 [1982]) afirma ser impróprio da cientificidade refletir o real, mas interpretar enquanto teorias mutáveis e refutáveis. Na sua perspectiva, Morin (2005 [1982]) interpreta que o conhecimento científico é inseparável de seu contexto histórico e social, influenciando e sendo influenciado (mas não se reduz a ele). Fato que o leva a interpretar que no transcorrer de sua trajetória a Ciência se associou:

> Progressivamente à técnica, tornando-se tecnociência, e progressivamente se introduziu no coração das universidades, das sociedades, das empresas, dos Estados, transformando-os e se deixando transformar, por sua vez, pelo que ela transformava. (Morin, 2005 [1982], p.9)

Assim, para o autor, a Ciência possui efeito ambivalente sem ser simplista. O que Morin (2005 [1982]) busca expressar é uma forma de compreensão da complexidade que reflete e tende a ser refletida na Ciência. Não se orientando para o melhor ou pior, “a ciência é, intrínseca, histórica, sociológica e eticamente complexa” (Morin, 2005 [1982], p.9), e seria a complexidade específica do conhecimento científico, partindo da relação com o contexto, que devemos reconhecer.

No entendimento de Morin (2005 [1982], p. 19), "a ciência tornou-se poderosa

e maciça instituição no centro da sociedade, subvencionada, alimentada, controlada pelos poderes econômicos e estatais". O entendimento de uma Ciência libertadora traz consigo possibilidades terríveis de subjugação (dominação). Esse entendimento foi constatado e é utilizado por poderes que escapam dos domínios científicos:

> A instituição científica suporta as coações tecnoburocráticas próprias dos grandes aparelhos econômicos ou estatais, mas nem o Estado, nem a indústria, nem o capital são guiados pelo espírito científico: utilizam os poderes que a investigação científica lhes dá. (Morin, 2005 [1982], p.20)

Neste contexto, o autor persiste advertindo para a necessidade de uma abordagem reflexiva da Ciência em sua totalidade, pois em sua compreensão, “talvez estejamos num momento crítico em que o próprio conceito de Ciência se esteja modificando” (Morin, 2005 [1982], p. 26). Para Morin (2005 [1982]), a Ciência é elucidativa, enriquecedora, conquistadora e triunfante, apresentando problemas graves que se referem ao conhecimento que produz, à ação que determina e à sociedade que transforma. Estaria, assim, a complexidade intrínseca no âmago da Ciência.

Visando uma reformulação da forma de produção do conhecimento, contrapondo a Ciência clássica reducionista e simplificadora, Morin (2005 [1982]) interpreta que a complexidade não se refere a uma solução, e sim uma “palavra problema”, pois não pode ser resumida numa palavra-chave, não havendo uma forma simples apenas para contrapor a simplicidade. O pensamento complexo de acordo com Morin (2015), nega consequências mutiladoras, unidimensionais, contrapõe a fragmentação reducionista da Ciência, trata-se de integrar os modos de pensar simplificadores, em uma busca pela articulação de campos disciplinares.

Em uma tentativa de sintetizar a visão de mundo complexa, Morin (2005 [1982]) oferece um tetragrama constituído pela ordem, desordem, interação e organização. Tais aspectos são dialógicos, inseparáveis, cada um deles chama ao outro, um precisa do outro para se constituir e se complementam, ao mesmo passo que são antagônicos. Para Morin (2005 [1982], p. 218), a complexidade é identificável nos distintos campos da ciência, havendo assim uma multiplicidade de compreensões. Nas palavras do autor: “Existe unidade (transdisciplinar) e diversidade, portanto existe multiplicidade (de acordo com cada campo disciplinar) dos níveis e problemas de ordem, de desordem e de organização”. Ao propor uma

visão holística e interconectada da realidade, Morin (2015) nos convida a enxergar os fenômenos sociais como sistemas complexos, nos quais as partes estão interligadas e influenciam umas às outras de forma não linear.

Na interpretação de Gomes (2009), o paradigma da complexidade proposto por Morin (2005, 2015), dentre outras noções, teve origem na conectividade entre os fenômenos, nas flutuações e na não-linearidade. Cabe à Geografia, de acordo com Gomes (2009), assumir a discussão do complexo sistema de posições e localizações e desvendar a importância e a função deste sistema na estrutura de fenômenos, demonstrando o valor da análise espacial para compreendê-los.

Algumas considerações referentes à complexidade são destacadas por Gomes (2009) na defesa de um lugar para a Geografia:

> A constatação da complexidade não pode ser um bloqueio ou um álibi. A constatação da complexidade não pode ser um consentimento para a confusão. A constatação da complexidade não pode ser uma senha de autorização para sistemas de entendimento totais ou totalitários. A constatação da complexidade é tão somente o reconhecimento de que o percurso para a construção de um conhecimento demanda esforço, dedicação e muito trabalho de reflexão. A constatação da complexidade é tão somente o reconhecimento de que nosso entendimento, apesar de todo esse esforço, é sempre parcial e representacional. Nunca chegaremos a envolver todos os aspectos da miríade de elementos inter-relacionados na composição dos sistemas espaciais. Seus desenhos, embora possam ser traduzidos em esquemas simplificados para fins de apresentação são o produto de sofisticados processos. (GOMES, 2009, p. 26)

Nesse sentido, o reconhecimento da complexidade passa a funcionar como estímulo para a pesquisa geográfica, cabendo destacar que a busca por sistemas totalitários apenas ratifica as limitações humanas e os necessários recortes espaciais e temporais no exercício da pesquisa. A utilização da complexidade efetuada por Gomes (2009) fundamenta uma lógica de compreensão da dispersão espacial dos fenômenos, pouco importaria o tipo do fenômeno, mas o tipo de pergunta. Para Gomes (2009) a característica que marca as reflexões e contribuições da Geografia no estudo de certos fenômenos é a ordem espacial, que no diálogo com a proposta de Morin (2005 [1982]), mantém uma relação dialética com a desordem espacial para a interpretação da complexidade.

A conexão dessas discussões teóricas com essa tese, se sustenta no fato identificado por Pacione (2005) ao dar especial atenção à perspectiva geográfica, esse autor entende que na contemporaneidade os lugares urbanos são por si só

fenômenos complexos, onde a Geografia Urbana se lança para desembaraçar essa complexidade. Não obstante, ao termos como objetivo central compreender como o gênero compõe o campo científico da Geografia Urbana, vale retomar três princípios elencados por Morin (2005 [1982]) que podem nos ajudar a refletir sobre a complexidade.

Tratam-se do princípio dialógico, princípio da recursão organizacional, e do princípio hologramático. Conforme Morin (2005 [1982]) o primeiro princípio permite manter no seio da unidade a dualidade, convidando a superar a lógica binária e reconhecer a coexistência da oposição complementar em um mesmo fenômeno. Ordem e desordem, por exemplo, são observadas pelo autor sob a forma dialógica, não se excluem, mas se inter-relacionam moldando a organização e a complexidade.

O segundo princípio, por sua vez, propõe uma dinâmica circular ou em espiral, pois adere às transformações sociais rompendo com a linearidade de causa/efeito, criador/criatura, produto/produtor, etc. Trata-se de “um processo recursivo onde os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores do que os produz. "[…] Nós, indivíduos, somos os produtores de um processo de reprodução que é anterior a nós.” (Morin (2005 [1982], p. 74)

O princípio hologramático, correspondente à terceira proposição lançada por Morin (2005 [1982]), leva ao entendimento de que “não apenas a parte está no todo, mas o todo está na parte […], pode-se enriquecer o conhecimento das partes pelo todo e do todo pelas partes, num mesmo movimento produtor de conhecimentos.” (Morin (2005 [1982], p.74-75). No entendimento desse autor, a própria ideia do princípio hologramático está conectada à ideia recursiva, que se conecta parcialmente à ideia dialógica.

Esses princípios nos ajudam, como proposto por Morin (2005 [1982]) pensar a complexidade, que em certa medida tem conexão com as temáticas elencadas pela presente tese. Sobre o princípio dialógico, quando interpretamos o gênero a partir das identificações de nomes femininos e masculinos, observamos que ao passo que há uma relação de tensão (desordem), há também interdependência (ordem). O mesmo decorre, por exemplo, na relação de orientadores(as) e orientandos(as) no entendimento do campo científico da Geografia Urbana.

Referente ao princípio da recursão organizacional, temos o entendimento que a redução de desigualdades de gênero na produção de conhecimento no campo da

Geografia Urbana no Brasil decorre de transformações atribuídas a movimentos sociais com o protagonismo de mulheres, mas essas pesquisadoras são produto de um processo de transformação social que as antecedem e produziram esse espaço à elas. Sem abdicar do protagonismo de cada pesquisadora, a recursão trata-se assim de uma reprodução atualizada de um processo de produção anterior à existência delas como pesquisadoras da Geografia Urbana.

Por fim, para o principio hologramático onde a parte constitui o todo ao tempo que o todo é identificado nas partes, este pode ser verificado pela própria integração de pesquisadoras e pesquisadores no campo da Geografia Urbana, ou mesmo qualquer outro campo científico. Como observa Bourdieu (2004a), há no campo científico um conjunto de relações objetivas de concorrência e comunicação, controladas em matéria de verificação e argumentação. Há regras para a disputa da autoridade científica, a incorporação dessas regras passam integrar sujeitos, assim, o sujeito da ciência não é o cientista singular, mas o próprio campo científico.

Esse trabalho de Bourdieu (2004a) surge de sua abordagem da Ciência como tema do curso no Collège de France em 2000. A justificativa da abordagem e da publicação vinha sofrendo ameaças de regressão. Poderes religiosos e, principalmente, políticos e econômicos demonstravam seus riscos não apenas à autonomia conquistada pouco a pouco pela Ciência, mas à legitimidade de grupos historicamente excluídos e aos direitos conquistados a duras penas.

Ao identificarmos que em poucos anos atrás evidenciamos circunstâncias semelhares à justificativa, parece-nos oportuno abordar o campo da Geografia, que mais concentra pesquisadoras(es), como prática da reflexividade proposta por Bourdieu (2004b), que em diálogo com as reflexões efetuadas por Morin (2005), pode ser um meio para o fortalecimento deste campo do conhecimento contra os ataques externos. Bourdieu (2004b) destaca diversas dificuldades provenientes da amplitude da Ciência da Ciência, o que poderia ser ao menos amenizado ao abordar especificamente uma parcialidade do conhecimento de modo reflexivo. A reflexividade, interpretada por Bourdieu (2004b), é o método pelo qual a Ciência social se coloca como objeto, utilizando suas próprias armas para se compreender. Assim,

> [...] a reflexividade é um meio particularmente eficaz de reforçar as hipóteses de se aceder à verdade ao reforçar as censuras mútuas e ao fornecer os princípios de uma crítica técnica, que permite controlar de forma

> mais atenta os fatores suscetíveis de alterar o sentido da investigação. (Bourdieu, 2004b, p. 123)

A identificação de uma necessária reflexividade é identificada pelo autor através da percepção de ataques ao universo da Ciência, que alimentam regressões de avanços históricos. Para Bourdieu (2004b), a autonomia da Ciência é enfraquecida frente aos poderes religiosos, econômicos e políticos, incluindo as burocracias estatais, que impõem limites à independência relativa que as pesquisas científicas têm frente a esses poderes.

Em um dos diálogos possíveis com as reflexões de Morin (2005 [1982]), os poderes que a investigação científica disponibiliza ao Estado e ao capital estão sendo utilizados para minar a confiança na Ciência, colocando-a em perigo como a toda a humanidade[10]. Essa observação é reforçada nos argumentos de Bourdieu (2004b) pela intensa capitalização da prática científica em prol de interesse empresariais, sustentada pela insuficiência de apoios públicos. Nesta lógica, conforme Bourdieu (2004b), as Ciências sociais, sem produtos imediatamente comercializáveis, têm parte de seus especialistas submetidos a servir com interpretações da sociedade às visões dominantes.

Uma breve interpretação de Lakatos e Marconi (2003) é retomada aqui, para identificar que a autonomia é um atributo do conhecimento científico que parte da utilização de métodos verificáveis. Nexo a este entendimento, Bourdieu (2004a) compreende que a própria autonomia da Ciência é verificável, através da capacidade ou poder de refração de campos do conhecimento científico, ao interpretarem e retraduzirem de forma específica as pressões e demandas externas.

No entendimento deste autor, todas as produções sociais são objetos de análises com pretensões científicas. Bourdieu (2004a) sustenta uma forma alternativa de análise científica da relação entre produção e contexto. Em sua compreensão, entre texto e contexto de produções literárias, artísticas, filosóficas, científica, etc., existem universos intermediários, denominados como campo.

A fim de deixar mais evidente, Bourdieu (2004a) parte da observação de uma oposição entre correntes de pensamento distintos, aparentando ser irredutível às diversas pesquisadoras e pesquisadores. Uma seguindo a ideia frequente no pós-modernismo de que para compreender a Ciência bastaria a leitura dos textos. Outra,

[10]Morin (2005, [1982]) cita como exemplo o ataque a Hiroxima para falar sobre os perigos do poder da ciência.

fundamentada por relacionar o texto com o contexto, mas, de acordo com o autor, arbitrariamente relacionando obras científicas com manifestações políticas de determinado período, o que é denominado por Bourdieu (2004a) como ‘erro de curto-circuito’. É nesta lógica que Bourdieu (2004a) lança a interpretação do campo, a fim de escapar desta bivalência, sendo o campo composto por regras próprias, por agentes e instituições que produzem, reproduzem ou difundem a Ciência.

O campo é, assim, compreendido por Bourdieu (2004a, p.19) como um universo relativamente autônomo, um microcosmo, "um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas". Desta interpretação que podemos constatar a existência de aspectos peculiares na observação do gênero no campo da Geografia Urbana, pois o campo é composto por agentes (pesquisadoras ou pesquisadores) e instituições com regras próprias, que legitimam sua autonomia frente ao universo social, suas relações de poder e hierarquizações.

A autonomia de determinado campo gera reconhecimento e benefícios usufruídos por agentes que o constituem. Porém, a mensuração da autonomia não se refere a uma ação fácil, afirma Bourdieu (2004a, p20), pois "os diferentes campos científicos, isso que se chamam as disciplinas, estará, de fato, em seu grau de autonomia […]", quando os "[…] mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas" (Bourdieu, 2004a, p. 20).

Para Bourdieu (2004a), existem regras internas que sobrepõem as externas, com a autonomia do campo identificada pela capacidade de refratar as pressões e demandas externas. Thiry-Cherques (2006), através das reflexões efetuadas por Bourdieu, identifica que o campo possui propriedades universais presentes em todos os campos, com características próprias. Em diálogo com as reflexões de Thiry-Cherques (2006), estariam as disputas pela dominação de um campo científico regulada por habitus específicos, pela estrutura, pela opinião consensual e leis próprias.

O entendimento do habitus científico de acordo com Bourdieu (1975) é o que fundamenta a permanência de agentes em determinado campo. Para agentes iniciantes ao campo são expostas as regras, valores e práticas do jogo, mas essa prática, conforme o autor, funciona enquanto estímulo para a incorporação da hierarquia no campo e a permanência da estrutura de posições no espaço de disputas. O habitus fundamenta, assim, o pertencimento acadêmico, o que poderia

ser identificado pelas publicações acadêmicas, relacionando temáticas inerentes a determinado campo do conhecimento. Porém, aos termos como fundamento inicial a busca de currículos Lattes, a autoidentificação com o campo é subjetiva, parte do sentimento de pertencimento do(a) pesquisador(a) e consequentemente da compreensão das regras do jogo.

A abordagem da Geografia Urbana como um campo da ciência geográfica, embora seja um recorte parcial, reflete o entendimento de Morin (2005 [1982], p. 24) ao que concorda com Popper (2008 [1963]), quando afirma que a Ciência “é um campo sempre aberto onde se combatem não só as teorias, mas também os princípios de explicação, isto é, as visões do mundo e os postulados metafísicos”. Porém, Morin (2005, idem) enfatiza a observação, afirmando que “esse combate tem e mantém suas regras de jogo: o respeito aos dados, por um lado; a obediência a critérios de coerência, por outro".

O trabalho de Bourdieu (1975), intitulado La spécificité du champ scientifique et le conditions sociales du progrés de la raison, é de fundamental importância a esta tese. Na introdução desse trabalho, a noção de campo científico é definida pelo autor como sistema de relações objetivas e como lugar de competição. Neste espaço de jogo científico, decorrem as disputas pelo monopólio da autoridade científica, definida pela capacidade técnica e como poder social. Desta forma, o entendimento de campo científico de Bourdieu (1975) habilita que nesta pesquisa seja efetuada a análise geográfica do campo da Geografia Urbana, sendo necessário a identificação das peculiaridades do entendimento desse campo científico.

Para Bourdieu (1975) o campo científico é um campo social como outro qualquer, constituído por relações de poder e seus monopólios, estratégias e suas lutas, seus interesses e lucros, mas onde todos esses elementos assumem formas específicas em cada campo. A delimitação do campo que é o espaço de lutas, no entendimento do autor, é fundamentada por estratégias da autoridade científica imediata, com efeito na regulamentação de assuntos legítimos de discussão. Desta perspectiva, de acordo com Bourdieu (1975), surge a autêntica Ciência da Ciência, rejeitando a oposição abstrata entre análise interna ou estritamente epistemológica e análise externa que relaciona problemas de pesquisa apenas com as condições sociais de seu aparecimento.

No entendimento do autor, os problemas de pesquisas de agentes são indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos científicos estratégicos por

expressar objetivamente a posição ocupada no sistema de posições do campo científico. Nesse sentido, a posição do(a) pesquisador(a) no campo interpretado como o lugar de lutas, seu capital científico, é determinada pelo próprio campo científico, mais especificamente pelos seus pares. Em outras palavras, o produto de cada agente que integra determinado campo científico é negociado com seus concorrentes (Bourdieu, 1975).

Nessas dinâmicas de disputas e colocado em jogo o capital científico, atributo que Bourdieu (2004a) denomina de poder específico, remetendo exclusivamente ao reconhecimento do conjunto de agentes concorrentes, esse seria o capital científico puro. Não obstante, para alcançar a denominada autoridade científica no campo, Bourdieu (2004a) chama a atenção para o capital institucionalizado ou político, correspondente a um poder temporal, institucional, fazendo referência a participação e ocupação de cargos na instituição científica em seus diferentes níveis e setores, também em meios de financiamento de pesquisas e de nomeação de agentes. Poderíamos, dessa forma, correlacionar a busca por capital no campo científico com as atuações profissionais e os cargos ocupados, seguido pelas produções de capítulos de livros, livros e artigos em periódicos, mas observando, como identificado por Bourdieu (2004a), que há correlação direta entre o capital puramente científico e o capital político institucionalizado..

Assim, conforme as afirmações de Bourdieu (2004a) a autoridade científica em determinado campo corresponde à conjuntura de capital científico e político de agentes, que denota poder frente a concorrentes. São nestas circunstâncias que autoridades científicas em posição de dominação do campo utilizam de estratégias para conservar a ordem científica estabelecida, visando o monopólio e a perpetuação no poder.

Dessa forma, as relações de poder que constituem o campo científico (Bourdieu, 1975, 2004a) corroboram com o campo de poder de forças desiguais, observado por (Silva, 2009), pois como afirma Bourdieu (1975, p. 95) “[…] um dos princípios da especificidade do campo científico reside no fato de que os concorrentes não podem se contentar em se distinguir de seus antecessores já reconhecidos”[11], podendo na estrutura de relações do campo ser ultrapassado e

---

[11]Tradução nossa. “*[…] un des principes de la spécificité du champ scientifique résidant dans le fait que les concurrents ne peuvent pas se contenter de se distinguer de leurs devanciers déjã reconnus […]*”.

"rebaixado", ou barrado das disputas por capitais.

Nesse espaço de lutas, as estratégias também fazem parte do jogo, a escolha de quando e onde publicar determinado artigo, ou a formação de redes de colaboração são exemplos dessas ações táticas (Bourdieu, 1975). Outros aspectos como as escolhas de assuntos, metodologia, instrumentos de análise e técnicas, são impostos seja pelo histórico ou pela superioridade de agentes que constituem determinado campo, fundamentando a conservação da autoridade científica e da ordem estabelecida (Bourdieu, 2004a). Paradoxalmente, a conectividade entre agentes decorre das temáticas, metodologia, instrumentos de análise e técnicas. Reflexão que permite parafrasear Santos (2008), pois um campo do conhecimento científico tende a ser um conhecimento disciplinado, ou seja, segrega uma organização do saber orientada para policiar as fronteiras entre campos e reprimir pesquisadores(as) e grupos que as quiserem transpor.

Nesta tese, os campos científicos são compreendidos pelo conjunto de inter-relações institucionalizadas entre agentes genereficados e artefatos produzidos por agentes, um espaço constituído por relações de poder analisável pela Geografia. Internamente, em um determinado campo da ciência, há disputas entre agentes por capital, mas são desses confrontos que se fortalece o próprio campo frente a outros campos da Ciência (Bourdieu, 2004a). Faz-se assim, do gladiar de agentes por capital, que se reconhecem pertencentes e fazem parte das disputas em determinado campo, o fortalecimento do próprio campo. Porém, são pelas delimitações impostas pelas autoridades do campo que são demonstrados preconceitos intrínsecos ao campo, e pelo protecionismo à autoridade científica, se não a disputa por ela, que elevam-se barreiras à alterações, à temáticas, grupos e pessoas, demonstrando o conservadorismo em determinados campos científicos.

Essa ação de autoridades em campos científicos, observável na Ciência Geográfica, contrapõe a abertura e pluralidade defendidas por Gomes (2009), que ao associar Geografia e Epistemologia, demonstra haver discussões no corpo da Geografia que podem ser organizadas em torno de grandes questões e não devem ser evitadas. De todo modo, as pesquisas na Geografia, como nas pretensões de Gomes (2009), não devem abdicar do reconhecimento do campo geográfico como uma Ciência viva e dinâmica, aberta e plural.

Partindo das reflexões efetuadas, fica evidente que a Ciência, longe de ser um empreendimento neutro e objetivo, emerge como um campo de disputas onde

discursos são moldados, hierarquias são estabelecidas e conhecimentos são legitimados. A presente tese, ao buscar compreender como o gênero compõe o campo científico da Geografia Urbana no Brasil, adota essa lente crítica e reflexiva, reconhecendo que as relações de poder e as estruturas sociais moldam tanto a produção do conhecimento quanto a própria constituição desse campo, o que possibilita a compreensão dos mecanismos que perpetuam desigualdades, mas também revelam potencialidades. A sessão a seguir, procura identificar como a aplicação da Geografia da Ciência e da Cientometria podem contribuir para identificar potencialidades da dimensão espacial do campo da Geografia Urbana no Brasil.

1.2 GEOGRAFIA DA CIÊNCIA E CIENTOMETRIA

Quando assumimos como legítima a afirmação que a Ciência se refere a um empreendimento humano desprovido de neutralidade, corroboramos com a ideia de que quem a produz tem uma posição. Esse posicionamento tem relação tanto com as hierarquias instituídas pelas posições nos campos científicos, quanto com sua disposição espacial. Nesta seção visamos explorar a dimensão espacial como fator crucial na produção de conhecimento científico, partindo de abordagens da Geografia da Ciência e da Cientometria para compreender como o contexto espacial influencia na geração, disseminação e validação do saber. Nesse sentido, consideramos que o processo de produção de conhecimento científico é geográfico, destacando a importância de considerar o contexto espacial ("onde?") e suas implicações para o campo da Geografia Urbana.

Guimarães (2010) identifica que é o caráter plural da Ciência pela distinção das origens de seus campos, somado às particularidades dos processos de geração, certificação e transmissão do conhecimento científico, que revela essa forma de conhecimento age para uma abertura à aproximação da Geografia. Ou seja, a Ciência está pronta para ser analisada pela Geografia, “abrem-se ao escrutínio os espaços onde o conhecimento é produzido, testado, contestado, posto em circulação, consumido, (in)corporado e estocado” (Guimarães, 2010, p. 52). De acordo com a autora, dentre “todas as atividades humanas, a Ciência é ainda aquela menos tensionada pelo olhar da geografia” (Guimarães, 2010, p. 50). Seguindo interpretação semelhante a de Livingstone (2003) ao defender a identificação do

lugar na Ciência, afirma que até mesmo profissionais do campo da Geografia isentam a Ciência dos imperativos de significância espacial.

Livingstone (2003) é considerado como o precursor da proposta de uma Geografia da Ciência com o livro *Putting science in its place: geographies of scientific knowledge*. O autor argumenta que o conhecimento científico não é um produto ageográfico, mas sim moldado por suas condições de produção. Para Lamego (2016), o trabalho de Livingstone (2003) estimula considerar o papel do lugar na produção da Ciência, passando a ganhar espaço nos debates geográficos. Livingstone (2003) chama a atenção para um novo domínio de estudos da Ciência, a geografia da Ciência.

Na observação de Livingstone (2003) os contextos histórico, social, cultural, político e por vezes aspecto naturais, impactam na produção de conhecimento nos distintos campos da Ciência. Nesse sentido, a identificação da Ciência como eticamente complexa, histórica e sociológica (Morin, 2005 [1982]), deve ser acompanhada pelo entendimento de seu caráter espacial. Para Livingstone (2003, p. 3) “o “onde?” da atividade científica importa muito”, seja pela instituição universitária, ou mesmo pelos espaços laboratoriais que são carregados de significados e relações de poder, e podemos incluì-lo ao tempo em que intensificamos a ideia de campo científico como espaço. Este entendimento de Livingstone (2003), desmistifica a ideia de que a ciência é produzida em um espaço neutro e objetivo, estimulando a pensar até mesmo as microespacialidades do laboratório como um lugar com uma geografia própria, onde as relações, as práticas e a conjuntura de elementos que o constituem, moldam os resultados de pesquisa.

No trabalho de Guimarães (2010) a Geografia da Ciência é elencada como um apelo das Ciências da Saúde, o que possibilita uma translação do conhecimento para minimizar o "know-do gap", entendido como a diferença entre o que se sabe e o que se coloca em prática. A autora destaca a importância da conectividade multidisciplinar, legitimando a pluralidade científica pelas tentativas descolonizadoras lançadas por Santos (2008). Com crítica profundas ao modo ocidental dominante de produção de conhecimento científico, que excluí e marginaliza outros conhecimentos e formas de saber, Santos (2008) demonstra as fragilidades da neutralidade científica, e elege o compromisso com a transformação social e a emancipação dos grupos historicamente oprimidos como fundamento para desafiar as hierarquias de conhecimento e promover a democratização do saber científico.

Como possibilidade, em uma interpretação de Guimarães (2010), a promoção de um ideal de democratização da informação do conhecimento científico transpassa pela utilização de tecnologias e conectividade da Geografia com a Ciência da Informação (CI), que além de transmitir, desvela conhecimentos periféricos.

É em posição periférica no campo da ciência geográfica que Lamego (2016) evidencia o conhecimento produzido pela Geografia Quantitativa no Brasil, ao explorar exercícios analíticos referente à produção, circulação e recepção dessa corrente de pensamento no país. Para essa autora, a Geografia Quantitativa vigorou em uma década entre 1960 e início de 1970, condizendo temporalmente com a primeira década da ditadura militar no país. Sobreposição temporal, que de acordo com a autora, sustenta como justificativa para a prática corrente de suprimir um recorte temporal de uma rica produção geográfica nacional.

Lamego (2016) leva em consideração a rede de colaboração e a disposição espacial das publicações científicas, ao destacar a Geografia da Ciência como um campo interdisciplinar que busca entender como essas atividades se desenvolvem no espaço geográfico. Para Lamego (2016), a ênfase da Geografia da Ciência deve ser promover as potencialidades do lugar na produção do conhecimento e da circulação do conhecimento, o que possibilita impulsionar a constituição de uma historiografia crítica da Geografia.

Dialogando com as discussões de Lamego (2016) e Livingstone (2003), Leles (2021) analisa duas abordagens: a "geografia do livro" e a "história da geografia escolar". Nesse trabalho, Leles (2021) interpreta como a Geografia se apropriou do livro, em particular o manual escolar, para produzir, reproduzir e divulgar conhecimento. A autora, ao defender uma perspectiva geográfica para o estudo do livro, destaca a importância da "geografia da ciência", que considera a Ciência como uma prática local e contingente, permeada pelas relações sociais, culturais e políticas. Leles (2021) interpreta que a “geografia do livro” se configura como um campo da Geografia das Ciências, e essa por sua vez, aborda a história das Ciências a partir do estudo dos lugares, pois são nesses locais, como universidades, laboratórios e bibliotecas, que o conhecimento é produzido, distribuído e consumido.

A análise da dimensão material do livro - como objeto físico, concreto e materializado no espaço - corrobora com o entendimento de que a produção do conhecimento científico é espacialmente situada e não neutra. Nesse sentido, a

pesquisa de Leles (2021) intensifica a necessidade de se considerar o papel do lugar na produção do conhecimento científico, muitas vezes ignorado pela história da Ciência.

No estudo de Barcelos (2010), a produção científica publicada na Revista Brasileira de Geografia (RBG) é colocada em questão para a identificação da existência de uma rede de pensamento entre os autores(as). Este estudo aproxima-se de uma historiografia da Geografia publicada na RBG, elencando autoria e temas no decorrer do tempo, dando especial importância à Geografia Urbana.

O fator tecnológico foi um condicionante para a realização da pesquisa de Barcelos (2010). De acordo com essa autora, a inexistência de ferramentas digitais de consultas ao índice de citações bibliográficas demandou que a análise das referências se delimitasse a pessoas com maior volume de artigos publicados. Com o objetivo de identificar se existiu uma rede de pensamento geográfico na Revista Brasileira de Geografia (RGB) entre os anos de 1939 a 1995, Barcelos (2010) efetua uma análise temporal de artigos da Geografia Urbana brasileira, identificando autores e temas destaques. Com esta pesquisa a autora revelou articulações que refletiriam nas tendências ou orientações teóricas abordadas temporalmente.

Barcelos (2010) demostrou ser apropriado efetuar a seleção dos artigos pela identificação sistemática e subjetiva de conceitos com relação ao recorte urbano. Os percalços tecnológicos enfrentados por Barcelos (2010) não a impediram de identificar correntes do pensamento Geográfico (Tradicional, Teorético-quantitativa e Crítica ou Marxista) na RGB. Conforme essa autora, o aumento no volume de produções referentes à Geografia Urbana é evidenciado no decorrer do tempo, com intercâmbio de ideias, métodos e proposições através da formação de uma rede de pensamento.

A abordagem apenas de produtos científicos (artigos, livros, capítulos de livros) da Geografia não legitima interpretarmos como o gênero compõe o campo da Geografia Urbana, pois há, como nos lembra Bourdieu (2004a), relações hierárquicas no conjunto de relações internas de campos científicos que são inevitáveis e colocam em risco de extinção o próprio campo, essas se referem a transmissão de saberes. Ainda podemos pensar sobre o que Silva, Silva e Junckes (2009) chamam de herança cultural de saberes. Trata-se da relação de pesquisadores(as) experientes que orientam pesquisadores(as) iniciantes, abordada por Sugimoto (2014) como genealogia acadêmica (GA), e que se refere à forma de

propagação da herança intelectual.

No trabalho de Rossi, Damaceno e Mena-Chalco (2018) é apresentada a GA como o conjunto de relações de orientação acadêmica de pesquisadores(as) ou grupos de pesquisa, que possibilita o acompanhamento das inter-relações de orientação no decorrer do tempo, indicando os benefícios da mensuração quantitativa e qualitativa da Ciência. Estes autores apresentam a Plataforma Acácia[12], como um novo sistema de consulta sobre a GA brasileira, o que vem a complementar outras análises da Ciência e a produção do conhecimento, subsidiando avaliações de financiadores da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.

Para Oliveira (2021), o desempenho de pesquisadores(as) e grupos é submetido a um processo de avaliação constante, efetuado principalmente por gestores e organizações de fomento da Ciência, que valorizam com maior intensidade o índice de publicações científicas, deixando a prática de orientação muitas vezes sendo reconhecida apenas internamente a determinado campo da ciência. O trabalho de Tyler e Tyler (1992) é compreendido por Oliveira (2021) como uma das primeiras evidências de estudo com análise genealógica[13]. Tyler e Tyler (1992) consideram a importância de professores de Arthur E. Schwarting na educação farmacológica, explorando seus antepassados acadêmicos.

Para Oliveira, Costa e Oliveira (2018), a pesquisa genealógica acadêmica está ligada à investigação dos ascendentes e/ou descendentes de um indivíduo. Na Ciência, esta aplicação se refere à relação de orientação, podendo ser classificada como direta ou indireta através de gerações. Para Mena-Chalco (2016), estudos referentes à GA estão ganhando destaque no meio científico, como forma de investigação da origem, evolução e propagação de campos do conhecimento.

A investigação de Oliveira, Costa e Oliveira (2018) bem como foco a relação de orientações stricto sensu na área de CI, de bolsistas de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nos níveis superiores. Os autores compreendem que pesquisas em

---

[12]Disponível em: <http://plataforma-acacia.org/> Acesso em: 20 de março de 2024.

[13]Não há consenso quanto a esta observação de Oliveira (2021), em uma busca efetuada no n-grams google (<https://books.google.com/ngrams>) pelo termo "academic genealogy" foram identificados trabalhos anteriores ao de Tyler e Tyler (1992) aos quais não tivemos acesso integralmente.

Genealogia na Ciência são caracterizadas como abordagem fundamental para estudos da transferência e continuidade do conhecimento científico em uma área ou campo do conhecimento. Oliveira, Costa e Oliveira (2018) identificam na análise dos agrupamentos efetuados fatos importantes para a compreensões relacionada a gênero, considerando que três pesquisadoras alcançaram a 3ª geração de ascendentes e o mesmo número de pesquisadoras de produtividade se destacam na conjuntura pelo número de orientações na CI. Este aspecto aponta para um maior aprofundamento referende à genealogia acadêmica com o debate sobre gênero, o que não é efetuado por Oliveira, Costa e Oliveira (2018).

Na abordagem referente a aspectos da produção da pós-graduação brasileira, Mena-Chalco e Rocha (2014) caracterizam as pesquisas cadastradas no banco de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)[14] de 1987 a 2011. De acordo com os autores, os trabalhos defendidos para a obtenção de titulações de mestrado e doutorado representam um importante produto de avaliação da produtividade de cursos. Dentre as evidências dispostas por Mena-Chalco e Rocha (2014), está a desigualdade de gênero nos diferentes campos de conhecimento. A relação de genealogia acadêmica (que se caracteriza pela análise de ascendência e/ou descendência em relações de orientação) é focada principalmente em nível de mestrado e doutorado, e é compreendida como complementar às análises cientométricas de acordo com Rossi, Damaceno e Mena-Chalco (2018).

Esse modo de análise está entre as principais formas de compreensão da ciência. A cientometria, de modo consensual à comunidade científica atribui sua origem à Derek de Solla Price com as publicações “*Science since Babylones*" de 1961, e "*Little Sciente, Big Science*" de 1963. No entanto, Price (1951), já demostrava seu interesse em analisar a Ciência com o texto "*Quantitative Measures of the Development of Science*", apresentado no VI Congresso Internacional de História da Ciência (1950) em Amsterdam. Nesse texto, Price (1951) dedica sua atenção para um campo especializado da Física, denominada teoria dos determinantes e matrizes.

O autor observa através do volume de publicações anuais, que o crescimento exponencial ou linear no campo estudado no decorrer dos anos é determinados por fatores exógenos ao campo. Ao abranger em seu estudo períodos de guerra, o autor

[14]Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/ Acesso em: 12/03/2021.

identifica que há interferência ao observar as publicações no campo da Física, quando certa linearidade no volume total passa a retomar à ascendência no pós-guerra, afetando o campo de modo geral. No entendimento do autor, a relação entre o resultado e o número de pessoas que produz - parafraseando Price (1951), metade de toda produção (artigo, livros, capítulos de livro, etc) de determinado campo, é produzida pela raiz quadrada do número de agentes que constituem o campo. Temos assim o que pode ser compreendido como agentes efetivos do campo.

Silva e Bianchi (2001) definem a cientometria como o estudo que mensura e quantifica o progresso da Ciência, com pesquisas que têm como base indicadores bibliométricos. Fundamenta, assim, a aplicação de técnicas analíticas muito baseadas em aspectos numéricos para o estudo da Ciência da Ciência, onde a qualidade de uma publicação científica tem como suporte o número de vezes que é referenciada em outros estudos. Nesse sentido, existe um diálogo, ainda que subjetivo, com a proposta de Bourdieu (2004a) referente ao campo científico.

Não obstante, Silva e Bianchi (2001) advertem para o fato que a qualidade de um trabalho científico é identificada parcialmente pelo número de citações dadas a ele. Desta forma, é necessário levar em consideração o prestígio ou capital científico da autoria, a instituição de onde provém o trabalho, a atualidade da temática investigada, a língua utilizada, como também a revista ou periódico em que foi publicado. Há nesse sentido, um caráter geográfico de relações que não se limita a agentes (autoria e coautoria) ou a autoria e referencial teórico, existindo uma rede de conexões entre pesquisadores(as) e instituições de ensino superior e organizações de divulgação científica.

A importância do caráter geográfico do conjunto de relações da Ciência é identificada pelo economista Sidone (2018, p. 20), ao afirmar que os desequilíbrios regionais são conservados pela concentração da produção científica. O autor chama a atenção para a denominada cientometria espacial, definindo-a como “área interdisciplinar responsável pela caracterização das atividades científicas no espaço geográfico”, atribuindo especial atenção à rede de colaboração científica e à disposição espacial das publicações científicas.

Pesquisas no campo da Geografia passaram a dar atenção à cientometria apenas recentemente[15]. Pinto (2022) tem como fonte artigos publicados em revistas científicas digitais deste campo, concentrados no OGB administrado pelo GETE. O autor efetua uma compreensão de como as geometrias de poder implicaram as

espacialidades da produção de artefatos científicos da Geografia Brasileira entre 1998 e 2018. Na observação de Pinto (2022), a Geografia Urbana demonstrou consistência no volume de estudos na última década, com hipercentralidade de Milton Santos na rede de referência nas publicações em revistas mais bem qualificadas pelo sistema brasileiro de avaliação de periódicos criado pela CAPES.

Souza (2023) analisa a partir da bibliometria e cientometria a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGeo/UFU) entre 2000 e 2020, com foco nas dissertações e teses defendidas no programa, bem como analisa a formação da comunidade epistêmica e a rede de colaboração científica. A autora demonstra a importância do PPGeo/UFU na produção de conhecimento geográfico e na formação de pesquisadores, elencando dados que propiciam orientar o planejamento do programa.

Entre os aspectos observados por Souza (2023), estão a heterogeneidade e a multidisciplinaridade nas redes de pensamento concentradas nas temáticas urbana, rural, ambiental e ensino geográfico. Outro ponto destacado pela autora se refere ao perfil de orientadores(as), com maior concentração em número de orientações à Professora Beatriz Ribeiro Soares e ao Professor Samuel do Carmo Lima. A mesma Professora também aparece como a terceira referência mais citada nas teses e dissertações analisadas, juntamente com Milton Santos em primeiro, seguido por Roberto Lobato Corrêa. A tese sugere, ao final, a criação de um tesauro (dicionário de ideias) brasileiro de Geografia e avanço de estudos sobre egressos e a metodologia de ensino.

Em ambos os trabalhos o gênero não está no proposito central, aparecendo em segundo plano. Pinto (2022) elenca a abordagem da temática enquanto fundamental em sua formação acadêmica e identifica enquanto tema da recente ampliação da pluriversalidade da Geografia. Souza (2023) demonstra a partir de seus dados que apenas um terço do corpo docente do Programa de Pós-Graduação (PPG) analisado são mulheres, demonstrando também que o maior número de orientações e uma das principais referências bibliográficas de teses e dissertações defendidas no programa esteja um nome feminino. Mas, essas observações não são identificadas na análise.

---

[15]Em busca efetuada no Banco de Teses e Dissertações da Capes, foram identificadas duas teses no campo da Geografia com o termo de busca “cientometria”: Silva, Vagner André, 2022; SOUZA, Kelma Patricia de, 2023.

Outros aspectos do trabalho de Pinto (2022) e Souza (2023) merecem observação: primeiro se refere ao fato de uma convergência quanto à centralidade de Milton Santos como referencial teórico, a segunda pela identificação da relevância da Geografia Urbana e temáticas urbanas nas redes de pensamento. A terceira observação se refere ao fato que a aplicação da cientometria pode ser orientada para analisar escalas distintas, como observa Silva e Bianchi (2001), sendo direcionado para todo um campo do conhecimento, centrando atenção em publicações em periódicos (Pinto, 2022) ou para efetuar a análise e lançar prognóstico referente a um programa de pós graduação (Souza, 2023).

Não obstante, Silva e Bianchi (2001) destacam que a análise cientometrica fornece dados processados a financiadores do progresso científico e tecnológico, passando a fundamentar o direcionamento de investimentos para determinadas regiões, ou a campos do conhecimento específicos. Silva e Bianchi (2001) afirmam que para a evolução de um campo científico é determinante maior tempo de dedicação e preocupação com a mensuração de dados do campo.

Nessas observações, dois aspectos nos chamam a atenção. Primeiro que é fundamental observar que o espaço está inerente aos fundamentos da cientometria. Nesse sentido, a abordagem da Geografia Urbana como fundamento para esta tese, além do reconhecer como o campo de concentração de maior número de pesquisadores(as) e de pesquisas geográficas (onde as relações de gênero também ocorrem) pode ser beneficiado por reconhecer sua produção, distribuição pelo país, temas abordados, concentração de grupos de pesquisas, mapeamento das interações e relações entre diferentes atores no campo científico, como pesquisadores(as), instituições e publicações, fornecendo uma visão quantitativa dessa dinâmica das realizações deste campo da Geografia.

O segundo aspecto se refere ao direcionamento de financiamentos públicos e privados para a realização de pesquisas, o que está relacionado diretamente à estrutura de funcionamento do ensino superior no país. Assim, vale destacar a existência de duas dimensões que são congruentes e inseparáveis, uma dada pela divisão entre campos do conhecimento científico, que depende e é mantida diretamente pela segunda, orientada para sua organização espacial constituída por sua estrutura física hierarquizada por reitoria, pró-reitorias, setores, departamentos e laboratórios que mantêm certa divisão entre campos.

Sob a perspectiva da Geografia da Ciência e da cientometria, a análise do

conhecimento científico nos revela que a Ciência é inescapavelmente uma atividade espacial. O entendimento de que esse empreendimento humano é situado espacialmente, nos permite fortalecer a desconstrução da neutralidade cientifica, ao tempo que reconhecemos que o conhecimento gerado pelas pesquisas é influenciado diretamente tanto pelas dinâmicas sociais, condições materiais de produção, quanto pelas relações de poder institucionais e no campo do conhecimento. Contudo, na próxima seção exploramos o conceito de gênero amplamente debatido pelo movimento feminista, que passa a incrementar o debate sobre as relações de poder, com a distinção instituída entre pesquisadoras e pesquisadores.

1.3 UMA DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE GÊNERO

O conceito de gênero utilizado nesta tese surge através da produção teórica das feministas norte-americanas e francesas, que enfatizavam o caráter fundamentalmente social das diferenças baseadas no sexo (Scott,1995 [1989]). Na compreensão da historiadora norte-americana Joan Scott (1995 [1989]), o gênero tem como fundamento a diferença sexual biológica, estabelecendo uma forma primária de atribuir significado às diferenciações entre pessoas na estrutura social, influenciando diretamente nas relações sociais. Para a autora, aspectos relacionais nas definições normativas de ser mulher e ser homem, foram utilizados no combate à supremacia masculina, mas ignoraram o fato que estavam se baseando em tentativas de definição linguísticas, que horizontalizavam um padrão e estabilidade para o termo gênero.

Para Scott (1995 [1989]) o entendimento do funcionamento do gênero nas relações sociais depende diretamente de uma discussão referente a gênero como categoria analítica. Existe, nessa compreensão, uma correlação direta entre a organização social e as diferenças sexuais, com movimentos na estrutura social que devem ser analisados nos seus diferentes contextos espaciais e históricos. Desta forma, Scott (1995, [1989] p. 89) compreende que o gênero "fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana", não se limitando a se referir a mulheres, mas também a homens.

Com a finalidade de potencializar as abordagens teóricas referente a gênero,

Scott (1995 [1989]) destaca seu posicionamento sobre o patriarcado, a abordagem marxista-feminista e abordagens psicanalíticas. A primeira conforme a autora, empenha-se em explicar as origens do patriarcado, mas descarta uma historicização que considere variações temporais e espaciais, além de suprimir a complexidade das relações de poder e gênero.

A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas, para Scott (1995 [1989]) a abordagem marxista-feminista reduz o gênero a uma "superestrutura" da base econômica. Em vez disso, a autora defende que o gênero é uma categoria autônoma, complexa e multifacetada, que influencia e é influenciada pelas relações econômicas, sociais e culturais, incluiríamos aqui as relações acadêmicas nos distintos campos da ciência.

Com relação às abordagens psicanalistas, a própria identificação efetuada por Scott (1995 [1989]) do gênero como construto social por meio de discursos, representações e significados, rebate a ideia de que apenas processos psíquicos individuais e histórias pessoais, determinem a identidade de gênero de sujeitos. Contudo, a adoção do gênero como categoria de análise, possibilita investigar como as hierarquias sociais são construídas e como o poder é exercido em diferentes contextos históricos e culturais.

Para Connell (1995), o gênero é interpretado como a forma pela qual as diferenças sexuais e as capacidades reprodutivas são incorporadas às práticas sociais, tornando-se parte dos processos históricos e espaciais. O autor reconhece que dicotomias dos "papéis de sexo" ou a biologia reprodutiva são parciais, frente a complexidade estrutural do gênero. Connell e Messerschmidt (2013) defendem a necessidade de considerar a existência de diferentes masculinidades, assim como distintas feminilidades, que são produzidas no mesmo contexto social, envolvendo relações de dominação, marginalização e cumplicidade entre homens e mulheres. Com essa perspectiva, os autores identificam a necessidade de reflexões sobre a construção de masculinidades e feminilidades como transformações sociais de gênero, interpretando esse movimento como um projeto de ser.

Adjacente a este entendimento, em seu estudo na região da Cabália, na Argélia, Bourdieu (2012[1998]) ao investigar a dimensão simbólica da dominação masculina, identifica que o estabelecimento da superioridade de homens é arraigado pela naturalização da supremacia masculina. Em outras palavras, aspectos biológicos fundamentam o arranjo social, mas as observações efetuadas por

Bourdieu (2012[1998]) adotam a perspectiva patriarcal onipresente e atemporal, criticada por Scott (1995 [1989]). Dito isso, vale destacar que o recorte espacial problematizado por esse Bourdieu (2012[1998]) se caracterizava por ser uma região predominantemente androcêntrica, ou seja, a observação do mundo partia da centralidade masculina, ignorando e dispensando outras compreensões fundamentadas em observações femininas.

Bourdieu (2012[1998]) afirma que a dominação masculina estaria presente em todas as sociedades por ter sido naturalizada, uma dominação simbólica incorporada como verdade, inscrita nas coisas e nos corpos. Partindo de seu estudo, o status social da mulher estaria na troca, na submissão primeiramente ao pai e depois ao marido. Neste sentido, as meninas seriam criadas para serem o produto de troca, em uma nítida demonstração do patriarcado. Vale a nós questionar sobre a existência de possibilidades do rearranjo social, ou mesmo brechas neste entendimento aparentemente uniforme do patriarcado, colocada pela dimensão simbólica. Porém, esse entendimento não deve ser levado a cabo como fidedigno, essa perspectiva ignora a heterogeneidade e a pluralidade espacial e temporal, suprime ações e demostra-se enquanto limitante para quem se propõe a enfrentar hierarquias e hegemonias humanas. Em um entendimento Foucaultiano, existem as heterotopias[16]. Basta direcionarmos nosso olhar a quem se direciona a esse embate, mais necessariamente a um breve histórico do movimento feminista, onde nos argumentos de Louro (1997) está implicado o conceito de gênero.

Narvaz e Koller (2006) identificam que os enfrentamentos das mulheres que reivindicavam o direito ao voto com manifestações públicas na virada do Século XIX, denominado como Movimento Sufragista, tiveram fundamental importância para o surgimento do movimento feminista. De acordo com essas autoras, a luta feminista é baseada na ideia de equidade, uma vez que homens e mulheres possuem experiências distintas.

Na busca por visibilidade ao projeto teórico epistemológico e político do movimento feminista, assim como suas articulações com a pesquisa acadêmica, Narvaz e Koller (2006) exploram três diferentes gerações ou "ondas" do feminismo. A primeira surge no Século XIX e foi impulsionada pela busca de igualdade de direitos políticos, civis e educacionais, notadamente marcado por reivindicações do

---

[16]Conforme Foucault (2013) as heterotopias se referem a uma espécie de contestação, simultaneamente, real e mítica do espaço vivenciado, tratam-se de espaços que funcionam de forma não hegemônica.

Movimento Sufragista, iniciado por mulheres na França, Espanha e Estados Unidos. Esse movimento buscava valorizar as especificidades femininas, muito fundamentado no gênero como sinônimo de mulher, na abordagem de que as diferenças sexuais não justificam as desigualdades de direitos.

Narvaz e Koller (2006) afirmam que a segunda onda do feminismo teve início na década de 1960, liderada por feministas francesas e norte-americanas que denunciavam a opressão masculina e intensificavam a busca pela igualdade. É desse período que Scott (1995 [1989], p. 72) identifica que "o termo 'gênero' parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo".

Nesse contexto, de acordo com Louro (1997), além das preocupações sociais e políticas, surgiram preocupações com construções propriamente teóricas. Os debates entre estudiosas, militantes e seus críticos, começaram a engendrar e problematizar o conceito de gênero. Desse movimento, Scott (1995 [1989]) identifica que o gênero passa a ser entendido como uma rejeição ao determinismo biológico, passando a incorporar em seu significado a ideia relacional, não se referindo apenas a mulheres.

Dentre as primeiras a identificar esse caráter relacional do gênero e considerada uma das protagonistas da chamada segunda onda do feminismo, Simone de Beauvoir (2009 [1949]), através da publicação do livro Le Deuxième Sexe ("O Segundo Sexo"), desafiava os/as franceses/as a compreender o gênero como uma construção social, pela qual a autonomia das mulheres estaria comprometida. A autora apresenta argumentações que, mesmo na atualidade, causam estranheza e repulsa em parte da sociedade[17]. Beauvoir (2009 [1949]) define sua posição a partir de evidências de que não se trata de afirmar a mulher como mulher, mas integralmente como ser humano na conjuntura social. Segundo suas palavras:

> Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. (BEAUVOIR, 2009 [1949], p. 303)

---

[17]A edição do Exame Nacional do Ensino Médio de 2015, teve como tema de redação trecho do livro O Segundo Sexo, e causou polemica nas redes sociais, ataques e até monções de repudio à autora.

A autora direciona suas discussões para o entendimento de que “a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo” (Beauvoir, 2009 [1949], p. 11).

Parry, Johnson e Wagler (2019) reconhecem as conquistas desse período, mas destacam que o conhecimento gerado não foi representativo, pois muitas experiências vividas por mulheres e outras categorias identitárias poderiam ter sido mais enfatizadas. Isso levou à terceira onda, que, segundo Narvaz e Koller (2006), foi influenciada pelas obras de Michel Foucault e Jacques Derrida. A partir dessa reformulação as análises passam a se concentrar na diferença, na alteridade, na diversidade e na produção discursiva da subjetividade, enfocando o sujeito e tratando o gênero como categoria relacional, o que passa a habilitar o debate interseccional e impulsiona o entendimento da diversidade e a pluralidade espacial e humana.

Embora essa tese adote uma perspectiva de gênero que se baseia na identificação de currículos de pesquisadores e pesquisadores, é importante reconhecer essa forma desconstrucionista do gênero, especialmente com os avanços nas teorias Queer[18]. A desconstrução do gênero pode ser vista como um deslocamento na compreensão de conceitos discutidos no âmbito do movimento feminista. Existe a percepção de que a influência da perspectivas pós-estruturalista, atreladas a teorias decoloniais[19] e Queer, fundamentou a origem da terceira onda do feminismo. Com um foco na diversidade e nas complexidades, essa perspectiva reconhece diferentes formas de opressão, onde raça, gênero, classe social e outras categorias identitárias se interseccionam[20].

Entre as principais referências dessa corrente de pensamento, foi possibilitado um novo entendimento do conceito de gênero conectado ao pós-estruturalismo, através de Butler (2003). Em sua obra "Problemas de Gênero", Butler

---

[18]Com origem na linguá Inglesa, o termo Queer pode ser traduzido como estranho, excêntrico, raro e extraordinário. De forma pejorativa, o termo Queer também é usado para definir homossexuais e passa a identificar a teoria relacionada a estudos referente a homossexuais e feministas.

[19]As teorias decoloniais surgem a partir de críticas lançadas de pesquisadores(as) da América Latina ao colonialismo, intrínsecas à ideia de modernização. Trata-se de uma forma de romper com as ideias eurocêntricas, passando a legitimar formas de compreensões de mundo até então deslegitimados.

[20]A interseccionalidade enquanto conceito foi sistematizado por Crenshaw (1989). A utilização da interseccionalidade na Geografia como metodologia, foi proposta por Valentine (2007) articulando diferentes categorias sociais.

(2003) argumenta que a ascensão social das mulheres representa uma ameaça à supremacia masculina, devido à organização binária da sociedade. Na interpretação dessa autora:

> [...] o gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituída num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de ato (Butler, 2003 p. 200).

Para Butler (2003), o gênero não se trata de uma característica inata ou biológica, mas sim de uma construção sociocultural que é fortalecida por práticas cotidianas e discursivas. A autora discorre sobre como a classificação dos corpos com base em suas características físicas e biológicas é uma prática cultural que envolve normas que regulam corpos. Isso resulta em uma distinção entre corpos inteligíveis, que seguem a linearidade entre sexo, gênero, prática sexual e/ou desejo, e corpos ininteligíveis que desafiam essa linearidade.

Em sua abordagem, Butler (2003) observa que o exercício normativo da identidade de gênero é ditado por regras anteriores ao sujeito, onde, antes mesmo de nascer, todo ser humano é classificado como menina ou menino (Louro, 2008). Assim, estabelece-se uma heterossexualidade compulsória que é instituída e naturalizada, exigindo e regulando o gênero binário em uma relação que separa o masculino do feminino.

Recentemente, pesquisas identificam mudanças do conceito de gênero, atreladas à intensificação da conectividade nas redes sociais pela internet, o que chamam de quarta onda do movimento feminista. No Brasil, Simões e Matos (2014) conceituam esse processo como a institucionalização democrática de gênero, que seria viável com as novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e estaria centrada em três frentes: a integração das mulheres e das demandas feministas em instituições, a criação de novos mecanismos e órgãos de gestão de políticas nos diferentes níveis do Estado, e a criação e institucionalização de Organizações não Governamentais (ONGs) e redes feministas transnacionais, focadas no combate à violência contra as mulheres e na garantia de direitos reprodutivos e sexuais.

Parry, Johnson e Wagler (2019) observam que a quarta reformulação do feminismo norte-americano foi auxiliada pelas inovações tecnológicas, como as

redes sociais, integrando-se ao cotidiano e não se limitando ao debate acadêmico. Segundo estes autores, há quatro tendências dominantes na quarta onda: a confusão de fronteiras entre as ondas, a mobilização tecnológica, a interconectividade global e a resposta rápida e multivocal à violência sexual. É identificável que em ambas discussões sobre a quarta corrente do feminismo, o gênero aparece conectado à tecnologia de comunicação e à política, em uma busca pela redução de desigualdades de gênero ainda persistentes. Nesse contexto, a relação de gênero incorporada na segunda onda aparece desconfigurada pela violência agora evidente pela utilização de novas TICs, utilizadas para denúncias e intensificação da busca por equidade. Com isso ampliam-se as possibilidades de novas pesquisas geográficas conectadas com as relações de gênero, evidenciando conceitos e temas do campo do conhecimento ao qual pertencemos.

Para Silva (2009), foi a partir da segunda onda que geógrafas feministas começaram a desafiar a hegemonia da geografia masculina, objetivando a igualdade entre homens e mulheres na Geografia. Teoricamente, há certo consenso que o trabalho de Monk e Hanson (2016 [1982]) seria o marco para o desenvolvimento das Geografias Feministas. Essas autoras examinam exemplos do viés sexista adotado em objetivos, métodos e conteúdo de pesquisas geográficas, elencando os danos que tal viés impõe ao conhecimento geográfico. Monk e Hanson (2016 [1982]) enfatizam que seria frutífero incluir o gênero como variável em muitos contextos de pesquisa, potencializando descobertas. De acordo com estas autoras, há três possibilidades de objetivos para a pesquisa geográfica: "acumular fatos e conhecimentos com a finalidade de melhorar nosso entendimento de eventos atuais"; "formular políticas inseridas no contexto do status quo a fim de torná-lo inclusivo e não sexista"; e ainda, "ir além disso e perguntar por que as coisas são como são, para que se possam avaliar os perfis dos futuros possíveis" (Monk, Hanson, 2016 [1982], p. 47).

Este feminismo, que de acordo com Calió (1997) surge no Brasil em meados da década de 1970, ressalta a tomada de consciência da sociedade e a ação das mulheres referente à opressão e à exploração histórica frente aos homens. É através desta perspectiva que se situa esta pesquisa, que compreende 'como gênero compõe o campo da Geografia Urbana no Brasil'. A compreensão de Veleda da Silva (1998, p. 107) destaca que "o conceito de gênero faz referência a todas as

diferenças entre homens e mulheres que foram construídas social e culturalmente e que condicionam relações de subordinação/dominação".

A importância de trabalhos de pesquisadoras da Geografia é destacado por Silva (2009), indicando que elas realizaram investigações sobre as mulheres e discutiram filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia do masculino. Essa autora destaca que a interpretação do gênero como conceito deve questionar a universalização das diferenças sexuais, considerando o contexto espacial e temporal das relações sociais. Essa compreensão carrega influência da abordagem de Beauvoir (2009 [1949]), na sua observação que as mulheres são concebidas em relação aos homens, e que a perspectiva relacional universal deve ser analisada. Silva (2009, p. 35) enfatiza o caráter espacial das relações de gênero.

> A adoção do conceito de gênero pelas geógrafas feministas permitiu avanços teóricos e metodológicos, além da ampliação do campo de estudos, já que o espaço passou a ser um importante elemento para a compreensão das relações de gênero. Cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada, com primazia dos homens em relação às mulheres.

Deste entendimento, a conectividade conceitual entre espaço e gênero se consolida pelo fortalecimento das compreensões das relações de gênero como relações espaciais, ampliando assim o entendimento geográfico dessas relações. Essa conectividade é fundamental para interpretar como o gênero compõe o campo da Geografia Urbana no Brasil.

No entanto, Silva (2009) identifica a existência de certa impermeabilidade ao conceito de gênero na Geografia, que também é observado no campo da Geografia Urbana. As limitações a temáticas e conceitos que não são centrais a determinados campos científicos, como observamos na primeira sessão, são impostas pelas próprias autoridades do campo, ou ainda, por agentes que o constituem. Não obstante, nos argumentos de Silva (2009) existe um discurso que valoriza homens em detrimento das mulheres, que se articula junto a agentes que ocupam posições de poder no campo da Geografia ou em organizações acadêmicas que classificam o que pode ou não ser publicado.

Para Silva (2009), há características peculiares da Geografia, que se manifestam no processo de formação de pesquisadores(as) e na transmissão do conhecimento geográfico, refletida nas publicações científicas, que ratificam o poder

de grupos hegemônicos e suas teorias cientificas, ocultando outras (Silva, 2009). Essa característica se apresenta de forma distinta, pode também ser identificáveis em outros campos do conhecimento, o que não demonstra profícuo, se o desenvolvimento da ciência ocorre a partir de embates dentro da própria comunidade cientifica.

Silva e Ornat (2011) argumentam que os estudos sobre gênero devem considerar que as mudanças nos padrões que afetam as feminilidades também impactam as masculinidades. Estes autores identificam o gênero como relacional, demonstrando a multiplicidade de feminilidades e masculinidades. Vale observar que abordagens referente a gênero de outros campos da ciência estabelecem conexão com os debates no campo geográfico, seja visão espacial de fenômenos, pela temporalidade, ou ainda pela busca de fortalecimento das discussões teóricas.

Santos e Ornat (2017) colocam em debate as reflexões de Butler (2003), corroborando que a naturalização da hierarquia de pessoas pelo gênero é perpetuada pelos discursos médicos, jurídicos e biológicos, mas vão adiante e identificam que o discurso teológico monoteísta está presente na perpetuação da hierarquia de gênero. Conforme essas discussões, esse processo ocorre através da reiteração de normas ditadas que antecedem os sujeitos. De acordo com Santos e Ornat (2017), trata-se de um fenômeno que simultaneamente expõe e oculta as regras compulsórias que concordam ou discordam da linearidade identificada por Butler (2003). O trabalho de Santos e Ornat (2017) analisa o espaço escolar como condicionado pela regulação dos corpos, um espaço interdito[21] a pessoas que escapam à linearidade, o que também se observa em determinados campos do conhecimento na educação em nível superior.

Nesse âmbito, o conceito de gênero foi adotado por geógrafas feministas e, segundo Silva (2009), teve sua compreensão ampliada ao considerar o espaço, incorporando avanços teóricos e metodológicos na Geografia. Essa perspectiva é identificada no trabalho de Monk e Garcia-Ramon (1987), intitulado “Geografia feminista: una perspectiva internacional”, que afirma que “desde meados da década de 1970, a produção científica em Geografia com enfoque feminista tem crescido”. No Brasil, o gênero como principal conceito das Geografias Feministas emergiu como tema de pesquisa no início da década de 1990.

---

[21]A compreensão da produção do espaço interdito, parte da discussão efetuada por Silva (2007) ao identificar que na experiência de pessoas que se identificam como travestis.

Um dos primeiros exemplares dessa abordagem trata-se da tese de doutorado de Sonia Alves Calió, intitulada “Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana”[22], apresentada em 1991 na Universidade de São Paulo (USP). Esta instituição, juntamente com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), são consideradas, segundo Silva et al (2013), centros tradicionais da produção do saber geográfico. No entanto, conforme Silva et al (2013) e Cesar (2015), o pioneirismo de Calió (1991) não abriu caminho para novas abordagens sobre temas como gênero e sexualidade nos principais centros de produção geográfica do Brasil. Mas como observamos anteriormente, há nos campos científicos uma busca pela estabilidade, manutenção da ordem hierárquica e protecionismo à autoridades científicas, mesmo que a novidade metodológica, categorial, conceitual, ou ainda o lançamento de um novo olhar sobre os mesmos fenômenos sociais, esteja conectado a uma linha de pensamento consolidada.

Calió (1997) é claramente influenciada pela perspectiva crítica da Geografia, nesse trabalho ela compreende que haveria um verdadeiro sistema social de dominação por meio da divisão sexual do trabalho, onde o patriarcado é interpretado como um sistema de relações hierarquizadas com a supremacia da autoridade masculina, enquanto o capitalismo atua como um sistema autônomo que converge para a manutenção das diferenças entre homens e mulheres. Para Calió (1997), o androcentrismo é a base do sexismo e da masculinidade, além de obliterar o protagonismo feminino, excluindo-as de espaços de poder de tomada de decisões. Essa perspectiva androcêntrica está presente nas Ciências em seus diversos níveis, e segundo Calió (1997), configura-se como uma barreira para avanços conceituais, assemelhando-se aos obstáculos vividos na Geografia ao envolver questões de gênero ou relações entre os sexos.

Essas barreiras também estão nos enfrentamentos da trajetória da Professora Rosa Ester Rossini, que ainda na década de 1980, elaborou sua tese de Livre Docência[23] intitulada "Geografia e Gênero - A mulher na lavoura canavieira paulista". Rossini (2016) afirma que, para realizar esse trabalho, foram necessárias

---

[22]Até o momento a tese citada não foi digitalizada, estando indisponível nos repositórios institucionais para acesso remoto.

[23]A livre-docência é o mais alto grau de titulação que um acadêmico pode chegar. Ele é direcionado apenas para portadores de título de doutor. A livre-docência atesta uma qualidade superior na docência e na pesquisa. Lei nº. 5.802/72 e nº. 6.096/74 e pelo Decreto 76.119/75.

articulações com geógrafas feministas internacionais, com o propósito de acessar referências que dialogassem com as observações de campo e os fenômenos identificados. Nesse período, as barreiras impostas pela geografia brasileira são evidentes, principalmente, ao notar que a temática de gênero não era central na dissertação de mestrado e na tese de doutorado defendidas por Rossini em 1971 e 1975. De acordo com Rossini (2016), sua dissertação despertou inquietações sobre o trabalho da mulher na lavoura canavieira e no trabalho doméstico. Essas observações levaram a Professora Rossini, enquanto docente no curso de Geografia da USP, a publicar em 1983 o trabalho intitulado "*Woman as Labor Force in Agricultural: The Case of The State of São Paulo – Brazil*"[24].

Como podemos observar, para a temporalidade da formação dessa pesquisadora, foram necessárias articulações com pesquisadores estrangeiros para fortalecer as abordagens de gênero na Geografia. O referencial teórico sobre gênero era escasso, mesmo em outros campos do conhecimento, e as mulheres eram desconsideradas como integrantes do espaço geográfico, como se observa na afirmação de Rossini (1993):

> O conceito de gênero é bastante recente nas ciências sociais e diz respeito à dimensão socialmente construída do feminino e do masculino. Constitui um tema ainda pouco explorado na geografia, isto porque a mulher não constitui categoria de análise nesta área. O objeto de geografia é, em primeiro lugar, o espaço. Assim, procura-se trabalhar o tema de forma a demonstrar como a mulher, através de seu trabalho, produz e reproduz o espaço. (Rossini, 1993, p.1).

Outro importante caminho foi traçado pela Professora Susana Maria Veleda da Silva, a partir de sua trajetória acadêmica com pesquisas referentes a relações de gênero e ao trabalho feminino. Em sua argumentação, Veleda da Silva (2019) destaca que o interesse pelas questões de gênero inicia logo após o término da graduação em Geografia, em 1987, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A inexistência de linhas de pesquisa relacionadas a gênero neste campo do conhecimento levou a geógrafa a realizar o mestrado em Sociologia. No doutorado, através de conexões internacionais e participação em eventos, Veleda da Silva o realizou em Geografia em Barcelona, onde pôde efetivamente conectar o saber

---

[24]Tradução nossa: Mulher como força de trabalho na agricultura: o caso do estado de São Paulo - Brasil.

geográfico à pesquisa sobre gênero. Esta trajetória demonstra, primeiramente, a alteração das temáticas de pesquisa da graduação para a pós-graduação. Em segundo, o necessário deslocamento entre campos de pesquisa para abordar a temática de gênero, conectada com seus conhecimentos no campo geográfico. Em terceiro, o deslocamento espacial internacional para manter-se na Geografia e fortalecer as discussões relacionadas a gênero.

Com este relato, fica notável o fato de que, ao abordarmos apenas artigos, dissertações ou teses, não podemos compreender completamente esses deslocamentos de temáticas, de campos do conhecimento e de instituições. Assim, ao abordarmos a conjuntura de informações que constituem o currículo acadêmico de pesquisadores(as), torna-se possível evidenciar tais ocorrências. As publicações científicas correspondem a um elemento importante na constituição de agentes que integram campos de conhecimento específicos, porém, ainda que fundamentais, não podem ser observadas de forma isolada, as publicações são parte de uma conjuntura de elementos que constituem campos científicos.

Silva (2009) destacou que o diálogo entre gênero e a produção científica na Geografia aparenta não atrair pesquisadoras(es) deste campo do conhecimento. Alguns trabalhos no âmbito do Grupo de Estudos Territoriais procuraram preencher esta lacuna. Silva et al (2009) analisam a (in)visibilidade das mulheres como tema de interesse e como produtoras do conhecimento da ciência geográfica brasileira. Neste trabalho, os autores identificam que há uma crescente feminização da Geografia brasileira, mas o discurso científico mantém-se pouco permeável à expansão da compreensão das relações entre espaço e gênero.

Através do diálogo entre duas pesquisas efetuadas no âmbito do GETE[25], Silva, Cesar e Pinto (2015) analisam o tensionamento teórico que a abordagem de gênero provoca no campo conceitual estabelecido pela dicotomia entre o espaço público e o espaço privado. Para estes autores, dicotomias são colocadas e estabelecidas enquanto verdades absolutas no campo científico, o que cria barreiras a questionamentos e interpretações distintas daquelas tidas enquanto verdades, como as enfrentadas em questionamentos sobre a supremacia masculina na

---

[25]Uma delas analisou a produção acadêmica feminina e masculina a partir de 13.990 artigos científicos publicados entre 1974 a 2013 [...] em periódicos científicos da geografia. A outra pesquisa considerou o uso do tempo cotidiano de seis casais heterossexuais que fazem parte do mundo científico [...] em diferentes posições de gênero. (SILVA; CESAR; PINTO, 2015, p. 188)

Geografia.

Na observação de Silva, Cesar e Pinto (2015, p. 195) "a produção científica feminina na área da Geografia está posicionada em periódicos com menor prestígio acadêmico, conforme os critérios de avaliação da CAPES", o que não mostra o fato de que a utilização do tempo das mulheres com o cuidado com a família no espaço privado é superior ao de homens. Contudo, ao argumentarem sobre as temáticas abordadas pelas Geografias Feministas, os autores afirmam que "o gênero não fez parte da análise geográfica pelo apego à tradição epistemológica e não pelo fato de que mulheres não sejam seres espaciais" que também constituem o espaço acadêmico.

Cesar (2015), compreendendo as relações de gênero como elemento da produção científica geográfica no Brasil, com estudo em 90 periódicos online científicos, identifica que temas relacionados à Geografia Urbana estão entre os abordados por pesquisadoras que tiveram grande contribuição no conhecimento geográfico. Anos mais tarde, Cesar (2019) compreende que o espaço acadêmico é organizado a partir de relações de poder relacional, repleto de regras atribuídas por seus dominantes, ainda assim, em constante transformação que envolvem os sujeitos os quais integram sua estrutura.

A tese de Cesar (2019, p. 16) se orienta para a compreensão de “como o gênero compõe as trajetórias acadêmicas de pessoas centrais na produção do conhecimento geográfico brasileiro.” Partindo de dados quantitativos da produção geográfica, a autora evidencia clara diferença no discurso de homens e mulheres centrais na produção deste conhecimento. Através da análise, Cesar (2019) evidencia que a construção do conhecimento geográfico é organizada a partir de relações de poder que alimentam diferenças entre homens e mulheres, com sobreposição da influência masculina na academia.

Pinto (2017), em seu trabalho, destina-se a compreender como o gênero compõe o perfil de produção científica geográfica, nos espaços acadêmicos de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas paranaenses. Utilizando uma diversidade de fontes de dados sobre o espaço acadêmico, o autor identifica que o volume de publicações em periódicos produzido por mulheres e homens é explicado pela razão próxima de dois para três artigos. O que, de acordo com o autor, mascara a diferença ao observar os estratos com maior classificação de periódico efetuado pelo Sistema Qualis da CAPES, onde é nítida a diferença e o escasso número de

publicações de pesquisadoras. Esse padrão fundamenta o discurso de docentes pesquisadores(as) que, em questionário aplicado pelo autor, demonstraram discordar que o gênero influencie a produção acadêmica, julgando o espaço acadêmico como neutro e igualitário (Pinto, 2017).

Em continuidade a esta linha de pesquisa, Pinto e Silva (2018, p. 53) buscam compreender “como o gênero institui a produção científica de docentes de programas de pós-graduação em geografia paranaenses em sua vivência espacial cotidiana”. Os autores interpretam o uso do tempo de docentes de alto impacto teórico e produtividade na Geografia brasileira a partir de entrevistas. Esses autores, evidenciam que pesquisadoras e pesquisadores desconsideram o aspecto gênero na produção docente. O que, segundo Pinto e Silva (2018) entra em contradição com o fato que, de forma distinta, o gênero afeta a carreira científica de homens e mulheres.

Essa observação também é identificada na pesquisa de Rissi, Carvalho e Rachid (2018), que analisam a participação das mulheres nas atividades de extensão de determinada universidade pública. Conforme os dados levantados pelos autores, há cada vez mais mulheres nas universidades, mas os homens são maioria com formação no doutorado e na prática docente, fato que foi observado por Silva (2009). No transcorrer da pesquisa, Rissi, Carvalho e Rachid (2018) identificam que há predominância das pesquisadoras nos projetos de extensão em comparação com os pesquisadores, principalmente ao se referir à coordenação de tais projetos. Ficando evidente, de acordo com os autores, que os homens se direcionam a determinados campos do conhecimento com projetos que envolvem maior aporte financeiro, frente a extensão que possui grande relevância social, mas majoritariamente possuem menores recursos e são desenvolvidas por docentes mulheres.

Aspectos da produção da pós-graduação brasileira também são abordados por Mena-Chalco e Rocha (2014), ao caracterizarem as pesquisas cadastradas no banco de Teses e Dissertações da CAPES (BDTD) de 1987 a 2011. De acordo com os autores, os trabalhos defendidos para a obtenção de titulações de mestrado e doutorado representam um importante produto de avaliação de produtividade de cursos. Dentre as evidências dispostas por Mena-Chalco e Rocha (2014), está a desigualdade de gênero nos diferentes campos de conhecimento. Na Geografia, de acordo com dados dispostos na pesquisa citada, em nível de mestrado foi identificado maior número de dissertações de mulheres, enquanto no doutorado há uma reversão com maior número de teses de homens.

As discussões efetuadas por Silva *et al* (2013) exploram o desenvolvimento das vertentes teóricas das Geografias Feministas e Queer no Brasil. A fonte para as reflexões destes autores se refere a levantamentos no BDTD da CAPES e da biblioteca digital do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com termos específicos[26] abordando o período de 1990 a 2011, o que dá evidência ao primeiro trabalho na Geografia e gênero citado anteriormente. Silva *et al* (2013) identificam a existência de alianças entre pesquisadores(as) para o fortalecimento do campo de pesquisa relacionado a temáticas de gênero e sexualidade.

Com observação no total de teses e dissertações defendidas na Geografia, Silva *et al*. (2013) identificam que na temporalidade analisada, trabalhos de conclusão de mestrado e doutorado sobre gênero e sexualidade, representaram aproximadamente 0,6% das defesas na pós-graduação em Geografia. Contudo, ao efetuarem recortes em quatro quinquênios, os autores identificam intenso crescimento de teses e dissertações sobre gênero e sexualidade, com aumento superior a dez vezes entre o primeiro recorte (1991- 1996) e o último (2006 - 2010).

Na observação dos autores "a abordagem temática também se mostra diversificada, embora o espaço urbano seja claramente privilegiado como referencial de análise" (SILVA *et al*. 2013, p. 102). Desse modo, destaca-se a atenção de pesquisadores(as) à temática gênero com concentração em recortes espaciais urbanos. Porém, as teses e dissertações em Geografia com as temáticas de gênero, mulher(es) e sexualidades, de acordo com os autores, não estão concentradas em grandes centros acadêmicos da Geografia brasileira (São Paulo e Rio de Janeiro), sendo localizadas no interior do país e distribuídas em programas de pós-graduação mais recentes.

Esta observação também é efetuada por Lindo (2021) em seu trabalho, com o propósito de incluir um prosseguimento temporal às observações efetuadas por Silva *et al*, (2013). Lindo (2021) mapeou como geógrafas(os) abordaram a temática de gênero e sexualidades em suas pesquisas de mestrado e doutorado na década de 2010 na Geografia brasileira. A autora apresenta quem são e quais os focos de pesquisa referentes às mulheres, utilizando como fonte para a pesquisa dados de levantamentos realizados no banco de teses e dissertações da

---

[26]De acordo com os autores, os termos utilizados para as buscas foram: “travesti”, “sexo”, “gay”, “lésbica”, “homossexualidade”, “homoerotismo”, “sexualidade”, “LGBT”, “diversidade sexual”, “raça e etnia”, “queer”, “prostituição”, “gênero”, “masculinidade”, “corpo” e “mulheres”.

CAPES[27]. Lindo (2021) identifica que houve aumento do número de dissertações e teses sobre temáticas referente ao feminismo na Geografia no decorrer dos anos estudados, mas ainda são próximos de 1% das teses e dissertações neste campo do conhecimento. A autora ressalta que há grupos de pesquisa e pesquisadores(as) que tensionam a produção hegemônica e hierárquica do saber geográfico, dando destaque à concentração da produção acadêmica sobre a temática gênero e sexualidades em programas de pós-graduação (PPG) criados nas duas primeiras décadas do Século XXI, localizados em regiões não metropolitanas.

Além do aspecto periférico, frente aos grandes centros de produção científica brasileira, Silva *et al* (2013) e Lindo (2021) se aproximam no entendimento de que a produção científica na Geografia reflete a desigualdade de gênero, pois mesmo com a integração e participação das mulheres nas universidades, revela-se como desigual, com superioridade de pesquisadores nos patamares mais elevados desse campo do conhecimento e nas hierarquia institucionais. Esses estudos dialogam sobre questões de gênero na produção científica geográfica, com base em teses e dissertações desse campo do conhecimento, mantendo a atenção a uma parte que integra o currículo Lattes.

Outro ponto que deve ser observado refere-se ao fato que os trabalhos de Silva *et al* (2013) e Lindo (2021) abordaram um amplo range de temáticas (notas de rodapé 24 e 25) feministas na Geografia. Com o propósito de efetuar um levantamento apenas das discussões referente a gênero na Geografia no Brasil, efetuamos uma nova busca no mesmo banco de teses e dissertações utilizado por essas pesquisas[28], mas estabelecendo como critério apenas o termo "gênero" e como filtro a área de avaliação "Geografia". Posterior à limpeza dos dados, a qual eliminou repetições e trabalhos que não se referiam a discussões referente a gênero aqui problematizadas, identificamos que entre 1991 e 2022 tiveram 22 teses e 123 dissertações, valendo destacar a manutenção da discrepância ao volume total de teses e dissertações da Geografia.

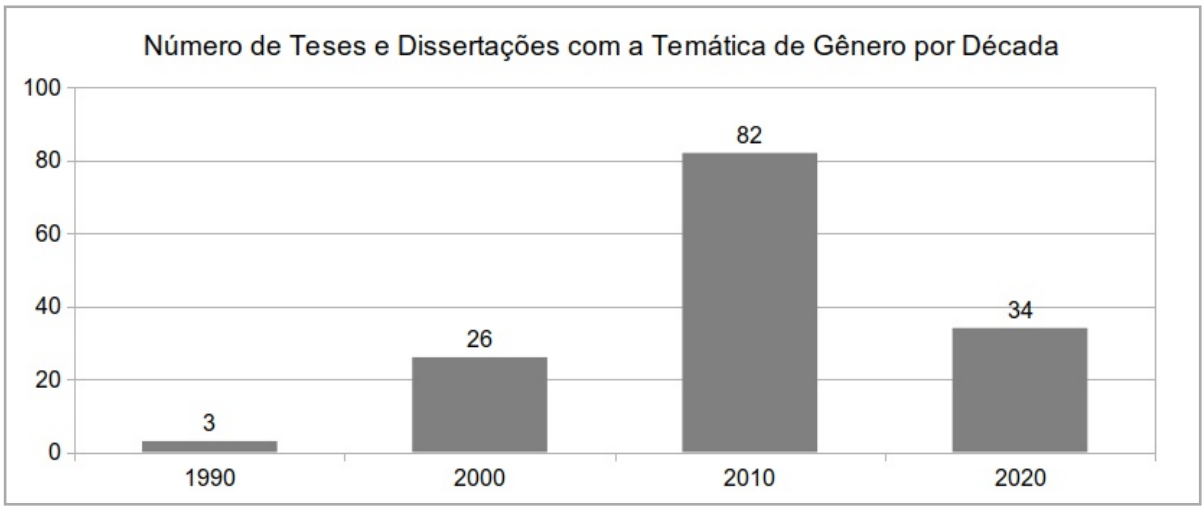
---

[27]Lindo (2021) efetuou a busca pelos seguintes termos: “corpo”, “diversidade sexual”, “feminilidades”, “feminino”, “feminismo”, “gay”, “gênero”, “homoerotismo”, “homofobia”, “homossexual/homossexualidade”, “lésbica”, “LGBT”, “masculinidade”, “mulheres”, “prostituição/prostitutas”, “queer”, “sexo”, “sexualidade” “trans” e “travesti”. realizadas na página eletrônica do repositório. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/> Acesso em: 01 de fevereiro de 2023. A autora observa ainda que entre 2010 a 2019 foram identificados 10.662 teses e dissertações na Geografia.

[28]Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 02 de março de 2023. Obs: Nessa plataforma o termo é buscado dentre o Título, Resumo e Palavras-Chave.

Ao distribuirmos os trabalhos de conclusão de cursos de doutorado e mestrado identificados, seguindo de acordo com a década de defesa, temos a configuração apresentada no gráfico 1.

Gráfico 1: Agrupamento de teses e dissertações com a temática de gênero na Geografia por década



fonte: catálogo de teses e dissertações da CAPES. Org. o autor.

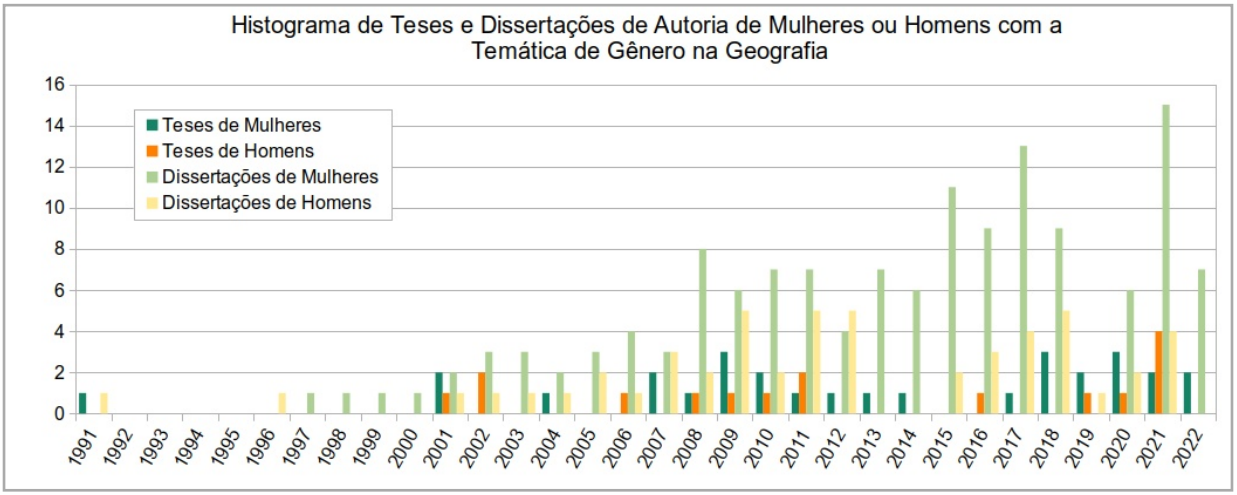
Não se trata de efetuar um comparativo com os trabalhos de Silva *et al*. (2013) e Lindo (2021). Primeiramente, é necessário ressaltar que nosso levantamento refere-se apenas à temática de gênero enquanto termo de busca. Em segundo lugar, o banco de teses e dissertações da CAPES passou por atualizações no sistema de busca e alterações efetuadas na forma de alimentação do repositório, responsabilizando os Programas de Pós-Graduações (PPGs) pela veracidade dos dados. Isso permite identificar trabalhos que anteriormente não foram encontrados, mas também aumenta a possibilidade de erros, como trabalhos que aparecem mais de uma vez.

Dito isso, a observação inicial do gráfico indica um aumento significativo do volume de teses e dissertações da década de 1990 para a de 2010, com um crescimento de mais de 27,33 vezes no número de trabalhos defendidos. A observação seguinte se refere à década de 2020, que em apenas três anos apresentou uma média anual superior a 11,33 teses e/ou dissertações defendidas, superior à média anual da década de 2010, que foi de 6,83 trabalhos. Na década de 2000, a média anual foi próxima de 2,17 trabalhos, e muito superior se considerarmos apenas os anos a partir da primeira tese referente à temática de gênero defendida na década de 1990, que apresentou uma média de 0,25 trabalho por ano, ou seja, uma tese ou dissertação defendida a cada quatro anos.

Alguns fatos não podem ser evidenciados pelo gráfico 1: primeiramente, 64,44%

das teses e 72,77% das dissertações nos termos estabelecidos foram defendidas por mulheres, enquanto 35,56% e 27,23%, respectivamente, foram defendidas por homens. O segundo fato não evidenciado ao agruparmos por décadas se refere ao impacto da Pandemia de Covid-19 e os consequentes ataques com cortes de investimento que a Ciência, de modo geral, sofreu nos últimos anos[29], levando a uma queda no número de teses e dissertações ao final da década de 2010 (gráfico 2).

Gráfico 2: Histograma de teses e dissertações da CAPES com a temática gênero pelo tipo e autoria



fonte: catálogo de teses e dissertações da CAPES. Org. o autor.

Neste gráfico, é possível identificar o número de teses e dissertações da Geografia defendidas por mulheres e homens em cada ano, com uma queda relevante em 2019, quando os números retornaram a níveis próximos aos anos de 2003 e 2004. Apesar disso, ainda há a possibilidade de realização de outros trabalhos.

Retomando o objetivo traçado para esta tese, focando no campo da Geografia Urbana, é necessário uma observação lógica, ao se referir a uma cidade: a autoria do trabalho propôs abordar o espaço urbano. Mas quais dos trabalhos que utilizam o termo “gênero” também utilizaram o termo “urbano” (ou suas variantes: urbana, urbanização, urbanidade, etc.)?[30]

Ao centrarmos nossas atenções no gênero compondo a Geografia Urbana, interpretada como o campo da Geografia que mais concentra pesquisadores(as), efetuamos um novo levantamento. A busca com "Gênero" AND "Urban"[31] com o filtro na área de avaliação “Geografia” ativo revelou, além da tese de Calió (1991) citada

---

[29]Como se revela no Jornal O Globo de 10/09/2024, na reportagem de Bruno Alfano. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2024/09/10/investimento-em-universidades-publicas-brasileiras-caiu-durante-a-pandemia-mostra-relatorio-da-ocde.ghtml>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

[30]Observando que o buscador disponibilizado pelo catálogo de teses e dissertação executa a pesquisa nos campos resumo, palavras-chave, biblioteca, linha de pesquisa, área de conhecimento, programa, agência financiadora, nível.

anteriormente, mais uma tese e quatro dissertações, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 1: Trabalhos de tese ou dissertação encontrados na área de avaliação "Geografia" com os termos de busca "gênero" e "urban"

Autoria:	Jemeffer Souza Lebrao		Tipo:	Dissertação
Título:	As Mulheres do Café em Vitoria da Conquista: Dinâmica Histórico-Espacial da Mobilidade do Trabalho e a (Re)Produção da Periferia Urbana'			
Instituição:	Universidade Federal da Paraíba			
Cidade	João Pessoa	Ano de Defesa:	2016	
Orientação:	Maria Franco Garcia			
Autoria:	Jessica Emanueli Moreschi Bedin		Tipo:	Dissertação
Título:	As Espacialidades Instituintes das Diferentes Ações Infracionais Cometidas por Adolescentes do Sexo Feminino em Ponta Grossa-Pr			
Instituição:	Universidade Estadual de Ponta Grossa			
Cidade	Ponta Grossa	Ano de Defesa:	2018	
Orientação:	Joseli Maria Silva			
Autoria:	Julia Garcia de Souza da Silva		Tipo:	Tese
Título:	“A Cor dessa Cidade Sou Eu?” - As Mulheres e o Direito à Cidade em Salvador, Bahia			
Instituição:	Universidade de São Paulo			
Cidade	São Paulo	Ano de Defesa:	2021	
Orientação:	Rosa Ester Rossini			
Autoria:	Clarice Fernandes Rodrigues		Tipo:	Dissertação
Título:	Horizontes para um Planejamento Urbano a partir da Perspectiva de Gênero – O Caso de Belo Horizonte			
Instituição:	Universidade Federal de São João Del-Rei			
Cidade	São João Del Rei	Ano de Defesa:	2022	
Orientação:	Daniela Abritta Cota			
Autoria:	Lais Rolla Paula Mota		Tipo:	Dissertação
Título:	Ocupação de Mulheres Tina Martins e a Produção do Espaço Urbano em Belo Horizonte - Mg: Reflexões Sobre uma Práxis Urbana Transformadora			
Instituição:	Universidade Federal de São João Del-Rei			
Cidade	São João Del Rei	Ano de Defesa:	2022	
Orientação:	Daniela Abritta Cota			

fonte: Catalogo de Teses e Dissertações da CAPES. Org. o autor.

---

[31]O operador boleano "AND" pode ser incluso no buscador da referida base de dados com o proposito de delimitar a busca, em síntese significa dizer que a busca foi efetuda por "genero" e "urban" que estejam em um mesmo registro. A utilização da abreviação "urban" foi com o proposito de identificar diferentes formas de se referir ao urbano, urbanização, urbanizar, etc.

Lebrao (2016) identifica, através das experiências de vida das mulheres trabalhadoras da cafeicultura, memórias que inter-relacionam a imigração para a cidade de Vitória da Conquista dando evidências a processos, ações e práticas que ocorriam e ocorrem na esfera "micro" e interferem diretamente no "macro" da agroindústria cafeeira. Esses processos alteraram o espaço urbano e fundamentam a manutenção da periferia da cidade e a segregação, somados à precarização do trabalho feminino.

O trabalho realizado por Bedin (2018) compreende como as espacialidades instituem diferentes ações infracionais cometidas por adolescentes do sexo feminino em Ponta Grossa-PR. Tendo como fonte os Boletins de Ocorrência entre 2012 e 2015, a autora identifica que atos infracionais são cometidos majoritariamente por meninas adolescentes, com maior intensidade entre integrantes de famílias que residem nas periferias pobres da cidade, carentes de serviços e infraestruturas. De acordo com a autora, a precariedade de recursos e a falta de uma rede de proteção são fundamentos para a realização de delitos e a inclusão destas adolescentes no grupo de jovens em conflito com a Lei, cabendo ao Poder Público municipal uma maior atenção socioeducativa a essas meninas.

A pesquisa de Silva (2021) objetivou compreender a relação entre a produção do espaço urbano e a forma como as mulheres da cidade de Salvador – BA, são atravessadas pelas suas contradições. A autora considera o espaço como a materialização da intersecção de relações de gênero, raça e classe, sendo esses cruzamentos o fundamento para o acesso ou restrição a mulheres ou homens. Essa pesquisa se fundamentou em referencial teórico das Geografias Feministas, utilizando como ferramenta metodológica os *Relief Maps*, proposta por Rodó-de-Zarate (2013). Além de identificar que as mulheres enfrentam insegurança e vulnerabilidade, os dados da pesquisa contribuíram no desenvolvimento do aplicativo "FEMINISTAS.SA", que tem como finalidade atribuir às mulheres o direito à cidade.

No estudo efetuado por Rodrigues (2022), são dispostas reflexões sobre a política de planejamento urbano na cidade de Belo Horizonte–MG, orientando para a aplicabilidade da perspectiva de gênero. Para a autora, historicamente, o lugar das mulheres no debate sobre a cidade foi imposto. Observando a necessidade de inclusão e incorporação de perspectivas femininas, o trabalho identifica como as questões de gênero foram incorporadas nos instrumentos de planejamento urbano.

Rodrigues (2022) identifica que as diretrizes que contemplam a perspectiva de gênero têm ênfase ao Trabalho Social, direcionado a fomentar a participação das mulheres. Além disso, o trabalho lança possibilidades de pesquisas que podem contribuir para o planejamento e a efetivação de uma cidade mais inclusiva a partir da perspectiva de gênero.

O trabalho realizado por Mota (2022) aborda as experiências no espaço de acolhimento e abrigo a mulheres em situação de violência, Casa de Referência Tina Martins, em Belo Horizonte (MG). Com o propósito de analisar a relação entre a busca pelo Direito à Cidade e os enfrentamentos feministas interseccionais, a pesquisa destaca a importância do espaço de acolhimento, orientando para a necessária transformação das estruturas de opressão relacionadas a gênero, raça e classe com políticas de não violência que se concretizem.

Como pode ser observado, há o protagonismo de pesquisadoras do campo da Geografia como autoras e orientadoras desses trabalhos que relacionam gênero com o urbano ou variantes deste conceito. Não identifica-se nessas pesquisas foco relacional do gênero no campo científico da Geografia Urbana, mas no conjunto dessas pesquisas que efetuam essa inter-relação do gênero com o urbano na Geografia, identifica-se uma correlação da pesquisa com a extensão. A dissertação de Rodrigues (2022) é voltada para a aplicabilidade da política de gênero no planejamento urbano, as demais pesquisas concentram atenção às mulheres (Lebrao, 2016; Silva, 2021; Mota, 2022) ou adolescentes do sexo feminino (Bedin, 2018), demonstrando a estrita relação da temática de gênero pelos espaços urbanos.

Uma observação efetuada anteriormente no Oasisbr com o termo "Geografia Urbana" em "Todos os campos" identificou 525 dissertações e 200 teses. Mas, ao incluirmos como assunto o termo “gênero”, foi encontrada apenas uma dissertação. Intitulada “Rua, substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade”, de autoria de Gonçalves (2019). A dissertação analisa como a questão de gênero influencia os movimentos instituídos por mulheres em situação de rua em diferentes espaços da cidade de Pelotas-RS.

Ao elencarmos outra fonte, observamos que existe a necessidade de consolidação dos repositórios fontes de teses e dissertações. De qualquer forma, a escassez relacionada à temática de gênero identificada por Silva (2009) ainda pode ser evidenciada ao observarmos um dos principais campos do conhecimento

geográfico. Ainda que se apresente em ascensão, o número de teses e dissertações que atentam à temática de gênero é pequeno frente ao volume de trabalhos de doutorado ou mestrado na Geografia.

O campo de conhecimento geográfico, e por consequência o campo da Geografia Urbana, de acordo com Silva (2009), é engendrado por relações de poder. Não basta, de acordo com essa autora, nas discussões relacionadas a gênero, apenas identificar o número de homens e mulheres que estão inseridos no sistema de ensino superior pela hierarquia instituída na própria organização institucional universitária. Seria necessário assim, compreender os níveis, a posição que cada pesquisador(a) ocupa nessa hierarquia a demais agentes que constituem o campo da Geografia Urbana.

No decorrer desta seção, busca-se compreender, através do diálogo com interpretações das discussões teóricas que fundamentam, identificam o surgimento e revelam as conexões, as denominadas Geografias Feministas. Claramente há uma manutenção da compreensão que o gênero, enquanto construção social, pode ter diferença pelo espaço ou tempo, mas fundamenta a classificação, ou melhor, a hierarquização de pessoas na sociedade. O gênero interpretado a partir da identificação de nomes masculinos e femininos é compreendido nessa tese como categoria de análise fundamental para o campo científico da Geografia Urbana. Com essa interface somada às reflexões efetuadas na primeira seção referente à complexidade e aos campos científicos, juntamente com as possibilidades advindas da Geografia da Ciência e das aplicabilidades da cientometria, fechamos esse capítulo dando abertura para um diálogo com a historiografia da estruturação da Ciência brasileira, legitimamente focalizando a Geografia Urbana enquanto campo da Geografia.

CAPÍTULO 2 -
A UNIVERSIDADE E A GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL

Dentro do escopo deste trabalho, abordar o aspecto histórico é fundamental para compreender como as estruturas do conhecimento se consolidaram e se transformaram ao longo do tempo, bem como a forma que os contextos histórico, social, cultural e político influenciam esses arranjos. A história das instituições acadêmicas e da produção científica não pode ser dissociada das relações de poder que definem quais saberes são legitimados e quais são marginalizados.

Segundo Certeau (1982, p. 66), “A escrita da história se constrói em função de uma instituição”, o que evidencia que a produção do conhecimento não ocorre de maneira neutra, mas está inserida em um campo de disputas e hierarquizações, visto que determinados discursos se tornam hegemônicos e outros são atenuados, principalmente dentro do contexto das Universidades enquanto lugares de produção e prática de conhecimento.

A história da Universidade no Brasil é marcada por uma institucionalização tardia em comparação a outros países, impactando diretamente a qualidade e a abrangência do ensino superior. Desde o período colonial, a influência portuguesa restringiu a criação de Universidades no Brasil, favorecendo a formação de elites em instituições europeias, especialmente em Coimbra, e essa ausência inicial de um sistema universitário próprio reforçou uma estrutura educacional excludente que, mesmo com as transformações políticas e sociais ao longo dos séculos, manteve desigualdades no acesso ao ensino superior e, em certa medida, ainda possui reverberações nos dias de hoje.

Ao longo do século XX, as Universidades passaram a desempenhar um papel cada vez mais vinculado ao desenvolvimento econômico do país. A expansão do ensino superior, em muitos momentos, esteve mais alinhada às necessidades do mercado e ao fortalecimento do setor privado do que a uma democratização do conhecimento propriamente dito. Esse processo gerou um cenário em que as Universidades brasileiras se tornaram dependentes de financiamento e parcerias com grandes empresas, resultando em uma relação direta entre a produção acadêmica e os interesses do capital. A conformação das Universidades brasileiras ao longo desse período foi profundamente influenciada pela necessidade de modernização econômica do país e pela atuação do Estado como mediador entre o

setor privado e as instituições acadêmicas. Durante esse processo, as Universidades foram se estruturando não apenas como espaços de ensino e pesquisa, mas também como atores estratégicos dentro do modelo econômico nacional. Portanto, a configuração atual das Universidades brasileiras tem conexão direta com aspectos da economia nacional, sendo o resultado de um longo processo histórico em que a distribuição espacial das instituições de ensino superior decorre das dinâmicas e disputas de poder ao longo do tempo.

Dessa forma, para aprofundar a compreensão da Geografia Urbana sob o prisma das relações de gênero, a análise não se restringe à localização das Universidades e seus respectivos cursos. Torna-se imperativo investigar os processos de constituição e organização dessas instituições, examinando de que modo os principais órgãos de fomento à ciência estruturam os campos do conhecimento e, por conseguinte, influenciam sua hierarquização. Essa abordagem analítica permite desvelar como a própria dinâmica de formação e funcionamento da Universidade não apenas reflete, mas também perpetua determinadas relações sociais, impactando diretamente a consolidação da Geografia Urbana enquanto campo de estudo influênciado pelas relações de gênero.

Dentro desse contexto, a estruturação da ciência no Brasil reflete essa organização institucional e suas contradições. A CAPES e o CNPq desempenham papéis fundamentais na definição dos campos científicos e na orientação das pesquisas acadêmicas. No entanto, esses modelos, ao mesmo tempo que conferem certa organicidade à produção do conhecimento, também impõem classificações rígidas que podem restringir abordagens interdisciplinares e inovadoras. A Geografia Urbana, nesse sentido, se destaca como um campo interdisciplinar, que se insere nos debates sobre a produção do espaço e as transformações urbanas a partir de perspectivas diversas, buscando compreender a cidade como um sistema dinâmico e complexo, cujas relações são atravessadas por aspectos sociais, políticos e econômicos.

Ao longo da história e a partir das mudanças no contexto acadêmico e da Ciência no Brasil, a Geografia Urbana evoluiu também conforme as mudanças na organização espacial e nas demandas sociais, consolidando-se como um campo essencial para a interpretação das desigualdades urbanas e das relações de poder que moldam as cidades contemporâneas.

Assim, para dar conta de todas estas discussões, organizamos nossas

reflexões em duas seções, a primeira intitulada “Historiografia da Universidade no Brasil”, que destaca a temporalidade da construção da estrutura de ensino superior, elencando aspectos relacionados com as discussões pautadas por essa tese. Tratamos na segunda seção sobre a estrutura da Ciência brasileira e seguimos em direção da interpretação da Geografia Urbana enquanto Campo da Geografia, seção que vai em direção da compreensão da Geografia Urbana como campo da Ciência geográfica, destacando as abordagens teóricas que destacam a importância do campo abordado. Por fim abordamos o questionário aplicado para mulheres e homens com currículos Lattes no escopo desse dessa tese, mais necessariamente, para bolsistas produtividade em pesquisa (BPP) e à lideres de grupos de pesquisas (LGP) da Geografia Urbana.

2.1 HISTORIOGRAFIA DA UNIVERSIDADE NO BRASIL

O ensino superior tem sido historicamente elevado nos debates referente a aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, permeado muitas vezes por questões sobre o acesso, a qualidade e a equidade em seus diferentes níveis e instituições. Obviamente a expansão e a democratização do ensino superior são cruciais para o desenvolvimento do país em seus distintos aspectos. Porém, como observam Mendonça (2000) e Anselmo (2020), a institucionalização desse nível de ensino no Brasil, com a criação de Universidades, ocorre de forma tardia em comparação a outros países, impactando na qualidade e abrangência da educação superior.

Mendonça (2000) concentra suas atenções na instituição universitária no Brasil, analisando a forma que o ensino superior tomou ao longo de sua história, dando ênfase ao que denominou período crítico de sua institucionalização entre 1920 a 1968. Esse período, destacado pela autora como crucial, reverbera na configuração contemporânea das Universidades brasileiras, assumindo sua centralidade no ensino superior do país.

Para entender como a configuração das Universidades brasileiras influencia a dinâmica atual do ensino superior, conforme delineado por Mendonça (2000), é necessário considerar a interseção entre a institucionalização acadêmica e o papel crescente das Universidades na economia de mercado, sendo influenciada diretamente pelas políticas nacionais. O período crítico analisado por Mendonça (2000) não apenas consolidou as bases das instituições de ensino superior, mas

também preparou o terreno para a atual dependência das Universidades em relação às demandas do setor privado. Os resultados das pesquisas científicas realizadas nas Universidades são frequentemente utilizados como referência para a ampliação de lucros e novas investidas de empresas privadas, evidenciando uma relação de dependência que favorece o capital financeiro privado (Mendonça, 2000).

Essas relações afetam diretamente o conjunto de relações internas das Universidades, como bem observa Santos (2001, p. 31):

> Na Universidade, somos solicitados todos os dias a trabalhar para melhorar a produtividade como se fosse algo abstrato e individual, estamos impelidos a oferecer às grandes empresas possibilidades ainda maiores de aumentar sua mais-valia. Novos laboratórios são chamados a encontrar as novas técnicas, os novos materiais, as novas soluções organizacionais e políticas que permitam às empresas fazerem crescer a sua produtividade e o seu lucro. (Santos, 2001, p. 31)

Dessa forma, as relações internas das instituições universitárias são alteradas, assumindo papel na competitividade das empresas, transcendendo sua função tradicional no desenvolvimento social. Em outra escala, o Estado como maior estimulador e administrador das instituições universitárias, abdica parcialmente de sua função e admite papel distorcido na estruturação do espaço, com o direcionamento de investimentos públicos para o desenvolvimento econômico de grandes empresas em detrimento das necessidades sociais (Santos, 1993).

Com destaque ao corporativismo na urbanização brasileira, Santos (1993) aborda criticamente a relação do Estado com a proposta de desenvolvimento econômico, mostrando que sob o comando das grandes empresas, a estrutura urbana é moldada, acentuando as desigualdades sociais. A integração dessas ideias, aprofunda a crítica ao modelo de desenvolvimento que privilegia o crescimento econômico empresarial em detrimento do bem-estar social.

Entretanto, por vezes despercebida, a competição mercadológica permeia os espaços acadêmicos, suprimindo características intrínsecas às instituições universitárias, aos campos científicos, aos grupos de pesquisa e aos agentes. Talvez aqui o óbvio tenha que ser dito: instituições universitárias (ou não), são fundamentalmente constituídas por pessoas, a maior concentração de pessoas tende a corroborar com a maior densidade de instituições. A afirmação é confirmada pelo comparativo da densidade demográfica com a distribuição das sedes

administrativas de IES (Apêndice A e B). Nessa lógica, o espaço urbano ganha evidência por ser o recorte espacial mais densamente populoso, servindo com a utilização de novas tecnologias, como centros disseminadores do ensino superior.

Porém, como nos alerta Corrêa (2009), as formas que conhecemos hoje precisaram de um processo, precisaram de tempo. Ou seja, a distribuição das instituições universitárias pelo Brasil na contemporaneidade decorre de sua história. Para esta pesquisa, ao objetivar compreender como o gênero compõe o campo da Geografia Urbana no Brasil, não bastaria nessa seção identificar a distribuição espacial das Universidades pelo país, devemos adentrar seu processo de formação histórica da distribuição do ensino superior, mais necessariamente, identificar a compreensão das ramificações da atividade científica atribuída pelos órgãos do Estado que fomentam a ciência. Em outras palavras, identificar a formação da Universidade e como os principais órgãos financiadores das Universidades, organizam os distintos campos do conhecimento científico, para levar ao entendimento defendido por esta tese, da Geografia Urbana enquanto campo da Geografia influenciada pelas relações de gênero.

Deste modo, torna-se necessário retomar aspectos do fim do período colonial e início do império, quando a influência portuguesa determinava uma política educacional restrita às elites masculinas, fornecendo bolsas a determinados grupos, filhos de famílias abastadas, para a formação em Coimbra, contrapondo e proibindo a criação de instituições universitárias no Brasil (Cunha, 2000). Esse cenário, de acordo com Cunha (2000), tratou-se de uma forma protecionista ao avanço de ideais do projeto iluminista pela América e dos movimentos independentistas. Com isso, a Coroa portuguesa desfavoreceu o desenvolvimento de uma estrutura universitária própria e favoreceu, por outro lado, a dependência do Brasil em relação a Portugal.

Nos anos iniciais do Século XIX, como em boa parte de seu transcorrer, escolas jesuítas ofereciam cursos de nível superior, mas as proibições persistiram impossibilitando a formação acadêmica local. Com a transferência da Coroa portuguesa para o Brasil, ocorre a instalação de iniciativas em prol da cultura, as ações voltadas para a educação, mais necessariamente para o pós ensino secundário, foram efetuadas através de fragmentações, reorganizações e aglutinações de escolas (Mendonça, 2000), instaladas com a finalidade de promover estrutura mínima à corte, o que poderia promover o ensino superior à promoção social, mas a baixa sinergia manteve a subordinação aos interesses coloniais.

Esse período é retratado no trabalho intitulado “Mulheres na Sala de Aula”, quando Louro (2004, p. 444) observa que as bases para a criação ainda de escolas primárias, incluindo a instrução para meninas, embora de forma limitada e diferenciada em relação ao ensino para meninos, foi efetivada com a promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827. Conforme a autora, isto refletia as normas sociais referente a gênero da época: mestras ensinavam meninas e mestres, meninos. Louro (2004) não desconsidera que as divisões de classe, de etnia e de raça, que determinaram formas de educação distintas, de todo modo seriam utilizadas para transformar crianças em mulheres e homens.

De acordo com a autora, ao se referir a formadores(as), a igualdade salarial entre mestres e mestras, incluída no Art. 13º da Lei citada, se tratava de uma forma ilusória de harmonia salarial e inclusão de mulheres. Pois não tratava das restrições curriculares para meninas, o que levava à limitação de acesso ao conhecimento às mulheres e consequentemente a menores salários (Louro, 2004), elevando-se duas barreiras a mulheres: uma de acesso ao conhecimento e outra econômica. Este fato pode ser identificado na criação de organizações que tiveram influência direta no conhecimento científico nacional, como é o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, que também se fundamentava como um espaço reflexo das desigualdades de gênero e exclusão não apenas de mulheres, conforme Callari (2001), parte da nata da sociedade e da intelectualidade da época se reuniam para a fundação, mas todos os sócios fundadores eram homens (Anexo A).

Para Schwarcz (1993), o IHGB surge como um estabelecimento ligado à forte oligarquia local, associada financeira e intelectualmente a um “monarca ilustrado” e centralizador, responsabilizando o instituto pela criação de uma história para a nação, invenção de uma memória para o país que separaria seu destino de Portugal. Essa responsabilização corrobora com as observações de Carvalho e Straforini (2018), ao identificarem que para o IHGB delinear contornos do processo de formação do Estado Nacional, era necessário a produção de uma história e um conhecimento do território brasileiro, assumindo o papel de construtores da identidade política, social e territorial do Império.

Com a pressão externa movida pelo avanço da industrialização pelo mundo, e o aumento de reivindicações por direitos sociais, políticos, trabalhistas etc., inclusive do movimento sufragista, o fim do século XIX é marcado por mudanças com horizonte ao progresso e alinhamento com uma forma de governo republicana. De

acordo com Machado (1995), entre a publicação da “Lei do Ventre Livre” (1871), envolvendo substancial limite às relações escravocratas em diálogo a questões de gênero, e os anos iniciais da república, houve uma redefinição da identidade nacional, em consonância com o “projeto de modernização” do país a favor da industrialização. Esse contexto, de acordo com a autora, habilitou ideologias científicas na ação de dividir a história do Brasil colonial do “moderno”. Dentre as modificações, a permissibilidade do acesso de mulheres ao ensino superior em 1879[32] nas dispersas faculdades, representou um marco importante, porém apenas o início de um processo para a inclusão efetiva frente ao enfrentamento de muitos desafios. Como observam Beltrão e Alves (2009), ao observarem que essa permissão de acesso era limitada pelas barreiras anteriores, onde os estudos secundários eram fundamentalmente masculinos e os cursos normais habilitavam adentrar como cursista em uma faculdade.

Na década posterior, com a fictícia abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889, coloca-se um fim temporal ao período imperialista, marcado por processos de exclusão e descasos com a educação de modo geral. Nas observações de Nascimento (2006) o deficit era evidente, poucas escolas de primeiras letras, algumas instituições de ensino secundário principalmente nas capitais de estado, colégios privados apenas nas principais cidades, cursos normais para formação de Professores(as) em quantidade que não satisfazia o necessário atendimento da população, e por fim alguns cursos superiores espalhados em algumas das principais cidades com iniciativas locais e privadas nos estados do Amazonas, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Com cursos orientados para a formação nos campos da Medicina, Direito, Política e Jornalismo, boa parte decorrentes do início do Século XIX.

A instalação de Universidades no Brasil de acordo com Anselmo (2020,), ocorre apenas no Século XX e reflete as opções das classes dominantes que têm no Estado seu principal agente, influenciando na formação social brasileira. Em reflexão semelhante, Mendonça (2000) interpreta que a reorganização de processos

---

[32]Decreto nº. 7.247, de 19 de abril de 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 20 de jan. de 2025. Esse decreto imperial, conforme Beltrão e Alves (2009), entra em vigor apenas 1881.

econômicos, políticos e sociais, foi intensificada com a incipiente industrialização e o processo de urbanização, e as funções do Estado foram ampliadas, estabelecendo necessário atendimento das elites econômicas por modernização com a implantação de formações universitárias. Ações em prol dessa formação foram, de acordo com Cunha (2000), estimuladas com a facilitação das condições de ingresso ao ensino superior, dispostas pela Reforma Educacional de 1891, mas atendendo a seletos grupos da elite econômica. Fundamento que repercutiu em ações promovidas por governantes de estados e grupos de intelectuais, com a criação de escolas de ensino superior e agrupamentos de faculdades pelas unidades da federação[33].

Há certo consenso na comunidade acadêmica, elencando a Universidade do Rio de Janeiro (URJ) como a primeira Universidade reconhecida como tal pelo governo federal. Sua criação é deliberada pelo Decreto 14.343 de 1920, e destacada por organizações como a Associação Brasileira de Educação (ABE) e Associação Brasileira de Ciências (ABC), que atribuíram à URJ o perfil de modelo a ser seguido (Favero, 2006; Souza, Miranda e Souza, 2019; Cunha, 2020). A formação da URJ parte da união da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Porém, o funcionamento se apresentava deslocado espacialmente, mantida por uma reitoria, mas com estruturas de funcionamento separadas (Mendonça, 2000).

Inspirada nesse modelo e por iniciativa do governo do estado de Minas Gerais, em 1927 foi criada a Universidade de Minas Gerais (UMG), decorrente da união da Faculdade de Direito, da Escola Livre de Odontologia, da Faculdade de Medicina e da Escola de Engenharia.[34] Anselmo (2020) apresenta em sua discussão, a instalação de Universidades em Minas Gerais enquanto objetos técnicos de caráter geoestratégico no projeto territorial do país, destacando o papel dos cursos de Geografia. Essa autora identifica que é a partir da década de 1930 que a Geografia passou a ser disciplina obrigatória em todas as séries da escola pública, passando a sustentar a necessária formação de professores(as) neste campo do conhecimento científico.

Sob o governo de Getúlio Vargas, a ideia de modernização do país teve como fundamento a alteração do modelo agrário exportador para urbano industrial, com

---

[33]Alguns exemplos podem ser identificados na Bahia, Paraná, Minas Gerais, Amazonas e Rio Grande do Sul.

[34]Disponível em: <https://ufmg.br/a-universidade/apresentacao/linha-do-tempo> Acesso em:22 de set. de 2024.

necessário investimento em infraestrutura urbana e formação especializada nos distintos campos do conhecimento. Nessa lógica, a educação de modo geral, e o ensino superior de modo específico, passam aparentemente a receber maior atenção dos governantes.

A partir do Decreto nº 19.40[35], de 14 de novembro de 1930, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, responsável pela criação de uma estrutura da formação educacional em seus diferentes níveis e também atividades pertinentes à saúde, ao esporte e ao meio ambiente. A amplitude de assuntos abordados lançou a necessidade de divisão em distintos ministérios, que passa a ocorrer no decorrer do tempo.

O atual Ministério da Educação (MEC) tem dentre as suas competências a educação de modo geral, compreendendo: “educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar”, cabendo dentre suas atribuições a promoção da docência nos diferentes níveis (Brasil, 2023)[36]. Com a criação do MEC, a década de 1930 é claramente marcada por transformações na institucionalização das Universidades, isso é demonstrado pela criação do Estatuto das Universidades Brasileiras em 1931 (Decreto nº 19.851), que representou um marco para a organização do ensino superior no país e lançou critérios para criação, desenvolvimento e estruturação.

Vale destacar que apesar de ser um documento de grande relevância para a história do ensino superior brasileiro, de acordo com Cunha (2000) não atendia as necessidades deliberadas pela comunidade acadêmica, mantendo na Universidade um caráter elitista em suas seleções, extremamente conectada aos propósitos do Estado, com reitores selecionados pelo ministério, e incluímos nós, a mentalidade patriarcal ainda predominante na sociedade brasileira.

O mesmo discurso patriarcal é identificado na constituição de 1934[37]. As ressalvas dispostas nos Artigos 124, 147 e 150, respectivamente referentes ao trabalho como direito e dever social, à educação incluída como direito de todos e à

---

[35]Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 de fev. de 2024.

[36]Art. 1º do Decreto nº 11.691 de 05 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11691.htm> Acesso em: 11 de mai. de 2024.

[37]Vale observar que nesse ano as mulheres passam a ter direito ao voto, mas com diversas restrições, dentre elas a necessidade do aval de homens.

assistência social assegurada a todos, poderiam se habilitar como um fundamento indireto para a promoção social das mulheres, mas a extinção dessa constituição em 1937, com nova Carta Magna que deliberou reformulações na estrutura política do país, centralizou o poder no Presidente da República com aplicação de eleições indiretas, e suprimiu as expectativa lançadas.

No que tange a estruturação das Universidades, os destaques atribuídos pelo governo federal da época, deliberou à União a responsabilidade pelas diretrizes da educação nacional, mas também promoveram indiretamente ações nas unidades da federação. No estado de São Paulo, com a crise da oligarquia paulista e o fim da "Política do Café com Leite", em 1934 através de um movimento liderado por Fernando Azevedo que buscava reconquistar a hegemonia política paulista, é fundada a Universidade de São Paulo (USP) (Souza; Miranda; Souza, 2019).

A criação da USP seguiu o modelo semelhante da URJ e da UMG, como diversas outras Universidades criadas no decorrer do Século XX, com a aglutinação de faculdades tradicionais isoladas e interdependentes (Cunha, 2000), molde que advém de acordo com Mendonça (2000) do período colonial. Nessa instituição, houve grande influência de mestres advindos do exterior, nos diferentes campos da ciência, formando um novo modelo de docente-pesquisador (Cunha, 2000). A Geografia integrada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL)[38] passa na USP a compor o conjunto de cursos universitários em 1934, com a participação de docentes franceses (Abreu, 1994).

A partir da criação desse curso, Mello e Maia (2019) identificam que dentre os anos de 1935 a 1943, o curso de Geografia passa a ser ofertado nos estados do Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia, em Universidades reconhecidas ou não pelo governo federal, demonstrando sua heterogeneidade pela distribuição espacial e as alterações das políticas educacionais. A ampliação de ofertas de vagas no ensino superior, passa a oportunizar que mulheres adentrassem um espaço que até então se caracterizava como predominantemente masculino, e também demonstra uma intensificação dos esforços estatais para distanciar do período colonial, com novos modelos de instituições de ensino superior.

---

[38]Na atualidade é denominada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Na Galeria de Fundadores da FFLCH são destacados os professores que lecionaram na primeira turma de formandos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – 1936/1937. Disponível em: https://www.fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/2021-05/placa_fundadores_versao%20final_0_0.pdf Acesso em: 11 de mai. de 2024.

Uma tentativa concreta disso é a busca pela renovação e ampliação cultural da pesquisa com ênfase aos chamados “estudos desinteressados”, o que, de acordo com Souza; Miranda; Souza (2019) configura-se como um dos objetivos da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1935. Porém, de acordo com os autores, essa instituição logo foi extinta em 1939, com seus cursos passando a compor a então recém-criada Universidade do Brasil (Lei nº 378, 1937), advinda da união com a Universidade do Rio de Janeiro e a Universidade Técnica Federal, o que simbolizou expansão na oferta de ensino superior no país.

A década de 1930 é marcada também pela criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)[39] em 1934 e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[40] em 1936. Essa segunda, além de disponibilizar dados ao Estado, manteve intensa colaboração com cursos de Geografia (Abreu, 1994), exercendo papel relevante na formação de geógrafos brasileiros quando as instituições acadêmicas se firmavam como espaço de produção do conhecimento no Brasil (Lamego, 2016).

Porém, como observado por Cunha (2000), vale destacar que nesse período a institucionalização da Universidade passou por críticas contundentes advindas da própria comunidade estudantil, em uma ação tardia, mas de suma importância para o ideário de uma Reforma Universitária. As reivindicações de estudantes foram destratadas pelas orientações autoritárias propensas a implantação do Estado Novo.

Com foco em estabelecer diretrizes para a educação nacional, tendo como sustentação a avaliação e identificação de problemas do ensino no país, em 1937 é criado o Instituto Nacional de Pedagogia a partir da Lei nº 378, renomeado no ano seguinte como Instituto Nacional de estudos Pedagógicos (Inep)[41] vinculado ao MEC. Atualmente denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é responsável pela avaliação, produção estatística e de indicadores para a formulação e implementação de política educacional no país, desde a educação básica a superior.[42]

---

[39]Disponível em: <https://agb.org.br/agb/#historia> Acesso em: 20 de jan. de 2024.

[40]O IBGE surge a partir da institucionalização do Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística (INE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional/o-ibge.html> acesso em: 20 de fev. de 2024.

[41]Atualmente denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, mantendo a sigla Inep. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia>. Acesso em: 20 de fev. de 2024

[42]Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/sobre>. Acesso em: 25 de fev. de 2024

Retomando o traçado histórico dessa seção, o início da década de 1940 é demarcado como o fim do que Santos (1993) chama de “urbanização pretérita”, o Brasil caracterizado por séculos como essencialmente agrícola, com áreas urbanas nas regiões litorâneas, passa a identificar o início da urbanização em municípios de seu interior. Esse contexto somado a efeitos externos[43], passa a intensificar a importância da pesquisa científica para o desenvolvimento social e econômico do país.

Essa década é marcada também pelo início da formação em doutorado em Geografia na USP. Valendo ressaltar que a primeira tese da Geografia brasileira foi defendida em 1944 por Maria da Conceição Vicente de Carvalho, com o trabalho intitulado “Santos e a geografia humana do litoral paulista”[44]. A conquista de Maria que por vezes passa despercebida, foi também uma conquista política ao observarmos que na época este campo do conhecimento se caracterizava pela predominância masculina nos cargos superiores, imanente à estruturação do Estado Novo.

De acordo com Cunha (2000), ao fim da era Vargas foram contabilizadas cinco instituições universitárias reconhecidas pelo governo federal, em meio a dezenas de faculdades isoladas, muitas desconsideradas como tal pelo pelo órgão nacional. No entanto, a oferta de vagas no ensino superior ao contar com subsidio do governo federal ou de estados, refletiu no aumento de estudantes matriculados no ensino superior a partir de 1945, como observado por Cunha (2000) e Mendonça (2000).

A concretização de ideias advindas da organização de grupos de pesquisas é criada em 1948 no estado de São Paulo, a partir da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), firmando-se como entidade civil sem fins lucrativos, com o propósito de defender os avanços científico e tecnológico, e intensificar o desenvolvimento educacional e cultural do país (Mendonça, 2000).

Os propósitos de criação dessa organização são colocados juntamente com ideias lançadas anteriormente pela ABC, que destacavam a necessidade de aparatos institucionais advindos do Estado, para desenvolver a Ciência no Brasil. O

---

[43]Como o fim da Segunda Guerra Mundial ocorrida em 1945.

[44]Há inconsistência com relação ao título da primeira tese defendida no Brasil, como pode ser observado em trabalhos anteriores a Abreu (1994), mas com acesso indisponível. Kohlhepp (2015) e Müller (2011) colocam como título da primeira tese da Geografia brasileira: “Santos e a geografia urbana do Litoral Paulista”.

que ocorre em 1951, a partir da Lei nº 1.310[45] é criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), atualmente vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

> A lei de criação do Conselho estabelecia como suas finalidades promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, mediante a concessão de recursos para pesquisa, formação de pesquisadores e técnicos, cooperação com as Universidades brasileiras e intercâmbio com instituições estrangeiras.[46]

No mesmo ano ocorre a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1951 (Decreto nº 29.741)[47], caracterizando-se como uma fundação do MEC, orientado para a expansão e consolidação da pós-graduação (mestrado e doutorado).

CAPES e CNPq são pilares fundamentais para o avanço científico e tecnológico no Brasil. O CNPq atua na promoção e no estímulo à pesquisa científica e tecnológica, com o financiamento de laboratórios e grupos para a execução de projetos de pesquisa, apoiando consequentemente a formação de técnicos e pesquisadores. A CAPES, por sua vez, tem como foco principal o aperfeiçoamento do ensino superior, com ênfase na formação de pessoal qualificado para a pós-graduação (mestrado e doutorado) e na avaliação de programas de pós-graduação *stricto sensu*, em prol do desenvolvimento de docentes das Universidades brasileiras. Em síntese, desde suas criações, o CNPq se dedica a promover a produção de conhecimento científico, tecnológico e a inovação, enquanto a CAPES atua no desenvolvimento da qualidade do ensino superior.

De acordo com Anselmo (2020) na década de 1960 que se introduz nas Universidades públicas brasileiras a trilogia basilar ensino, pesquisa e extensão, seguindo a ideia desenvolvimentista das sociedades ditas modernas. Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei nº 4.024) em 1961, o direito à educação passa a ser assegurado a todos com recursos do Estado e definindo autonomia para as Universidades. Cunha (2000) observa que com a promulgação dessa Lei aumentaram as demandas por cursos superiores,

---

[45]Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1310.htm> Acesso em: 25 de jan de 2024.

[46]Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historico>. Acesso em: 25 de jan de 2024.

[47]Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em:. 30 de jan. de 2024.

incumbido o governo federal de criar novas faculdades, “federalizar” faculdades estaduais e privadas, além de avançar sobre a gratuidade dos cursos superiores nas instituições federais, mas sem estabelecer condições para sua efetivação. Dessa forma, a distribuição espacial de IES passa a ter maior amplitude, com o necessário aumento do aporte financeiro direcionado ao fomento à pesquisa, formação de docentes e pessoal qualificado para o desenvolvimento do país.

As mudanças espaciais nessa década eram evidentes, estimuladas com a criação de Brasília como capital nacional, localizada no interior do país, oque demonstrou para Cunha (2000, p. 173) ser “um projeto grandioso de unificação do espaço econômico com uma rede de estradas de rodagem, ou seja, um grande projeto arquitetônico que vislumbrava um espaço novo, brotando do desenvolvimentismo industrialista”. A inauguração da capital em 1960 representou não apenas um marco na reorganização geopolítica do Brasil, mas também um esforço do governo para modernizar diversas áreas, incluindo a educação superior.

Dessa forma, o início da década de 1960 pode ser compreendida como um momento de intensas mobilizações, inclusive da comunidade universitária, que reivindicava reformas de base, além de demandas voltadas à democratização do acesso ao ensino superior, autonomia universitária e mudanças estruturais. Esses grupos se organizaram em torno de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), que atuou majoritariamente como oposição ao governo, fato que precedeu a instauração do regime militar (Saviani, 2010) e, em consonância, o governo de João Goulart que era fortemente marcado por uma visão reformista e nacionalista, encontrou resistência de setores mais conservadores da sociedade e, consequentemente, dificuldades orçamentárias para implementar as mudanças almejadas para o ensino superior. Embora não tenha sido o único fator, a atuação das Universidades e do movimento estudantil, assim como a pressão por reformas educacionais, integrou um conjunto de demandas sociais e políticas que amplificaram o clima de polarização no país, contribuindo para a desestabilização do governo e para o golpe militar de 1964[48].

---

[48]É importante frisar que, embora a pressão por reformas no ensino superior e a atuação do movimento estudantil tenham desempenhado um papel relevante na crise política que culminou no golpe militar, esses fatores não foram isolados. O governo de João Goulart enfrentava um contexto de profunda polarização social e econômica. Além da questão educacional, outros fatores como a proposta de reforma agrária, a intervenção estatal em setores da economia e o crescente temor de grupos conservadores quanto à possibilidade de uma guinada à esquerda também foram determinantes. Essa combinação de fatores criou um ambiente propício para o regime militar, que se apresentou como "solução" para o caos social e político crescente no país.

O contexto pós golpe, no âmbito do espaço universitário, contou, por um lado, com o aguçamento do movimento estudantil pela reforma universitária e, por outro lado, pelo cerceamento das manifestações opostas e tentativas de controle e desarticulação política do sistema universitário. Mesmo com tentativas de repressão, em 1968 ocorreu a Reforma Universitária no Brasil, que foi impulsionada pelas demandas de mais verbas e mais vagas, e culminou no ato de ocupação das principais Universidades do país pelos estudantes, ficando este grupo no comando das escolas durante todo o segundo semestre do ano e, em face a esse contexto, em 28 de novembro foi aprovada a Lei nº 5.540/68, que define ajustes no ensino superior.

A aprovação dessa Lei, contudo, procurou equilibrar forças que, naquele momento, apresentavam reivindicações distintas, e essa dualidade foi característica no período, sendo a tônica durante quase todo o regime militar quando o tema era ensino superior. De um lado, os estudantes e professores pressionavam por uma educação mais inclusiva e com maior autonomia. De outro, existiam interesses alinhados ao regime militar, que visava ordenar o ensino superior às demandas do mercado e ao projeto de modernização ditado pelo capitalismo internacional. De acordo com Saviani:

> O projeto de reforma universitária (Lei nº 5.540/68) procurou responder a duas demandas contraditórias: de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da Universidade; de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional (Saviani, 2010, p. 6).

Cabe ressaltar que, ainda que a ditadura contraditoriamente tenha feito frente à realidade da Universidade no Brasil nesse período, as demandas estudantis não estavam plenamente alinhadas com os ideais do governo, ocorrendo a limitação da liberdade acadêmica e silenciamento de vozes dissidentes, e isso refletiu especialmente nas reivindicações voltadas à autonomia universitária, sendo os dispositivos relativos a essa questão vetados da Lei 5.540/68 e ajustados no Decreto-Lei 464/69, adaptando às preferências do regime e estabelecendo uma nova roupagem à reforma (Brito; Cunha, 2009). Ainda assim, existem mudanças

significativas no fazer pedagógico universitário[49], especialmente com a relação ensino, pesquisa e extensão (de uma forma ampliada, visto que a experiência extensionista anterior era restrita a pequenos grupos socialmente elitizados – médicos, engenheiros, advogados, etc. –), além dos aspectos supracitados.

A Reforma Universitária de 1968, portanto, é reconhecida pela promoção da reestruturação do ensino superior no Brasil, implementando, dentre outras mudanças, a extinção da cátedra vitalícia e a criação de departamentos, a introdução do sistema de créditos e a valorização da pesquisa e da pós-graduação. Além disso, ela buscou alinhar as Universidades a um modelo norte-americano de pensar o conhecimento (inclusive de forma estrutural, como exemplifica a organização departamental), intimamente ligado ao mercado de trabalho e ao projeto de modernização econômica, influenciado pelo regime militar, como ressalta Barbosa (2009):

> A ação dos militares para desenvolver o país seria inviável sem o apoio técnico e científico; já os cientistas precisavam de mais recursos para desenvolver suas pesquisas. Ambos viam na ciência uma oportunidade de diminuir os problemas brasileiros. Sendo assim, compreende-se que "os investimentos em ciência, tecnologia e educação feitos durante a Ditadura tinham uma relação direta com o modelo de desenvolvimento econômico planejado pelos militares". (Barbosa, 2009, p. 101 - 102)

A década de 1970 é caracterizada por algumas reformas educacionais e pela expansão universitária, e embora também apresente inúmeras contradições causadas pelas ingerências e restrições advindas do regime militar (como a estagnação do ensino superior a partir de 1975 e a crescente repressão e perseguição dos opositores), é possível considerar um momento de avanços e investimentos do governo federal na educação superior, especialmente no setor público. Nesse contexto, CAPES e CNPq, apesar de não terem sido agências criadas durante o regime, foram consolidadas e tiveram suas competências ampliadas nesse momento.

O CNPq, responsável por incentivar a pesquisa científica em diversas áreas do conhecimento, possuía especial ênfase nas áreas tecnológicas e nas ciências básicas,

---

[49]A expansão do acesso e investimentos à educação superior nesse período são fatos inegáveis, assim como a consequente defasagem no ensino e na produção acadêmica ao longo das décadas, que num contexto de repressão e cerceamento da liberdade estudantil e livre manifestação, tiveram sua qualidade severamente comprometida (Morhy, 2004).

e através da Lei nº 4.533/64 teve suas funções ampliadas, anteriormente focado somente em financiar pesquisas, passou a possuir a responsabilidade de formulação de políticas científicas e tecnológicas em nível nacional. O CNPq, portanto, passou a coordenar todos os assuntos científicos e tecnológicos em colaboração com diversos ministérios e órgãos do governo, direcionando estrategicamente os investimentos para pesquisa no Brasil, e posteriormente caracterizando-se também como um órgão consultivo (Lopes; Oliveira, 2018). Contudo, muitas vezes se concentrou nas regiões mais desenvolvidas economicamente, o que gerou desigualdades regionais que permaneceram significativas. Além de suas funções estruturais, as agências de fomento também foram utilizadas como ferramentas de mediação entre o governo federal e a intelectualidade universitária. A CAPES, por exemplo, era utilizada como um espaço de negociação entre esses grupos, como uma forma de controlar possíveis agitações, uma vez que não era dirigida por militares e sim por estudantes (o que possibilitou e facilitou a comunicação com o setor estudantil), porém estava sob constante vigilância (Barbosa, 2009).

Em 1967 é criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) através do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), ação que demonstra o interesse pela consolidação da pesquisa no Brasil, e em 1970 o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) reafirmou os objetivos do PED.

Com a meta de acelerar e direcionar o progresso tecnológico no Brasil, foi criado um sistema orientado pelo Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT). Em 1975, esse sistema foi formalizado como o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT). Em 1976, o CNPq elaborou o II PBDCT, que teve o enfoque na formação e capacitação dos pesquisadores, considerando esse o caminho adequado para a formação de uma base concreta para a efetivação da pesquisa científica no Brasil (Lopes; Oliveira, 2018). Esses planos e sistemas desempenharam um papel crucial na consolidação da pesquisa científica e tecnológica no Brasil, estabelecendo as bases para o desenvolvimento contínuo da ciência e tecnologia, promovendo a formação e capacitação de pesquisadores e, atualmente, esses esforços históricos são refletidos na robustez das instituições de pesquisa e na capacidade do Brasil de inovar e competir globalmente. Nesse mesmo ano (1976), é criado o Sistema Nacional da Pós Graduação (SNPG), imputando às instituições universitárias a busca constante pelo aumento da qualidade da produção científica nacional, mas o

que reverbera em maiores investimentos, passando a alimentar um ciclo da produção científica nacional.

A maior parte das Universidades, no final do século XX, ainda estava concentrada nas regiões Sudeste e Sul, enquanto outras regiões, como o Norte e o Nordeste, eram marcadas por uma oferta educacional menos estruturada. Na década de 1980, a Universidade foi um agente protagonista no processo de organização pela democratização, fato que é plenamente justificável uma vez que, com a acentuação do cerceamento de direitos e o aumento da repressão advindos da ditadura militar, diversos professores foram exilados ou foram compulsoriamente afastados, bem como muitos estudantes, especialmente aqueles que eram atores políticos com poder de mobilização social, desapareceram (Brito; Cunha, 2009).

Nesse momento, existem pontos críticos que levam à novas reivindicações: a oferta geral de matrículas no ensino superior público se apresentava relativamente baixa em comparação com outros países, a qualidade do ensino estava defasada, o nível de evasão na rede pública era de 36%, e a maioria das matrículas no Brasil era proveniente do setor privado, concentrando-se principalmente nas áreas do Sudeste e Sul do país, gerando uma discussão sobre a massificação do ensino. Esses fatores indicavam uma tendência de acomodação na então expansão universitária, visto que foram assinados decretos proibindo a criação de novos cursos[50] e a oferta de vagas foi consideravelmente afetada, produzindo um decréscimo no número de abertura de novas instituições e de matrículas, bem como ocasionou a rápida ampliação do setor privado de ensino superior, que nesse momento representava 61% na oferta de vagas, enquanto o ensino público apenas 39% (Batista, 1993).

Nesse contexto, cabe ressaltar que as Universidades federais permaneceram praticamente inalteradas no quesito de aumento de oferta de vagas quando comparado com a década anterior, enquanto as instituições estaduais, municipais e particulares, de forma isolada, cresceram. Para Batista (1993), o período de 1960 a 1980 representou uma Universidade que foi pensada em termos de recursos, mas não foi organizada estrategicamente, portanto os avanços ocorridos principalmente

---

[50]Decreto nº 93.594, de 19 de novembro de 1986. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d83936.htm> Acesso em: 12 de out de 2024; Decreto nº 86.000, de 13 de maio de 1981. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D86000impressao.htm> Acesso em: 12 de out de 2024.

entre 1960 a 1975, enfrentaram estagnação devido aos desígnios do regime e à hesitação no processo pós-ditadura em relação à Universidade:

> O projeto de educação superior não foi conjugado com o projeto de ciência e tecnologia de que o país necessita para conseguir os objetivos de uma nação que busca o desenvolvimento econômico e social. Nesse aspecto, a educação não é tratada como prioridade nacional e consequentemente não é utilizada como recurso estratégico para reduzir a distância que separa o Brasil dos países desenvolvidos. As variáveis do ensino superior permaneceram praticamente estáveis, evidenciando uma política de contenção deste ensino que foi viabilizada através de atos governamentais, ao proibir a criação de novos cursos e aumento significativo de vagas, o que retrata por parte do governo autoritário, de transição (nova república) e democrático, as hesitações referentes a implementação de diretrizes e objetivos do Sistema Nacional de Ensino Superior. (Batista, 1993, p. 10)

Esse período de estagnação na década de 1980 não se restringia somente ao cenário educacional, mas a outros campos como a economia, marcada pela hiperinflação e crise da dívida externa, e questões sociais, em resposta às ações autoritárias do regime militar. Apesar das dificuldades, o sistema de pós-graduação começou a se consolidar, e a CAPES e CNPq desempenharam papéis importantes nesse processo, mas também enfrentaram desafios devido à falta de financiamento adequado.

Em 1985, o Decreto nº 91.146 cria o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) – atual MCTI – que, em certa medida, absorveu algumas das funções do CNPq, tornando-se o órgão responsável pelas políticas ligadas à ciência e tecnologia no Brasil. Dessa forma, o Conselho retoma seu olhar para o desenvolvimento científico e tecnológico e para a execução de pesquisas de forma mais direcionada. Em relação à CAPES, que até então atuava no desenvolvimento e expansão da pós-graduação no Brasil através de avaliação e acompanhamento dos programas stricto sensu, durante a década de 1980 teve suas atividades intensificadas, mas promovendo mudanças em aspectos significativos do ensino superior nacional, como por exemplo o aumento do rigor na avaliação dos programas e a ênfase na internacionalização da pós-graduação, fortalecendo a posição do Brasil no cenário acadêmico global. Em 1976, passou a ser encarregada pelo sistema de avaliação da pós-graduação em todo o Brasil, que há mais de 20 anos permanece medido por escala numérica de 1 a 7, mas para além da gestão do sistema de avaliação dos programas, a CAPES tornou-se responsável por elaborar planos de ação, acompanhar o desenvolvimento e definir estratégias, metas e objetivos para o

campo. Nobre e Freitas (2017) asseveram o papel da CAPES naquele momento enquanto

> [...] órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação Stricto Sensu, em 1981, pelo Decreto nº 86.791 e também como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior. Desde 1960, a Capes tem criado Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) com o objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. (Nobre; Freitas, 2017, p. 29)

Em 1992, após um curto período de extinção do órgão[51], a CAPES passou a ser caracterizada como Fundação Pública, ampliando o rol de atividades desenvolvidas e aumentando a sua autonomia administrativa e financeira, além de, por conta de uma série de reestruturações, ter firmado seu papel no acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação stricto sensu. Com isso Universidades estaduais, municipais e mesmo privadas, passam a receber apoio financeiro e incentivos da União para as atividades voltadas à pós-graduação. Um exemplo disso, pode ser identificado no estado do Paraná, que conta com sete IES públicas administradas e financiadas pelo governo estadual, mas contam com recursos federais como forma de incentivo e manutenção da pós-graduação stricto sensu no estado.

A CAPES elaborou os próximos PNPG pautando-se, principalmente, na redução de assimetrias, formação de docentes, preocupação com o impacto social dos cursos de pós-graduação, e a partir do Século XXI, com a expectativa de emergência econômica do Brasil no cenário mundial, houve a ênfase na internacionalização e na cooperação com os setores empresarial e a sociedade civil, e nesse contexto o apoio aos intercâmbios, doutorados-sanduíche e/ou integralmente realizados no exterior, e a participação de alunos brasileiros em eventos internacionais é incentivada, principalmente no PNPG de 2011-2020 (NOBRE; FREITAS, 2017).

Para cumprir com seus objetivos, em agosto de 1999, o CNPq lançou o Currículo Lattes como formulário padrão de currículo a ser utilizado, responsabilizando

---

[51]Em 1990 a Medida Provisória nº 150, assinada pelo presidente Fernando Collor de Mello, extinguiu a CAPES. Esse fato gerou uma intensa mobilização da comunidade acadêmica, que rechaçou o ato, e do próprio Ministério da Educação, que se opôs à decisão. Cerca de um mês depois, a CAPES foi recriada pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990 (Lopes; Oliveira, 2018).

pesquisadores(as) pelo preenchimento. O conjunto de currículos passa a constituir-se como uma plataforma de informação de pesquisadores(as), professores(as) e alunos(as), passando a ser utilizada como instrumento para a avaliação individual, de grupos específicos (principalmente por meio do Diretório de Grupos de Pesquisa, integrado à plataforma e que pormenoriza informações pertinentes sobre os grupos de pesquisa em atividade no Brasil) e a campos do conhecimento científico brasileiro. Assim, a Plataforma Lattes passa a contribuir para investidas efetuadas por órgãos de fomento público ou privado, além de disponibilizar dados que subsidiam ações do MCTI, do MEC, como também de pesquisas como esta, que faz uso de dados da Plataforma Lattes.

A Plataforma Lattes foi pensada estrategicamente para ordenar, viabilizar e fomentar as políticas do MCTI para a pós-graduação, tornando-se um componente amplamente adotado pela maioria das instituições de incentivo, Universidades e institutos, tendo como objetivo registrar atividades e ações e avaliar alunos, professores e pesquisadores, sendo uma das principais ferramentas para a concessão de bolsas e auxílios na graduação e na pós-graduação. Todas essas mudanças ocasionaram políticas voltadas à pesquisa, que colaboraram para que, principalmente a partir do final da década de 1990, houvesse um crescimento acelerado da pós-graduação no Brasil.

Porém, com a alta capacidade qualitativa e quantitativa dessa plataforma, e com a finalidade de incentivar a realização de pesquisas cientificas o CNPq passa a distinguir pesquisadoras(es) por sua produtividade em pesquisa, na forma de gratificação financeira através de bolsas que teve início de acordo com os registros em 2001[52].

Por outro lado é também em 1999 que o MEC com o intuito de atender às demandas do mercado inicia o processo de criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)[53] contando com o apoio de IES privadas para a formação de um maior número de pessoas no nível superior.

Temos assim, as duas bases principais da estrutura científica brasileira, ambas englobam formas de entendimentos de distintos campos da ciência. A primeira é atribuída para instituições destacando as áreas de avaliação efetuada pelo MEC a partir da Capes, e a segunda pelo MCTI com dados advindos da Plataforma Lattes compreendido pela área de atuação de pesquisadores(as) em seus distintos níveis, a qual possibilita a avaliação de determinados campos do conhecimento pelo

[52]Disponível em: <https://memoria.cnpq.br/series-historicas> Acesso em: 27 de out de 2024.
[53]Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

reconhecimento de pertencimento de cada pesquisador(a).

A primeira década dos anos 2000 compreende um momento muito significativo no campo da pesquisa científica, tecnológica e inovação no contexto brasileiro, que advém de toda a caminhada anterior, com destaque para a década de 1990, quando compreendeu-se que para elevar e manter competitividade no exterior, tendo em vista a crescente globalização produtiva, era necessário o investimento em inovação e pesquisa. Esse período foi fortemente marcado pela implementação de incentivos para o desenvolvimento e capacitação tecnológica, formação de pessoal altamente qualificado, equipes multidisciplinares, internacionalização e mobilidade acadêmico-científica. Além disso, observou-se, em relação às duas principais agências de fomento, avaliação e desenvolvimento do ensino superior (CAPES e CNPq), que apesar de terem focos distintos, passaram a realizar suas funções com maior sinergia. De acordo com Oliveira (2012):

> Verifica-se, portanto, que enquanto a política de pós-graduação é de responsabilidade da Capes, agência vinculada ao MEC, a política de ciência e tecnologia encontra-se formalmente articulada ao MCTI. É claro que se deve considerar que o CNPq, criado em 1951, desempenha papel primordial na "formulação e condução das políticas de CT&I". Desde o segundo mandato do governo Lula da Silva (2007-2010), observa-se uma maior cooperação e articulação sistêmica entre esses dois ministérios e essas duas agências no tocante à política de pós-graduação, pesquisa e inovação, evidenciando-se que a agenda da inovação vem se tornando prioritária na política de Estado. [...] O governo Dilma concretizou esse movimento da inovação ao mudar o nome do MCT para MCTI, em 3 de agosto de 2011. (Oliveira, 2012, p. 325)

Nesse sentido, a partir dos anos 2000 houve um aumento nos esforços para promover a ciência, tecnologia e inovação. Diversos programas e ações foram implementados para consolidar a base científica e tecnológica do país e, entre os principais, destacam-se o Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPPE), e o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica (PITCE), que busca fortalecer a capacidade de inovação das indústrias brasileiras. Além dos planos e programas, o dispêndio na área também se tornou mais significativo, chegando a representar 1,09% do PIB em 2008 (Cruz, 2010).

Os governos responsáveis por essas iniciativas incluem a administração de Fernando Henrique Cardoso, que lançou em 2004 a Lei de Inovação e o Programa Universidade para Todos (Prouni), disponibilizando bolsas integral ou parcial em cursos sequenciais pós ensino médio e de graduação em IES privadas, facilitando o acesso ao ensino superior a estudantes de baixa renda.

A manutenção, expansão e criação de novas medidas em prol da efetiva promoção social inclusiva através de programas governamentais também fizeram parte dos governos posteriores de Lula da Silva com a criação do Sistema Unificado de Seleção (SISU) e Dilma Rousseff, principalmente nos primeiros anos subsequentes, intensificando o apoio à ciência e tecnologia através do aumento do número de IES públicas e programas, como o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) e o Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento. Essas ações atreladas ao MEC, fundamentaram a criação do SISU que organiza o acesso às instituições públicas de ensino superior, utilizando do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) criado ainda em 1998 pelo INEP, para avaliar o ensino médio nacional, mas que hoje é uma das principais forma de acesso a IES.

Ao nível da pós-graduação, em 2014 foi criada a Plataforma Sucupira[54], funcionando enquanto base para coleta, organização de dados para o Sistema Nacional de Pós-Graduação, também se fundamentando como base para a avaliação de cursos aprovados pela CAPEs e PPGs do Brasil. Essa plataforma é alimentada com informações de IES, Programas de Pós-Graduação *stricto senso* e suas pesquisas. Necessariamente atua como suporte para a avaliação o reconhecimento da pós graduação nacional, sendo objetivamente estratégica para elevar os padrões do conhecimento científico do país. A partir dela, órgãos de fomento federal à pesquisa destinam orçamento para a manutenção e avanço das pesquisa no País.

Com as atenções a um dos principais campos da Geografia, a partir de dados disponibilizados por essa plataforma foi possível criar o cartograma que demonstra a distribuição espacial de Programas de Pós Graduação em Geografia pelo Brasil (figura 1), chamando a atenção para número de cursos em níveis de mestrado[55] e doutorado por região.

Outro ponto que deve ser tocado se refere à avaliação dos PPGs, que está estritamente relacionada com a receita repassada pelo governo federal para o financiamento da Ciência brasileira. Na Plataforma Sucupira os cursos possuem notas que variam entre 1 e 7 em uma contínua avaliação, onde os PPGs com notas 1 e 2 deixam de ser avaliados, o que elimina a possibilidade de sua existência.

---

[54]Dados disponíveis em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>.Acesso em: 20/03/2024.

[55]Para essa tese não distinguimos o mestrado acadêmico do mestrado profissional. Uma síntese sobre a distinção entre essas formações foi publicada por Ribeiro (2007). Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Artigo_30_08_07.pdf>. Acesso em: 27 de out. de 2023.

Assim, os PPGs com notas de 3 a 7 estão em funcionamento, os PPGs fornecem curso apenas de mestrado podem ter no máximo a nota 5, enquanto os programas com notas superiores a 5 são considerados como de excelência com cursos de mestrado e doutorado.[56] Aqui vale observar que dentre os Programas de Pós Graduação em Geografia no ano deste levantamento (2022), com nota 6 foram localizados dois na região Sul e quatro na região Sudeste, onde também foram identificados os dois programas com nota máxima, o que se reverbera em maior investimento.

De uma forma geral, o aumento de investimento em ciência e tecnologia no Brasil adentrou a um patamar de disputas quase mercadológica, onde cada vez mais pesquisadoras e pesquisadores são vistos pelo volume de produção, mas também pela qualidade da produção, sustentando o ciclo do SNPG. Desse sistema, os periódicos científicos também fazem parte, os quais são avaliados desde 1998 pelo denominado Qualis CAPEs. Trata-se de um sistema em particular voltado para classificar os periódicos dentro do SNPG.[57]

As avaliações são efetuadas a cada quadriênio, até 2016 eram consideradas as autonomias de cada campo do conhecimento. As revistas científicas foram avaliadas de acordo com sua relevância no campo entre A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, onde A1 eram os periódico mais relevantes e C os com menor relevância. Nessa classificação, um periódico recebia mais de uma avaliação para os distintos campos, podendo um periódico ser A1 para determinado campo e se quer ser avaliado para outro campo. No quadriênio posterior (2017 a 2020), passou-se a agrupar a avaliação, considerando em muitos casos a maior nota para todos os campos avaliados em determinado periódico. Nessa, também considerou-se uma nova classificação (A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4 e C), o que deliberou um tempo relativo para a finalização das avaliações[58], que somado à pandemia de COVID-19, levou à tardia publicação dos resultados apenas em janeiro de 2023.[59]

---

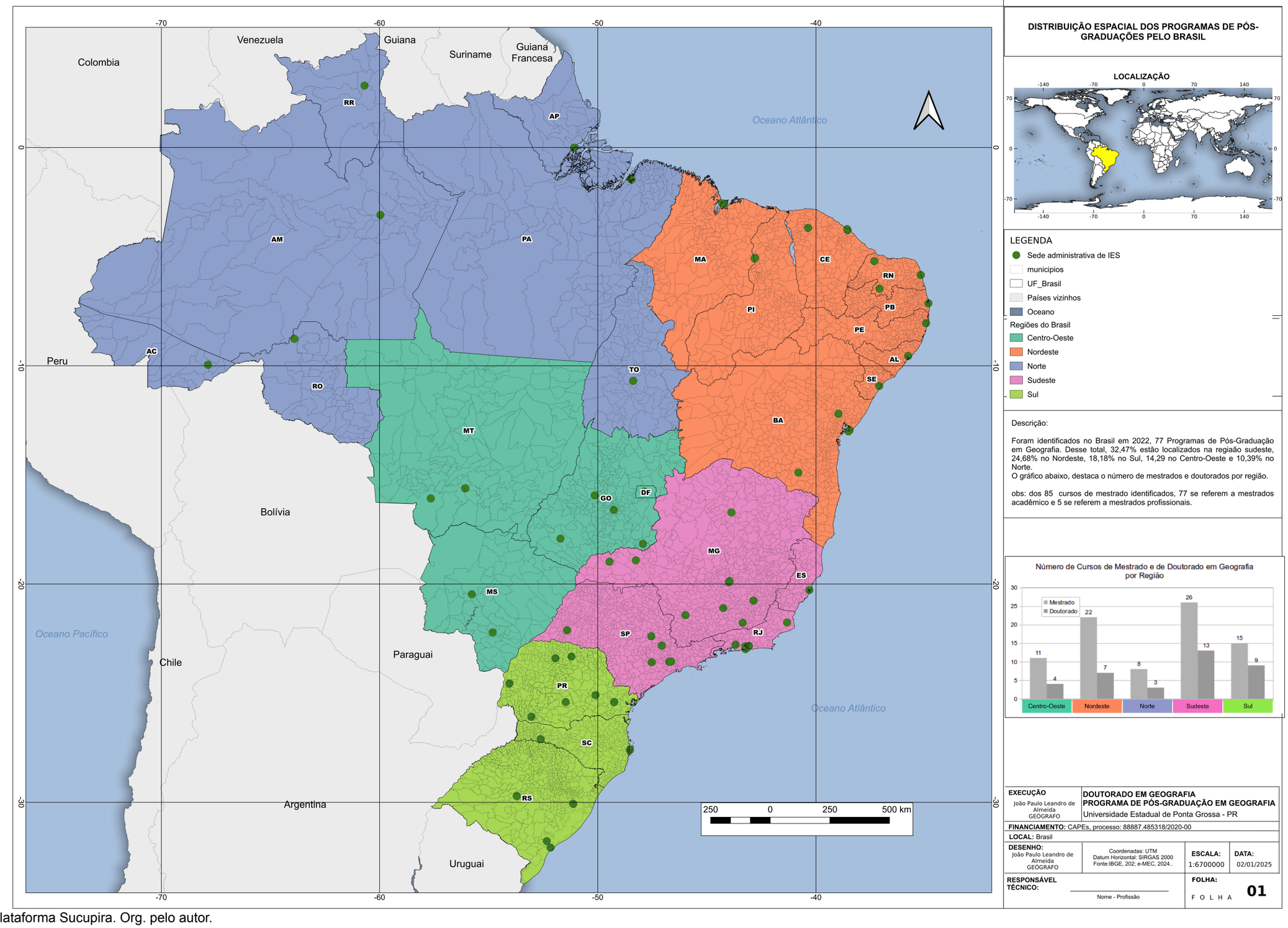
[56]Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao>. Acesso em: 11 de mar. de 2024.

[57]São considerados na classificação elementos como: qualidade dos artigos, periodicidade; qualidade do corpo editorial; diversidade de origens dos autores; difusão e popularidade do periódico; indexação em bases de dados científicos; e o número de fator de impacto.

[58]Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-divulga-lista-preliminar-do-qualis>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

[59]Uma lista preliminar foi efetuada pela CAPEs em dezembro de 2022, mas essa era passível de mudanças. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-divulga-lista-preliminar-do-qualis>. Acesso em: 15 de dez. de 2023.

Figura 1: Cartograma da distribuição espacial dos Programas de Pós-Graduação em Geografia pelo Brasil



Fonte: Plataforma Sucupira. Org. pelo autor.

De uma forma geral, o aumento de investimento em ciência e tecnologia é resultado de uma confluência de fatores conjunturais internos e externos, tanto em nível nacional quanto global. Internacionalmente, como supracitado, o avanço rápido da globalização e a intensificação da competição econômica entre nações tornaram o campo cientifico um pilar essencial para o desenvolvimento econômico e a competitividade industrial. Além disso, a emergência de desafios globais, como a crise climática, a segurança alimentar, e a busca por fontes de energia sustentáveis, impulsionou o financiamento de pesquisas científicas orientadas para soluções de longo prazo, muitas vezes em cooperação internacional (Oliveira, 2012).

No âmbito nacional, o papel social da Ciência tem pautado os debates desde o PNE de 2014, passando a se estabelecer a extensão como um dos fundamentos da formação acadêmica, tão como do cronograma avaliativo de cursos de graduação pelo país a partir da Resolução nº. 7 de 2018, o que passou a ser colocado em prática em 2023. A chamada curricularidade da extensão tem como intuito promover transformações sociais e aproximar discentes à prática profissional, o que tende levar a um maior direcionamento de aporte financeiro do governo federal às atividades extensionistas, amparadas pela conjuntura com o ensino e a pesquisa.

O apoio à pesquisa passou a ser visto como um fator essencial para a soberania nacional e a capacidade de resposta rápida às crises e mudanças globais (como fica claro durante as pandemias, incluindo a de COVID-19, que exigiu uma colaboração científica sem precedentes para o desenvolvimento de vacinas e tratamentos), e a potência dessas produções, de maneira majoritária, se concentra nas atividades de pesquisa da pós-graduação, de forma direta ou indireta.

O desenvolvimento da Universidade brasileira foi um processo tardio e desigual, dado às estruturas sociais e políticas que definiram o corpo do ensino superior ao longo do tempo. Durante a colonização é notável a falta de instituições universitárias nacionalizadas o que, consequentemente, criou uma elite intelectual onerada à educação estrangeira, dificultando a construção de um corpo acadêmico próprio. A partir da segunda metade do século XX, o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil passou por um governo institucionalizado, com a criação de órgãos como a CAPES e CNPq, e foi caracterizado pela consolidação do ensino superior, bem como pela promoção da ciência em diversos campos de sabedoria, com financiamento, bolsas de pesquisa e demais investimentos no ensino superior e na pós-graduação. A influência desses órgãos no desenvolvimento do ensino superior brasileiro é inegável, pois eles ajudaram a consolidar a pesquisa científica

como um pilar central da Universidade. No entanto, a forma como as políticas de fomento foram implementadas ao longo do tempo e como são construídas atualmente, também refletiu nas relações de poder presentes na academia. A priorização de determinadas áreas científicas em detrimento de outras evidencia a influência do mercado e das demandas do setor produtivo na distribuição dos investimentos em pesquisa, e o Estado e as elites econômicas desempenham um papel central na definição das diretrizes universitárias, influenciando desde a organização curricular até o direcionamento de fontes de fomento.

Compreender a trajetória histórica da Universidade no Brasil é crucial para refletir sobre a organização do conhecimento produzido pela área da Geografia Urbana em si e suas intersecções com as relações sociais, e esse contexto revela que a estruturação do ensino superior no Brasil não pode ser dissociada das disputas e tensões que atravessam o campo acadêmico.

2.2 A ESTRUTURA DA CIÊNCIA BRASILEIRA E A INTERPRETAÇÃO DA GEOGRAFIA URBANA ENQUANTO CAMPO DA GEOGRAFIA

Como observamos na sessão anterior, CAPEs e CNPq com os órgãos afiliados a ambas, são fundamentais para a ciência brasileira no que tange à pós graduação. Porém, vale observar que há distinção no que fundamenta o entendimento da estrutura do conhecimento científico.

Ambas as estruturas para além de atribuir certa organicidade na complexidade da Ciência, são orientadas para o julgamento de escalas distintas do conhecimento científico. A primeira atribuída pela CAPEs, focaliza avaliar os campos do conhecimento científico, enquanto a segunda estrutura, admitida pelo CNPq, centraliza atenção na formação, atuação e contribuição de pesquisadoras(es) que fazem a Ciência. Essa, embora seja hierárquica, habilita a identificação da interdisciplinaridade pelo reconhecimento da colaboração entre diferentes campos e subcampos do conhecimento científico.

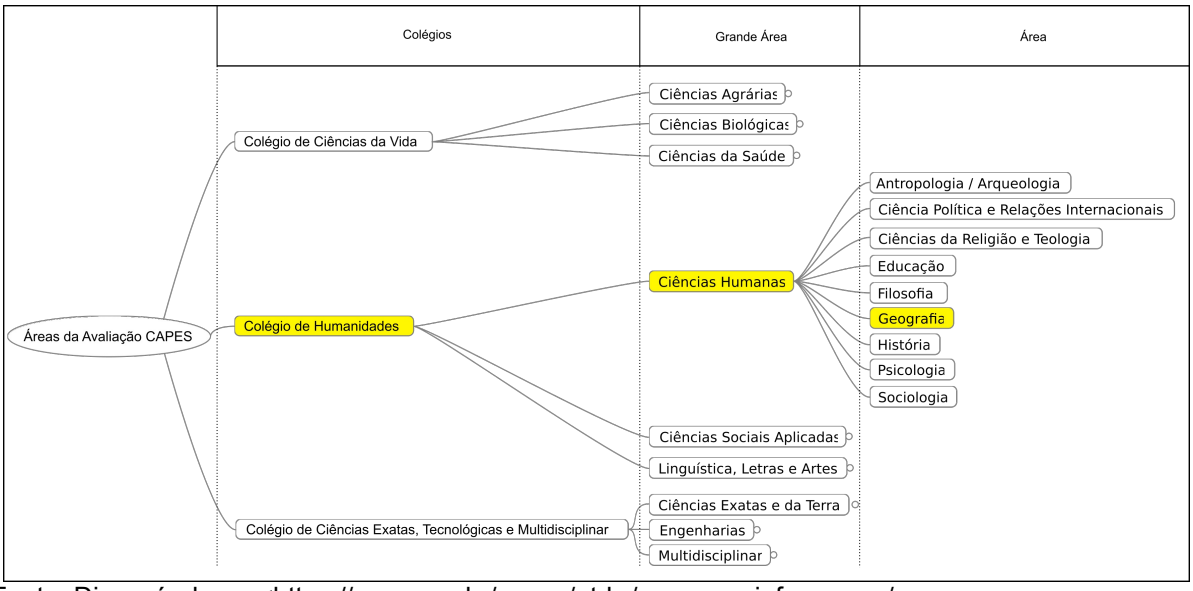
Nessa sessão, destacamos as duas estruturas em busca de localizar a Geografia Urbana enquanto campo da Ciência geográfica, remetendo à necessária sobreposição de campos do conhecimento, onde identificamos o caráter interdisciplinar da Geografia, como também da Geografia Urbana.

Para a CAPES, a estrutura da ciência tem como suporte a afinidade entre 50 áreas de avaliação (campos da ciência) agregadas em dois níveis, o que, de acordo com a instituição, objetiva facilitar o julgamento das mesmas. A figura 2 demonstra o

ramo da estrutura onde está localizada a Geografia[60].

Nos ramos centrais da estrutura por Área de avaliação da CAPEs, são identificados três Colégios (Ciência da Vida; Humanidades; e Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar) que são compostos por três Grandes Áreas cada. A Grande Área das Ciências Humanas é composta por nove Áreas ou campos do conhecimento científico, onde está localizada a Geografia.

Figura 2: Estrutura por Área de Avaliação da CAPES



Fonte: Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao#areas>. Acesso em 20 de mar. de 2024.

Essa estrutura hierárquica voltada para a avaliação de campos da ciência, se estabelece como uma das formas de organização da ciência no Brasil. Trata-se de uma forma abrangente e generalista, o que impede identificar importantes "subcampos da ciência" como a Geografia Urbana. Mesmo tendo dentre as Grandes áreas um ramo voltado a multidisciplinaridade, obscurece abordagens interdisciplinares, muito defendida por Morin (2005 [1982]), além de desconsiderar a singularidade de cada pesquisa, para não dizer de cada pesquisador(a) e o sentimento de pertencimento por se fundamentar como base para a avaliação conjuntural.

Nesse sentido, a estrutura em árvore de especialidades disposta pelo CNPq, mais necessariamente com base na Plataforma Lattes e por consequência nos currículos de pesquisadoras(es), com destaque à Geografia Urbana, é demonstrada

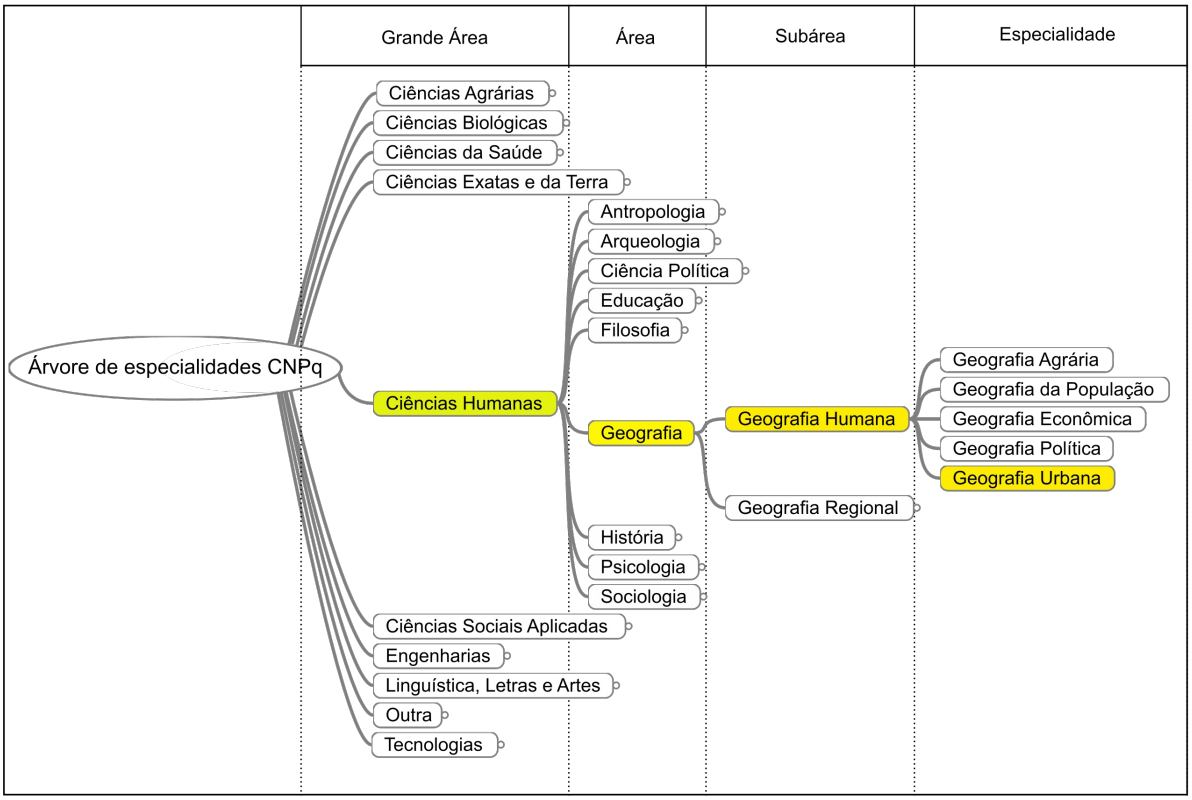
---

[60]A estrutura CAPEs por Área de Avaliação na integra pode ser acessada na página eletrônica da CAPES. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao#areas>. Acesso em 12 de jan. de 2024.

pela figura 3.

Nessa estrutura da Árvore de Especialidades do CNPq[61] as Grandes Áreas ocupam papel central, funcionando enquanto instrumento para a classificação e organização das diversas áreas do conhecimento no Brasil. Dentre as finalidades dessa estrutura estão a avaliação de projetos de pesquisa, a classificação de currículos e a geração de estatísticas sobre a formação e a experiência de pesquisadores(as). Ao analisar o currículo de pesquisadores, os avaliadores podem identificar suas especialidades e sua contribuição para o desenvolvimento da ciência a partir da Plataforma Lattes.

Figura 3: Ramificação das Ciências Humanas à Geografia Urbana da Árvore de especialidades da Plataforma Lattes – CNPq



Fonte: Dados extraídos da Plataforma Lattes. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 20 de jan. de 2025. Org. Elaborado pelo autor.

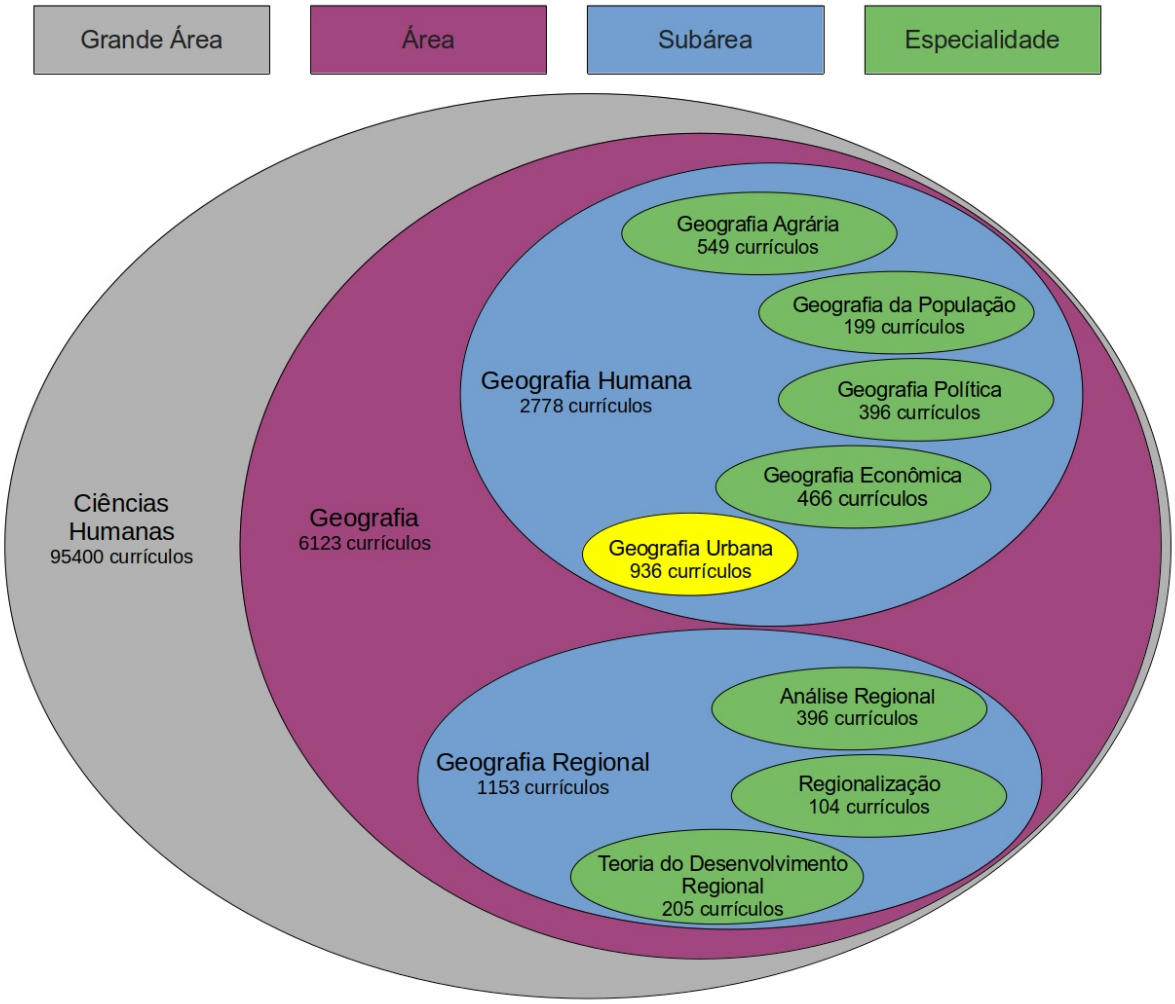
A interpretação da Geografia Urbana como campo parte da proposta de objetivar a representatividade do campo da Geografia Urbana no campo da ciência geográfica. É apresentada a seguir na figura 4, de forma figurativa, como estão organizadas as áreas de atuação para a Geografia com nível de formação de

---

[61]A estrutura integral da Árvore de Especialidade do CNPq pode ser visualizada na página de busca por currículos do CNPq, selecionando o campo “Atuação profissional”. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>. Acesso em 20 de jan. de 2025.

doutorado concluído, e o volume de currículos que tiveram determinada opção selecionada.

Figura 4: Representação figurativa das Áreas de atuação da Plataforma Lattes orientada para a Geografia



Fonte: dados disponibilizados pela Plataforma Lattes em 16 de jan. de 2023. Org. o autor..

A não identificação com uma das opções, seja "Área", "Subárea" ou "Especialidade" leva pesquisadores(as) a selecionar a opção mais abrangente. Sendo este o motivo pelo qual a soma das duas "Subárea" possíveis para a Geografia (Geografia Humana e Geografia Regional) serem diferentes do total de currículos constantes na "Área" Geografia. O terceiro fato e talvez o mais importante para esta tese, na qual concentramos nossas atenções, se refere ás "Especialidades", onde a maior concentração de currículos na Geografia Urbana é evidente dentre as demais opções.

Logicamente, é a partir da estrutura de ciência do CNPq que a Geografia Urbana pode ser analisada como campo da ciência geográfica, mas não apenas isso/

Podemos, a partir da admissão de cada pesquisador(a), efetuar a interconexão da Geografia Urbana a outros campos e subcampos da ciência, sem deslegitimar sua autonomia, e com isso abordá-la como interdisciplinar, como abordada por Pacione (2005).

Com o objetivo de fornecer aos pesquisadores e estudantes uma introdução abrangente ao campo em expansão dos estudos urbanos, Pacione (2005) procura demostrar a partir da Geografia Urbana a complexidade dos ambientes urbanos na contemporaneidade. Para o autor, vivemos em um mundo urbano, seja pelo quantitativo de habitantes, pela expansão de áreas urbanas ou pelas influências urbanas em boa parte da superfície habitável do planeta.

Pacione (2005) identifica a existência de duas abordagens básicas na Geografia Urbana, a primeira orientando-se para a distribuição espacial das cidades e às ligações entre elas, que seria o estudo dos sistemas das cidades. A segunda vai em direção à estrutura interna de locais urbanos, que seriam estudos da cidade como sistema. Para o autor, a Geografia Urbana tem um poder integrador de perspectivas diferentes, que impulsiona nossa compreensão de fenômenos urbanos. Nesse prisma, o urbano desperta o interesse de muitos outros campos da Ciência, sendo a perspectiva espacial o diferencial nos estudos de geógrafas e geógrafos.

Para Naranjo *et al*. (2000), a Geografia Urbana é um ramo da Geografia que aborda estudos das cidades, dos espaços urbanos e de processos de urbanização. Há uma gama de outros campos da Ciência que se ocupam da análise urbana, o que seria justificável pela complexidade de fenômenos urbanos sob diversos pontos de vista, que identificam três tópicos principais em estudos da Geografia Urbana: o primeiro se orienta ao sistema de assentamentos, que foca um recorte urbano, o qual interfere diretamente na rede da organização espacial; o segundo aborda o espaço da cidade, sua morfologia e estrutura urbana, orientado para a população que vive nas cidades e suas periferias, indo a seu interior para a identificação de usos do solo; e o terceiro, que tende a identificar a influência do urbano, referindo-se ao poder de transformações induzidas pela cidade em outras localidades. Os autores afirmam ainda que algumas pesquisas geográficas da década de 1990 partem do pressuposto da existência de um processo de urbanização na escala mundial.

Entre os autores que protagonizaram o entendimento de urbanização do mundo, Lefebvre (2002 [1970]) parte da hipótese de urbanização completa da sociedade. Por meio de uma perspectiva crítica marxista, o autor compreende a sociedade urbana como resultante da sociedade industrial e seus procedentes.

Nessa ótica, a exploração capitalista teria um papel fundamental, ao passar de uma ideia virtual à realidade. Lefebvre (2002 [1970], p. 23) identifica a origem e dá evidência da interação complexa e do caráter essencial dos conceitos, forma, função e estrutura, "[…] a troca comercial torna-se função urbana; essa função fez surgir formas e em decorrência, uma nova estrutura do espaço urbano".

Dentre as principais referências do campo da Geografia Urbana, se não da Geografia brasileira, como já observado anteriormente, está Milton Santos que em 1985[62] aborda forma, função e estrutura em conjunto com o processo identificado pelo tempo e as mudanças, como categorias analíticas que devem ser abordadas dialeticamente e seriam elas, dessa forma, essenciais para o método geográfico. De acordo com Santos (1985, p. 50),

> Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. Função, de acordo com o Dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.

Nas proposições de Santos (1985), com considerações para enriquecê-las com a categoria de significados, Correa (2009,) identifica que elas tornam “inteligível a espacialidade humana como parte integrante das complexas e mutáveis relações entre existência e reprodução social”. Invariavelmente, a produção se impõe com certo ritmo e as transformações na organização espacial são também transformadas pelo seu histórico.

Nessa lógica, ao abordarmos o campo da Geografia Urbana como estrutura espacial, seja como espaço de jogos (Morin (2005 [1982]) ou como lugar de disputas por capitais (Bourdieu, 2004a), vale retomar um trecho de sua história. No Brasil, a negligência no estudo da temática urbana por pesquisadores da Geografia foi destacada por Freyre (1941), em um “Inquérito Geográfico”, encaminhado ao Conselho Nacional de Geografia no ano anterior de sua publicação. Nele, o autor observa a fragilidade e a indisposição na análise científica dos assuntos sociais no país, e aponta a Geografia Urbana como necessária e digna de maior atenção dos

---

[62]De acordo com o autor o volume foi “formado por ensaios redigidos nos anos 80, exceto um, sobre "Dimensão temporal e sistemas espaciais no Terceiro Mundo", que forma o capítulo 2 e data do início dos anos 70” (Santos, 1985).

pesquisadores, demonstrando que esse campo da Geografia antecede ao efetivo processo da urbanização brasileira ocorrido na década de 1950.

Análogo a isso, um dos precursores da Geografia universitária no Brasil e orientador da primeira tese de doutorado da Geografia defendida por Maria da Conceição Vicente de Carvalho na USP, Pierre Monbeig (1943), observa a necessidade da abordagem geográfica do urbano, e apresenta diversas possibilidades de estudos urbanos pela Geografia, com o intuito de incentivar o interesse de pesquisadoras e pesquisadores pela cidade. Tais colocações, direta ou indiretamente, influenciaram parte do corpo de discentes que constituíam o campo do conhecimento científico em formação.

As formas do pensamento científico, segundo Gomes (2009), dizem respeito aos métodos, aos objetivos e as finalidades de um conhecimento científico, sendo esta conjuntura o horizonte da epistemologia enquanto campo crítico de discussões. A epistemologia, de acordo com o autor, não estabelece orientações que devem ser seguida por todos, mas demonstra que o fazer Ciência é um produto histórico e contextual, dando legitimidade ao entendimento de que as mudanças na Geografia Urbana decorrem concomitante às mudanças sociais.

É a partir de mudanças locais que Harvey (2014) identifica como a primeira observação referente a condição pós-moderna. O autor inicia seu trabalho demonstrando seu interesse por Raban (1974), que revela alterações no tratamento dos problemas da vida urbana. É neste contexto que podemos identificar as primeiras utilizações do termo “urban space”[63], que hoje nos orienta à Geografia Urbana, corroborando assim com Gomes (2009) referente ao contexto em que o conhecimento é produzido.

Pensamos então o urbano enquanto constituinte do conhecimento e elementar para a conexão da ciência geográfica com a sociedade. Pois é pelo espaço urbano que a maioria das pessoas que constituem a sociedade “vivem e se reproduzem”, também é o urbano essencial à Geografia Urbana.

Latham, McCormack, McNamara e McNeill (2009) dão evidências da dificuldade para uma delimitação do espaço físico ser definido como urbano, primeiro pelas mudanças decorrente no tempo e pela própria instituição definidora, que geralmente é filiada a um Estado-Nação, que determina o que seria urbano. Há

---

[63]Através da utilização do *Google Ngram* é possível identificar a utilização de palavras ou termos em textos digitalizados que constituem a plataforma *Google Books*. Para observar a utilização do termo acesse *urban space*.

uma multiplicidade de urbanos que escapam à regra universalizante. Porém, de acordo com os autores, qualquer forma espacial tem influência do urbano, concomitante com a urbanização dos estilos de vida. Deste modo, Latham, McCormack, McNamara e McNeill (2009) afirmam que o entusiasmo de pesquisadores(as) da Geografia Urbana que à primeira vista estão associados aos densos centros urbanos, pode passar a pensar em uma lista de coisas que são produto da sociedade urbana, mas não necessariamente da cidade.

Dentre os autores que contribuíram para a interpretação deste termo no Brasil esta Corrêa (1995, p. 9), afirmando que o espaço urbano é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”. Uma das proposta que impulsionou esta interpretação, é disposta por Santos (1985, p. 52), ao propor que o espaço deva ser compreendido através de elementos analíticos adaptados da filosofia, onde “forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo.”

Santos (1981), ao longo de suas discussões a respeito da geografia urbana, dá ênfase ao espaço urbano como construção social, considerando que a cidade é um resultado complexo das relações sociais, econômicas e políticas que nela acontecem. O autor também analisou o impacto da globalização nas cidades, afirmando que a intensificação dos fluxos de capital, informações e pessoas condicionava a fragmentação do espaço urbano, gerando áreas muito ricas e outras muito pobres que coexistem.

Nesse sentido, Santos (1981) considera que a compreensão dos processos históricos relacionados à formação do espaço social é importante para compreender a sua realidade, defendendo que a identidade de um lugar está intimamente relacionada à sua história. Santos (1981) também considera importante ponderar o fundamental papel do estado e de toda a sociedade civil no processo de formação das cidades. Nesse aspecto, ressaltando a relevância de políticas públicas capazes de promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas nas cidades.

Segundo Santos (1981), em cidades de países subdesenvolvidos, como é o caso brasileiro, a organização do espaço habitado, do espaço de circulação e funcional, com suas respectivas articulações, está diretamente vinculada às características da população que o habita. Santos (1981) aponta que a forma de

apresentação da cidade enquanto influente e influenciada, coloca-a em uma rede mundial de cidades. As cidades, embora tragam uma facilidade de recursos e acessos, também possuem problemas. A condição demográfica crescente, principalmente em detrimento do êxodo rural, deixa o campo cada vez mais vazio – e isso acaba gerando problemas de fornecimento – além de que, por vezes, não consegue dar suporte adequado às suas populações devido a diferenciação dos espaços e as distâncias a serem percorridas para alcançar um determinado serviço. As questões de problemas financeiros também acabam se multiplicando deixando boa parte da população à mercê das possibilidades de desenvolvimento econômico individual pela falta de oportunidades de trabalho adequadas.

Segundo Santos (1993), as cidades são compostas de diversas atividades, bens e pessoas que em suas relações e fluxos, caracterizam as várias instâncias de classe, economia e trabalho que se definem em cidade. Consoante, as cidades não possuem as mesmas características ou condições para serem definidas, logo, “as modalidades dessas combinações dependentes do grau de desenvolvimento regional e da amplitude da respectiva divisão territorial do trabalho.” (Santos, 1993, p. 8). As relações também são dependentes da ação do estado e das corporativas que são relacionadas à oferta de trabalho. Nessa perspectiva, a caracterização de uma cidade depende de uma série de fatores e pode ser compreendida como complexa e só pode ser compreendida dentro da sua própria história e desenvolvimento.

Considerando a cidade como complexa, Corrêa (1995) possui uma abordagem sistêmica e dinâmica, suas discussões abordam a compreensão dos processos de urbanização e das redes urbanas e as inter-relações que ocorrem dentro da cidade, e nesse sentido, trazendo uma perspectiva mais abrangente e complexa. Dentre as principais contribuições de Corrêa (1995), está o conceito de rede urbana, no qual é proposto a ideia de que a cidade está inserida em um sistema de cidades interligadas, formando uma rede. Essas conexões podem ser caracterizadas como relações de interdependência entre os diferentes centros urbanos, que manifestam fluxo de pessoas, bens e informações. O autor dá destaque para a hierarquia urbana, defendendo que a qualificação das cidades em diferentes níveis de importância contribui para a organização do espaço. Essa hierarquia influencia nas relações que acontecem entre si e na distribuição das atividades econômicas.

Corrêa (1995) também analisa o centro da cidade como área com capacidade de atrair e concentrar as atividades econômicas e recursos. Essa condição agrupa as atividades relacionadas aos serviços prestados à sociedade, mas também condiciona a especulação imobiliária, elevando o custo de vida e diminuindo a qualidade da mesma em detrimento do grande fluxo de pessoas e automóveis, poluição sonora, visual e etc. (Corrêa, 1995). Além disso, o autor aborda e enfatiza a importância das cidades como um sistema dinâmico, que segue em grande transformação. Segundo ele, as cidades são influenciadas interna e externamente a partir do crescimento da população, da expansão tecnológica e das políticas públicas. O fluxo de mudança acontece a partir de pequenas alterações que refletem na condição de outra instância do espaço urbano.

Para Corrêa (1995), o espaço urbano é um conjunto de diferentes usos das terras que são sobrepostos entre si. A organização é fragmentada, considerando espaços comerciais, de serviço, de gestão, áreas industriais e residenciais que estão próximas, juntas ou sobrepostas, a depender das condições. Para o autor, a produção do espaço urbano se dá a partir dos proprietários dos meios de produção, principalmente a partir das grandes indústrias, os fundiários, imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Os grandes proprietários são os maiores consumidores do espaço, a partir deles devem ser consideradas as relações entre capital e trabalho, bem como os reflexos na especulação imobiliária. O que se considera é que as classes dominantes são detentoras do capital e podem manipular as áreas da segregação residencial, dando novas formas à delimitação do espaço. Os proprietários de terra, por sua vez, estão mais interessados no seu valor de troca do que no seu valor de uso, ficando à espera de uma valorização. Com o passar do tempo, segundo o autor, o caótico centro da cidade dispersou as pessoas, os espaços periféricos da rede urbana que eram compostas somente por classes mais baixas, hoje também são espaços em que as pessoas de classe mais alta moram, buscando tranquilidade e silêncio, mediante a construção de bairros nobres, isolados.

O Estado também é responsável pela organização social da cidade à medida que pode desapropriar e comprar terras, regulamentar o uso do solo, controlar o preço das terras, estabelecer os índices de imposto de imóvel, tipo de uso e região, realiza a taxação, altera a estrutura do espaço por meio de implantação de pontos de infraestrutura ou de lazer, organiza mecanismos de crédito para habitação, entre

outros (Corrêa, 1995). Além disso, os grupos excluídos também tem seu papel na organização da cidade. Seu modo de vida ao lado do desemprego, condições de doenças e subnutrição, a falta de poder econômico para comprar uma casa ou alugá-la, os levam a viver em cortiços, conjuntos habitacionais, sistemas auto construtivos ou favelas. Segundo o autor, a criação dessas favelas é uma forma de resistência à segregação social. Corrêa (1995) aponta que, com o passar dos anos, a partir das iniciativas dos moradores, as favelas passam ou podem ser consideradas bairros, que vão se modificando e melhorando até o momento que se enquadrem dentro do espectro do espaço urbano local.

A cidade capitalista é um grande palco para os mais variados acontecimentos de acumulação de capital e reprodução social, que delimitam as alterações dos processos espaciais. Corrêa (1995) aponta para algumas formas: centralização da área central, descentralização e núcleos secundários, coesão e segregação, dinâmica social e inércia de áreas cristalizadas. Esses processos se alteram e influenciam entre si, por isso se compreende a cidade com um olhar dinâmico e complexo.

Já Carlos (1989), que é uma das referências contemporâneas para as discussões a respeito de Geografia Urbana, busca em suas análises refletir como as cidades são caracterizadas por uma abordagem crítica da realidade, com uma visão interdisciplinar do processo de composição do meio. Para Castro (1989), o espaço urbano é produzido a partir das suas relações e também do seu isolamento. Isso diz respeito tanto as relações que são dadas pelas influências de outras cidades enquanto redes ou pelo viés hierárquico. Além disso, há as questões de influência das redes dentro da própria rede urbana, que compilam para o isolamento de uma parcela da população ou que fazem isso por vontade própria.

Em suas abordagens a autora discute as desigualdades sociais, a exclusão de grupos e pessoas e os diferente conflitos existentes na cidade, sempre buscando trabalhar com os atuais desafios do espaço urbano. Reflete sobre o movimento das coisas e como isso altera a transformação da sociedade, historicamente e nos dias atuais (Carlos, 1989).

Para a autora, a cidade é a materialização do trabalho humano, portanto, se trata de uma criação social. Nesse sentido, é um espaço de ações que se materializa e modifica as condições de vida. Segundo Carlos (1989), a cidade pode ser entendida em três aspectos, “a) a cidade enquanto locus de produção; b) cidade

enquanto reprodução da força de trabalho; c) aquela que articula as suas anteriores, permitindo pensar/aprender a dimensão do homem e do humano, articulando as várias dimensões da cidade.” (Carlos, 1989, p. 121).

O espaço urbano é compreendido como uma unidade diversificada, de organização, grupos, economia e desigualdades. As desigualdades na organização do espaço urbano perpassam pelas condições de uso do solo em detrimento de empresas, do estado e do uso do capital com vislumbre de lucro. O urbano se produz e se reproduz a partir da luta de interesses que são travados cotidianamente. Além disso, Carlos elenca também a ideia que a cidade é um espaço de direito, que deve ser o espaço onde as pessoas têm oportunidades e recursos. Além disso, a autora também discute sobre as diferentes perspectivas de gênero no espaço urbano, analisando como as mulheres e os homens possuem percepções diferentes em relação ao mesmo espaço. Carlos (1991) discute que a cidade é organizada de modo a privilegiar determinados grupos sociais, afirmando que as mulheres frequentemente têm mais problemas em espaços públicos, relacionados ao trabalho ou serviços básicos. As análises da autora abordam como o corpo feminino é constantemente vigiado e controlado no espaço urbano, limitando sua autonomia.

Sposito (1988) por sua vez, possui uma visão mais crítica e humanista a respeito da Geografia Urbana, com grande destaque para a produção e reflexão a respeito das questões sociais. Sposito (1988) desenvolveu uma análise crítica a respeito da urbanização, discutindo sobre como o espaço urbano afeta e modifica a vida das pessoas. Suas reflexões compreendem a exclusão e os conflitos sociais que são travados dentro das cidades, buscando compreender as causas e as consequências desses fenômenos.

Assim como Santos (1985), a autora também considera importante a compreensão da história e a cultura das cidades. Para a autora, o espaço é a história, e por isso, as realidades são resultado de um processo cumulativo de lutas e transformações que as construíram. Para ela, entender os acontecimentos do passado é fundamental para entender as condições atuais de delimitação e funcionamento do espaço urbano. Segundo Sposito (1988), desde os primórdios da vida na terra, o trabalho tem papel fundamental na organização do espaço, e o modo como essas alterações acontecem depende do aprimoramento das tecnologias e das novas formas de se empregar a mão de obra.

O agrupamento das pessoas em virtude da proximidade das trocas e relações

intimamente relacionadas ao serviço, considera que a origem das aglomerações com uma variada gama de possibilidades é social e política (Sposito, 1988). Mais tarde, o comércio de fato passou a ser provedor de aglomerados de pessoas. Atualmente, segundo a autora, a urbanização e a industrialização têm aparecido sempre associadas. Essa conjuntura se desenvolve a partir da produção de mercadorias, pela transformação dos produtos

Um dos grandes destaques das produções de Sposito (1988) está na discussão de promover justiça social e o direito à cidade. A autora afirma que os processos de urbanização geram desigualdades e exclusões, propondo alternativas para a construção de espaço sociais mais justos e democráticos, destacando o fundamental papel da geografia nessas propostas e na construção de um mundo mais igualitário.

No entanto, o termo igualdade para Massey (2000) demonstra-se frágil, observando que a própria capacidade se mover é controlada, o que reforça o poder de alguns sobre os outros. Nessa lógica, a própria natureza da igualdade se aproxima da oposição direta à desigualdade, ou a diferença como observado por Scott (2005]) quando revela que na essência, igualdade e desigualdade são paradoxais.

Nesses termos, retomamos às argumentações de Bourdieu (2004a), quando identifica que as conquistas individuais fortacem o campo, enquanto cada integrante age na disputa por capital científico e político. A tentativa de evidenciar as dinâmicas das disputas no campo da Geografia Urbana, se iniciou com a aplicação de um questionário (Apêndice C) com a finalidade de levantar dados qualitativos e avançar com entrevistas semiestruturadas. A partir de pesquisadoras(es) com currículo dentre os 936 identificados como da Geografia Urbana, primeiro o questionário foi destinado a Lideres de Grupos de Pesquisa desse campo, seguido dos(as) Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq do campo da Geografia.

Para o primeiro conjunto de pesquisadoras(es), o levantamento partiu da identificação no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, com uma busca parametrizada efetuada com o termo exato “Geografia Urbana” na Área “Geografia” da Grande Área “Ciências Humanas”[64]. Foram identificados 27 grupos, um terço liderado por mulheres e dois terços com a liderança de homens. Do total de grupos assinalados como do campo da Geografia Urbana, 18,52% (5) liderados por mulheres e 29,63% (8) liderados por homens, constam com os currículos integrados ao contingente dos 936 currículos analisados por essa tese.

Para o segundo conjunto com pesquisadoras(es) bolsistas produtividade em pesquisa, a busca inicial foi efetuada na base de dados do CNPq de bolsas em curso[65], realizada a partir da área de conhecimento “Geografia” na aba de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Correspondente a esse conjunto foram identificados 97 bolsistas, sendo 32% referente a pesquisadoras e 68% a pesquisadores na Geografia. A partir da correlação com os 936 currículos focos dessa pesquisa, foi possível identificar que do total de bolsistas produtividade em pesquisa na Geografia (97), 51,55% (20 pesquisadoras e 30 pesquisadores) fazem parte do campo da Geografia Urbana. Volume relativamente significativo se retomar a observação na figura 4, onde se identifica que do total doutores(as) da Geografia, 15,28% indicam a Geografia Urbana como especialidade.

Porém, referente a receptividade ao questionário, das treze aplicações efetuadas a lideres de grupos de pesquisa da Geografia Urbana, duas pesquisadoras e cinco pesquisadores responderam. Do conjunto de Bolsistas Produtividade em Pesquisa o retorno com respostas foi ainda menor, dos cinquenta envios, o retorno foi identificado por três respostas de pesquisadoras e duas de pesquisadores. Nesse sentido, do total de 63 questionários encaminhados obtivemos o retorno com doze resposta ou 19% dos envios. Demonstrando ser frustrante a tentativa de avançar para uma entrevista semiestruturada, pois do conjunto de respondentes, apenas duas mulheres e um homem se disponibilizaram, o que na conjuntura demonstra ser uma amostra não representativa, passando a ser desconsiderada essa possibilidade.

Vale observar um dos retornos por e-mail sem respostas ao questionário, o qual não integra o montante observado até aqui, onde uma das pesquisadoras escreve:

> Boa tarde
> sinto não poder ajudá-lo mas eu não trabalho com a questão de gênero na geografia em minhas pesquisas
> cordialmente[66]

---

[64]A lista de Grupos de pesquisa foi coletada dia 17 de abril de 2023, no Diretórios de Grupos de Pesquisa do CNPq. A busca foi efetuada pelo termo exato “Geografia Urbana”, nos campos nome do grupo, nome da linha de pesquisa e palavras-chave da linha de pesquisa. Disponível em: <https://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf>. Acesso 17 de abr. de 2023.

[65]Disponível em: <http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.curso> Acesso em: 20 de dez. de 2024.

Esse retorno, ainda que cordial, somado à baixa adesão, leva-nos a identificar como uma ação protecionista à autoridade científica no campo da Geografia Urbana, limitando que temáticas sejam abordadas nesse campo do conhecimento. Contudo temos uma conjuntura de respostas que serão analisadas.

O quadro 2 apresenta uma distribuição de frequência cruzada de pesquisadores(as) que responderam o questionário, mostrando a quantidade de indivíduos por gênero pelas diferentes faixas etárias, divididos pelo grupo de LGP (Líder de Grupo de Pesquisa) e por BPP (Bolsista Produtividade).

Quadro 2: Número absoluto de respostas ao questionário por gênero e idade

	Pesquisadoras		Pesquisadores	
Faixa etária	LGP	BPP	LGP	BPP
Entre 31 a 40 anos	0	0	1	0
Entre 41 a 50 anos	0	0	2	0
Entre 51 a 60 anos	1	2	2	1
Entre 61 a 70 anos	0	1	0	1
Acima de 71 anos	1	0	0	0

Fonte: dados de pesquisa. Elaborado pelo autor.

Referente a faixa etária, é possível identificar que na conjuntura de LGP e BPP respondentes, 50% estão com idade entre 51 e 60 anos, 16,67% estão com idade entre 41 e 50 anos, com mesmo percentual são identificadas no agrupamento entre 61 e 70 anos. Os menores percentuais são identificados nas faixas etárias de 31 a 40 anos e acima de 71 anos com 8,33% correspondentes a uma resposta em cada agrupamento etário. Ao observarmos o gênero identificamos que dentre as pessoas que responderam ao questionário, as pesquisadoras estão nos agrupamentos etários acima de 51 anos, com maior concentração até 60 anos. Dentre os pesquisadores, a maior parte dos respondentes estão concentrados em maior número na mesma faixa etária de concentração das pesquisadoras (entre 51 a 60 anos). Porém, quantitativamente os pesquisadores respondentes apresentam idade inferior às pesquisadoras.

Referente ao estado civil, o quadro 3 a seguir apresenta o cruzamento dos dados coletados.

---

[66]Utilizamos o modo literal da resposta, preservando a identidade da remetente.

Quadro 3: Número absoluto de respostas ao questionário por gênero e estado civil

	Pesquisadoras		Pesquisadores	
Estado Civil	LGP	BPP	LGP	BPP
Casado(a)	0	3	4	2
Divorciado(a)	1	0	0	0
Solteiro(a)	1	0	1	0

Fonte: dados de pesquisa. Elaborado pelo autor.

Do total de respondentes, constatou-se que a maioria (nove) declarou-se casada(o). Adicionalmente, uma pesquisadora indicou o estado civil de divorciada e dois respondentes declararam-se solteiros(as). Analisando os grupos específicos, verificou-se que, no grupo BPP, a totalidade dos(as) pesquisadores(as) integrantes é casada(o). Em contrapartida, no grupo LGP, não foram identificadas pesquisadoras casadas, diferentemente do que ocorre com os pesquisadores (homens) do mesmo grupo, cuja maioria se declarou casada..

Com o questionário identificamos também que quanto a dependentes (filhos ou filhas), apenas respondentes no estado civil casado(a) afirmaram sim, desses uma pesquisadora e quatro pesquisadores afirmaram ter dependentes. Das pessoas respondentes que afirmaram sim para dependentes, três integram o grupo BPP e dois o grupo LGP, como pode ser observado no quadro 4.

Quadro 4: Número absoluto de respostas ao questionário por gênero e a existência de dependentes

	Pesquisadoras		Pesquisadores	
Dependentes	LGP	BPP	LGP	BPP
Sim	0	1	2	2
Não	2	2	3	0

Fonte: dados de pesquisa. Elaborado pelo autor.

Observa-se que entre as mulheres apenas uma relatou possuir dependentes, enquanto entre os homens essa proporção é significativamente maior, com a menção de filhos incluindo crianças e jovens em idade escolar. Essa disparidade levanta reflexões sobre como a divisão de responsabilidades familiares impacta diretamente na trajetória acadêmica, especialmente considerando que o cuidado com filhos e família culturalmente recai mais sobre as mulheres, como é identificado por Pinto (2017).

O fato de a maioria das mulheres da amostra não ter dependentes pode ser considerado um indicativo, principalmente se esse dado for relacionado às posições de destaque são ocupadas pelas participantes, que possuem pelo menos três décadas de carreira no Ensino Superior. Nessa discussão, o fato de possuir dependentes implica na necessidade inevitável de contornar barreiras estruturais

impostas pela dupla jornada de trabalho, questão que ainda é menos discutida no caso masculino (mesmo que esse grupo seja mais expressivo em relação a essa pergunta).

As atividades realizadas fora do âmbito profissional demonstram dinâmicas que, embora pareçam semelhantes à primeira vista, revelam diferenças importantes quando analisadas sob a ótica de gênero. As pesquisadoras (mesmo aquelas que não possuem dependentes) relatam maior envolvimento com atividades de cuidado, seja com familiares, manutenção do lar ou mesmo em ações voluntárias, como no caso de uma das participantes que atua em uma ONG. Os homens, por outro lado, mencionam atividades relacionadas ao lazer ou ao desenvolvimento pessoal, como musculação, caminhadas e viagens.

Sobre as atividades domésticas, ficou evidente que tanto homens quanto mulheres assumem responsabilidades nesse âmbito, mas a natureza e a frequência das tarefas apontam para diferenças sutis que refletem dinâmicas de gênero tradicionais e historicamente constituídas: as mulheres, de modo geral, relataram uma maior diversidade de atividades, frequentemente relacionadas à manutenção do lar, como limpeza, organização e cuidados com a casa (ainda que algumas tenham o auxílio de funcionárias do lar, a responsabilidade por essas tarefas permanece em grande parte sob sua gestão), enquanto entre os homens, mesmo existindo registros de participação em atividades domésticas, estas se concentram, em muitos casos, em ações pontuais como limpeza de quintal, preparo de refeições ou manutenção de áreas externas.

Na procura de aproximar do campo de pesquisa das pessoas questionadas, a questão referente ao tempo de atuação no ensino superior, identificou que todos(as) integrantes do grupo de BPP atuam há mais de trinta anos. No grupo de LGP, o menor tempo de atuação é de três anos e o maior é de 35 anos, com concentração no tempo de atuação abaixo de trinta anos. Quanto ao gênero e o tempo de atuação, observamos que todas as pesquisadoras respondentes atuam a mais de trinta anos no ensino superior, independente se LGP ou BPP. Entre os pesquisadores, os BPP também atuam há mais de trinta anos, enquanto que os LGP apenas um dos cinco respondentes atua há esse tempo.

A definição da Geografia Urbana pelos respondentes demonstra um consenso sobre a complexidade, a importância e a multidimensionalidade do campo mas, naturalmente, apresenta diferentes ênfases teóricas. A amostra contou com o

destaque dado por um dos respondentes à inclusão de gênero e raça como dimensões fundamentais para a compreensão da urbanização mas, com exceção desse caso, foi raro observar nas respostas masculinas esse tipo de interseção, e as respostas majoritariamente variaram em abordagens simplistas, como "estudo das cidades e do urbano", à formulações mais elaboradas, que incluíram dimensões econômicas, políticas e sociais.

Em relação aos autores considerados centrais na Geografia Urbana no Brasil, os entrevistados mencionam uma ampla gama de nomes que, ao longo dos anos, contribuíram para o desenvolvimento dessa área de estudo. Milton Santos é, sem dúvida, uma figura central nas respostas, sendo citado por mais de 90% dos respondentes, seguido por outros autores de destaque como Maria Encarnação Sposito, Ana Fani Alessandri Carlos, Roberto Lobato Corrêa e Maria Adélia de Souza. Além disso, há menções a autores internacionais importantes, como Henri Lefebvre e David Harvey, que também são reconhecidos por sua influência teórica no campo da Geografia Urbana.

Ao serem questionados sobre a necessidade de debater gênero no âmbito da Geografia Urbana, observou-se um reconhecimento unânime quanto à relevância dessa abordagem, conquanto se manifestassem variações na profundidade das respostas. As mulheres, majoritariamente, articularam argumentos mais elaborados, sublinhando a centralidade de considerar como as dinâmicas de gênero modulam o uso, a produção e a organização do espaço urbano. Uma das entrevistadas ressaltou, a título de exemplo, que a reflexão sobre gênero na Geografia transcende a perspectiva unicamente feminina, abarcando a compreensão de como os corpos são generificados e de que maneira essa generificação se manifesta e interage com o espaço. Em contrapartida, os homens questionados reconhecerem a importância da discussão no campo da Geografia Urbana, os argumentos apresentados por eles se concentram quase que integralmente no reconhecimento da relevância teórica da questão, sem avançar tanto sobre como as influências das estruturas de gênero em si afetam tanto a produção epistemológica quanto o campo acadêmico/universitário como um todo, revelando uma abordagem mais distanciada/generalista por parte dos homens, em contraste com a ênfase prática e experiencial revelada pelas mulheres.

Na questão sobre conhecer ou participar em grupos de pesquisa que focam em gênero na Geografia Urbana, uma mulher e três homens revelaram sequer

conhecer qualquer iniciativa. Enquanto que a maior parte dos(as) entrevistados(as) mencionam conhecer a existência de convergências para esse debate, apenas uma pesquisadora revelou participar de um grupo e integrar uma rede de pesquisas que relaciona na Geografia Urbana os debates sobre gênero.

Referente aos desafios enfrentados por ser mulher ou homem, para ser aceito e manter-se no campo da Geografia Urbana, as respostas variam, mas a temática do gênero é recorrente, especialmente nas experiências das mulheres. As participantes mencionam como o campo da Geografia Urbana ainda se apresenta como um espaço marcado por tensões, principalmente de cunho teórico e epistemológico e, muitas vezes, por preconcepções relacionados ao gênero. Em relação à condição de gênero, a maioria dos(as) entrevistados(as) relatou que, no geral, ser mulher ou homem pode impactar de diferentes maneiras a inserção ou manutenção no campo, mas para muitas mulheres, a carga de tarefas domésticas e responsabilidades familiares é uma realidade constante, o que pode afetar a produtividade acadêmica. Isso é descrito como uma "jornada tripla" no contexto do questionário, como pode ser identificado na resposta de uma das respondentes:

> Fiz pós-graduação, concursos e levei a carreira acadêmica cuidando de filhos e casa praticamente sozinha e na última década dos pais idosos. Não é jornada dupla, é tripla ou as vezes até mais. É cuidar da casa, das pessoas e as vezes das casas delas também, além do trabalho na Universidade e na pesquisa. (Resposta coletado pelo questionário)

Logicamente, a sobrecarga de responsabilidades não é exclusiva das mulheres, mas, para muitas, ser mulher no campo da Geografia Urbana significa também lidar com uma carga adicional de tarefas, que pode afetar a produção acadêmica. No entanto, uma das respondentes relatou que, ao mesmo tempo, sua condição de mulher pôde influenciar positivamente sua maneira de abordar questões de gênero na Geografia Urbana e possibilitou abertura e sensibilidade para perceber nuances de gênero e identidade, considerando como um ponto forte na construção do conhecimento no campo.

Quanto ao volume de produção acadêmica, a relação com o gênero também é discutida. Para a maioria das mulheres que responderam ao questionário, a múltipla carga de atividades diárias tem impacto direto na quantidade de produção, por outro lado, dentre as respostas masculinas, houve pontualmente a ênfase no fato de os homens não possuírem responsabilidades domésticas e familiares diretas,

como o cuidado com filhos, o que foi visto como vantagem para a dedicação à pesquisa acadêmica.

Os cargos ocupados ao longo da trajetória profissional da maioria dos entrevistados parecem não ter sido significativamente influenciados pelo seu gênero. Para muitos, a ocupação de cargos em uma instituição de ensino superior facilita a abertura de portas e o estabelecimento de relações com outros pesquisadores, amplia as oportunidades no campo acadêmico. Porém, o que diz respeito à relação entre cargos administrativos e a produção teórica, a maioria dos entrevistados reconhece que a dedicação às atividades burocráticas e administrativas afeta o volume de produção acadêmica. O tempo necessário para reuniões, elaboração de relatórios e a resolução de problemas administrativos reduz significativamente o tempo disponível para pesquisa e orientação, demonstrando um embate entre a busca por capital político e o capital científico.

No geral, os dados apresentados mostram que a Geografia Urbana no Brasil é um lugar dinâmico, com discussões sobre múltiplas dimensões, incluindo gênero, raça e outros aspectos, e servem de microcosmo para debates mais amplos sobre gênero e produção do conhecimento sobre a cidade. Há um reconhecimento crescente da importância de incorporar questões de gênero na análise espacial urbana, o que é um passo adiante para desenvolver ainda mais os esforços de pesquisa. Essas respostas, embora pequenas, revelam diferenças de gênero em relação às oportunidades acadêmicas e a constituição de um campo do conhecimento.

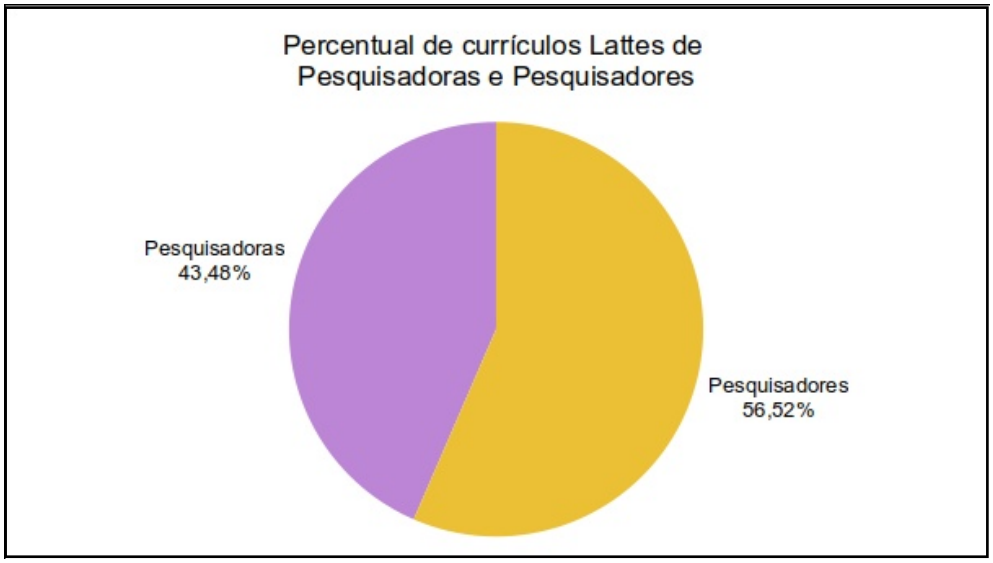
CAPÍTULO 3 – UM CAMINHO E AS PESSOAS QUE INTEGRAM O CAMPO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL

Este capítulo tem como base para sua sustentação a exploração de um conjunto de dados referentes à origem e à formação acadêmica, que são aqui interpretados como fundamentos para a caracterização de homens e mulheres que constituem o campo da Geografia Urbana. O foco central desse capítulo é avançar da identificação de quantos homens e mulheres integram o campo científico analisado, como bem destacado por Silva (2009) ao se referir a composição da Ciência pelo gênero. Os propósitos aqui seguem na direção de interpretar como homens e mulheres integram o campo científico da Geografia Urbana e como o urbano se constituiu como área de interesse da Geografia no Brasil.

Dessa forma, o conjunto de dados referente à origem e formação, ao tempo em que demonstra o percurso de quem integra o campo da Geografia Urbana, é acompanhado por estratégias de deslocamento espacial, de campos científicos, instituições e temáticas de pesquisa. Trata-se, assim, de movimentações que são adotadas por mulheres e homens para integrar e manter-se nesse campo, mais necessariamente para se consolidar nas disputas por capital científico (Bourdieu, 1975, 2004a), passando com essa tática a compor espaços que tendem a ampliar o rendimento desse tipo de capital. Isso é passível de identificação com a espacialização desses dados, ou seja, integra legitimamente a Geografia da Ciência como proposta por Livingstone (2003). Para tanto, inicialmente serão demonstrados os caminhos trilhados para chegar aos dados das formações, esclarecendo os procedimentos adotados e possibilitando a verificabilidade dessa tese, bem como habilitando sua aplicação a outros conjuntos de dados e outros campos do conhecimento.

O procedimento inicial foi o levantamento de currículos na Plataforma Lattes, filtrando os pesquisadores que identificaram como "Especialidade" a Geografia Urbana, como são apresentado no gráfico 3. Além disso, este capítulo dedica-se a explorar, num primeiro momento, o processo de caracterização dos pesquisadores que constituem o campo da Geografia Urbana. Tal exploração abrange desde a identificação da origem (naturalidade e nacionalidade) até a análise da formação em nível de graduação, mestrado e doutorado. Para cada um desses níveis, buscou-se responder a questionamentos fundamentais, como: o local e o período da formação; a vinculação à Geografia ou a qual das Grande Área do conhecimento; o objeto de estudo das pesquisas desenvolvidas; e o gênero de quem orientou.

Gráfico 3: Percentual de currículos Lattes de Pesquisadoras e Pesquisadores do total de 936 currículos identificados com especialidade na Geografia Urbana



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Nesse sentido, foram realizadas uma série de procedimentos. Primeiramente, identificou-se 936 currículos do campo da Geografia Urbana no Brasil, e foi efetuado o *download* de cada arquivo no formato *xml* (*Extensible Markup Language*)[67], o que possibilitou realizar o processamento pelo *script LucyLattes*[68], que auxilia na extração e compilação de dados contidos em um conjunto, possibilitando processar as informações de até 125 currículos *xml* por vez. Esse processamento gerou um relatório em formato *html* (Linguagem de Marcação de HiperTexto) apoiado por arquivos csv (Valores Separados Por Vírgula) armazenados localmente.

O conjunto de currículos identificados como integrantes do campo da Geografia Urbana foi distribuído em 10 pastas em um mesmo diretório, e aplicado o *LucyLattes* em cada agrupamento de currículos que integram as pastas. Ao todo, foram criados até oito arquivos no formato csv pela extração de cada currículo:

- Identificação geral, com o identificador do Lattes, nome, naturalidade, resumo e instituição de atuação;
- Publicações em periódicos, com título da publicação, ano, código DOI, linguagem, título do periódico, autoria, posição na coautoria e com possibilidade de inferência do Qualis CAPES[69];
- Livros e capítulos de livros em arquivos distintos, com título linguagem e autoria;

---

[67]Os arquivos *xml* (*Extensible Markup Language*) se refere a um documento de texto de marcação, constituído por um conjunto de informações estruturadas.
[68]Disponível em: <https://github.com/rafatieppo/lucylattes> Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

• Projetos de pesquisa e extensão, com o título do projeto, ano de inicial, ano final e integrantes; Participações ministrando cursos de curta duração, com título, ano e integrantes;

• Orientação, com o ano, natureza (dissertação de mestrado, monografia, tese de doutorado, dentre outros), instituição, curso e tipo (orientação principal ou coorientação);

• Ensino de disciplina, com a instituição, ano, mês inicial, mês final, curso, tipo (graduação, especialização, aperfeiçoamento ou pós-graduação) e título da disciplina.

Passado esse processamento, com exceção do arquivo de identificação geral, criamos uma coluna com o nome do arquivo que se refere ao identificador do Lattes. Os arquivos então foram distribuídos em oito pastas criadas para cada tipo de elemento extraído, e remanejados os arquivos resultantes da aplicação do *LucyLattes* para estas pastas. Para efetuar a junção dos arquivos que constituem cada pasta, primeiro acessamos a pasta pelo terminal Ubuntu e em seguida aplicamos o comando cat *.csv nome_do_elemento_total.csv, que basicamente efetua a concatenação dos arquivos em uma matriz, mantendo todos os registros e campos.

O próximo passo iniciou com a normalização dos dados, que consistiu em eliminar inconsistências de preenchimento, como nomes de coautoria e títulos de publicações, através do software livre *OpenRefine*[70]. Com os dados normalizados, foi efetuada a inclusão do arquivo de identificação geral no *software RStudio* – que é uma interface intuitiva do pacote *R*[71] – e incluímos um novo campo referente a gênero, preenchido através da função get gender do pacote *genderBR*[72].

Esse pacote prevê, através de dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se o nome pertence a mulheres ou homens. Para nomes compreendidos como neutros, o preenchimento foi efetuado manualmente através de buscas nas páginas institucionais e em redes sociais, observando como o(a) agente se identifica.

Desta aplicação no conjunto total de dados, identificou-se que 43,48% se

[69]O Qualis CAPES se refere a classificação de periódicos. Para essa tese temos por base o quadriênio 2013-2016, devido ao fato que na data do *download* dos currículos Lattes as classificações mais recentes não estavam disponíveis. A divulgação da classificação oficial dos periódicos do quadriênio 2017-2020 ocorre apenas em 2023.

[70]Disponível em:<https://openrefine.org/> Acesso em: 05 de jan. de 2025.

[71]Disponível em: <https://www.r-project.org/>. Acesso em: 03 de jan. de 2025.

[72]Disponível em: <https://github.com/meirelesff/genderBR> Acesso em: 05 de jan. de 2025.

referem a nomes de mulheres e 56,52% trata-se de nomes de homens. Com esta matriz completa podemos abordá-la como o fundamento para estender a outros conjuntos de dados extraídos dos currículos.

Claramente, os procedimentos aplicados pelo *script LucyLattes* foram fundamentais para a extração de diversos dados do conjunto de currículos, aprofundando a produtividade e otimizando o tempo. Porém, dentre os dados que não são extraídos por essa aplicação, estão os dados de formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado), o que implicou na necessidade de trilharmos um novo caminho.

Inicialmente, essa busca demonstrou-se frustrante, pois aplicações similares e *softwares* voltados à automatização de extração de dados de currículos, centralizam em abordar a produção bibliográfica[73], e não necessariamente as informações relacionadas à formação. Um caminho possível seria pela criação de um *script* para extração dos dados dos arquivos *xml* baixados, mas exigiria conhecimento aprofundado em programação, demandando recursos financeiros indisponíveis o que o inviabilizou. Outra possibilidade seria acessar uma vez, cada um dos currículos, copiar as informações da formação e organizá-las em planilhas, facilitando a análise, mas demandaria maior tempo hábil do que o disponível nesse contexto.

Existia uma opção alternativa às supracitadas, e a pormenorização do caminho escolhido, possibilita que ele seja refeito ou revisitado, garantindo a verificabilidade da pesquisa e também a replicação. Em síntese, esse caminho inicia pela descompactação dos arquivos, renomeação dos arquivos com o id do Lattes correspondente, seguido pela inclusão de todos os arquivos descompactados em um mesmo diretório. Na etapa seguinte, os arquivos passam a compor um novo projeto no *software OpenRefine*, passando a constituir uma planilha onde são extraídos apenas os dados desejados, que nesse caso se referem à formação contida em cada currículo Lattes.[74] Nesse ponto de conferência dos dados, algumas inconsistências foram identificadas, como dados faltantes nos diferentes níveis de formação, e no transcorrer do texto são expostos e destacados na análise.

O destaque atribuido à formação de agentes que constituem o campo da Geografia Urbana, ocorre pelo fato que para integrar efetivamente esse campo

---

[73]Aplicações e *softwares* para extração de dados de currículos Lattes, como o *scriptLattes*, *e-Lattes*. *GetLattesData* e *Extractor Lattes*.

[74]Para facilitar, esse caminho é exposto no vídeo disponibilizado pelo autor dessa tese no link: <https://youtu.be/er-gaV2hgLc>. Acesso em 18 de jan. de 2025.

científico é necessário a formação acadêmica ao nível de doutorado, basta observar editais de concursos para provimento de cargos na docencia em IES. Numa conexão com as ideias de Bourdieu (2004a), é necessário conhecer as regras do jogo, para ai sim participar das disputas por capital político e capital científico.

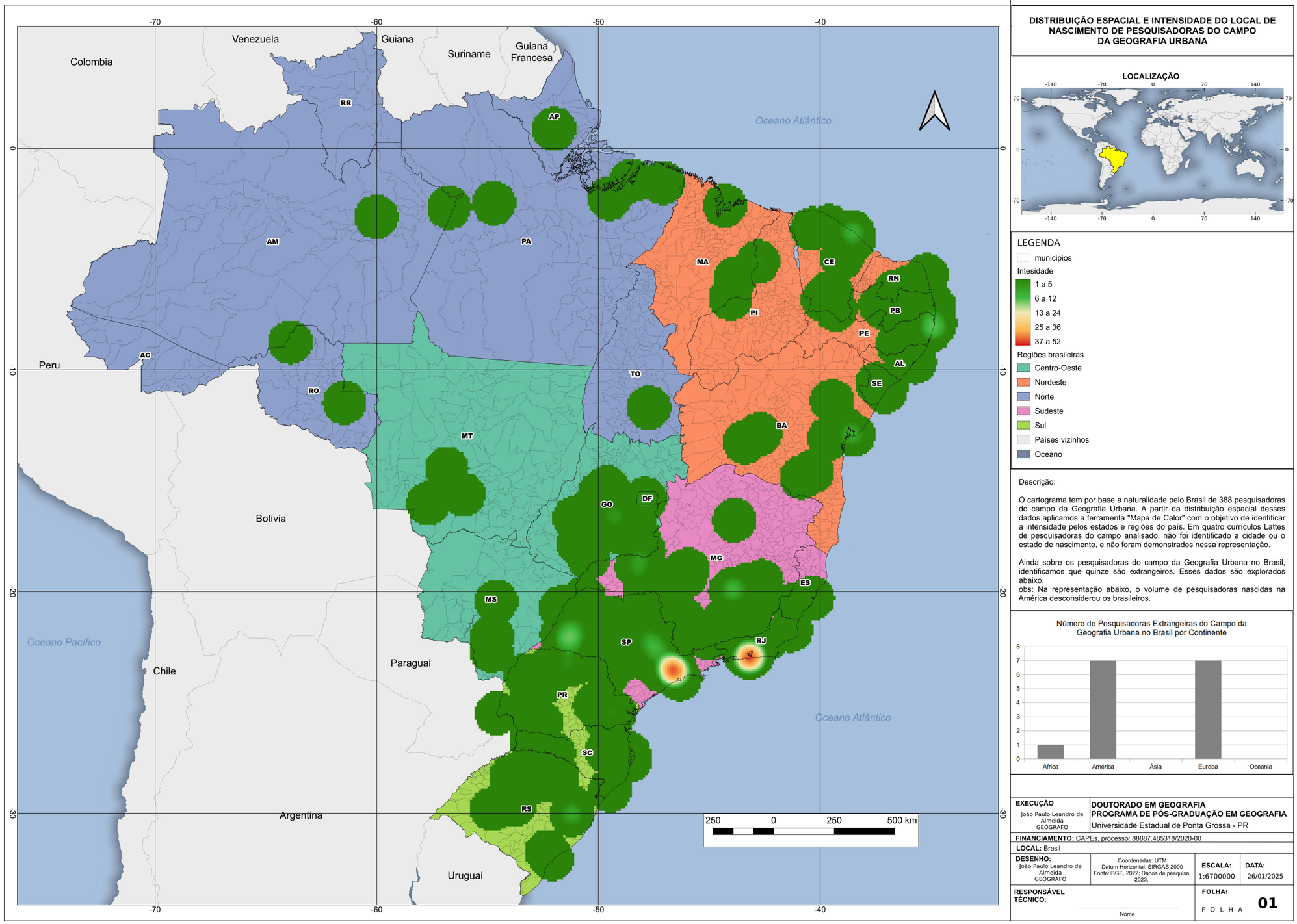
Para abordarmos o caminho de agentes da do campo da Geografia Urbana, na primeira seção deste capítulo, aborda-se a origem de pesquisadoras e pesquisadores, elencando os estados e regiões ou, em caso de possuírem outra nacionalidade, de qual continente ou país. Nas seções subsequentes, abordamos a formação na graduação, seguida pelo mestrado e o fim do capítulo analisa a formação no doutorado. A partir disso, passamos a analisar a origem (naturalidade e nacionalidade) identificada nos Lattes de agentes (pesquisadoras e pesquisadores) do campo da Geografia Urbana.

3.1 ORIGEM: A NATURALIDADE E NACIONALIDADE DE AGENTES DO CAMPO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL

Inicialmente, temos a naturalidade e nacionalidade de pesquisadoras e pesquisadores que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil. A identificação passou pela constatação automática do campo orientado para esse fim, para complementar a busca para os currículos que não continham a informação referente a cidade ou estado de nascimento, apenas a naturalidade. Para nascidos(as) no exterior, registramos as coordenadas da capital do país, e para currículos de brasileiros(as) na situação colocada, não incluímos coordenadas, observada a centralidade de nossas atenções no contexto nacional. Dessa forma, em 0,64% do total de currículos, sendo quatro de pesquisadoras e dois de pesquisadores, não foi registrada a naturalidade.

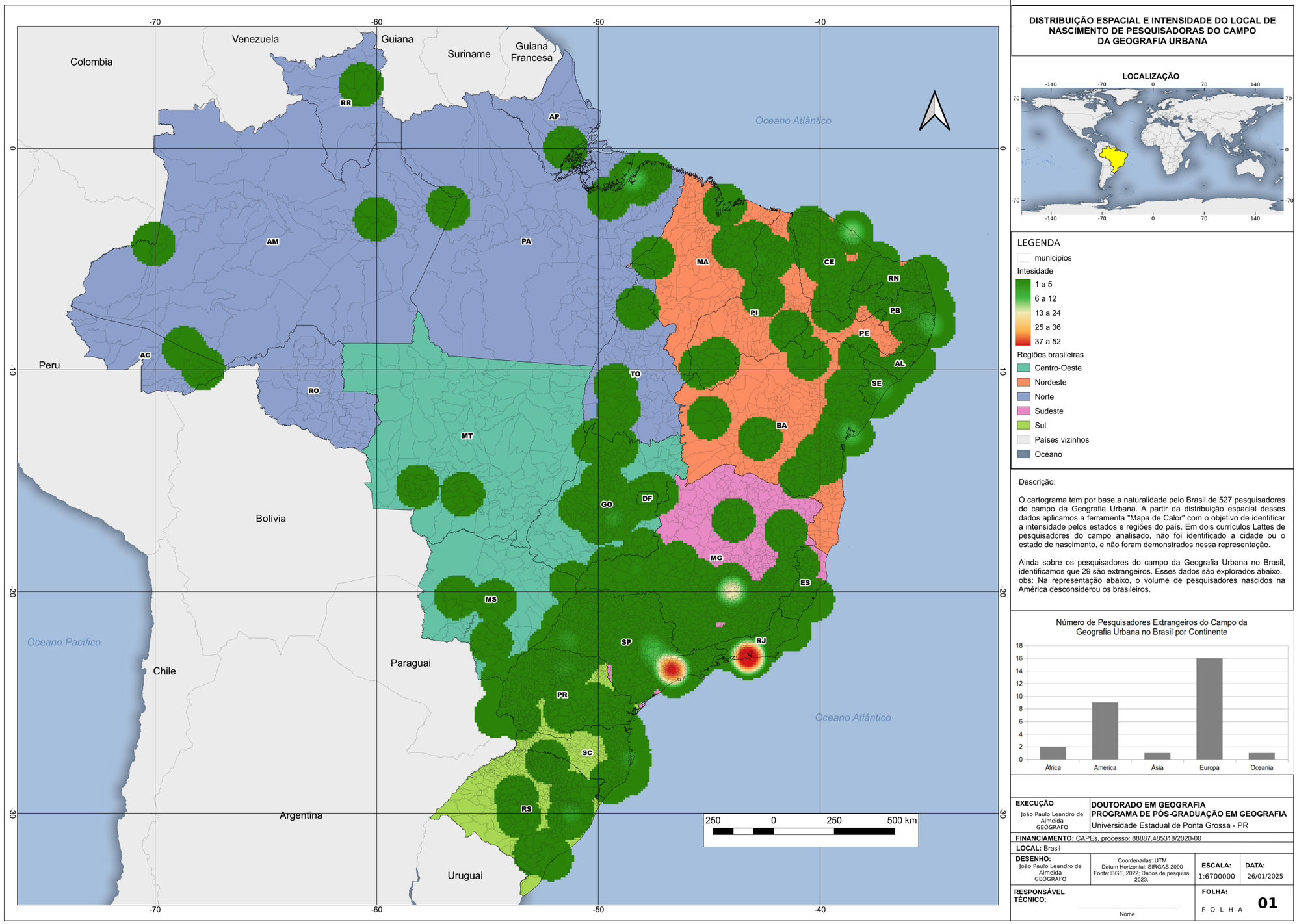
Com a finalidade de demonstrar a distribuição espacial desses dados, com foco na diferença ou proximidade entre mulheres e homens pelo Brasil, nas figuras 5 e 6 estão expostos os cartogramas produzidos no *software QGis*, onde a escala numérica da intensidade considerou 52 pontos em um círculo, com raio de aproximadamente 111 quilômetros (1º), que se refere a maior intensidade de pontos nesse recorte. Assim, a tonalidade das escalas de cores entre os cartogramas referente a mulheres e homens, pode apresentar alguma diferença na tonalidade destacando maior ou menor intensidade do local de nascimento de agentes que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil. Contudo, não foram desconsiderados os dados de pesquisadores(as) com origem no exterior que também compõem as representações.

Figura 5: Cartograma de densidade de nacionalidades e naturalidade de pesquisadoras do Campo da Geografia Urbana do Brasil



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Figura 6: Cartograma de densidade de nacionalidades e naturalidade de pesquisadores do Campo da Geografia Urbana do Brasil



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Os cartogramas apresentam certa similaridade, as maiores concentrações do local de nascimento das pessoas que constituem o campo da Geografia Urbana estão na Região Sudeste em grandes centros urbanos, mais especificamente no Rio de Janeiro e em São Paulo. É também nessa Região que podemos observar certa homogeneidade na distribuição espacial da origem de pesquisadoras e pesquisadores se consideradas as menores intensidades. Porém, na parte oeste do estado de São Paulo há certa concentração referente ao local de nascimento das mulheres. Outra concentração no Sudeste ocorre na porção sul de Minas Gerais referente a pesquisadores homens.

Na Região Nordeste, identificamos que as principais concentrações estão localizadas nas capitais de estados litorâneos, nas áreas interioranas regionais o volume de locais de nascimento de pesquisadoras e pesquisadores demonstra ser pouco significativo. De modo diferente, ocorre na Região Sul, onde uma parte central dos estados do Paraná e Santa Catarina e a parte oeste do Rio Grande do Sul, não constam dentre os locais de nascimento de pesquisadoras do campo da Geografia Urbana. Enquanto os dados dos pesquisadores referente a naturalidade, demonstra maior dispersão no Paraná e menor dispersão nos dois estados mais ao sul.

As disposições de nascimentos de pesquisadoras e pesquisadores na Região Centro-Oeste, apresentam certa semelhança, observando que as maiores concentrações tanto de pesquisadoras como de pesquisadores se apresentam em Goiás e no Distrito Federal. O menor número de locais de nascimento de pesquisadoras e pesquisadores do campo analisado ocorre na Região Norte, com poucos pontos dispersos.

A partir dos currículos das pessoas que integram o campo da Geografia Urbana, a concentração de pessoas advindas da Região Sudeste revela a disparidade de origem pelas regiões brasileiras, devendo ser ressaltado que a distribuição desses locais, se observada de forma geral, reflete a densidade demográfica do país (Apêndice A). Porém, há diferença numérica ao voltarmos às atenções a homens e mulheres, não sendo correspondente à população, enquanto elas representam 51,5% da população brasileira[75], no campo da Geografia Urbana, como vimos, representam 43,5%.

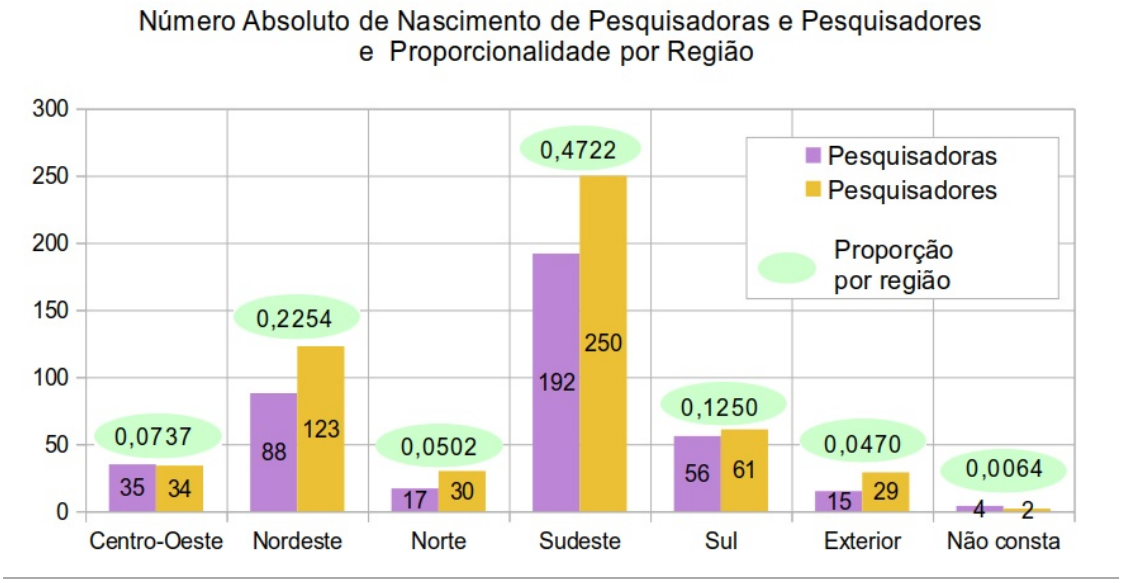
No gráfico 4 o debate referente a essas diferenças observadas é intensificado, enquanto conecta os dados representados pelos cartogramas anteriores, identificando numericamente a origem de pesquisadoras e pesquisadores

---

[75]Dados de acordo com o Censo IBGE (2022).

pelas regiões brasileiras. São observados também o agrupamento de dados de mulheres e homens nascidos(as) no exterior, como elenca os currículos que não constavam com a informação de naturalidade no Brasil.

Gráfico 4: Razão proporcional do número de nascimentos em cada região brasileira, exterior e “não consta” pelo total de currículos Lattes dividido pelo gênero



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

A diferença proporcional de pesquisadores(as) com nascimento na Região Sudeste para as demais regiões brasileiras fica ainda mais evidente. Seguida à distância pelo Nordeste, onde os volumes de pesquisadores e pesquisadoras reverbera na diferença de gênero do conjunto de dados nacionais. Se considerarmos apenas pesquisadores(as) nascidos(as) no Brasil, identificamos que o volume de pessoas advindas do Sudeste é próxima à soma do total de pesquisadores(as) com origem em outras regiões. Ainda com relação à região de nascimento de pessoas que integram o campo da Geografia Urbana, a superioridade numérica de mulheres frente aos homens ocorre apenas na Região Centro-Oeste. Também, dentre as demais regiões brasileiras, a maior superioridade percentual de pesquisadores ocorre na Região Norte, onde eles representam 63,8% das pessoas naturais dessa Região e que integram o campo analisado.

A diferença mais significativa entre pesquisadores e pesquisadoras é observada dentre as pessoas nascidas no exterior, chegando a dois terços desse grupo. Vale assim identificar os países de origem dos agentes que constituem o campo da Geografia Urbana. Destacamos estes dados na tabela 1.

A análise dessa tabela, revela que todos os continentes são representados no conjunto de pesquisadores(as) que constituem o campo analisado, com exceção da Antártida. No total, foram identificados 44 pesquisadores(as) nascidos no exterior do

Brasil, sendo 34,10% mulheres e 65,90% homens. Não há pesquisadoras advindas da Oceania e da Ásia, enquanto ambos os continentes possuem um representante do sexo masculino. Há uma pesquisadora e dois pesquisadores com origem no continente Africano, o que representa 6,82% do total de currículos de estrangeiros(as).

Tabela 1: Número absoluto da nacionalidade pelo gênero

País	Pesquisadoras	Pesquisadores
Cabo Verde	1	0
México	0	1
Moçambique	0	2
Cuba	0	1
Canadá	0	1
EUA	2	1
Argentina	2	1
Brasil	388	498
Chile	1	2
Colômbia	2	1
Uruguai	0	1
Alemanha	0	2
Espanha	0	3
França	2	4
Inglaterra	0	1
Itália	2	2
Líbano	0	1
Polônia	1	2
Portugal	2	2
Nova Zelândia	0	1

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Pela questão de proximidade, poderíamos pensar que a maior parte de pesquisadores(as) advindos(as) do exterior para contribuir no campo da Geografia Urbana do Brasil seriam de países do continente americano, mas esses(as) representam 36,36% do total de agente do exterior, sendo 13,64% da América do Norte e 22,73% da América do Sul. Referente a gênero, nesses agrupamentos observamos que há duas pesquisadoras e quatro pesquisadores com origem em países do norte do continente. Dentre os países ao sul, observamos igualdade numérica entre mulheres e homens, sendo cinco pesquisadoras e cinco pesquisadores.

A maioria de agentes estrangeiros(as) que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil são de países europeus, com aproximadamente 52,27% do total pesquisadores(as) do exterior. Desse continente, advêm sete pesquisadoras e dezesseis pesquisadores. Vale observar que o país com maior número de agentes nascidos(as) no exterior do Brasil são da França: duas pesquisadoras e quatro pesquisadores franceses, o que nos remete à origem da Geografia universitária brasileira e participação de docentes advindos da França (Abreu, 1994), como fora

identificado no capítulo dois dessa tese.

Com a observação da origem (naturalidade e nacionalidade) de pesquisadoras e pesquisadores que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil, temos as bases iniciais para interpretar como as pessoas integram esse campo do conhecimento. No transcorrer dessa seção, observamos que a Região Centro-Oeste é a única das regiões brasileiras, ao se referir à origem de quem integra o campo analisado, que apresenta maior número de mulheres que de homens. A procedência referente aos locais de nascimento tanto de pesquisadoras como pesquisadores, apresentam concentração significativa no Sudeste, com destaque para os estados de Rio de Janeiro e São Paulo. A presença de estrangeiros(as) na integração do campo da Geografia Urbana do Brasil, foi a que mais apresentou disparidade do volume de homens para o de mulheres. Sendo, a maior parte dessas pessoas advindas do exterior, de origem francesa. Da conjuntura analisada nessa seção, evidenciamos que a procedência das pessoas que contituem o campo analisado, há fatos que remetem à origem da Geografia universitária e ao campo da Geografia Urbana no Brasil. Na sequência, direcionamos a análise para a formação em nível de graduação dessas pesquisadoras e pesquisadores.

3.2 A FORMAÇÃO NA GRADUAÇÃO DE AGENTES DO CAMPO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL

Nessa seção abordaremos a formação acadêmica inicial de pesquisadoras e pesquisadores que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil. Essa abordagem centra-se em um primeiro plano na distribuição espacial de onde esses agentes cursaram a graduação, com a identificação da distribuição espacial e de determinadas concentrações, o que nos leva à observação referente ao deslocamento quanto ao local de nascimento. Em seguida, passamos a identificar as principais instituições que remetem à certa centralidade histórica de algumas universidades. A fim de atender à temporalidade das graduações, as conclusões desse nível de formação foram divididas por década de conclusão, identificando diferenças entre homens e mulheres.

Seguindo a observação na graduação de agentes que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil, é abordado se a formação acadêmica inicial foi na Geografia ou em outra Grande Área da Ciência brasileira. Também, elencamos as temáticas identificadas nos títulos dos trabalhos de conclusão de curso (TCC) e, ao

fim, se esses trabalhos foram orientados por docentes mulheres ou homens.

A busca inicial para os dados elencados, foi efetuada no campo próprio do currículo Lattes voltado para essa formação. A etapa de normalização dos dados foi efetuada no *software OpenRefine*, onde as correções relacionadas a escritas do curso, da instituição, do título do TCC e do nome do(a) docente que orientou foram efetuadas. Com isso, foi identificada a necessidade de analisar também os resumos dos currículos Lattes, para abordar graduações concluídas que não constavam no campo próprio.

Contudo, em oito currículos de pesquisadoras e em quinze currículos de pesquisadores, não constam informações sobre a graduação. Em outros casos, foi constatado que diversos currículos apresentam duas ou mais graduações. A tabela 2 demonstra o número de cursos de graduação identificados por currículos de pesquisadoras e pesquisadores do campo da Geografia Urbana no Brasil.

Tabela 2: Número de graduações identificadas por currículo de pesquisadoras e pesquisadores

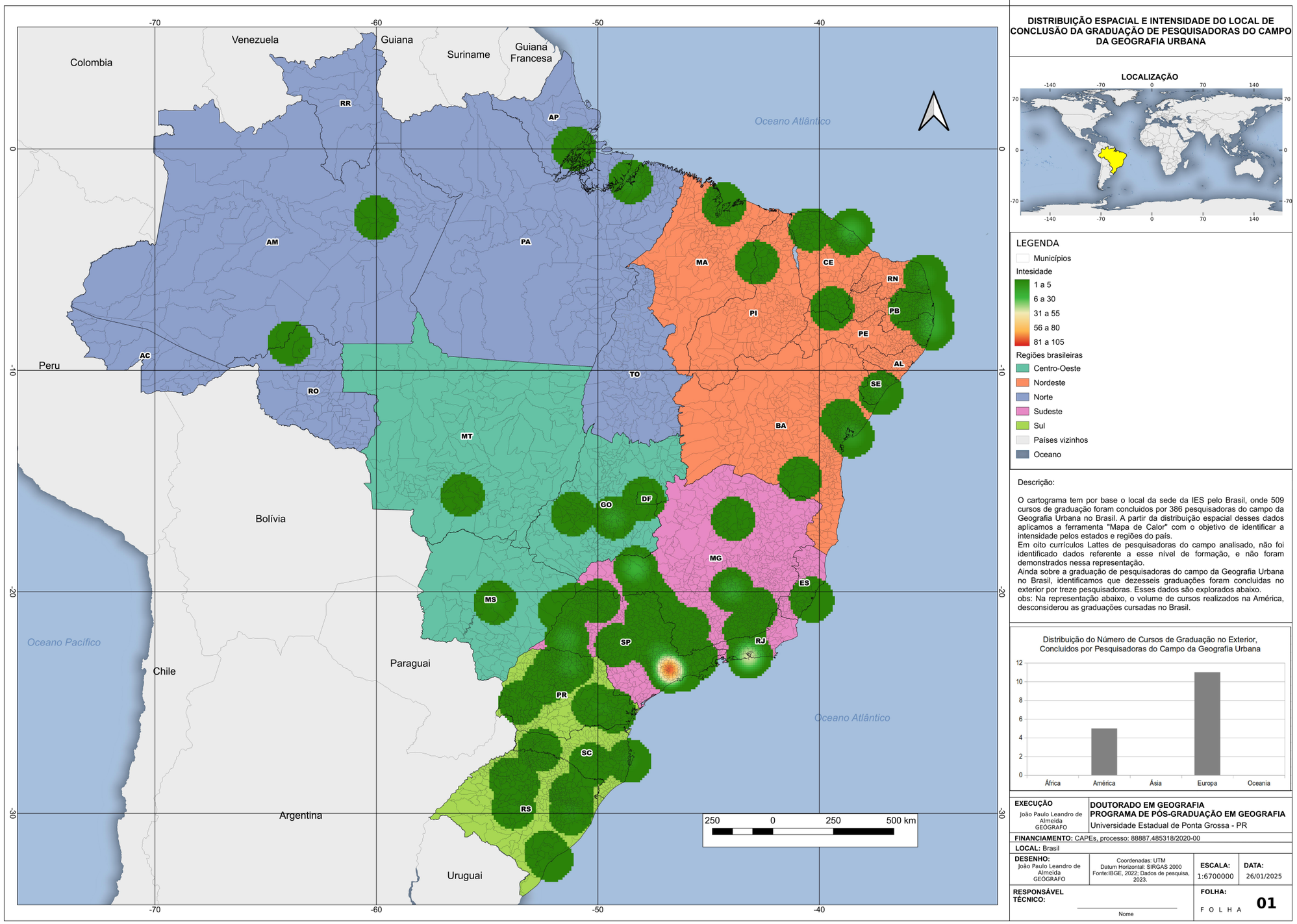
Nº de graduações identificados	Pesquisadoras	Pesquisadores
1	283	362
2	107	135
3	8	13
4	1	3
5	0	1

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Com base no total de mulheres (407) e de homens (529) foi identificado que 69,53% das mulheres e 68,43% dos homens concluíram uma graduação. Em 26,29% e 25,50%, consecutivamente, fizeram duas graduações. Três graduações foram identificadas em 1,96% dos currículos das pesquisadoras e em 2,46% dos currículos de pesquisadores. Também há, dentre os currículos das mulheres, um que apresenta quatro graduações. Com esse mesmo número de formação, pode ser identificado três homens, enquanto um homem apresentou cinco cursos na graduação.

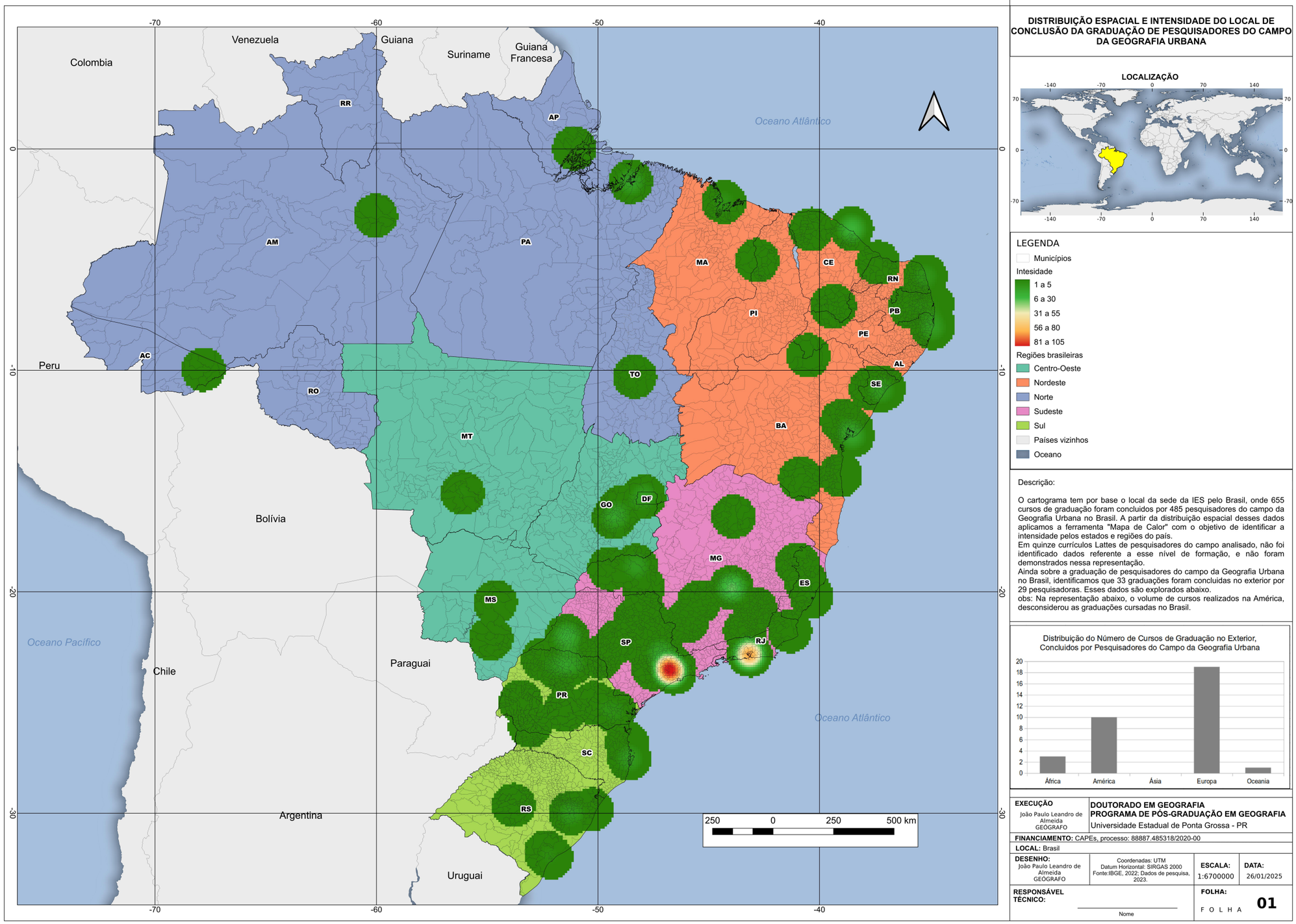
Assim, na contabilização foram identificados 525 graduações em 399 currículos de mulheres e 688 graduações em 514 currículos de homens, contabilizando 1213 cursos a esse nível de formação em 913 currículos de pessoas do campo analisado. Temos assim os dados referentes à distribuição espacial e a intensidade dos locais de conclusão dessas formações, representados nas figuras 7 e 8.

Figura 7: Cartograma de densidade do local de conclusão da graduação de pesquisadoras do Campo da Geografia Urbana no Brasil



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Figura 8: Cartograma de densidade do local de conclusão da graduação de pesquisadores do Campo da Geografia Urbana no Brasil

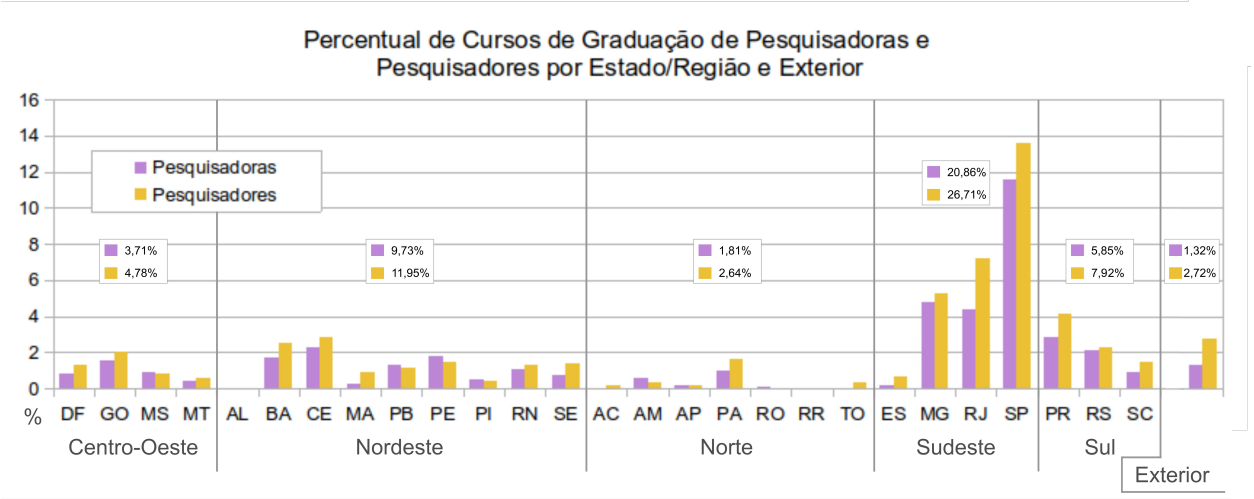


Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Os cartogramas referentes aos locais de conclusão de cursos de graduação de pesquisadoras e pesquisadores, demonstram certa similaridade de concentrações, as maiores intensidades estão nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com maior intensidade de cursos de graduação concluídos por homens do que os concluídos por mulheres. No Nordeste, a distribuição de pontos apresentam-se mais dispersas, seguindo pela parte litorânea da região com destaque, com uma pequena concentração no Ceará e na Bahia. No Sul, a distribuição mais estendida ocorre no Paraná, enquanto Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam maiores concentrações voltadas a leste. No Centro-Oeste, Goiás e Distrito Federal, estão concentrados os maiores volumes de pontos. Na região Norte, com exceção do estado do Pará, os demais estados apresentam os menores números de graduações concluídas por integrantes do campo da Geografia Urbana.

Se por um lado a distribuição de pontos quanto à graduação é relativamente menor que os locais de nascimento, por outro lado a concentração demonstra ser maior, pois a escala numérica de intensidade das distribuições espaciais desse nível de formação é de até 105 pontos em uma circunferência aproximada de 111 quilômetros de raio. Assim, há uma disparidade que não fica evidente nas representações anteriores. O gráfico 5, busca aproximar os dados da graduação de mulheres e homens com a finalidade de demonstrar como essa relação integra a formação do campo pelo Brasil.

Gráfico 5: Percentual de Cursos de Graduação de Pesquisadoras e Pesquisadores do Campo da Geografia Urbana por Estado/Região e pelo Exterior



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Esse gráfico demonstra de modo visual a relação do número de graduações concluídas por mulheres e por homens por estado, e a partir da soma de percentuais de cursos nesse nível de formação destaca o percentual de cada região brasileira e

do exterior para pesquisadoras e pesquisadores.

O percentual de cursos de graduação concluídos por homens supera o percentual de cursos concluídos por mulheres em todas as regiões e no exterior. A diferença entre as regiões torna-se ainda mais evidente, onde do total de graduações identificadas (1.213) 47,57% foram concluídas na Região Sudeste, seguida pelo Nordeste com 21,68%, o Sul por 13,77%, Centro-Oeste com 8,49% e por fim a Região Norte com 4,45%.

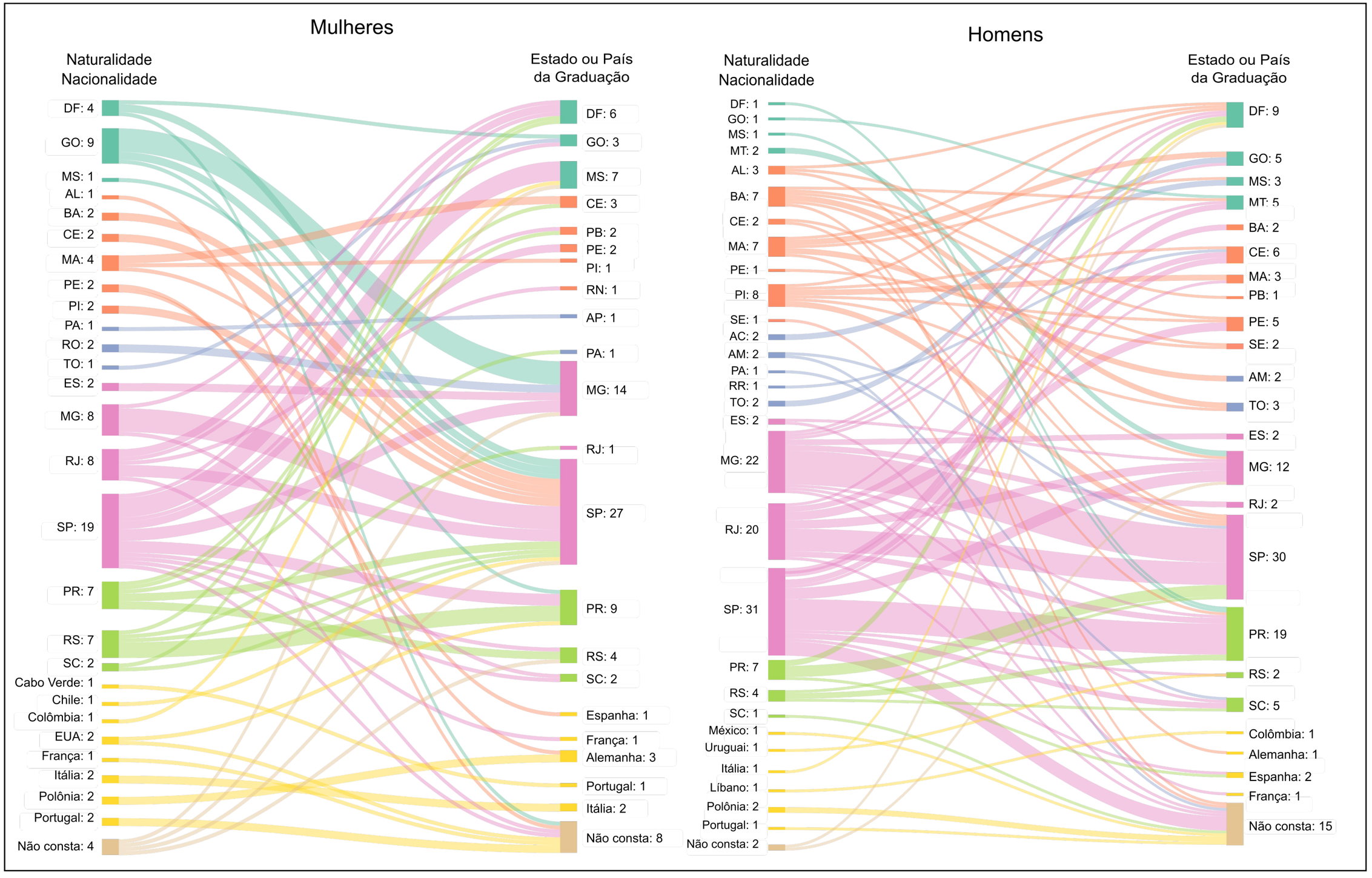
Se a observação for direcionada aos estados, temos três agrupamentos: o primeiro constituído por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, todos no Sudeste que, de acordo com os dados, se caracterizam como grandes centros da formação da graduação de pessoas da Geografia Urbana no Brasil; um segundo agrupamento intermediário composto por Bahia, Ceará, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul; e um terceiro grupo com estados que podem apresentar certa centralidade na região onde se localizam, mas frente aos dados nacionais são periféricos na formação de pessoas que constituem o campo em análise.

É nesse terceiro agrupamento que estão os estados onde pode ser observada certa superioridade do percentual de formações concluídas por mulheres. Isso ocorre nos estados da Paraíba, Pernambuco e Piauí (todos na região Nordeste) e no estado do Amazonas (Região Norte). Com a soma dos percentuais desse estados temos que as pesquisadoras concluíram 4,20% e os pesquisadores 3,38% do conjunto total de graduações identificadas.

Os cursos concluídos no exterior representam 4,04% do total, mas diferente dos estados citados acima, nesse grupo os homens concluíram mais que o dobro de graduações concluídas pelas mulheres que compõem o campo em análise. Essa diferença foi apresentada nos cartogramas 4 e 5, onde os cursos de graduação concluídos pelas mulheres se concentrou na Europa e na América, enquanto os homens não tiveram cursos concluídos, apenas na Ásia.

Em uma correlação com a origem desses agentes, identifica-se que nuances que sugerem maior deslocamento dos homens para cursar graduação no exterior, tendo por base o local de nascimento. Para observar como é o comportamento desse deslocamento relacionado a gênero, a partir dessa correlação de dados da naturalidade e nacionalidade com os estados brasileiros e de países (que não o Brasil) onde as graduações foram concluídas, criamos os diagramas de Sankey apresentados no gráfico 6.

Gráfico 6: Diagrama de Sankey referente a naturalidade e nacionalidade por estados e países de formação da graduação de homens e mulheres do campo da Geografia Urbana



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

A elaboração dos diagramas de Sankey, parte da comparação das regiões de nascimento (incluindo países) e as regiões de conclusão da graduação. O critério principal foi a identificação de deslocamento do local de nascimento para o local onde foi concluída a graduação. Ou seja, a coincidência do estado ou país de nascimento com o local (estado ou país) da graduação, levava à sua desconsideração. Nesse processo de organização, asseguramos a manutenção do IdLattes de cada agente, estendendo a localidade de nascimento ou formação quando necessário, seguido da eliminação de deslocamentos duplicados. Assim, integram os diagramas 82 mulheres correspondentes a 98 graduações e 110 homens que correspondem a 138 cursos. Após a organização desses dados em uma planilha efetuamos o agrupamento, com a elaboração de um documento de texto com as informações: local de nascimento [peso] local da graduação. Desse modo, passamos a utilizar a plataforma interativa e gratuita *SankeyMATIC*[76] para a construção de cada diagrama.

Temos assim que 20,14% das mulheres fizeram a graduação em local distinto do local de nascimento, o que demonstra relativa proximidade com percentual de homens, onde identifica-se que em 20,79% dos cursos de graduação realizados, foram em locais distintos da naturalidade ou nacionalidade não brasileira. A partir dessas observações, de modo geral, os diagramas de Sankey da graduação apresentam aparentemente certa similaridade, com maiores movimentos de saídas e entradas na Região Sudeste. Porém, na correlação dos volumes de origem com o de destino, há alguns pontos a serem observados entre os diagramas de pesquisadoras e pesquisadores.

Para observar os principais estados de destino em uma forma de saldo migratório, foi subtraído do volume de entrada (local da graduação) do volume de saída (naturalidade). Assim, dentre as mulheres, os estados com saldo positivo – caracterizando-se como de destino –, foram identificados na seguinte sequência decrescente: São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Distrito Federal, Amapá, Rio Grande do Norte e Ceará. No diagrama dos homens, identifica-se a partir dos mesmos parâmetros os principais destinos (saldo migratório positivo), na ordem decrescente são: Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Pernambuco, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Sergipe e Paraíba.

Em ambos os diagramas observamos que os estados do Ceará, Distrito

---

[76]Disponível em: <https://sankeymatic.com/> Acesso em: 23 de jan. de 2025.

Federal, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Paraná se apresentam como destino, pois apresentam maior número de graduações concluidas que o número de pessoas com currículos que integram essa tese e nasceram nesses estados. Ao direcionar a atenção aos estados que mais se apresentaram como destino para a graduação das mulheres, identificamos dois estados do Sudeste, Minas Gerais e São Paulo. Esses mesmos estados aparecem entre os homens com saldo negativo, indicando uma possível tendência, com as mulheres se aproximando dos grandes centros e os homens se distanciando, ao menos na primeira formação do ensino superior.

Contudo, para cada estado existem particularidades, sejam econômicas, sociais, físicas ou culturais com seus enlaces, o que escapam do escopo dessa tese e delineiam tanto o deslocamento como a distribuição dos pontos identificados como locais de formação na graduação, que além de estar conectada com a densidade populacional, tem a ver com a concentração da localização de IES pelo Brasil (Apêndice B).

Dessa forma, há também um conjunto de instituições que demonstram maiores percentuais na formação em nível de graduação. Foram identificadas no total 220 IES onde foram concluídas as graduações de agentes do campo da Geografia Urbana. Nos quadros 5 e 6 são destacadas as dez instituições com maiores percentuais do total de cursos concluídos pelas mulheres, e pelos homens.

Tanto para mulheres como para os homens, as principais instituições onde foram realizados os cursos de graduação estão localizadas na mesma região que se apresenta como central na formação de pesquisadoras e pesquisadores do campo da Geografia Urbana no Brasil.

Quadro 5: Principais instituições de conclusão da graduação de pesquisadoras do campo da Geografia Urbana no Brasil

Pesquisadoras	
IES	% de cursos
Universidade de São Paulo	8,76%
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	8,38%
Universidade Federal de Uberlândia	4,95%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	4,57%
Universidade Federal de Pernambuco	3,24%
Universidade Federal de Goiás	2,86%
Universidade Estadual de Campinas	2,67%
Universidade Estadual do Ceará	2,48%
Universidade Federal do Paraíba	2,48%
Universidade Federal de Minas Gerais	2,48%

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Quadro 6: Principais instituições de conclusão do graduação de pesquisadores do campo da Geografia Urbana no Brasil

Pesquisadores	
IES	% de cursos
Universidade de São Paulo	9,88%
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	7,41%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	4,94%
Universidade Federal de Minas Gerais	3,49%
Universidade Federal Fluminense	3,05%
Universidade Federal do Pará	2,76%
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2,62%
Universidade Estadual do Ceará	2,62%
Universidade Federal de Uberlândia	2,33%
Universidade Estadual de Campinas	2,18%

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

No transcorrer das reflexões efetuadas nos capítulos anteriores, observamos que tanto a criação das universidades (Mendonça, 2000; Souza; Miranda; Souza, 2019), como as bases iniciais da Geografia como campo do conhecimento científico (Abreu, 1994), perpassam pela região Sudeste, mais precisamente pela Universidade de São Paulo, e aqui identificamos que dentre as pessoas que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil, uma parte significativa advém dessa instituição. Observamos com essa conexão, que os trabalhos de graduação de uma parcela considerável de pesquisadoras e pesquisadores que compõem o campo analisado, são produtos e produtores do estabelecimento de uma centralidade histórica, o que nos remete à observação do ano de conclusão da formação acadêmica inicial das pesquisadoras e pesquisadores.

A partir dos 1.213 cursos de graduação identificados nos currículos Lattes de de agentes do campo da Geografia Urbana, mantivemos seis cursos identificados nos currículos como concluídos, mas com inconsistência referente ao ano de finalização[77]. Assim, no transcorrer da temporalidade de conclusão do nível de graduação, é possível identificar algumas nuances, como pode ser observado na tabela 3.

Até o final da década de 1950 identifica-se que uma pesquisadora concluiu o curso de graduação, enquanto três homens concluíram o mesmo nível em mesmo

[77]Foi identificado que mesmo com o campo conclusão preenchido, em seis currículos Lattes não constam a data de conclusão do cursos de graduação.

recorte temporal. As duas décadas posteriores, apresentam certa superioridade numérica da formação ao nível de graduação das mulheres que integram o campo da Geografia Urbana, onde é possível identificar que nesse recorte elas apresentam 6,21% e eles 3,48% do total de concluintes.

Tabela 3: Número de graduações concluídas por década e por gênero

	Pesquisadoras	Pesquisadores
Até 1959	1	3
De 1960 a 1969	16	11
De 1970 a 1979	59	31
De 1980 a 1989	88	111
De 1990 a 1999	112	138
De 2000 a 2009	183	299
De 2010 a 2019	60	82
De 2020 a 2022	4	9

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Porém, na conclusão de cursos de graduação a partir da década de 1980, há predominância masculina, o que reflete particularmente a diferença do número de currículos Lattes analisados por essa tese. Na década de 1980, as mulheres concluíram 9,28% dos cursos e os homens 11,43%, representando um início dos maiores percentuais na formação masculina a partir dos currículos analizados. As décadas de 1990 e 2000 concentram a maior parte dos cursos concluídos, na primeira tendo por base o total de cursos identificados, as mulheres chegam a 9,28% e os homens a 11,43%. Na segunda década, é possível observar o maior número de conclusões, onde as mulheres finalizaram 15,16% e os homens 24,77% dos 1207 cursos de graduação identificados

As décadas finais (2010 e 2020), demonstram inferioridade numérica do total de cursos identificados com o ano de finalização, isso se dá pelo fato de que essa tese aborda pesquisadoras e pesquisadores com a formação de doutorado o que delibera tempo de formação, também por considerar na década de 2020 apenas os três anos iniciais. Contudo, nas décadas de 2010 e 2020 as mulheres concluíram 5,30% e os homens 7,54% dos cursos ao nível de graduação. De modo geral, se considerada uma distinção do grupo de mulheres e do grupo de homens, elas apresentam maior homogeneidade no decorrer do tempo, enquanto a formação dos homens demonstram maior concentração a partir da década de 1980.

Em um diálogo possível com as discussões efetuadas por Silva (209), essa condição não se constitui apenas por mulheres e homens que fizeram graduação na

Geografia. A produção da Ciência no Brasil, segundo os dados coletados e analisados, mostra que a presença masculina na grande maioria dos casos é maior do que a feminina. A legitimidade dessa afirmação parte dos dados apresentados abaixo (tabela 4), que demonstra o número de cursos por Grande Área e no campo da Geografia.

Tabela 4: Número de cursos de graduação por Grande Área CAPES e pelo campo da Geografia

Grande Área	número de cursos	Pesquisadoras	Pesquisadores
Ciências Agrárias	2	1	1
Ciências Biológicas	7	7	0
Ciências da Saúde	6	0	6
Ciências Exatas e da Terra	6	3	3
Ciências Humanas	52	26	26
Ciências Sociais Aplicadas	125	61	64
Engenharias	10	3	7
Linguística, Letras e Artes	13	5	8
Multidisciplinar	19	7	12
Geografia	973	412	561

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Partindo do total de 1.213 cursos identificados nos currículos de pessoas que integram o campo da Geografia Urbana, observamos que se trata de uma obviedade que os cursos de Geografia ocupem a centralidade[78], com aproximadamente 80,88% do total de cursos concluídos (33,97% mulheres e 46,25% homens). Fora esse grande grupo, são destaques cursos integrantes das Grandes Áreas de Ciência Social Aplicada, com 5,03% cursados por mulheres e 5,28% cursados por homens, e a de Ciências Humanas, onde 4,29% dos cursos são distribuídos igualmente entre homens e mulheres. Ainda do grupo total de cursos, as formações nas Ciências Biológicas não identificou concluintes homens, enquanto que nas Ciências da Saúde não se identificou nenhuma formação feminina.

A variedade de graduações nos remete às temáticas abordadas, porém, a única possibilidade frente ao conjunto de dados obtidos é uma aproximação. Na Plataforma Lattes, inexiste uma obrigatoriedade de incluir informações sobres cada nível de formação, portanto todo o cunjunto de informações, como título do TCC, palavras-chave, orientação, depende diretamente de quem preenche e por vezes esses dados são deixados de lado ou preenchidos incorretamente, o que delibera maior tempo e atenção

[78]Procuramos nessa tese não efetuar uma diferenciação entre os cursos de Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Geografia, pelo fato que ao se referir a pessoas com o nível de doutorado possível diferenciações são suprimidas. Há também o fato de que uma parte significativa dos cursos de graduação identificados, não especifica se a formação foi licenciatura ou bacharelado.

a quem se propõe analisar campos do conhecimento a partir de currículos acadêmicos.

Desta forma, foram identificados 245 títulos de trabalhos realizados por mulheres e 328 títulos de homens. A escolha pelo arranjo de palavras a partir dos títulos ocorre pela observação que o conjunto de palavras-chave se apresentou ainda mais escasso. Assim, a criação das nuvens de palavras apresentadas nas figuras 9 e 10, partem dos títulos de TCCs identificados.

Figura 9: Nuvem de palavras de Títulos de TCC de mulheres

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Figura 10: Nuvem de palavras de Títulos de TCC de Homens

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

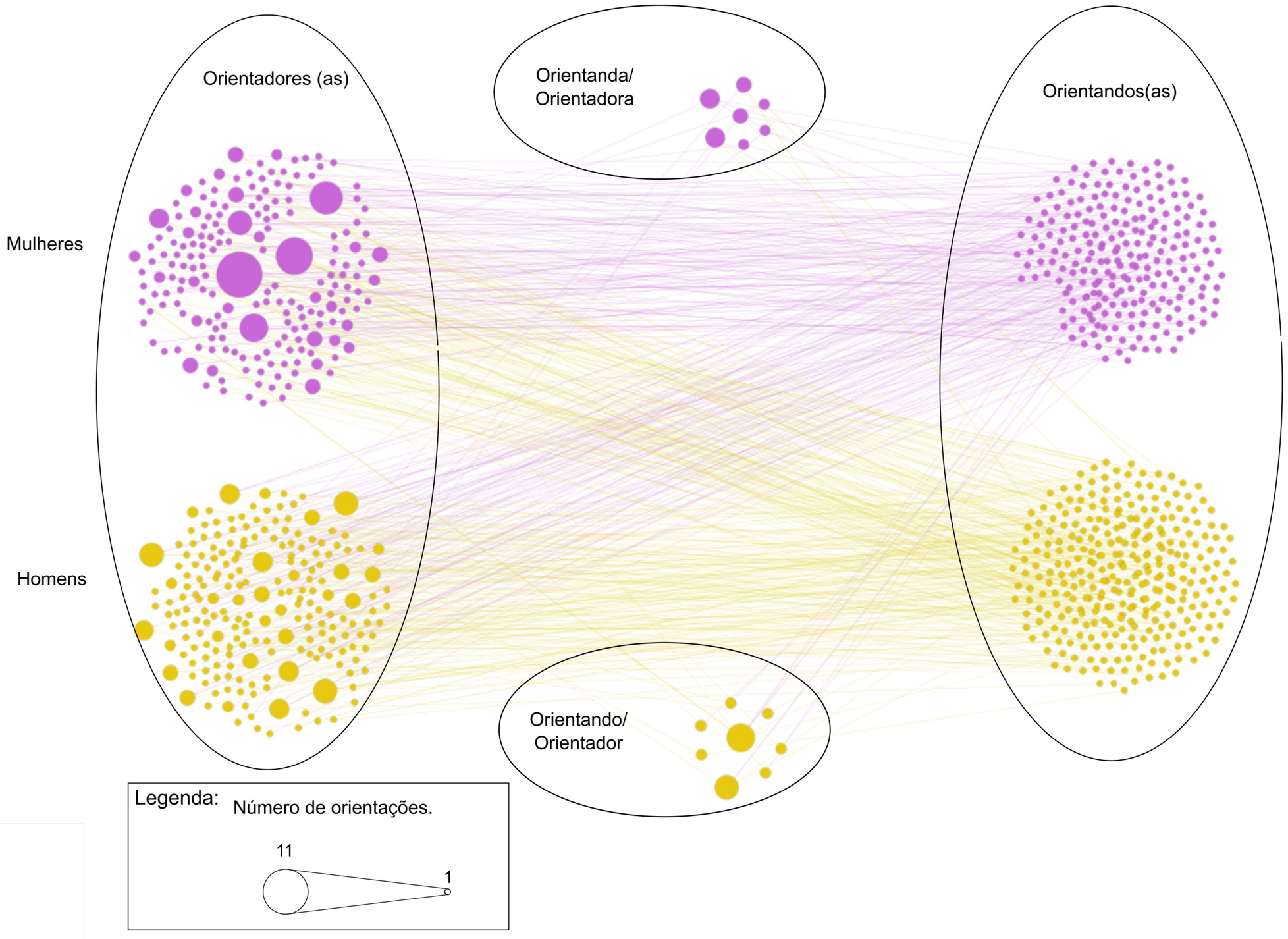
A partir das imagens, é possível identificar algumas semelhanças, mas também algumas diferenças entre as temáticas identificadas em títulos de TCC de mulheres e de homens. Em ambas representações, identifica-se as palavras "cidade" e "urbana" ocupando posições centrais. Outros termos que demonstram destaque e são identificados nas duas nuvens de palavras, são: "estudo", "análise", “espaço”, “área”, “urbano”, “espaço urbano” e “bairro”. Com menor volume que as palavras identificadas, passam a aparecer os nomes de recortes espaciais onde foram realizados os trabalhos, voltamos assim a observar um maior volume de estados e municípios da região Sudeste do país, tanto nos trabalhos realizados pelas mulheres como pelos homens.

Frente à observação das temáticas apontadas pelos títulos de trabalhos de conclusão da graduação, podemos conectar a ideia de que os temas abordados teriam relação direta com a constituição do próprio sujeito, mulher ou homem, recordando a reflexão de Ornat (2010), Porém, para que a temática seja abordada é necessária a disponibilidade, proximidade e entendimento de tais temas de um(a) docente para orientar a pesquisa. Trata-se aqui da herança cultural de saberes (Silva, Silva e Junckes, 2009), mais necessariamente, de uma forma de transmissão da herança intelectual que é perceptível através da genealogia acadêmica ascendente (Sugimoto, 2014) do campo da Geografia Urbana, da qual o gênero também faz parte da constituição de uma rede de relação acadêmica hierárquica, que conforme Bourdieu (2004a) sua falta coloca em risco a própria existência do campo, e envolve orientadores(as) e orientandos(as).

Para a composição de uma genealogia acadêmica ascendente da graduação de pesquisadores(as) do campo da Geografia Urbana, constatou-se que, do total de cursos de graduação considerados (1.213), em aproximadamente 49,55% (601), os respectivos TCCs apresentaram o nome da pessoa responsável pela orientação. Desses, 259 trabalhos de autoria de mulheres e 342 trabalhos de homens[79]. Com a identificação do nome de quem orientou, foi aplicado o script genderbr, onde foram registrados 196 nomes de mulheres e 230 nomes de homens. A partir disso, foi identificado que do grupo de autores(as) de tcc haviam nomes de orientadores(as), assim, sete mulheres e oito homens passaram a compor um novo grupo, pois também orientaram trabalhos de conclusão da graduação, como pode ser observado na figura 11:

[79]A manutenção de 49 trabalhos que foram identificados em 24 currículos de mulheres e 61 trabalhos foram identificados em 30 currículos de homens, foi pelo fato de serem trabalhos distintos, com títulos diferentes.

Figura 11: Grafo da genealogia acadêmica ascendente da graduação por gênero



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

A distribuição dos dados foi efetuada manualmente com o intuito de destacar orientadoras e orientadores por orientandas e orientandos. Há de modo geral certa similaridade relacionada ao gênero de discentes e docentes. No entanto, ao efetuar uma aproximação dos 601 trabalhos, observamos que dos TCC de autoria de mulheres que integram o campo da Geografia Urbana (259), 51,35% contaram com a orientação de professoras e 48,65% tiveram a orientação de professores. Já os trabalhos de conclusão de graduação de homens (342), 44,44% foram orientados por professoras e 55,56% orientados por professores. Demonstrando que mais da metade das mulheres que integram o campo analisado por essa tese e identificaram quem orientou o TCC, contaram com a orientação de professoras para a conclusão da graduação.

Com relação ao grupo de orientadores(as), foi identificado que enquanto as mulheres em média orientaram 1,45 trabalhos, os homens orientaram em média 1,37 trabalhos. Esse cálculo parte da identificação de que 285 TCC foram orientados por professoras e 316 foram orientados por professores. Da perspectiva do grupo de orientadores(as), foi observado que do total de trabalhos orientados por mulheres 46,67% foram trabalhos de autoria de mulheres e 53,33% foram trabalhos de autoria masculina. Dos trabalhos que tiveram orientação de professores, 39,87% foram trabalhos de mulheres e 60,13% se referem a trabalhos de autoria de homens. Temos assim que o percentual de orientações realizadas por professoras é mais próximo da igualdade frente aos trabalhos orientados por professores.

Outro ponto advindo dos dados que propiciaram a construção do grafo apresentado que merece atenção, é no tocante ao número de trabalhos com a orientação de Professoras e Professores. Identificamos que dentre docentes que aparecem com mais de cinco orientações, são identificadas seis nomes femininos e cinco nomes masculinos, mesmo elas apresentando inferioridade em número de Professoras. Além disso, os três maiores números de orientações de tcc (11, 8 e 7) foram orientados por mulheres. Há dessa forma, uma distribuição heterogênea entre as orientadoras, com concentração de orientações de tcc em algumas professoras.

No decorrer desta seção, investigou-se a formação acadêmica inicial das pesquisadoras e pesquisadores que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil, avançando sobre a identificação de como as pessoas integram esse campo científico. A análise da distribuição espacial revelou-se de modo semelhante à origem debatida na seção anterior, havendo concentração significativa dos locais de conclusão de graduação na Região Sudeste, especialmente nos estados de São

Paulo e Rio de Janeiro, refletindo, em parte, a distribuição das IES. Porém, foi identificado que cerca de 20% dos(as) pesquisadores(as) efetuaram deslocamento para cursar a graduação, com movimento claro para oeste, mais necessariamente para a Região Sudeste nos estados identificados por Silva (2009) como grandes centros da produção acadêmica da Geografia. O que vem a reforçar a centralidade histórica dessa região na Geografia universitária brasileira.

A analise da temporalidade da formação na graduação, apresenta que no conjunto de mulheres há maior homogeneidade no transcorrer do tempo, enquanto dentre os homens a formação é concentrada a partir da década de 1980, com nítida redução no nível de formação analisado nos últimos treze anos, pelo fato da tese centralizar as atenções a currículos Lattes de pesquisadores(as) com doutorado concluido e integram efetivamente o campo da Geografia Urbana. Isso reflete a formação, com grande maioria na Geografia seguida pelas Grandes Áreas Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, e também nas temáticas identificadas nos títulos de TCCs com maiores volumes os termos "cidade" e "urbana".

Por fim, a análise da genealogia acadêmica ascendente ao nível de graduação, apresentou que as professoras orientam uma proporção mais próxima do equilibrio de trabalhos de homens e mulheres do que professores, com a identificação de docentes mulheres com alto número de orientações, sugerindo que há uma diferença na estratégia por capital científico relacionada ao gênero do(a) agente que constitui o campo analisado.

Na próxima seção, não deixamos de dar atenção a essas observações, mas avançamos para a formação ao nível de mestrado, procurando demonstrar as características da formação das pessoas que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil relacionada a gênero, tão como, persiste na identificação de como o urbano se constituiu em área de interesse da Geografia.

3.3 A FORMAÇÃO NO MESTRADO DE AGENTES DO CAMPO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL

Essa seção é orientada para análise da formação no nível de mestrado de pesquisadoras e pesquisadores que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil. Nesse sentido, essa subseção integra em parte o atendimento da subquestão referente à caracterização de quem compõe o campo analisado. Para que isso seja atendido serão abordados, nesta subseção, a distribuição

espacial e as concentrações no nível do mestrado identificadas nos currículos Lattes das pessoas do campo da Geografia Urbana, o índice de deslocamento espacial da graduação para o mestrado, as principais instituições onde foram cursados, o número de cursos pelas Grandes Áreas do conhecimento científico e pela Geografia, o índice de migração das Grandes Áreas e da Geografia, os temas abordados a partir dos títulos das dissertações e, por fim, quem orientou esse nível de formação. Vale observar que em toda etapa são destacados o volume numérico ou percentual entre homens e mulheres.

Para iniciar essa exploração, deve ser destacado que dos 936 currículos acadêmicos abordados por essa tese, em 379 currículos Lattes de mulheres e em 501 de homens, foram identificados consequentemente 387 e 501 cursos no nível de mestrado, em oito currículos de pesquisadoras e em sete de pesquisadores foram identificados dois cursos desse nível (Tabela 5). Assim, serão analisados 888 cursos ao nível de mestrado, conluido por agentes que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil.

Tabela 5: Número de mestrados identificadas por currículo de pesquisadoras e pesquisadores

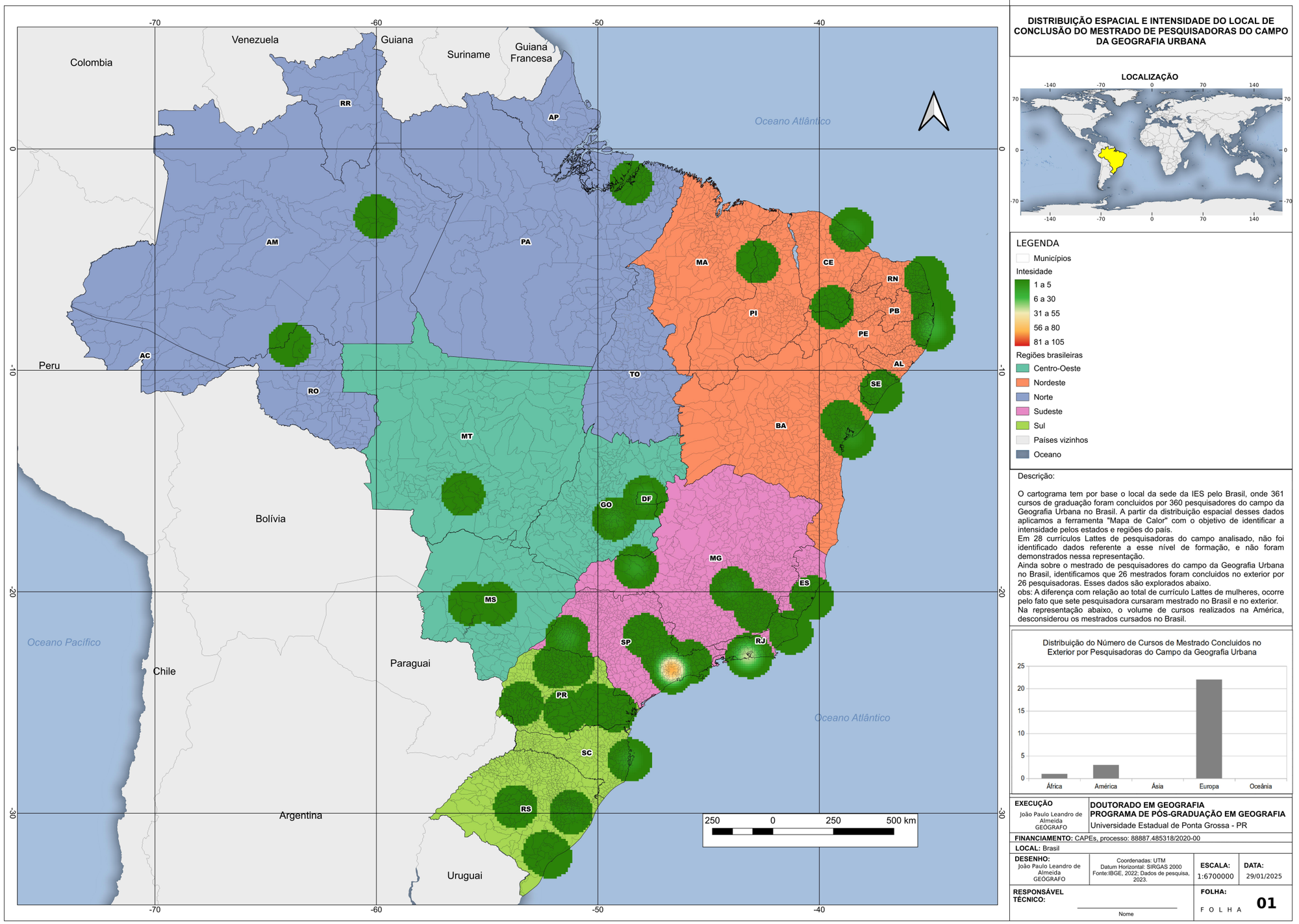
Nº de mestrados identificados	Pesquisadoras	Pesquisadores
1	371	487
2	8	7

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

O ponto inicial dessa abordagem, teve como suporte metodológico o caminho traçado no início desta seção, para a localização de onde foram concluídos os cursos de mestrado identificados. Necessariamente, abordamos as localidades das instituições. Dessa forma, foi possível construir os cartogramas (figuras 12 e 13) referentes a esses locais, o que nos revela a distribuição e as concentrações da formação das pesquisadoras e pesquisadores nesse nível de formação acadêmica.

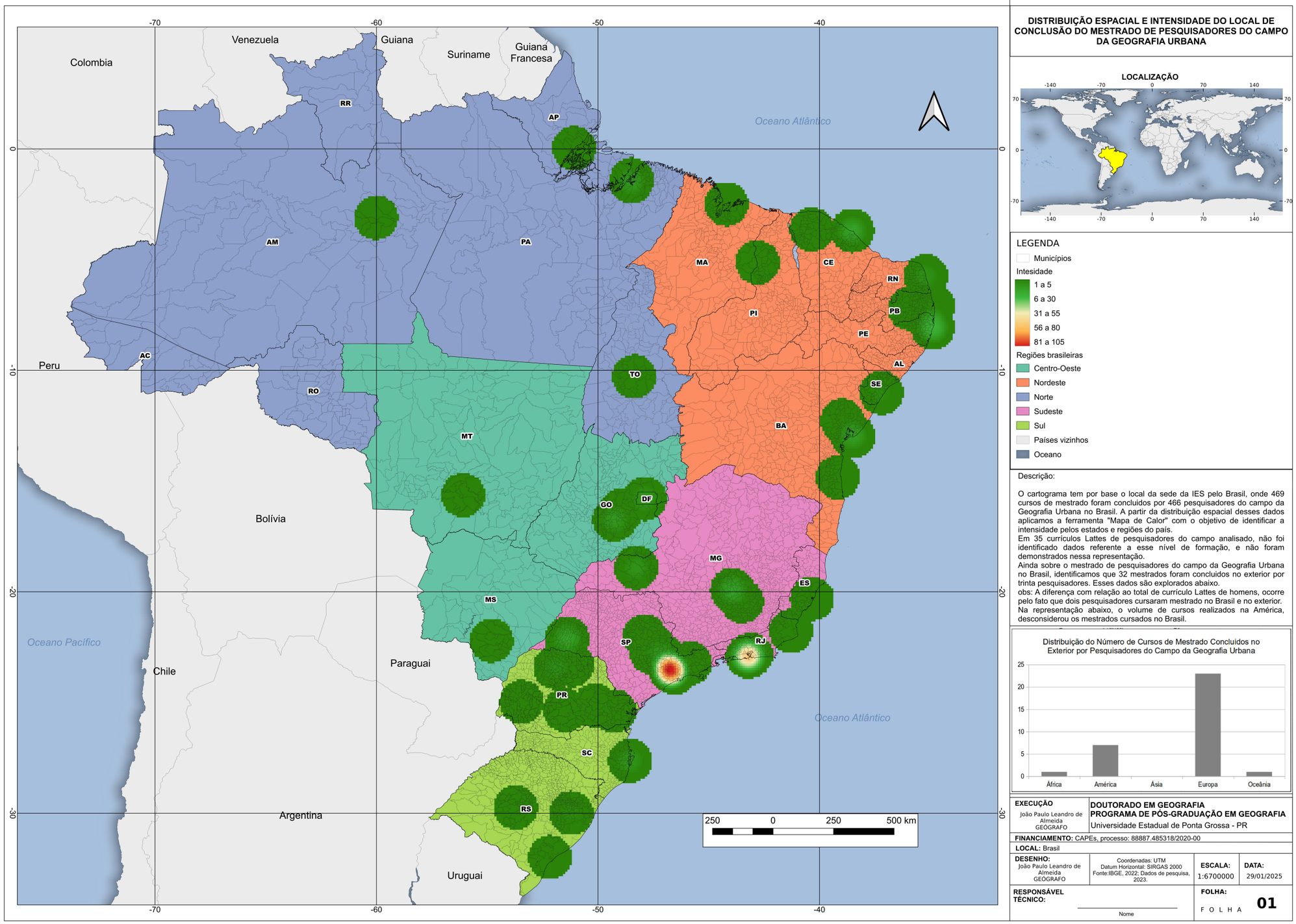
Na figura 12 o cartograma nos mostra a partir de uma escala de calor os locais com maior predominância de conclusão do mestrado por parte das pesquisadoras do campo da Geografia Urbana. Os destaques de concentração ocorre no estado de São Paulo, seguido pelo Rio de Janeiro e Pernambuco. Além disso, é possível verificar que a região Sudeste é a que ganha destaque enquanto palco de pesquisas de mestrado. Na sequência, o cartograma demonstra as regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, nessa ordem. Por sua vez, do total de currículos de mulheres, 6% concluiu o mestrado na Europa e somente 4 mulheres concluíram o curso na África (1) ou em outro local da América (3).

Figura 12: Cartograma de densidade do local de conclusão do mestrado de pesquisadoras do Campo da Geografia Urbana no Brasil



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Figura 13: Cartograma de densidade do local de conclusão do mestrado de pesquisadores do Campo da Geografia Urbana no Brasil

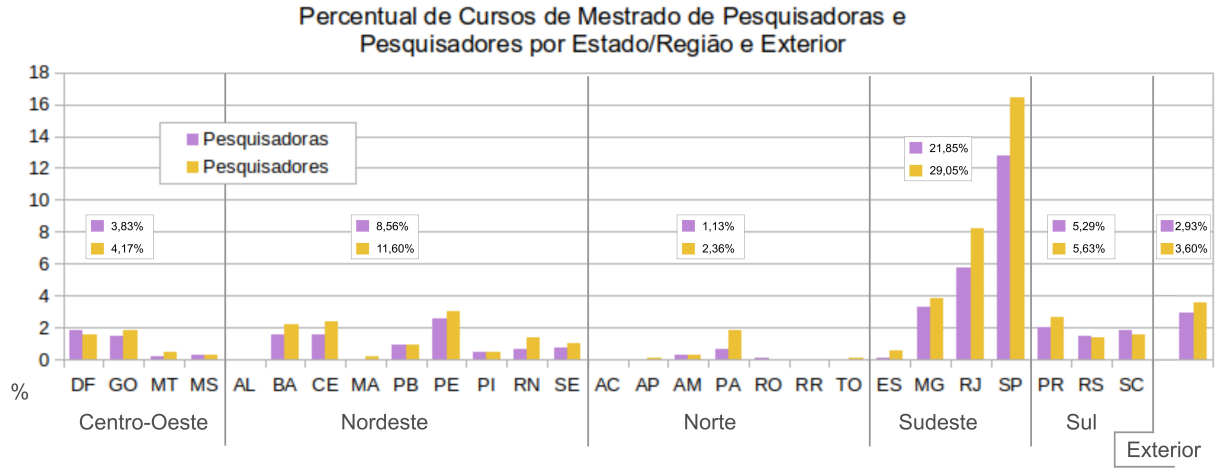


Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

A figura 13, o cartograma exposto apresenta a incidência da conclusão do mestrado pelos pesquisadores com a identificação de sua distribuição. As maiores incidências ocorrem também no estado de São Paulo, havendo destaque para a calorimetria do cartograma. A sequência é composta pelos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Em relação à incidência nas regiões brasileiras, o destaque está no Sudeste, seguido pelo Nordeste, Sul, Centro-oeste e Norte. Dentre os pesquisadores, 4,6% concluiu o mestrado na Europa, 1,4% em outro local da América, um na África e outro na Oceania.

Nesse sentido, os cartogramas referentes aos locais de conclusão de cursos de mestrado de pesquisadoras e pesquisadores, demonstram certa similaridade nas concentrações, sendo que as maiores intensidades podem ser identificadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na Região Nordeste, a principal distribuição, tanto para pesquisadoras quanto para pesquisadores, está no litoral, enquanto que na Região Sul, a maior concentração ocorre no estado do Paraná. O escasso número de formações ao nível de mestrado na Região Norte, apresenta um primeiro movimento para Leste no transcorrer da formação de homens e mulheres com currículos Lattes que integram o escopo de análise dessa tese, com redução percentual ao observar a origem de pesquisadoras e pesquisadores. O gráfico 7 demonstra os percentuais comparativos.

Gráfico 7: Percentual de Curso de Mestrado de Pesquisadoras e Pesquisadores do Campo da Geografia Urbana por Estado/Região e pelo Exterior



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

O destaque de incidências, como dito, aparece na região Sudeste, que possui a maior quantidade entre pesquisadores e pesquisadoras e também a maior diferença percentual. Nessa região, a conclusão do mestrado foi identificada em 29,05% dos pesquisadores e em 21,85% das pesquisadoras, sendo eles maioria nos quatro

estados da região Sudeste. No Nordeste, os pesquisadores também são maioria, com 11,60%, enquanto as pesquisadoras representam 8,56%. Em nenhum dos estados dessa região as pesquisadoras se sobressaem aos pesquisadores e, nos estados do Piauí e da Paraíba, os percentuais aparecem equilibrados. As maiores porcentagens de pesquisadores(as) podem ser encontradas em Pernambuco, no Ceará e na Bahia.

As regiões Sul e Centro-Oeste possuem a mesma diferença percentual, de 0,34% entre a predominância de pesquisadores em relação às pesquisadoras. As diferenças que podem ser observadas entre essas duas regiões estão na distribuição entre os estados. Os 8% de formação do Centro-Oeste se concentram no Distrito Federal e em Goiás, enquanto na região Sul, os 6,53% das formações de mestrado estão distribuídas de forma mais homogênea entre seus três estados.

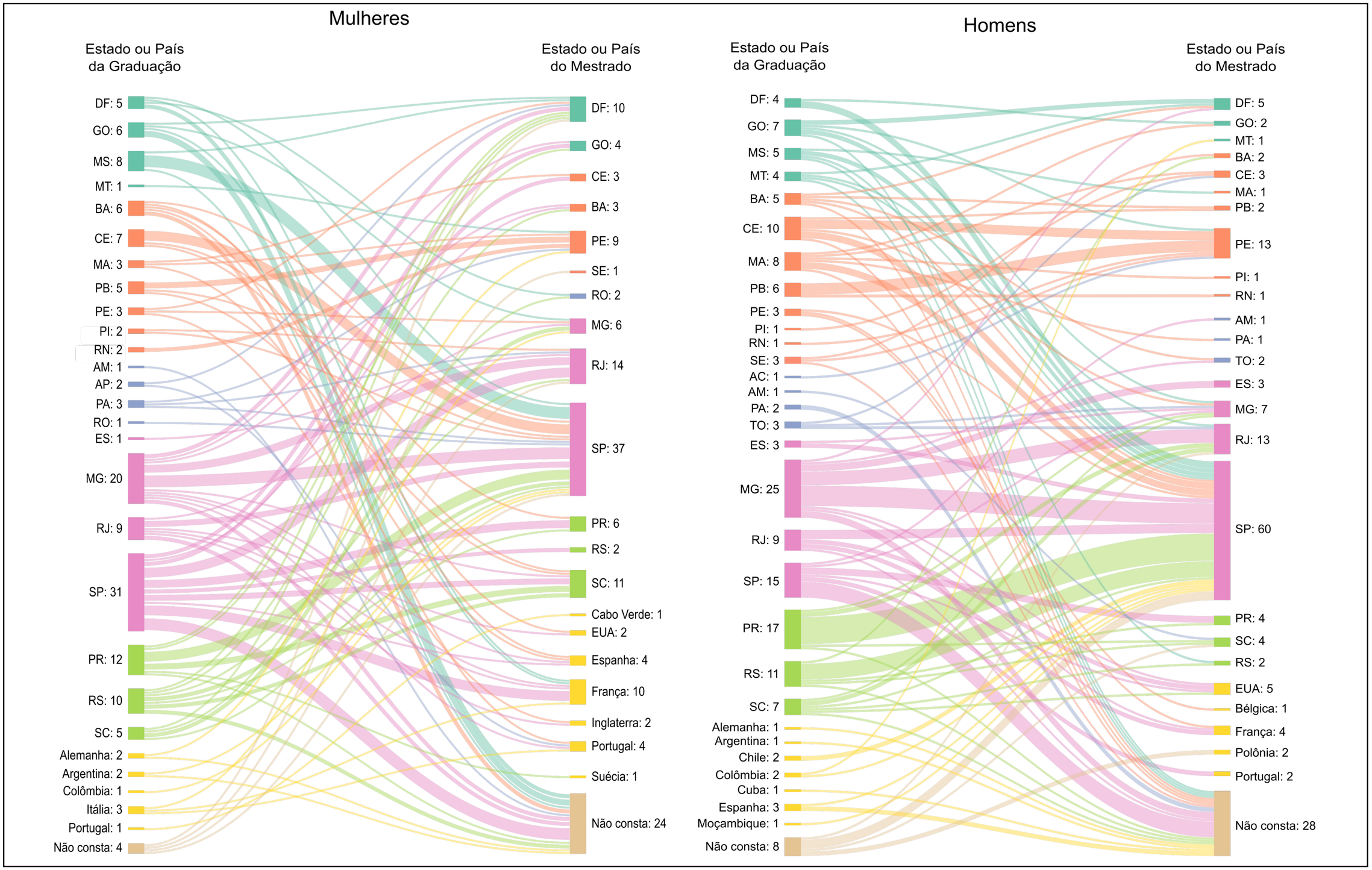
Os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam mais pesquisadoras do que pesquisadores, e o mesmo acontece com o Distrito Federal. Nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, há predominância de pesquisadores. A região Norte é a que apresenta o menor percentual de formação no mestrado independente do gênero, com destaque apenas para o Pará, apresentando um percentual maior de pesquisadores (2,36%) do que de pesquisadoras (1,13%).

Em uma inevitável comparação, ainda que os volumes sejam distintos (observar o gráfico da graduação), o percentual de cursos realizados no exterior é maior e demonstra ter maior proximidade entre homens e mulheres. Além disso, o percentual de pesquisadores que realizaram o mestrado no exterior é de 3,60%, enquanto o de pesquisadoras é de 2,93%. Isso, em comparação, é mais do que os percentuais de cada estado das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul. Apenas os estados do Sudeste, com exceção do Espírito Santo, superam os percentuais apresentados pelas formações de mestres no exterior.

Para ficar ainda mais evidente o deslocamento dos locais de formação na graduação para os locais de formação no mestrado, procuramos representar esses deslocamentos de forma visual. Os diagramas de Sankey a seguir (gráfico 8) aborda as regiões e países (que não o Brasil) onde a graduação e mestrado foram concluídos. Assim, para sua criação, na relação do local da graduação com o local do mestrado, foram considerados apenas os casos em que o local da graduação não corresponde ao local do mestrado.

Dessa forma, foram identificados 326 casos em que o mestrado foi cursado em local distinto da graduação (ou em que um dos dois campos não estava preenchido). Assim, essa movimentação foi observada 156 vezes nos currículos de mulheres e 170 vezes nos currículos de homens.

Gráfico 8: Diagrama de Sankey referente aos locais de formação da graduação para os locais de formação do mestrado de homens e mulheres do campo da Geografia Urbana



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

De modo geral, tanto no diagrama das mulheres quanto no dos homens, há maior número de estados e países na coluna de origem, referente ao estado ou país onde a graduação foi concluída. A partir dessa observação, é possível identificar que dentre as mulheres os locais de origem onde concluíram a graduação são 27 passando para 20 destinos onde concluíram o mestrado. De modo semelhante ocorre na formação dos homens, apresentando formação na graduação em 23 estados e sete países, passando para o mestrado cursado em 20 estados e cinco países. Essa redução da variedade de locais indica um padrão de mobilidade acadêmica, demonstrando que, a cada nível acadêmico, os locais de conclusão são menos dispersos. Ou seja, quanto mais alto o nível de formação, menor é a variedade de locais de formação. Nesse sentido, alguns estados se destacam como pólos de atração para o mestrado, tanto para mulheres quanto para homens.

Considerando o saldo migratório (graduação-mestrado) para a formação no mestrado das mulheres, identifica-se que os estados brasileiros com os maiores saldos positivos são: São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Pernambuco e Santa Catarina. Por outro lado, os estados que mais tiveram perda de estudantes mulheres foram Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Bahia, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Amazonas, Amapá, Paraná, Rondônia e Espírito Santo, os quais nem aparecem na lista de estados com incidência de mestrado, demonstrando claramente um deslocamento para os grandes centros. Em relação aos países estrangeiros, os que mais receberam pesquisadoras brasileiras foram França, Espanha e Portugal, enquanto o Brasil recebeu pesquisadoras da Itália, Alemanha e Argentina.

Ao considerar o saldo migratório de pesquisadores (graduação-mestrado) para a formação de mestrado de homens, os estados brasileiros que mais se destacam são: São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Já os estados que mais perderam estudantes do sexo masculino foram Mato Grosso do Sul, Sergipe, Acre, Pará, Amazonas, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Bahia e Goiás, que não aparecem ou apresentam baixos índices no diagrama. Além disso, se tratando dos países que mais receberam pesquisadores brasileiros estão Estados Unidos, França, Polônia e Portugal, enquanto que o Brasil recebeu pesquisadores principalmente da Espanha, Colômbia e Chile.

Ambos os diagramas apontam para uma busca centralizada no estado de São Paulo, embora os graduandos desse estado também tenham buscado outros locais para realizar o mestrado. A análise comparativa dos dois diagramas indica que, enquanto as pesquisadoras que se graduaram no Sudeste se direcionaram para todas

as regiões do país e para o exterior para realizar o mestrado, os pesquisadores, por sua vez, permaneceram majoritariamente no Sudeste ou partiram para o exterior.

Diante disso é possível verificar que, em detrimento de vários fatores que compõem os diferentes estados, como é o caso das particularidades econômicas, sociais, culturais e ademais, alguns estados têm mais preferência que outros. Nesse mesmo sentido, algumas instituições apresentam um percentual maior de formação de mestres e mestras do que outras. Em termos quantitativos, as pesquisadoras realizaram seu mestrado em 74 instituições distintas, enquanto que os pesquisadores fizeram o seu mestrado em 93 instituições distintas.

Nos quadros 7 e 8, são apresentadas as 12 instituições mais buscadas por pesquisadoras e pesquisadores. O percentual de cursos é calculado a partir do número total de mestrados identificados para mulheres (387) e para homens (501).

Quadro 7: Principais instituições de conclusão do mestrado de pesquisadoras do campo da Geografia Urbana no Brasil

Pesquisadoras	
IES	% de cursos
Universidade de São Paulo	14,21%
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	9,82%
Universidade Federal do Rio De Janeiro	9,82%
Universidade Federal de Pernambuco	5,94%
Universidade Federal de Uberlândia	4,39%
Universidade Federal de Santa Catarina	4,13%
Universidade de Brasília	3,88%
Universidade Federal de Goiás	3,36%
Universidade Federal da Bahia	3,10%
Universidade Estadual de Campinas	2,58%
Universidade Federal da Paraíba	2,07%
Universidade Federal De Minas Gerais	2,07%

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Conforme já foi demonstrado no cartograma de calor por incidência e também no diagrama de migrações dos pesquisadores, as universidades do estado de São Paulo tem destaque na busca do mestrado com ênfase em Geografia Urbana. As IES de maior relevância são a Universidade de São Paulo (USP) com 14,21% do percentual e a Universidade Estadual Julio Mesquita Filho (UNESP), com 9,82%. Com a mesma porcentagem da UNESP está a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, logo em seguida, com 5,94% a Universidade Federal de Pernambuco. As demais universidades de maior destaque possuem menos de 5% dos mestrados realizados por pesquisadoras. Entre elas, estão as universidades federais de Uberlândia (UFU), Santa Catarina (UFSC), Goiás (UFG), Bahia (UFBA), Campinas

(Unicamp), Paraíba (UFPB) e Minas Gerais (UFMG), além da Universidade de Brasília (UnB).

Com quase os mesmos nomes e uma ordem de preferência bastante semelhante, os pesquisadores também demonstraram maior interesse nas universidades do estado de São Paulo, conforme mostra o quadro 8 abaixo:[80]

Quadro 8: Principais instituições de conclusão do mestrado de pesquisadores do campo da Geografia Urbana no Brasil

Pesquisadores	
IES	% de cursos
Universidade de São Paulo	13,57%
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	10,18%
Universidade Federal do Rio De Janeiro	8,38%
Universidade Federal de Pernambuco	5,39%
Universidade Federal da Bahia	3,19%
Universidade Federal de Goiás	2,99%
Universidade de Brasília	2,79%
Universidade Estadual de Campinas	2,79%
Universidade Federal de Minas Gerais	2,59%
Universidade Federal de Santa Catarina	2,59%
Universidade Federal de Uberlândia	2,59%
Universidade Federal do Pará	2,59%

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

As instituições de interesse dos pesquisadores são a Universidade de São Paulo com 13,57% de interesse para a realização do mestrado, depois a Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho, com 10,18%. A sequência de IES é caracterizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com 8,38% e a Universidade Federal de Pernambuco, com 5,39%. A sequência das universidades se apresenta com menos de cinco porcento de interesse, sendo elas as universidades federais da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina, Uberlândia e Paraná, além da Universidade de Brasília e a Universidade Estadual de Campinas.

Diante disso, se constata que a USP e a UNESP são as universidades de maior interesse tanto de pesquisadoras quanto de pesquisadores para a realização do mestrado, seguido da UERJ e da UFPE. Embora essas instituições tenham destaque da preferência, ao longo da história, o quantitativo de realizações de mestrado variou. Essa variação se deve a uma série de fatores, tanto no sentido da própria pesquisa no tema da Geografia Urbana e os interesses particulares dos pesquisadores, quanto o

[80]A decisão de incluir 12 instituições nos quadros parte da identificação de um empate em percentuais de cursos concluídos.

momento político e ideológico que se vivia e a influência de investimento ou esquecimento que se empregava sobre as instituições de ensino.

O tabela 6 demonstra em números a quantidade de pesquisadoras e pesquisadores que concluíram o mestrado por décadas:

Tabela 6: Número de mestrados concluídos por década e por gênero[81]

	Pesquisadoras	Pesquisadores
Até 1969	0	1
De 1970 a 1979	12	8
De 1980 a 1989	40	22
De 1990 a 1999	72	89
De 2000 a 2009	174	230
De 2010 a 2019	88	150

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Na década de 1960 apenas um pesquisador concluiu o mestrado, não havendo nenhuma pesquisadora. Nas duas décadas seguintes, o número de pesquisadoras que concluíram o mestrado foi maior do que o número de pesquisadores. Entre 1970 e 1979, 12 pesquisadoras concluíram o mestrado, representando 44,44% a mais do que os pesquisadores. Entre 1980 e 1989, 40 pesquisadoras concluíram o mestrado, o que equivale a 45% a mais do que os homens. Entretanto, a partir da década de 1990, o cenário mudou, com uma predominância de mestrados realizados por pesquisadores masculinos desde aquele período até os dias atuais, com destaque para a década de 2010.

Na década de 1990, 89 homens concluíram o mestrado, valor que equivale a 19,10% a mais do que o das mulheres. Nos anos 2000, 230 homens concluíram o mestrado, sendo 24,35% a mais do que a quantidade de mulheres. De 2010 a 2019, 150 homens concluíram o mestrado, valor que corresponde a 41,34% a mais do que as conclusões de mestrado pelas mulheres.

É interessante compreender também como a Geografia se apresenta em relação às demais Grandes Áreas do conhecimento atribuídas pela CAPES e se houve uma migração de área. A metodologia de organização utilizada segue o mesmo modelo adotado na graduação, não fazendo distinção entre licenciados e bacharéis em Geografia. Os dados apresentados abaixo demonstram o número de cursos por Grande Área e no campo da Geografia:

---

[81]Em dois cursos de mestrado, identificados como conclusos no currículo Lattes (um no currículo de uma mulher e outro de um homem), não foram identificadas as datas de conclusão.

Tabela 7: Número de cursos de mestrado por Grande Área CAPES e pelo campo da Geografia

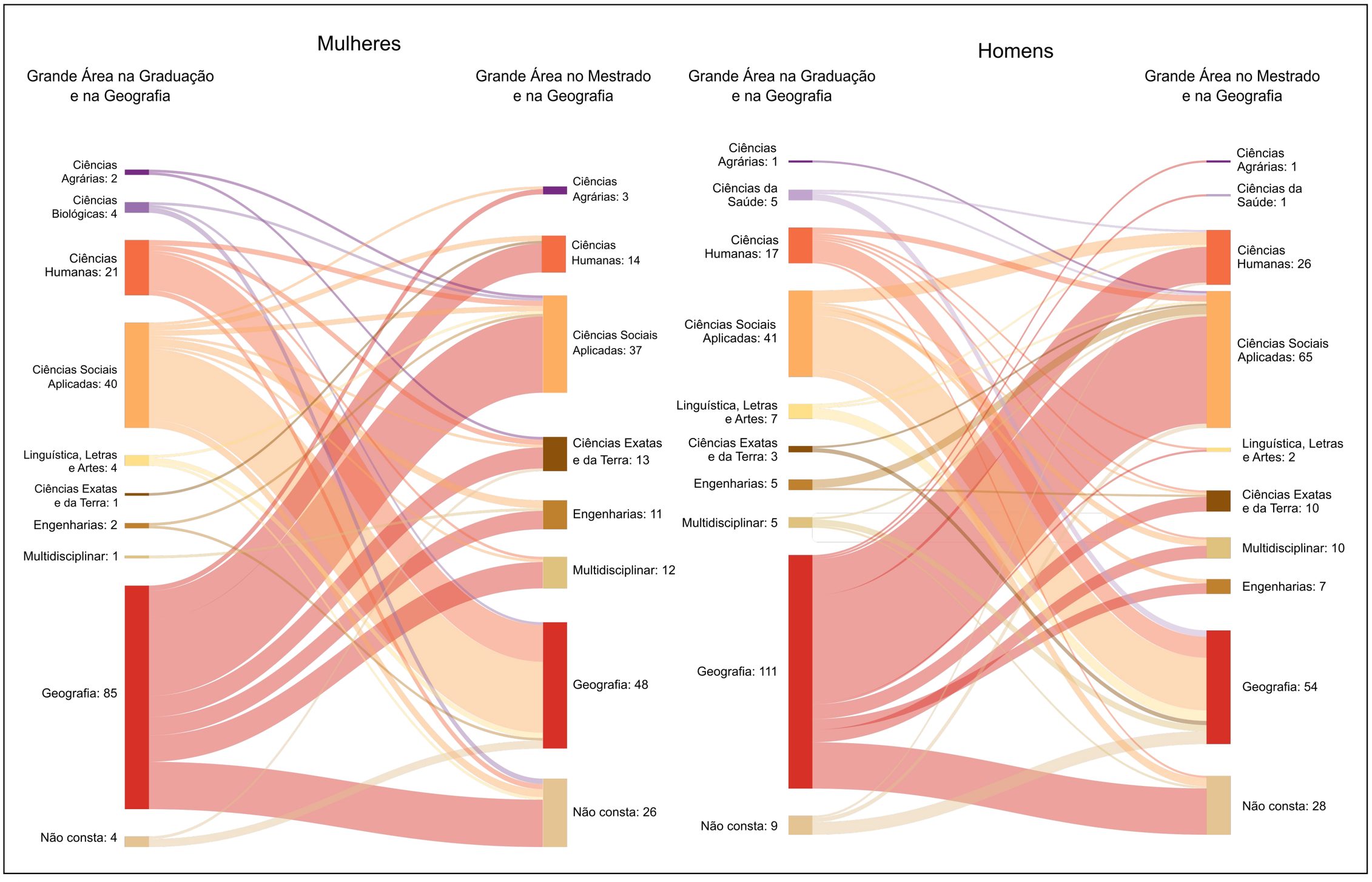
Grande Área	número de cursos	Pesquisadoras	Pesquisadores
Ciências Agrárias	4	3	1
Ciências Biológicas	1	1	0
Ciências da Saúde	1	0	1
Ciências Exatas e da Terra	20	11	9
Ciências Humanas	42	17	25
Ciências Sociais Aplicadas	134	59	75
Engenharias	20	12	8
Linguística, Letras e Artes	3	1	2
Multidisciplinar	21	12	9
Geografia	642	271	371

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Dentre os 888 cursos identificados, o maior destaque está na área da Geografia. Os 642 cursos identificados na Geografia correspondem a 72,29% do total de cursos, além de apresentar o maior número de formações no nível de mestrado de pesquisadoras e pesquisadores. Nas Grandes Áreas, há destaque para as Ciências Sociais e Aplicadas, com 134 cursos, 79 pesquisadores e 59 pesquisadoras, e para as Ciências Humanas, com 42 cursos, 25 homens e 17 mulheres. No extremo oposto, as Ciências Biológicas e da Saúde possuem apenas um curso cada, sendo um mestrado de pesquisadora na primeira e um mestrado de pesquisador na segunda Grande Área, respectivamente. Não foram identificados, entre os agentes que constituem a Geografia Urbana no Brasil nesse nível de formação acadêmica, pesquisadoras na Grande Área das Ciências da Saúde e pesquisadores na Grande Área das Ciências Biológicas.

Com a retomada das observações efetuadas referentes às Grandes Áreas da Ciência na graduação, torna-se clara a diferença quando se observa o mestrado, o que remete à migração entre campos do conhecimento na formação de agentes do campo da Geografia Urbana no Brasil. Essa dinâmica potencializa a multidisciplinaridade de temáticas, métodos e abordagens desse campo, não se restringindo a uma única formação acadêmica, o que fortalece a pluralidade. Essa movimentação na formação acadêmica é representada pelo diagrama a seguir (gráfico 9), que inclui apenas currículos que apresentaram mudança de Grandes Áreas da Ciência, da Geografia e também aqueles que não apresentaram dados sobre a formação na graduação e no mestrado.

Gráfico 9: Diagrama de Sankey para pesquisadoras e pesquisadores referentes a mudança de Grandes Áreas CAPES e o Campo da Geografia entre o graduação e o mestrado



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Os Diagrama de Sankey de pesquisadoras e pesquisadores referentes a mudança de Grandes Áreas CAPES e o Campo da Geografia entre o graduação e o mestrado devem ser considerado como uma forma de representar a mudança ao longo da formação. Para sua criação, algumas considerações foram levadas em conta. O primeiro aspecto é o destaque dado à Geografia, separando-a da Grande Área das Ciências Humanas, pois entendemos que, ao analisarmos currículos Lattes de pessoas que constituem o campo da Geografia Urbana, a formação em Geografia se torna central. O segundo aspecto se relaciona aos currículos Lattes nos quais não há informação sobre a graduação ou o mestrado e que também não apresentam esses níveis de formação no resumo do currículo. Esses casos foram classificados como "Não consta".

Outro aspecto importante refere-se aos currículos que continham mais de uma formação em um dos níveis em questão, mas em cursos diferentes, tendo havido mudança na Geografia ou entre Grandes Áreas. Nesses casos, foi necessário manter os cursos com deslocamento na formação. Porém, se um currículo apresentava duas formações na graduação ou no mestrado, mas ambas reforçavam a mesma mudança, apenas uma foi considerada.

Dessa forma, identificamos 164 movimentações de mulheres e 204 de homens, como pode ser observado no gráfico 9 onde se apresenta o diagrama Sankey com essas mudanças.

De modo geral, os diagramas de mulheres e homens que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil são similares, pois a mudança de Grandes Áreas da Ciência ocorre dentro da própria Geografia. Isso se deve ao fato de que, no cerne desta pesquisa, estão as áreas de atuação atribuídas pelos próprios agentes do campo analisado.

No grupo das mulheres, a Geografia apresentou um saldo negativo de 37 pesquisadoras, enquanto os homens tiveram um déficit de 57 pesquisadores, pois optaram por outro campo do conhecimento para o mestrado. As graduadas em Geografia seguiram a seguinte ordem de interesse para o mestrado: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Multidisciplinar e Engenharia, além dos casos em que não consta nenhuma informação sobre a formação nesse nível. As migrações ocorrem principalmente para as Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, seguidas por Ciências Exatas e da Terra, Multidisciplinar e Engenharias.

Contudo, na perspectiva feminina, a Geografia recebeu pesquisadoras

provenientes das Ciências Sociais e Humanas, além de algumas das Ciências Biológicas e da Engenharia. Já na perspectiva masculina, a Geografia recebeu pesquisadores majoritariamente das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas. Além disso, o ingresso de pesquisadores de outras áreas foi menor, como é o caso das Ciências da Saúde, Linguística, Letras e Artes, Ciências Exatas e da Terra e Multidisciplinar.

Para além das movimentações que envolveram a formação na graduação ou no mestrado em Geografia, identificamos, a partir do diagrama apresentado, uma espécie de saldo migratório de cada Grande Área da Ciência, calculado pela subtração do número de mestrados do número de graduações realizadas por aqueles que mudaram de área entre esses níveis. Dentre as mulheres, além da Geografia, apresentaram saldo negativo as seguintes Grandes Áreas: Ciências Humanas (-7), Linguística, Letras e Artes (-4), Ciências Biológicas (-4) e Ciências Sociais Aplicadas (-3). Por outro lado, obtiveram saldo positivo as seguintes Grandes Áreas, que atraíram mulheres para o mestrado: Ciências Exatas e da Terra (12), Multidisciplinar (11), Engenharias (9) e Ciências Agrárias (1). Nas Ciências da Saúde, não foi identificada nenhuma formação acadêmica em ambos os níveis entre as mulheres que integram o campo da Geografia Urbana. Além disso, uma parte dos currículos das pesquisadoras não apresentou informações sobre a formação no mestrado (Não consta: 22).

No conjunto de mudanças de Grandes Áreas da Ciência realizadas pelos homens, além da Geografia, apresentaram saldo negativo: Linguística, Letras e Artes (-5) e Ciências da Saúde (-4). Já as Grandes Áreas que apresentaram saldo positivo foram: Ciências Sociais Aplicadas (24), Ciências Humanas (9), Ciências Exatas e da Terra (7), Multidisciplinar (5) e Engenharias (2). As Ciências Agrárias e as Ciências Biológicas apresentaram saldo nulo, sendo que a primeira registrou um caso tanto na graduação quanto no mestrado, e a segunda não apareceu na formação de pesquisadores do campo da Geografia Urbana em nenhum dos níveis. Entre os currículos que não apresentaram formação no mestrado, o saldo foi positivo (Não consta: 19).

Dessa análise, é possível observar que as mulheres, ao mudarem de Grande Área da Ciência, tendem a se direcionar, em maior número que os homens, para cursos de mestrado no Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar. Além disso, entre as pessoas que integram o campo da Geografia Urbana e migraram entre áreas na formação acadêmica, observa-se um movimento inverso entre os gêneros no Colégio das Ciências Humanas: as mulheres saem para o mestrado em cursos de outras Grandes Áreas, enquanto os homens optam pelo mestrado nas Ciências Sociais Aplicadas e nas Ciências Humanas.

Nesse sentido, as diversas possibilidades de cursos e as migrações realizadas entre Grandes Áreas da Ciência, contribuem para uma ampla variedade de temas de pesquisa conectadas ao campo da Geografia Urbana, mostrando seu vinculo com outros campos das Ciência (Pacione, 2005) a partir da formação dos(as) agentes que à constituem. Tendo em vista que, em diversos trabalhos de conclusão de mestrado, as palavras-chave não estavam presentes, foi decidido que a criação das nuvens de palavras seguiria o modelo utilizado na graduação, ou seja, baseado nos títulos das dissertações (Figura 14 e 15).

Figura 14: Nuvem de palavras de Títulos de Dissertações de mulheres

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Figura 15: Nuvem de palavras de Títulos de Dissertações de homens

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

As dissertações produzidas pelas pesquisadoras tem como foco os assuntos relacionados a cidade, espaço, urbana, urbano, análise, estudo, caso, SP, produção, MG, região, território e outros. Essas palavras identificam, de forma geral, o tema abordado, o tipo de pesquisa e os locais onde os estudos foram desenvolvidos. Em termos quantitativos, as principais ocorrências são: cidade (66 vezes), espaço (55), urbana (50), urbano (42) e análise (40). As demais palavras aparecem com frequência inferior a 35 ocorrências e seguem uma redução gradual, conforme ilustrado na imagem apresentada.

Nos temas relacionados nas dissertações produzidas pelos pesquisadores têm como central atenção à cidade, espaço, urbano, urbana, caso, estudo, análise, região, produção, município, espacial, metropolitana, cidades, espacial, entre outros. As palavras utilizadas nos títulos exemplificam o tema principal das pesquisas, o tipo de estudo realizado e os locais onde a pesquisa foi desenvolvida.

Em relação às quantidades, as palavras que mais se repetem são: cidade (70 vezes), espaço (58), urbano (51), urbana (42) e caso (38). As demais ocorrências têm menor frequência.

Ao comparar as palavras utilizadas entre pesquisadores e pesquisadoras, cidade, espaço, urbano e urbana se destacam em ambos os grupos. No entanto, o que diferencia os homens das mulheres são as outras palavras, que delimitam o recorte espacial de cada pesquisa. As pesquisadoras enfatizam SP, MG, região e território, enquanto os pesquisadores também mencionam região, mas falam de município, cidades e metropolitana. Diante disso, é possível refletir sobre os recortes espaciais das pesquisas, o que demonstra uma diferença entre os títulos das dissertações: as mulheres apresentam trabalhos com maior abrangência, enquanto os homens tendem a destacar recortes espaciais menores, muito devido às especificidades de cada pesquisa.

Além disso, embora a escolha de temáticas dependa das decisões de cada pesquisador(a), ela também sofre influência dos(as) orientadores(as), que possuem afinidade com os temas abordados. As orientações, por sua vez, vão além de simplesmente direcionar as pesquisas. Elas ajudam a estabelecer conexões com outras temáticas que poderiam passar despercebidas, indicam posicionamentos para os orientandos e representam uma forma de propagação da herança intelectual (Sugimoto, 2014). Dessa forma, foram identificados(as) docentes que orientaram dissertações de integrantes do campo da Geografia Urbana no Brasil.

Do total de 888 dissertações, quatro não informaram o nome do orientador(a). As demais dissertações referem-se a 384 de pesquisadoras e 500 de pesquisadores. Nos 884 casos em que foi possível identificar o orientador, foram encontrados 208 mulheres e 328 homens responsáveis pela orientação. Em média, as professoras orientaram 1,79 dissertações de mestrado cada, enquanto os professores orientaram 1,67 dissertações. Assim, sob a perspectiva de docentes que orientaram dissertações de agentes do campo analisado, as mulheres, em média, propagam mais a herança intelectual do que os homens.

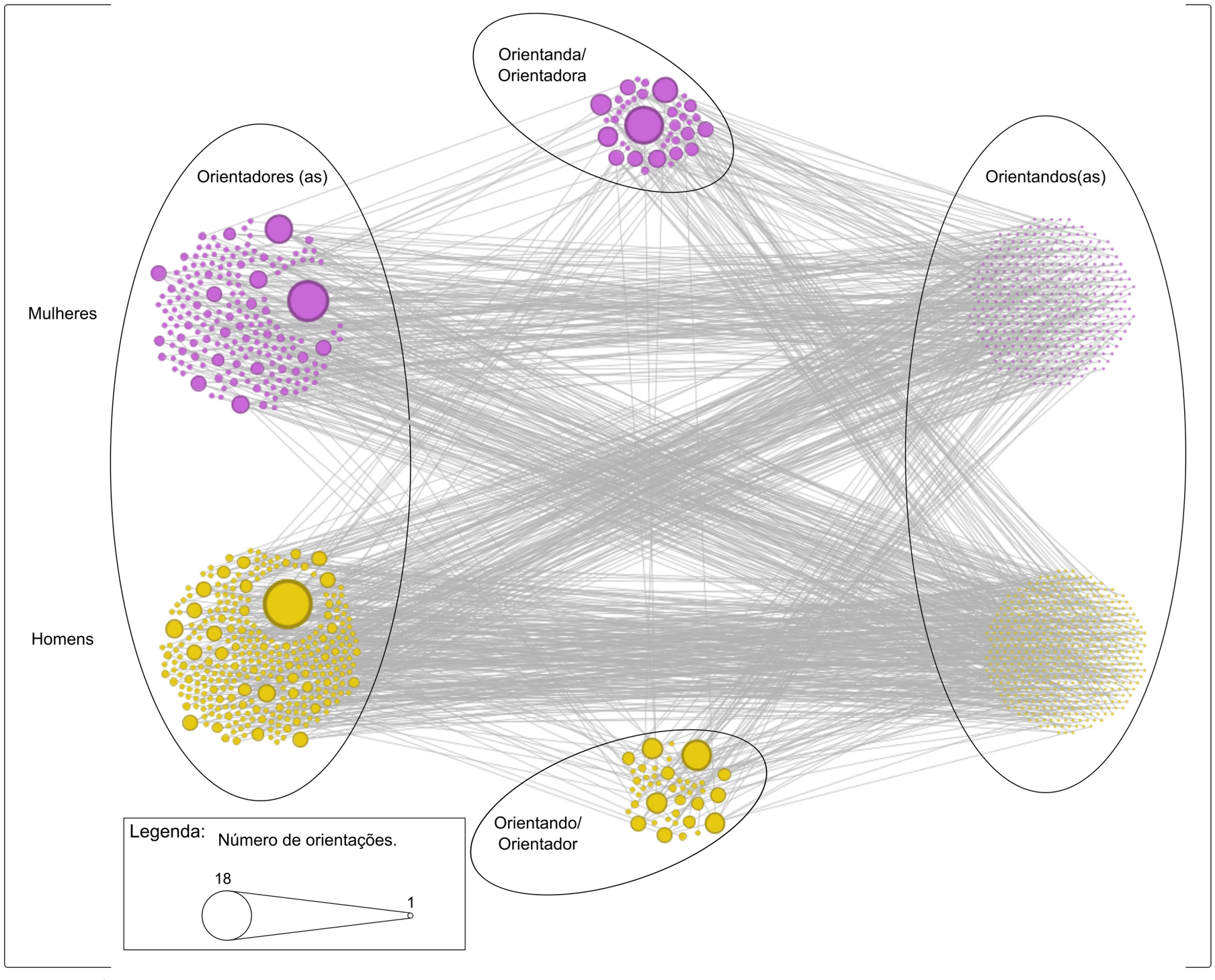
Entretanto, observar apenas essa perspectiva não revela como a genealogia acadêmica ascendente ao nível do mestrado de agentes da Geografia Urbana no Brasil está estruturada em termos de gênero. Para analisar isso, foi criado o grafo (figura 16) com dados das orientaçes de dissertaçes de agentes do campo da Geografia Urbana.

De modo geral foi identificado que, das 370 orientações das docentes, 48,91% foram destinadas para dissertações de autoria feminina e 51,08% para orientação de pesquisa de mestrado de autores. As orientações realizadas pelos professores contabilizaram 510, sendo 39,49% efetuadas para pesquisas de mestrado de mulheres e 60,51% para pesquisas realizadas por homens. Temos assim que a distribuição de orientações de mestrado realizadas por professoras são mais próximas da igualdade que a de professores.

Na correlação de dados de orientadores(as) e orientados(as), identificamos que 87 agentes efetuaram orientações de dissertações de outros(as) agentes do campo da Geografia Urbana no Brasil. Esse conjunto de orientadores(as) passou a compor o grupo de orientandos(as)/orientadores(as) devidamente dividido entre femininos e masculinos no grafo apresentado.

Nesse conjunto, foram reconhecidas 43 mulheres e 45 homens. Visualmente fica claro que dentro desses agrupamentos estão os(as) docentes que mais propagam a herança intelectual do campo da Geografia em análise. No total, desses agrupamentos foram observadas 284 orientações, sendo 54,58% realizadas por mulheres e 45,42% voltadas para homens. Assim, dentre agentes que orientaram outros(as) agentes que constituem o campo analisado, há superioridade em volume de orientação de mulheres.

Figura 16: Grafo da genealogia acadêmica ascendente do mestrado por gênero



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Não obstante, se a observação se voltar para o volume de orientações desses(as) agentes do campo da Geografia Urbana dividida pelo gênero de agentes orientandos(as), identificamos que 46,45% das orientações das professoras são direcionadas à dissertações de mulheres e 53,55% voltam-se para trabalhos de conclusão do mestrado de homens. Dentre os agentes professores, as orientações são distribuídas em 45,74% para as mulheres e 54,26% para os homens. Dado que se observa pela diferença de mestrados identificados em currículos Lattes de Homens e Mulheres do campo da Geografia Urbana no Brasil.

No decorrer desta seção, foi analisado a formação em mestrado de agentes que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil. Através da distribuição espacial desse nível de formação, foi possível identificar uma persistência da concentração na Região Sudeste como pólo de produção da Ciência e consequentemente onde se concentra as maiores disputas por capital científico, atraindo pesquisadoras e pesquisadores. No tocante à temporalidade de conclusão desse nível de formação identificou-se que a liderança feminina nas décadas de 1970 e 1980 foi revertida na década de 1990 quando há um maior número de formações de homens, sugerindo que as mulheres, ainda que sejam em menor número, possuem maior tempo de formação.

No tocante ao deslocamento entre campos do conhecimento, há um saldo negativo do campo da Geografia frente ás Grandes Áreas de formação. Nesse âmbito identificou-se que houve maior imigração dos homens com intensidade para as Ciências Sociais Aplicadas, enquanto as mulheres demonstram uma migração mais homogênea se observada as saídas da Geografia para outros cursos. Essa estruturação legitima o entendimento de Pacione (2005) ao identificar a Geografia Urbana como campo interdisciplinar, pois o campo analisado não adere agentes concentrados a uma formação específica.

A partir da interdisciplinaridade do campo analisado, identifica-se que as temáticas abordadas com a identificação nos títulos de dissertação, demonstram-se mais amplo, com maior variedade que as temáticas identificadas nos títulos de TCCs, ainda que mantenha a centralidade a termos como a "cidade" e "urbana" tanto nos trabalhos de mulheres como de homens.

Frente a genealogia acadêmica ascendente ao nível de mestrado, revela que professoras em média orientaram um maior número de dissertações de agentes que constituem o campo da Geografia Urbana, que professores, demonstrando ser essa uma estratégia importante às mulheres nas disputas por capital científico, além de

fundamentar o necessário repasse da herança intelectual do campo analisado. Sendo que, as orientadoras demonstraram uma distribuição relacionada a gênero, relativamente mais próxima da igualdade, enquanto os orientadores demonstram ter um volume de orientações desigual, com favorecimento a trabalhos de autoria de homens. Em suma, a análise da formação ao nível de mestrado de agentes do campo da Geografia Urbana no Brasil, estende o entendimento de como as pessoas integram esse campo, além de avançar na compreensão de como o urbano se constitui em área de interesse da Geografia.

Na próxima seção, o foco será seguir nas observações referentes a formação, afim de finalizar o entendimento do caminho de agentes que constituem o campo da Geografia no Brasil, com a análise do doutorado. Objetivando com essa análise, demonstrar as características da formação das pessoas que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil, relacionada ao gênero, além dar um passo adiante para a compreensão de como o urbano se constituiu em área de interesse da Geografia no Brasil .

3.4 A FORMAÇÃO NO DOUTORADO DE AGENTES DO CAMPO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL

Nesta seção, é abordado o nível de formação acadêmica de doutorado dos agentes que compõem o campo da Geografia Urbana no Brasil. A Tabela 8 apresenta a distribuição dessa formação em relação ao número registrado nos currículos Lattes de pesquisadoras (403) e pesquisadores (523).

Tabela 8 – Número de doutorados identificados por currículo de pesquisadoras e pesquisadores

Nº de doutorados identificados	Pesquisadoras	Pesquisadores
1	392	508
2	11	13
3	0	2

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Pode-se observar que 392 pesquisadoras e 508 pesquisadores concluíram somente um doutorado, representando aproximadamente 97,27% das mulheres e 97,13% dos homens, o que indica que essa é a situação mais comum nesse grupo. Em seguida, há uma redução significativa no número de concluintes, uma vez que é menos comum realizar dois ou mais doutorados. Para dois doutorados, foram identificadas 11 pesquisadoras e 13 pesquisadores nos currículos Lattes, correspondendo a 2,72% e 2,48%, respectivamente. No caso de três doutorados, apenas dois pesquisadores aparecem nos dados, representando 0,38%.

Ao realizar essas análises, verificou-se a presença de 414 doutorados em 403

currículos de mulheres e 540 doutorados em 523 currículos de homens, totalizando 954 doutorados registrados em 926 currículos do campo analisado. Por fim, em quatro currículos de pesquisadoras e seis currículos de pesquisadores não foram identificados doutorados.

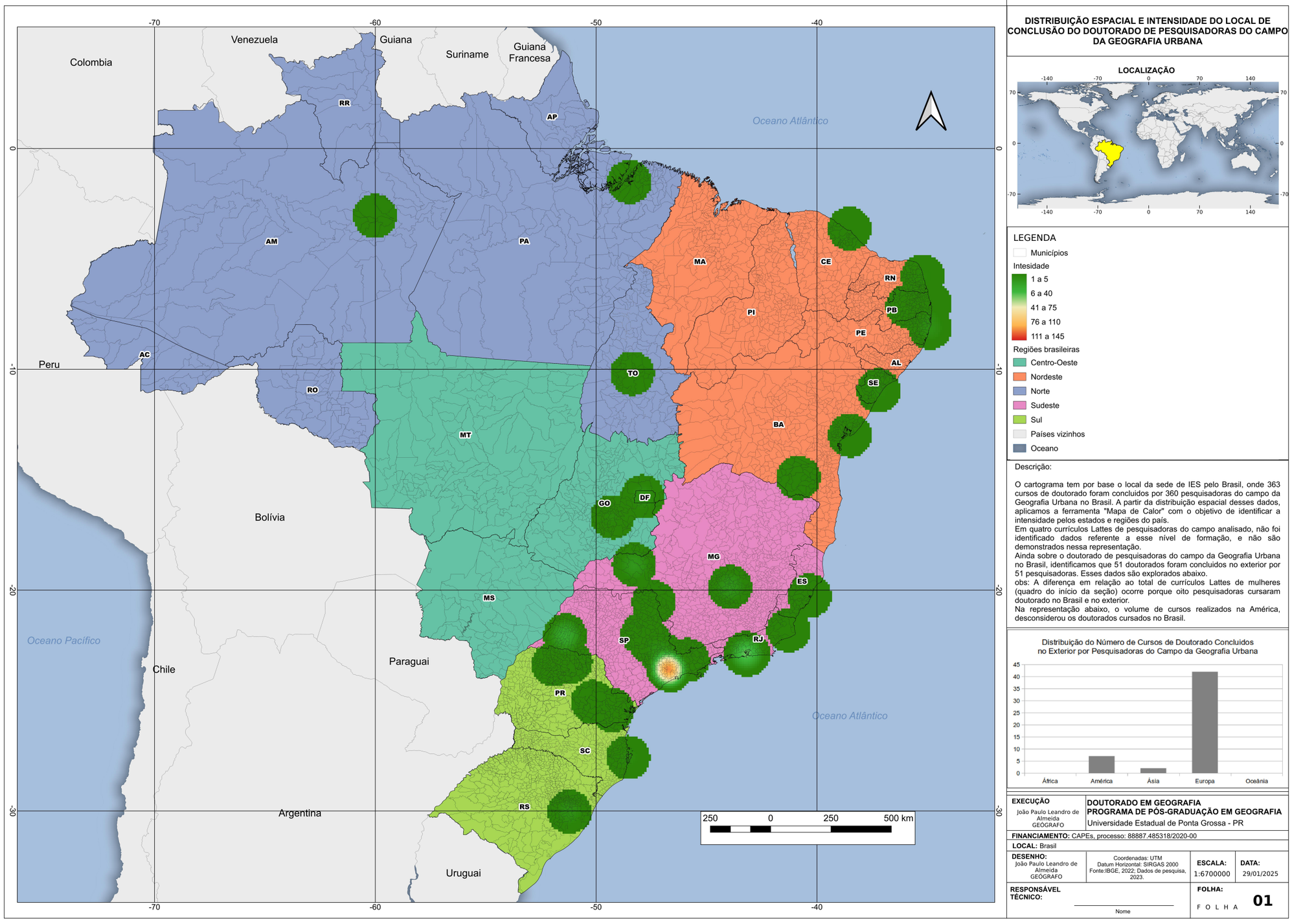
Com o intuito de apresentar a distribuição espacial e as concentrações de onde foram concluídos os doutorados, foram elaborados cartogramas com as intensidades pelo Brasil, representados pela figura 17 para as pesquisadoras e pela figura 18 para os pesquisadores.

Os cartogramas que representam os locais de conclusão de cursos de doutorado por pesquisadoras e pesquisadores, demonstram certa similaridade de concentrações. As maiores intensidades são identificadas pelos destaques nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde foram identificadas as maiores concentrações. Entretanto, com a utilização de uma mesma escala de intensidade para ambos os cartogramas, é observável que no cartograma referente aos homens em comparação ao das mulheres, há uma maior incidência de conclusão contidas nesses mesmos locais.

Ainda que a intensidade de formação de pesquisadoras seja menor, o Sudeste se destaca das demais regiões, conforme mencionado anteriormente, há uma concentração maior em São Paulo e Rio de Janeiro, com volumes de menor intensidade se estendendo do nordeste de São Paulo ao Triângulo Mineiro. Na Região Sul, a distribuição dos pontos é mais dispersa e com menor intensidade ao longo da faixa litorânea, além de estar presente no norte do Paraná. No Centro-Oeste, apenas Goiás e Distrito Federal concentram os maiores volumes de pontos referente ao doutorado das mulheres. Na Região Nordeste, a distribuição de pontos também é mais dispersa ao longo do litoral, não havendo identificação da formação no doutorado nos estados do Maranhão e do Piauí. Na Região Norte, as pesquisadoras do campo da Geografia Urbana concluíram o doutorado apenas nos estados do Amazonas e Pará. Contudo, entende-se que a Região Sudeste possui um maior desenvolvimento acadêmico e institucional, enquanto a Região Norte pode indicar a necessidade de políticas públicas que incentivem a formação acadêmica e a pesquisa.

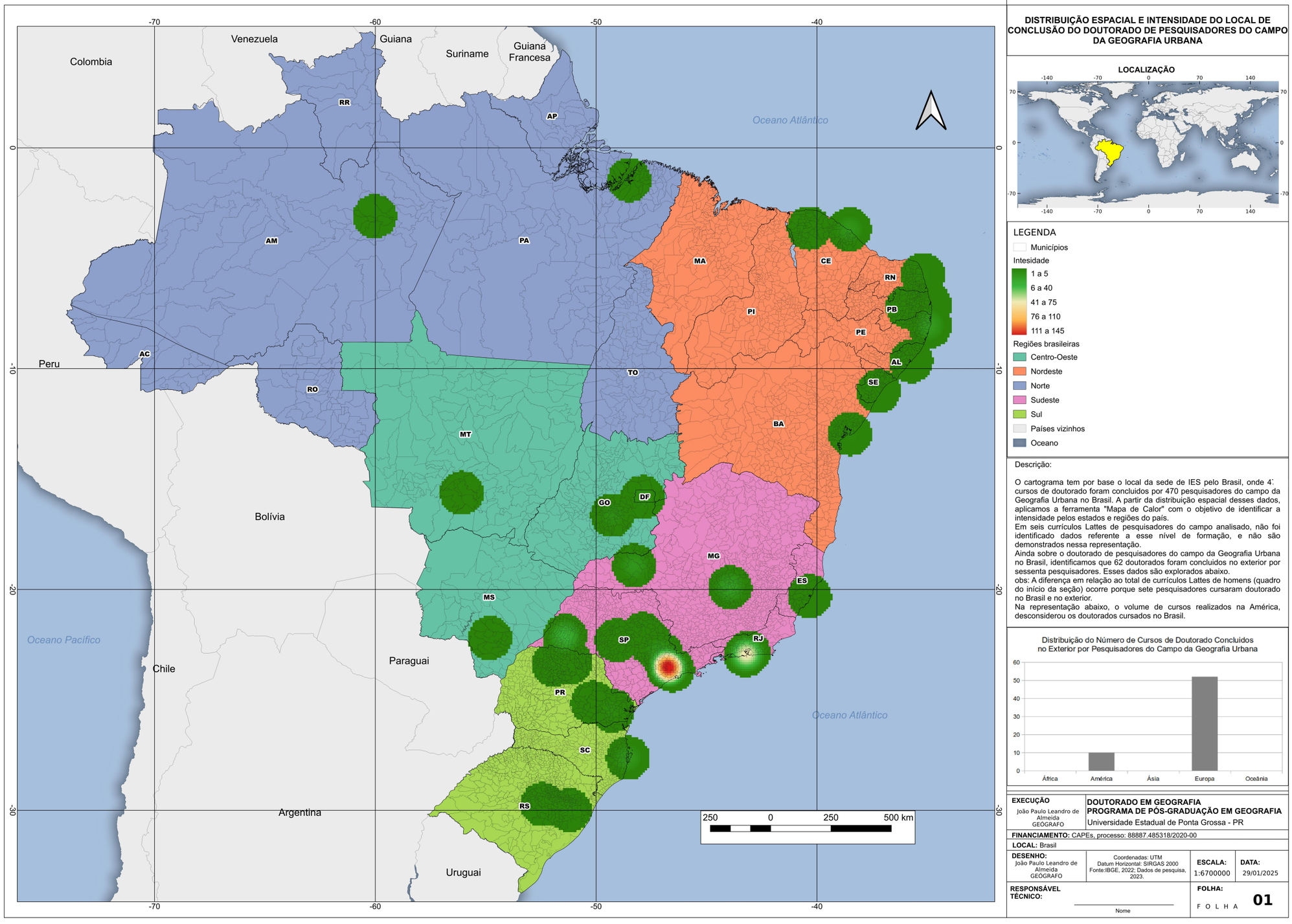
Quanto aos pesquisadores, as condições são semelhantes, com concentrações presentes em mais partes do Brasil, como no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Alagoas, além de uma quantidade maior de doutores em Geografia Urbana na Região Sul, quando comparada à intensidade de conclusão de doutorado de pesquisadoras nesta Região.

Figura 17 - Cartograma de densidade do local de conclusão do doutorado de pesquisadoras do Campo da Geografia Urbana no Brasil



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

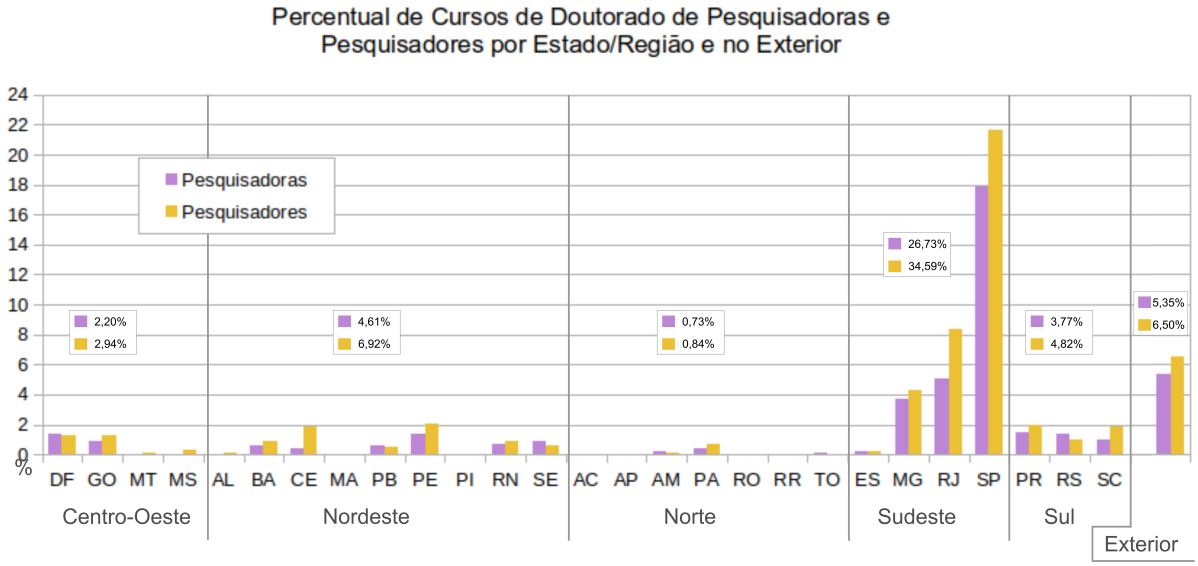
Figura 18 - Cartograma de densidade do local de conclusão do doutorado de pesquisadores do Campo da Geografia Urbana no Brasil



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

De forma percentual, as densidades dos cartogramas expostos nas figuras 17 e 18 foram representadas no gráfico 10, aproximando os dados dos cursos de doutorado de mulheres e homens, com o objetivo de demonstrar a distribuição das formações por estados e regiões, incluindo também as formações no exterior.

Gráfico 10 – Percentual de Curso de Doutorado de Pesquisadoras e Pesquisadores do Campo da Geografia Urbana por Estado/Região e pelo Exterior



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Os resultados encontrados reforçam o destaque da Região Sudeste no desenvolvimento de pesquisas e, consequentemente, na formação de pesquisadoras e pesquisadores no campo da Geografia Urbana no Brasil. O percentual de cursos de doutorado concluídos por homens supera o percentual de cursos finalizados por mulheres em todas as regiões e no exterior.

A diferença entre as regiões e o exterior torna-se ainda mais evidente, com 61,32% dos doutorados identificados na Região Sudeste, 11,58% no exterior, 11,53% no Nordeste, 8,59% no Sul, 5,14% no Centro-Oeste e 1,57% na Região Norte. Ao observar os estados, identificam-se três agrupamentos principais: o primeiro é formado por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, todos no Sudeste, que se destacam como grandes na formação das pessoas que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil, representando-se como grandes polos acadêmicos de pesquisa.

O segundo grupo, intermediário, inclui Distrito Federal, Goiás, Ceará, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e indicam estados com um desenvolvimento acadêmico relevante, mas em uma escala bem inferior quando comparado ao primeiro agrupamento, mostrando-se estar em um processo de consolidação como polos acadêmicos.

Os demais estados, ou apresentam os menores números de formação de

agentes do campo da Geografia Urbana ou não foi identificada formação em nível de doutorado no grupo de currículos analisados, como Maranhão, Piauí, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. Assim, fica evidente uma disparidade na formação de doutorado de pesquisadoras e pesquisadores que integram o campo da Geografia Urbana, o que pode ser motivado pelas limitações na oferta de programas especializados, menor infraestrutura ou menor tradição acadêmica, desse modo, esse grupo aponta a necessidade de fortalecimento e expansão do campo da Geografia Urbana pelo Brasil.

No exterior, os cursos concluídos representam 11,58% do total. Entretanto, a proporção entre mulheres e homens é de 5,35% e 6,50%, respectivamente, compondo o campo em análise. Esses resultados são semelhantes ao da região Sul, onde há 1,05% mais pesquisadores do que pesquisadoras, enquanto, no exterior, essa diferença é de 1,15%.

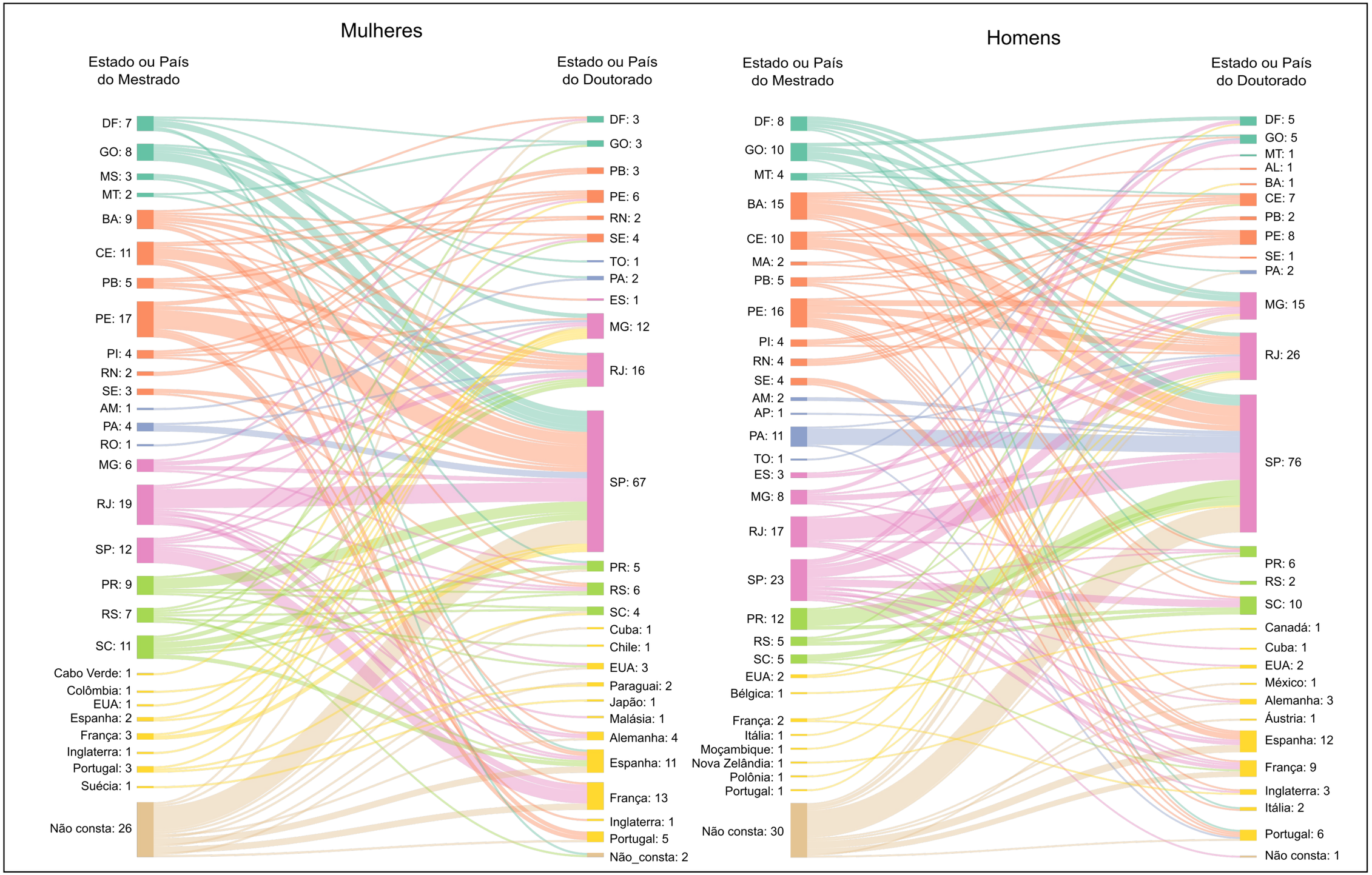
Para facilitar a identificação da distribuição de pesquisadores e pesquisadoras, o gráfico 11 apresenta diagramas de Sankey. Esses diagramas demonstram os deslocamentos para cursar o doutorado, considerando o estado ou país onde o mestrado foi realizado por cada gênero, sendo este o ponto de origem dos fluxos de deslocamento. Ou seja, a coincidência entre estado ou país do mestrado e o do doutorado foi desconsiderada, tendo em vista que não há fluxo de deslocamento.

Os fluxos migratórios são representados por linhas, sendo que a maior concentração de linhas com saídas à esquerda indica o local de origem com maior número de mulheres ou homens que realizaram mestrado. O fluxo para a direita demonstra os destinos dessas pessoas para a realização do doutorado.

Para exemplificar, no canto superior do diagrama Sankey referente às mulheres, observa-se que o Distrito Federal (DF) registrou 7 mulheres no mestrado e apenas 3 no doutorado, resultando em um saldo migratório de -4. Esse saldo é calculado pela subtração do número de mulheres no doutorado em relação ao mestrado, indicando que mais mulheres saíram do DF para estudar em outros locais do que chegaram para estudar na unidade federativa.

De modo geral, cerca de 77,78% das mulheres que migraram dos locais onde realizaram o mestrado para fazer doutorado em outro estado ou país, enquanto esse movimento foi registrado para 80,51% dos homens. Entre as mulheres, as principais saídas ocorreram do Ceará e de Pernambuco, com a maioria das entradas em São Paulo e no exterior. No caso dos homens, as principais saídas ocorreram da Bahia e do Pará, com entradas assemelhadas às das mulheres. Essas observações indicam que, de modo geral, os diagramas Sankey do doutorado apresentam certa similaridade, com maior fluxo de saída do Nordeste e entrada no Sudeste.

Gráfico 11 - Diagrama de Sankey referente aos local de formação do mestrado para os locais de formação de doutorado de homens e mulheres do campo da Geografia Urbana



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

O movimento migratório pode ser provavelmente motivado pela falta de opções no local de origem, estimulando a busca por estados ou países com instituições de ensino mais renomadas, programas mais avançados, melhores oportunidades profissionais e pela centralização da educação em regiões mais desenvolvidas tecnologicamente e com maior poder aquisitivo, como o Sudeste que apresenta, nosentido bourdieusiano da palavra, maior intensidade de diferentes capitais, além de demonstra-se em todos os niveis de formação superior como polo central da trajetória ou caminho acadêmico de agentes do campo analisado.

Além disso, observa-se um conjunto de instituições com os maiores percentuais de formação no nível de doutorado. Na Quadro 9 foram destacadas as 12 instituições com os maiores percentuais do total de cursos concluídos por mulheres. O mesmo número de instituições foi selecionado para apresentar os dados referentes ao doutorado dos homens (Quadro 10).

Quadro 9 - Principais instituições de conclusão do doutorado de pesquisadoras do campo da Geografia Urbana no Brasil

Pesquisadoras	
IES	% de cursos
Universidade de São Paulo	24,40%
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	11,59%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	7,00%
Universidade Federal de Uberlândia	4,35%
Universidade Estadual de Campinas	3,38%
Universidade de Brasília	3,14%
Universidade Federal de Minas Gerais	3,14%
Universidade Federal de Pernambuco	3,14%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3,14%
Universidade Federal Fluminense	2,66%
Universidade Federal de Santa Catarina	2,17%
Universidade Federal de Goiás	1,93%

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Quadro 10 - Principais instituições de conclusão do doutorado de pesquisadores do campo da Geografia Urbana no Brasil

Pesquisadores	
IES	% de cursos
Universidade de São Paulo	20,00%
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	13,70%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	6,67%
Universidade Federal Fluminense	4,26%
Universidade Federal de Pernambuco	3,70%
Universidade Estadual de Campinas	3,33%
Universidade Federal de Minas Gerais	3,33%
Universidade Federal de Uberlândia	3,33%
Universidade Federal de Santa Catarina	3,15%
Universidade de Brasília	2,22%
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2,22%
Universidade Federal de Goiás	2,22%

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

As principais instituições onde foram realizados os cursos de doutorado no campo da Geografia Urbana no Brasil estão concentradas na Região Sudeste, que se destaca como a principal área de formação de pesquisadoras e pesquisadores nessa temática. As três instituições de maior relevância são a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tanto para mulheres quanto para homens, as universidades predominantes foram praticamente as mesmas, com uma diferença: para as pesquisadoras, houve a inserção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), enquanto, para os pesquisadores, destacou-se a inclusão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

No tocante à temporalidade de formação no doutorado, a tabela 9 apresenta a distribuição da conclusão desse nível de formação por décadas ao longo da história, trazendo o recorte temporal por décadas e por gênero.

Tabela 9 – Número de doutorados concluídos por décadas e por gênero

	Pesquisadoras	Pesquisadores
Até 1969	0	3
De 1970 a 1979	4	7
De 1980 a 1989	7	8
De 1990 a 1999	54	32
De 2000 a 2009	103	118
De 2010 a 2019	206	311
De 2020 a 2022	40	61

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Ao todo, foram encontrados 954 doutorados concluídos de agentes do campo da Geografia Urbana, na qual cerca de 43,40% foram realizados por mulheres e 56,60% por homens. As primeiras defesas ocorreram até 1969, realizadas por três pesquisadores. De modo geral, observa-se que os homens sempre apresentaram um número maior de conclusões quando comparado às mulheres. Esse cenário pode ser motivado pelas desigualdades de gênero no acesso à educação, decorrentes de barreiras sociais e culturais históricas que, por décadas, limitaram o ingresso das mulheres em instituições de ensino. Entre 1990 e 1999, o número de doutorados concluídos por mulheres superou o de homens em apenas 2,31%. Dessa conjuntura, conectada às evidências ao nível do mestrado, é possível afirmar que o tempo de formação das agentes mulheres que constituem o campo analisado é relativamente maior que o tempo de formação dos homens.

Outro ponto conectado a formação dos(as) agentes, refere-se ao número de cursos de doutorado por Grande Área e na Geografia, o que é apresentado na tabela 10. Observa-se, assim, com diferentes áreas se conectam e contribuem para o desenvolvimento da Geografia, evidenciando seu caráter interdisciplinar.

Tabela 10 – Número de cursos de doutorado por Grande Área CAPES e pelo campo da Geografia

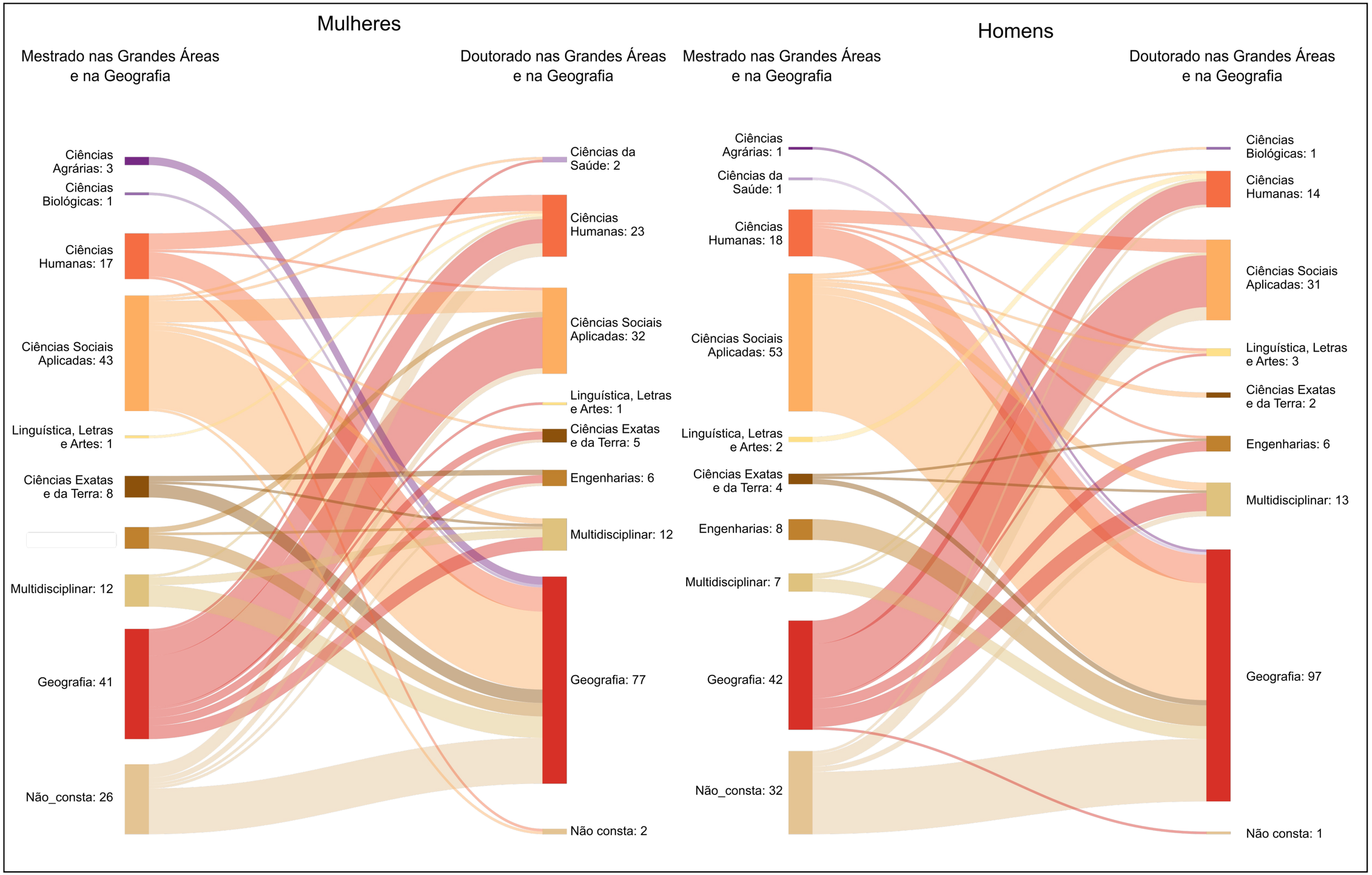
Grande Área	número de cursos	Pesquisadoras	Pesquisadores
Ciências Agrárias	0	0	0
Ciências Biológicas	1	0	1
Ciências da Saúde	2	2	0
Ciências Exatas e da Terra	15	8	7
Ciências Humanas	43	22	21
Ciências Sociais Aplicadas	98	42	56
Engenharias	16	10	6
Linguística, Letras e Artes	4	1	3
Multidisciplinar	27	12	15
Geografia	748	317	431

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

No total, foram identificados 954 cursos nos currículos de indivíduos que integram o campo da Geografia Urbana, sendo a maioria na área de Geografia, com aproximadamente 78,41% do total de cursos concluídos. Esses cursos estão distribuídos em 33,23% para mulheres e 45,18% para homens. Além desse grupo significativo, destacam-se os cursos das Grandes Áreas das Ciências Sociais Aplicadas, com 4,40% de concluintes mulheres e 5,87% de concluintes homens, e das Ciências Humanas, com 2,31% de concluintes mulheres e 2,20% de concluintes homens. No entanto, dentro do grupo total de cursos, não foram identificados concluintes nas Ciências Agrárias, apenas um concluiu na área de Ciências Biológicas (homem), e apenas duas mulheres concluíram cursos na área das Ciências da Saúde.

Para facilitar a identificação da distribuição da migração de pesquisadores e pesquisadoras nas Grandes Áreas CAPES e na Geografia, o Gráfico 12 apresenta os diagramas de Sankey que demonstram os deslocamentos da área em que estavam no mestrado para a área escolhida para o doutorado. Ou seja, a coincidência entre áreas do mestrado e do doutorado foi desconsiderada, pois não há fluxo de deslocamento nesse caso.

Gráfico 12 – Diagrama de Sankey para pesquisadoras e pesquisadores referentes a mudança de Grandes Áreas CAPES e o Campo da Geografia entre o mestrado e o doutorado



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Os fluxos migratórios são representados pelas arestas, nas quais a maior concentração de linhas com saídas à esquerda indica o local de origem com maior número de mulheres ou homens que realizaram mestrado em uma determinada Grande Área CAPES e o campo da Geografia. O fluxo para a direita representa os destinos dessas pessoas, que realizam doutorado em uma Grande Área CAPES ou na Geografia, sendo diferente da formação no mestrado. Em ambos os diagramas o saldo migratório na Geografia é positivo, superando todas as grandes áreas, para pesquisadoras e pesquisadores, as principais mudanças de áreas são as mesmas, ocorrendo da Geografia para as Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, e das Ciências Sociais Aplicadas para a Geografia. Essa tendência demonstra que os pesquisadores circulam entre áreas próximas, provavelmente sendo motivada pela busca de abordagens mais abrangentes e interdisciplinares.

Num breve comparativo com os diagramas de Sankey apresentados na seção anterior, com as migrações da graduação para o mestrado correspondente às Grandes Áreas e à Geografia , identifica-se uma inverssão ao campo geográfico. Da graduação para o mestrado no conjunto de dados analisados, identifica-se que pesquisadores(as) sairam da Geografia para outros campos, enquanto nas migrações de Grande Área e a Geografia, ao nível do mestrado para o doutorado há maior chegada de pesquisadores(as) de outros campos do conhecimento.

Dessa maneira, foram identificadas 954 teses, sendo 414 realizadas por mulheres e 540 por homens. Identificou-se nos títulos os termos para a criação das nuvens de palavras contidas na Figura 19 e 20.

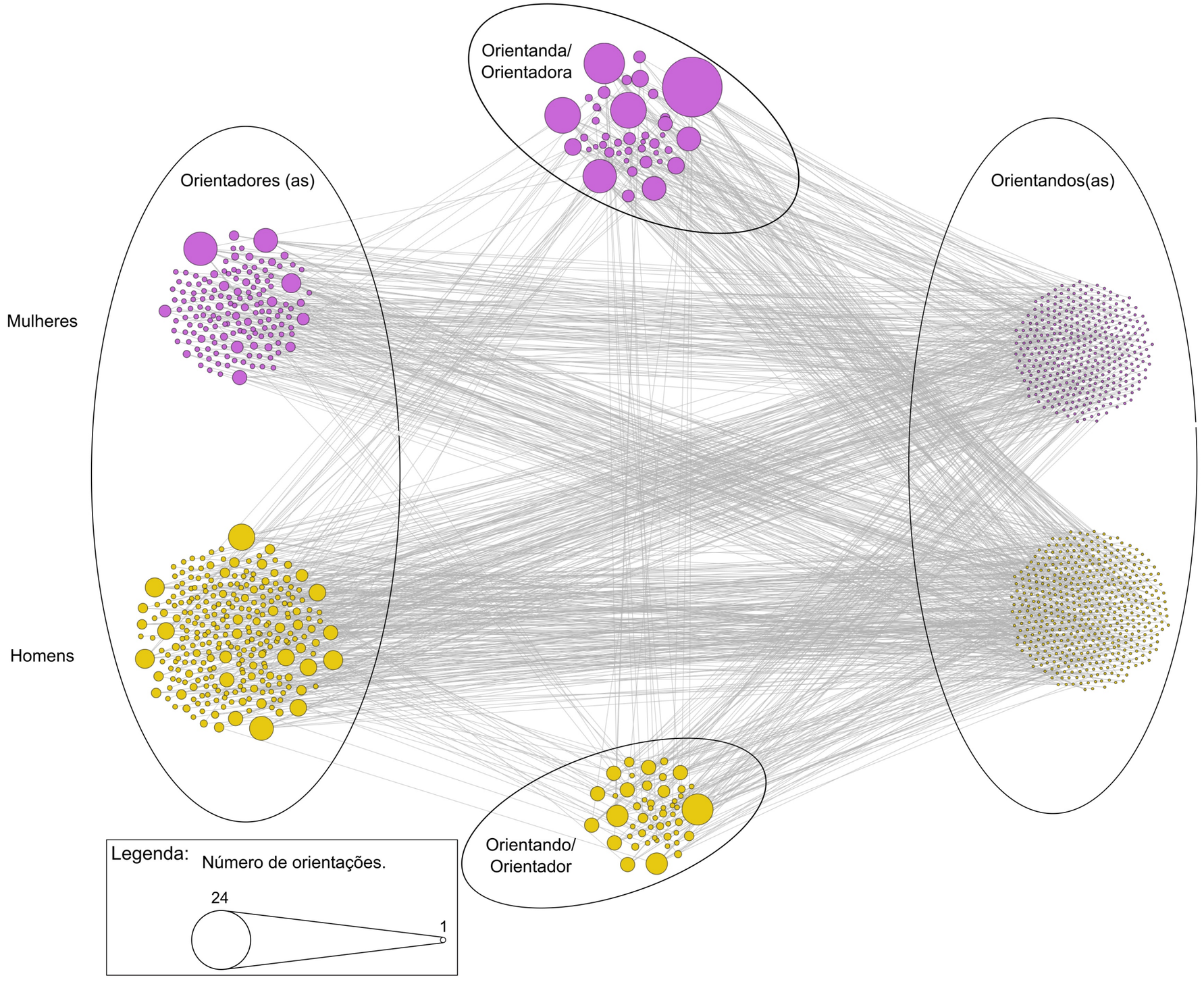
Figura 19 – Nuvem de palavras de títulos de tese de mulheres

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Figura 20 – Nuvem de palavras de títulos de tese de homens

cidade
espaço
brasil
análise
urbano
produção
urbana
geografia
território
territorial
rio_de_janeiro
são_paulo
partir
expansão
rio
ambiental
cidades
processo
dinâmica
redes
caso
estado
urbanização
políticas
reestruturação
espaciais
planejamento
regional
mobilidade
social
desenvolvimento
metropolitana
metrópole
gestão
reflexões
construção
reprodução
estudo
espacial
uso
município
região
geográfica
espaços
amazônia
modernização
contemporânea
sustentabilidade
socioespacial
capital
centro
urbanas
segregação
violência
paisagem
nordeste
belém
como
estruturação
projeto
relações
sociedade
saúde
recife
discurso
consumo
poder
agronegócio
mundo
práticas
abordagem
urbanos
periferia
indústria
cidadania
cotidiano
públicas
brasileiro
metropolitano
porto
geográficas
trabalho
festa
2000
média
zona
brasileira
meio
habitação
histórica
formação
novas
período
território
territórios
organização
verticalização
processos
socioespaciais
direito
ensino
programa
proposta
minha
rede
informação
centralidade
ambiente
pública
campo
através
áreas
sul
história
salvador
contexto
espacialidade
sertão
bairro
natureza
águas
aracaju
público
educação
geográfico
turismo
século_xxi
desigualdades
papel
lugar
indicadores
campina_grande
meio
universidade
política
experiência
controle
crítica
comércio
avaliação
interações
londrina
realidade
brasília
sp
pr
rio
mg
sc
es
ba
go
ce
pa
ma
ma
ma

Figura 21: Grafo da genealogia acadêmica ascendente do doutorado por gênero



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

No conjunto das 954 teses identificadas, 414 realizadas por mulheres e 540 por homens, foi observado que em quatro situações (três de mulheres e uma de homem) não foi identificado o nome do(a) docente que orientou. Em quatro Lattes (três de mulheres e um homem) não foi identificado o nome do(a) docente que orientou. Assim, o grafo foi construído a partir de dados de 922 currículos. Faz-se importante indicar que em dez currículos não constavam dados referentes ao doutorado. No geral, foram identificados 950 trabalhos de doutorado (411 teses de autoria de mulheres e 539 de homens).

De modo geral, nas 950 teses foram identificados 194 nomes de orientadoras e 319 nomes de orientadores, e conduziram consequentemente 407 e 543 teses. Temos assim, que a média de orientação de tese nesse grupo correspondem a 2,1 teses dentre as mulheres e de 1,7 entre os homens, o que já demonstra maior sobrecarga feminina referente à transmissão da hierarquia intelectual no campo científico analisado.

Dadas as circunstâncias de superioridade numérica de professores homens nas atividades de orientação, observamos que as teses de autoria feminina tiveram 45,26% de orientação de professoras e 54,74% de orientação de professores, enquanto que as teses de autoria de homens, 41% foi orientada por professoras e 59% por professores. Ponto de vista que destaca de certa forma, que na geração anterior ao conjunto de agentes que constituem na atualidade o campo analisado, uma superioridade masculina referente a transmissão da herança intelectual.

Porém, há um entrelace de gerações, se focalizar os(as) agentes que integram o campo da Geografia Urbana na atualidade, foi identificado que 42 mulheres e 50 homens aparecem como orientadores(as) e passaram a integrar um novo grupo de orientados(as)/orientadores(as). Desses dados, fica clara o aumento do número de IES e a expansão da Geografia pelo Brasil, mas esse aumento demonstra-se concentrar e reafirmar a centralidade de algumas universidades no Sudeste do país, como observado anteriormente.

No que tange a transmissão da herança intelectual como estratégia por capital científico, identifica-se que há certa concentração, do total de orientações feitas por mulheres (407), onde 46,93% foram realizadas por professoras que integram o grupo central dessa tese (936 currículos Lattes). Por outro lado, do total de orientações realizadas por homens (543), 23,94% foram realizadas por professores que integram nosso grupo central.

Nessa situação, se abordarmos apenas pessoas que integram o grupo de agentes que integram o campo da Geografia Urbana e orientaram trabalhos de

doutorado de pessoas que fazem parte do mesmo grupo, identificamos que em média essas mulheres orientaram 4,55 teses, enquanto que dentre os homens contabilizam em média 2,6 teses no mesmo nível de formação. Há dessa forma uma maior concentração de mulheres na transmissão da hierarquia intelectual no campo da Geografia Urbana no Brasil.

Nessa seção, foi analisado a conjuntura de formações ao nível de doutorado de pesquisadoras e pesquisadores do campo da Geografia Urbana no Brasil, passando pela distribuição espacial, instituições, temporalidades de conclusão de cursos, fluxo migratório para a realização do doutorado, fluxo migratório pelas Grandes Áreas da Ciência e a Geografia, a temporalidade das formações nesse nível, além da genealogia acadêmica ascendente e a analise dos títulos de teses. Estendendo para uma conclusão do capítulo, a partir da espacialização da naturalidade e nacionalidade de agentes, seguida da distribuição espacial das formações nos distintos níveis (graduação, mestrado e doutorado), foi possível identificar a persistente concentração na Região Sudeste, aja visto que. Não obstante, observa-se um movimento constante a Leste, observando que quanto mais alto o nível de formação maior é a concentração do número de formações, tanto entre os homens como entre as mulheres.

A temporalidade das formações ao nível de doutorado, legitimam a identificação que as mulheres que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil, possuem tempo maior de formação, com superioridade numérica das pesquisadoras que concluiram o doutorado nas décadas anteriores aos anos 2000. Porém, é evidente a superioridade masculina ao observarmos apenas as duas últimas décadas. Essas identificações, refletem as formações anteriores que demontraram uma configuração semelhante.

No que tange a migração entre as Grandes Áreas da Ciência e a Geografia, num primeiro momento da graduação para o mestrado, o campo de conhecimento geografico apresentou saldo migratório negativo. Pois, no conjunto de dados analisados, mais pesquisadores(as) graduados(as) em Geografia migraram para outros cursos para fazer o mestrado do que pesquisadores(as) de outras cursos migraram para o campo da Geografia. Essa dinâmica se inverte nos deslocamentos identificados na transição do mestrado para o doutorado, tanto para pesquisadoras como para pesquisadores. Nesse movimento, o campo da Geografico apresentou saldo migratório positivo, com um maior número de pesquisadores(as) advindos(as) de outros campos da Ciência, do que saindo do campo geografico. Essa ocorrência não demonstrou ter relação com as questões de gênero como na suspeita levantada

na seção 1.3, pois tanto mulheres como homens efetuam esse movimento, com aparente predominância masculina.

Frente ao conjunto de temáticas identificadas nos títulos de TCCs, dissertações e teses, pelas nuvens de palavras, é possivel observar um paralelo entre pesquisadoras e pesquisadores do campo da Geografia Urbana, pois revelam continuidades e intensificações no transcorrer das formações acadêmicas de temáticas ligadas à cidade, ao espaço e ao urbano. Enquanto que, a temática de gênero aparenta não atrair pesquisadores(as) da Geografia Urbana, pois, como observado pela tentativa frustrada de realizar entrevistas semiestruturadas com agentes desse campo (seção 2.2), nas nuvens de palavras o termo "gênero" demonstra ser pouco representativo frente a outros termos que também se conectam com questões urbanas. Isso ocorre pelos diferentes níveis de formação, e também demonstrou ser uma caracteristica tanto nos trabalhos de conclusão de cursos realizados por homens como por mulheres, remontando o debate teórico realizado de diferentes formas por diversas referências (Monk e Hanson, 2016 [1982]; Rossini, 1993; Calió, 1997; Silva, 2009; Veleda da Silva, 2019; dentre outras).

Por fim, a partir dos grafos das genealogias acadêmicas ascendentes foi possivel identificar que na graduação, mestrado e doutorado de agentes do campo da Geografia Urbana, persiste no papel das professoras em orientar uma proporção mais equilibrada de estudantes de ambos os gêneros em comparação com os professores. Adicionalmente, as professoras, especialmente aquelas que fazem parte do núcleo do campo da Geografia Urbana (aparecendo como orientadoras e orientandas/orientadores), consistentemente orientam um número médio maior de trabalhos (TCCs, dissertações e teses) por pessoa do que seus colegas homens, sugerindo que a transmissão da herança intelectual neste campo recai de forma mais concentrada sobre um grupo de pesquisadoras.

No próximo capítulo, avançaremos sobre os dados adquiridos pela aplicação do *script python Lucy Lattes* na conjuntura dos 936 currículos, mais necessariamente será abordado a atuação profissional de homens e mulheres e os artefatos (capítulos de livros, livros e artigos publicados em periódicos, identificando em cada conjunto de artefatos as redes de coautorias.

CAPÍTULO 4 – ATUAÇÃO PROFISSIONAL E ARTEFATOS DE AGENTES NO CAMPO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL

Para atender ao objetivo desta tese, que é o de compreender como o gênero compõe o campo da Geografia Urbana no Brasil, neste capítulo final serão abordados os dados coletados a partir do processo metodológico exposto anteriormente, mais especificamente referentes às informações contidas no conjunto dos currículos Lattes e extraídas pelo script Python Lucy Lattes, com exceção da naturalidade abordada no capítulo anterior.

Dessa forma, serão elencados os dados referentes à atuação profissional e aos cargos ocupados, seguido por uma atenção especial aos docentes do ensino superior, projetos de pesquisa e de extensão, orientações de mestrado e doutorado. Na sequência, são abordadas às publicações científicas ou o que Pinto (2022) denomina de artefatos científicos, que para essa tese englobam o conjunto de capítulos de livros, livros e artigos produzidos por agentes que constituem o campo analisado. Esses artefatos integram de modo peculiar as disputas no campo científico, pois fazem parte da estratégia por capital científico que como vimos pode estimular certa estabilidade do campo com o fortalecimento da autoridade científica (Bourdieu, 2004).

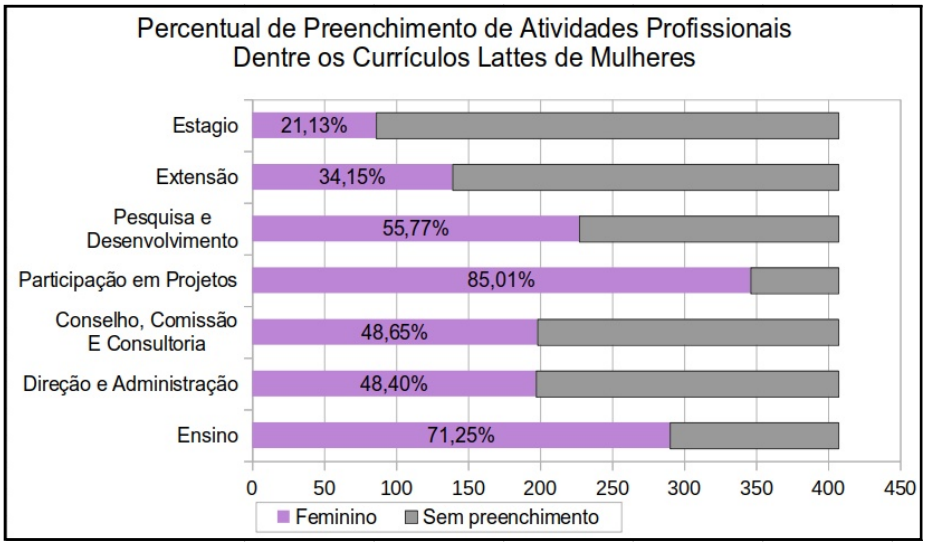
Seguindo nessa lógica de entendimento, o capítulo que segue as atuações profissionais e as publicações contidas nos currículos Lattes de pesquisadoras e pesquisadores do campo da Geografia Urbana, são instrumentos das estratégias utilizadas nas disputas por capital institucional ou político e capital científico (Bourdieu, 2004a) no campo da Geografia Urbana.

A primeira seção se orienta para a atuação profissional, interconectada com a participação em projetos de pesquisa, projetos de extensão e o ensino de disciplinas. Na segunda seção, são abordados os artefatos produzidos pelos(as) agentes que constituem o campo analisado, passando pelos capítulos de livros, livros e artigos em periódicos científicos. Em todas as circunstâncias, lançamos olhares para a relação de gênero e para os quantitativos identificados entre as mulheres e os homens, o que fundamenta a compreensão de como a atuação profissional e os artefatos produzidos por agentes constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil.

4.1 ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE AGENTES DO CAMPO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL

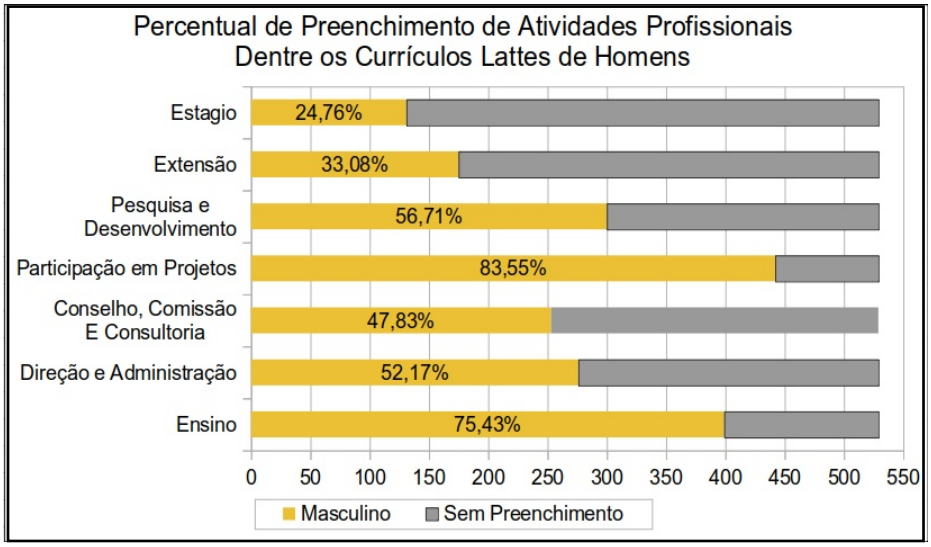
Nessa seção são abordados os dados contidos no campo referente a atuação profissional, projetos de pesquisa e extensão. Esse campo é composto pelas atividades de estágio, atividade de ensino, participação em projetos, composição de conselhos e comissões, atividades de direção e administração, participação em atividades de extensão, atividades de serviço, e por fim treinamentos ministrados. Como sabemos, essas atuações profissionais podem se sobrepor, ou seja, um(a) agente pode apresentar mais de uma atividade ao mesmo tempo, por exemplo: compor um conselho e lecionar disciplinas. Os gráficos 13 e 14 demonstra a identificação do percentual de preenchimento nos currículos Lattes de Mulheres (407 e de Homens (529), para cada uma das atividades de atuação profissional.

Gráfico 13: Percentual de preenchimento de atividades profissionais nos currículos Lattes de mulheres



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Gráfico 14: Percentual de preenchimento de atividades profissionais nos currículos Lattes de homens



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Referente aos dados apresentados pelos gráficos, identificamos que os percentuais de homens nas atividades relacionadas a estágio, participação em conselhos / comissões / consultorias, direção / administração, participação em pesquisa / desenvolvimento, e atividades de ensino, são superiores às atuações profissionais apresentadas pelas mulheres. Essas, por sua vez, demonstram ter maior atuação que os homens na participação nas atividades de extensão e na participação em projetos, o que corrobora com as identificações de Rissi, Carvalho e Rachid (2018) quando observam que as ações de docentes pesquisadores estão conectadas com as atividades atreladas com as que possuem maiores aportes financeiros principalmente os advindos da iniciativa privada.

Porém, ao observarmos esse conjunto geral correlacionado ao número de currículos com o preenchimento de cada atividade da atuação profissional, identificam-se algumas peculiaridades, o que perpassa pela análise de cada uma das atividades. Para evitar sobreposições de informações nessa seção, as participações em projetos de pesquisa, participação de projetos de extensão e as disciplinas lecionadas no ensino superior são abordadas conjunturalmente às atividades relacionadas a atuações profissionais. Assim, passamos a abordar cada uma das atividades da atuação profissional.

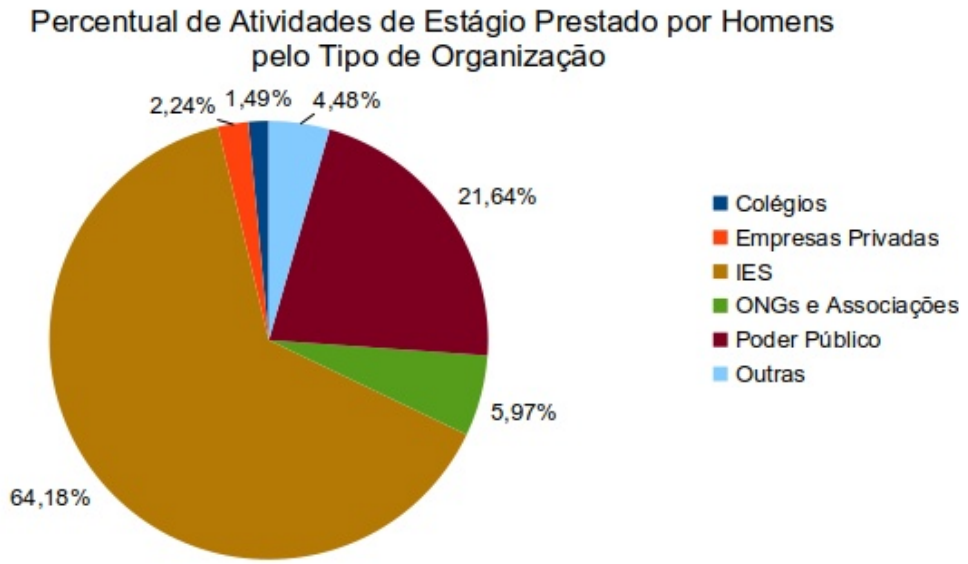
De início, no estágio foi identificado em 217 dos 936 currículos analisados, sendo 450 atividades. Dentre as mulheres observamos que em 86 currículos contabilizaram 182 atividades, referente aos homens essa identificação ocorreu em 131 currículos e contabilizam 268 atividades. Partindo desse conjunto de dados, as organizações onde ocorreu o estágio, foram agrupadas pelo seu tipo, nas seguintes categorias: Colégios (Ensino Fundamental e Médio); Empresas Privadas; IES; ONGs e Associações; Poder Público; e Outros (Fundações de apoio; institutos de Pesquisa de natureza não identificada; e locais de preservação cultural e artísticos). Os gráficos 15 E 16 apresentam os percentuais das prestações de atividades de estágio de mulheres e homens por tipo de organização.

As atividades de estágio de homens e mulheres se concentram nas IES e superam dois terços do total de registros. Dentre as mulheres, há um maior percentual de prestação do estágio em IES comparado ao grupo de homens. Diferentemente ocorre nos estágios prestados no Poder Público em suas diferentes escalas, onde dentre os homens há maior percentual de prestação de estágio que o grupo de mulheres. Nas ONGs e associações a prestação de atividade de estágio dentre as mulheres apresenta um percentual maior que o percentual identificado dentre os homens.

Gráfico 15: Percentual de atividades de estágio realizadas por mulheres pelo tipo de organização

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Gráfico 16: Percentual de atividades de estágio realizadas por homens pelo tipo de organização



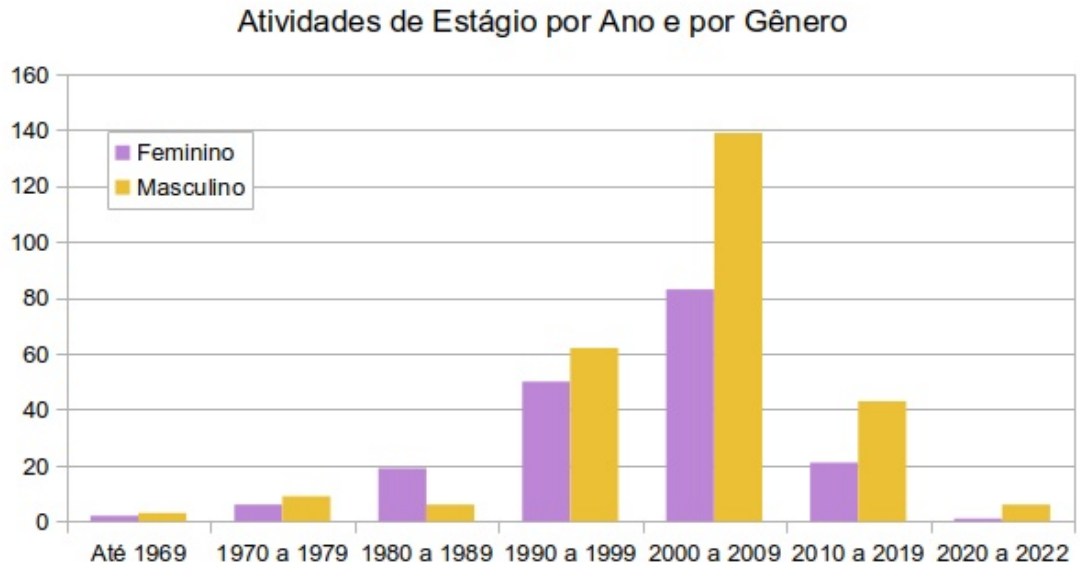
Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

No agrupamento de organizações denominadas como “Outras”, que englobam fundações, institutos de pesquisa e locais de preservação, apenas homens apresentaram prestar atividade de estágio, com um percentual de 4,48% do total de estágio identificado entre os agentes masculinos. Nas empresas privadas e em colégios há menores percentuais no grupo de mulheres com estágio nesses espaços, com 3,85% e 2,20%, assim como dentre os homens 2,24% e 1,49%

consequentemente. Havendo relativamente maiores percentuais de mulheres que prestaram estágio nessas organizações, em relação aos percentuais de homens.

Outro dado coletado referente as atividades de estágio apresentadas nos currículos Lattes de agentes que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil, foi o ano de prestação dessa atividade. O gráfico 17 expõe a distribuição por década e por gênero.

Gráfico 17: Distribuição do número de atividades de estágio por década e por gênero



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

A distribuição das atividades de estágio por década nos apresenta as diferenças por gênero no decorrer do tempo, demonstrando ter relação direta com a temporalidade da formação acadêmica ao nível de graduação explorada no capítulo anterior, pois essa atividade também adentra o quadro de disciplinas de cursos desse nível de formação. Contudo, temos assim a identificação de que na maior parte dessa distribuição os homens são maioria na prestação dessa atividade, com maiores concentrações a partir da década de 1990. A exceção da superioridade numérica dos homens ocorre apenas na década de 1980 quando há número maior de mulheres, que apresentaram mais que o dobro do número de homens na prestação da atividade de estágio.

No que se refere a atuação profissional relacionada a extensão, dentre as mulheres foram identificadas 663 atividades em 139 currículos, dentre os homens essa atividade aparece no campo de atuação profissional 475 em 175 currículos. Por esses dados, claramente a extensão tem maior atenção das mulheres que a dos homens, onde mesmo com a distribuição pelo total de currículos femininos (407) e

masculinos (529) a diferença é evidente, elas participam em média de 1,63 extensões enquanto eles em média não chegam a uma participação (0,9) na atividade de extensão como atuação profissional. Essa identificação se conecta diretamente com as revelações efetuadas por Rissi, Carvalho e Rachid (2018), além da identificação recente da importância da extensão na formação ao nível superior, o que pode atrair maiores investimentos.

O que é de certa forma, diferente da atividade de pesquisa e desevolvimento que como observamos teve seu reconhecimento e ampliação de investimentos com a criação da CAPES e CNPq como observado anteriormente. A pesquisa e desenvolvimento como atuação profissional, nos currículos das mulheres identificamos 633 vezes em 227 currículos, enquanto que dentre os homens essa atividade aparece 742 vezes como atuação profissional em 300 currículos Lattes. Partindo do total de currículos de mulheres (407) e de homens (529), identificamos que mesmo com menor número de aparições no volume total das atividades de pesquisa e desenvolvimento como atuação profissional, em média as mulheres exerceram essa atividade 1,56 vezes cada uma, os homens por sua vez, exerceram essa atividade cerca de 1,4 vezes cada um deles.

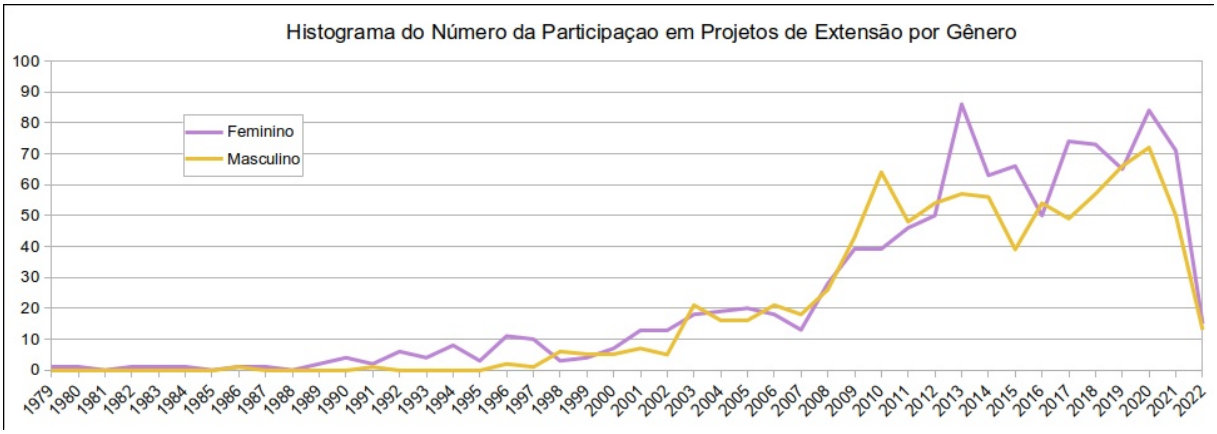
A atividade de participação em projetos também pode aparecer como atuação profissional. Essa atividade foi identificada 3615 vezes em 346 currículos de mulheres e 3800 vezes em 442 currículos de homens. Ao considerar o total de currículos femininos (407) e masculinos (529), correlacionada a atividade de participação em projetos como atuação profissional, identificamos que em média as mulheres participam cada uma de 8,88 projetos, novamente demonstrando superioridade à média de 7,18 identificada entre os homens.

No entanto, vale aqui efetuarmos um enlace a outro campo de preenchimento do currículo Lattes referente a projetos de pesquisa e projetos de extensão, o que engloba as últimas três atividades identificadas como atuação profissional. Nesse campo de projetos foram identificados 1907 projetos de extensão e 5830 projetos de pesquisa.

Do total de projetos de extensão, 1034 foram identificado em 209 currículos femininos e 873 em 267 currículos masculinos. Temos assim, no campo da Geografia Urbana uma maior ação de mulheres nas atividades extensionistas, que procuram efetivamente integrar a sociedade transpondo aparentes limites da comunidade científica. Partindo dos dados referentes à participação de agentes do campo da Geografia Urbana em projetos de extensão foi efetuada a distribuição pelo ano de

início dos projetos[82], o que é demonstrado no gráfico 18.

Gráfico 18: Histograma do número de participações em projetos de extensão por gênero



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

A primeira participação em projeto de extensão ocorre em 1979 por uma mulher, na década seguinte, a participação demonstrou ter um baixo volume com oito participações femininas e apenas uma masculina que ocorre pela primeira vez em 1986. Na década de 1990, apresenta um primeiro avanço no volume de participações, principalmente das pesquisadoras, que contabilizam 55 participações, enquanto que os pesquisadores totalizaram quinze envolvimentos com a extensão, com a superação numérica dos homens nos dois últimos anos.

Nos dez anos iniciais do século decorrente, é quando a participação de homens e mulheres se apresenta mais igualitária, as pesquisadoras contabilizaram 188 participações e os pesquisadores 178. O início da década de 2010, os homens começão na dianteira, mas logo são superados pelo volume de participações das pesquisadoras. Somando os números dos anos de 2010 a 2022, as mulheres totalizam 782 e os homens 679 participações em projetos de extensão. A queda no número de projetos de extensão entre 2020 e 2022 pode ter com uma de suas principais justificativas a pandemia de Covid-19 e o necessário isolamento social. Contudo, no que se refere ao envolvimento com a atividade de extensão, há maior participação feminina que masculina, corroborando com os dados sobre a atuação profissional.

Outro aspecto referente a participação em projetos de extensão, se refere a posição ocupada, que pode ser na colaboração ou na coordenação. A partir do conjunto de participações em projetos de extensão identificados nos currículos Lattes

---

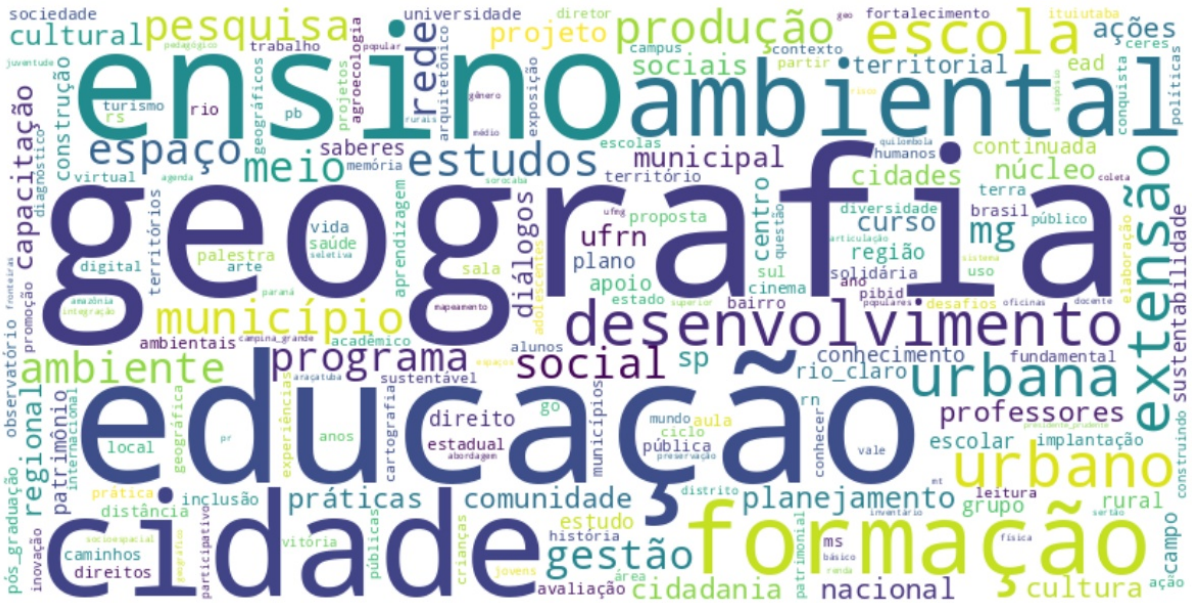
[82]A escolha pela ano de inicio dos projetos, foi efetuada a partir da identificação que em um número relativamente grande de projetos não havia o ano de finalização, o que inviabiliza uma analise temporal.

femininos (1034), foi observado que em 36,65% elas atuaram como colaboradoras e em 63,35% foram coordenadoras. Dentre as participações na extensão nos currículos masculinos (873), em 35,74% eles participaram como colaboradores e em 64,26% como coordenadores.

Outro ponto abordado sobre o conjunto de projetos de extensão, se refere a temática identificada pelos títulos. Para essa observação, o campo referente ao título do projeto foi extraído do conjunto de dados mantendo-se conectado ao IdLattes, e posterior à limpeza com a eliminação de stop words e pontuações, foi possível criar as nuvens de palavras apresentadas nas figuras 22 e 23.

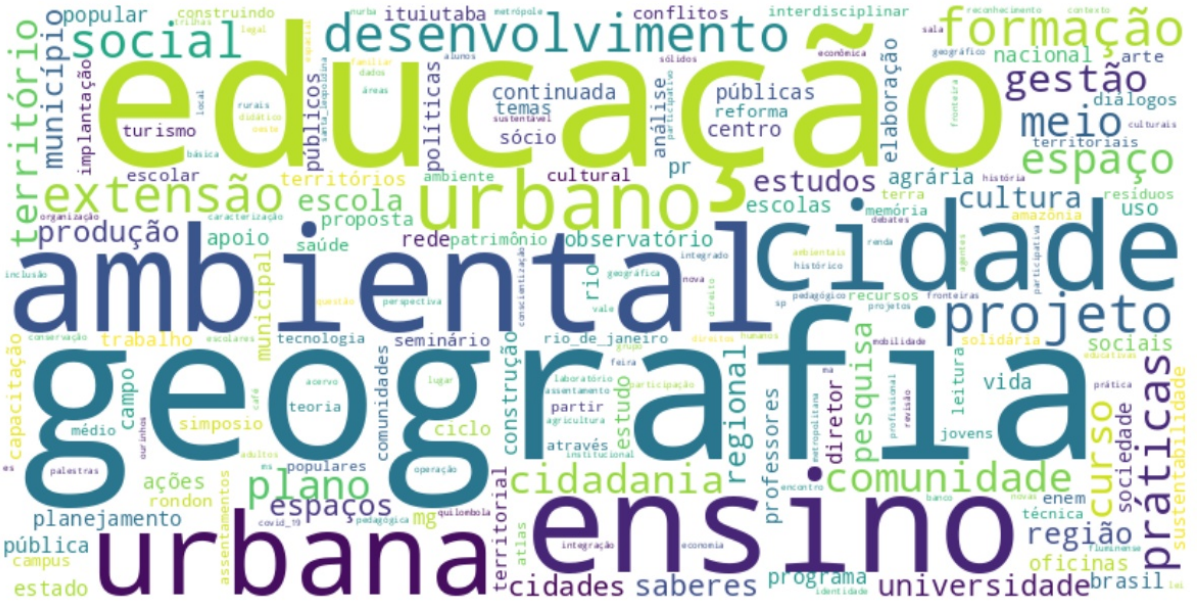
Na nuvem de palavras de títulos de projetos de extensão identificados nos currículos das pesquisadoras do campo da Geografia Urbana, é possível identificar que existem há uma gama de temáticas de interesse, com a centralidade ocupada pelos termos, “geografia” (136), “educação” (103), “ensino” (79), “cidade” (65), “ambiental” (62) e “formação” (56). Os demais termos apareceram menos de cinquenta vezes, o “urbano” e “urbana” foram identificados 44 e 39 vezes, respectivamente, enquanto que o termo “gênero” foi identificado apenas sete vezes nos títulos de projetos de extensão com a participação de pesquisadoras da Geografia Urbana.

Figura 22 – Nuvem de palavras de títulos de projetos de extensão identificados nos currículos Lattes de agentes femininos



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Figura 23 – Nuvem de palavras de títulos de projetos de extensão identificados nos currículos Lattes de agentes masculinos



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Os termos em destaque na nuvem de palavras de pesquisadores do campo da Geografia Urbana, seguem a seguinte sequência: “geografia” (95), “educação” (86), “ambiental” (57) e “ensino” (52) todos com aparecimento superior a cinquenta vezes. Logo na sequência, são identificados os termos “cidade” que aparece 45 vezes, “urbana” com 45 aparições e o “urbano” identificado 40 vezes. O termo “gênero” na nuvem de palavras de títulos de projetos de extensão masculina apareceu sete vezes.

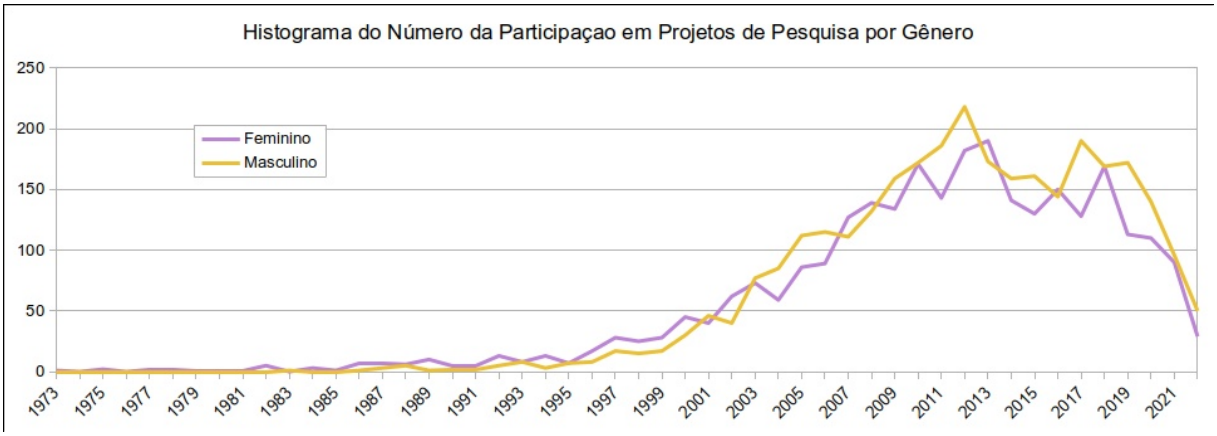
Temos assim, no comparativo entre as duas nuvens de palavras, que a centralidade é ocupada pelo termo ‘geografia”, seguindo de forma muito semelhante, o diferencial está na identificação do termo “formação” dentre os centrais termos abordados pelos projetos de extensão das pesquisadoras, enquanto que no conjunto da nuvem de palavras masculina esse termo aparece na nona posição com 35 aparições. Porém, os termos “urbano” e urbana” aparecem na nuvem de palavras de extensões masculinas mais próximos da centralidade, enquanto que na nuvem de palavras das extensões femininas esses termos ficam obscurecidos pela maior variedade de temáticas abordadas. De todo modo, a temática central para essa tese, o gênero, é periférico tanto nos projetos de extensão que as mulheres participaram como nos projetos de extensão com a participação masculina. Assim, a observação efetuada por Silva (2009) sobre a temática de gênero despertar pouco interesse de pesquisadores(as) do campo da Geografia, pode ser observada no campo da Geografia Urbana nos projetos de

extensão. Porém, existe uma ação efetiva das mulheres nesses projetos, de forma similar às observações efetuadas por Rissi, Carvalho e Rachid (2018), mas o que também pode ser observado como uma estratégia nas relações de disputas (Bourdieu, 1975) no campo da Geografia Urbana relacionada ao apelo social que a atividade extensionista possuem.

Dando continuidade a análise, tratamos os dados de projetos de pesquisa da mesma forma que a abordagem anterior. Dessa forma, do total de 5830 participações em projetos de pesquisa, 2798 foram identificados nos currículos femininos e 3032 nos currículos masculinos. Essa diferença aparenta ser relevante e a favor dos homens, mas se considerarmos o total de currículos de mulheres (407) e de homens (529) identificamos que em média cada mulher contabilizou 6,87 participações e os homens chegam a 5,73 participações em projetos de pesquisa. Significa assim dizer que cada pesquisadora se envolveu diretamente com um projeto de pesquisa a mais do que cada homem.

No que tange a distribuição temporal das participações em projetos, considerando o ano de início, temos a configuração apresentada pelo gráfico 19 a seguir:

Gráfico 19: Histograma do número de participações em projetos de pesquisa por gênero



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

O histograma apresenta que no decorrer dos anos o número de participações em projetos de pesquisa de homens, ainda que tenha algumas variações, passou a ser superior ao número de participações de pesquisadoras nesse tipo de projeto. Até 2003 o número de pesquisadoras envolvidas apresentou claramente ser maior que o número de pesquisadores, até esse ano elas haviam contabilizado 345 e eles somavam 211 participações. A partir de então, no transcorrer dos anos eles demonstraram ter maiores participações em projetos de pesquisa em cada ano, com exceção de 2008 e 2013, quando elas apresentaram maior número de participações.

Com relação a forma de participação, do total de projetos de pesquisa identificados nos currículos femininos (2798), em 35,81% elas participaram como colaboradoras e em 64,19% foram coordenadoras. Dentre os homens, do total de participações em projetos de pesquisa identificadas (3032), em 33,87% eles foram colaboradores e coordenaram 66,13%. Assim, com referência à forma de participação há certa proximidade aos percentuais dos dados de mulheres e homens, com uma pequena diferença, pois percentualmente eles coordenaram relativamente mais que elas.

Com o conjunto de títulos de projetos de pesquisa com a participação de homens e mulheres que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil, foram incluídos no processo de limpeza de *stop words* e separação desses em um conjunto de termos, o que possibilitou a criação das nuvens de palavras de projetos de pesquisa feminina e masculina (figura 24 e 25).

Figura 24: Nuvem de palavras de títulos de projetos de pesquisa identificados nos currículos Lattes de agentes femininos

geografia
espaço
urbana
análise
cidade
urbano
cidades
produção
trabalho
social
desenvolvimento
políticas
estado
estudo
projeto
espaços
espacial
socioespacial
urbanas
metropolitana
pesquisa
território
ambiental
territorial
dinâmica
formação
ensino
regional
turismo
município
rede
região
médias
novas
sociais
rio
gestão
mg
pr
educação
caso
uso
brasil
saúde
sul
sp
norte
pb
redes
programa
urbanização
reestruturação
transformações
serviços
centro
população
organização
planejamento
conflitos
territoriais
contexto
qualidade
área
projeto
recife
recursos
direito
regiões
impactos
públicas
práticas
local
informações
meio
processos
terra
paisagem
grupo
inovação
sustentável
dinâmicas
desafios
mobilidade
bacia
pequenas
regionais
municípios
habitacional
bairro
campo
economia
professores
violência
natureza
cultura
fortaleza
campina_grande
desigualdades
fundamental
escolar
questão
sócio
ms
rn
urbanos
contexto
formas
qualidade
área
mundo
cultural
econômicos
metropolitano
monitoramento
rio_de_janeiro
aprendizagem
conhecimento
avaliação
sustentabilidade
indústria
mudanças
londrina
grande
rural
história
política
estratégias
relações
atlas
rurais
escalas
processo
agentes
estrutura
econômica
patrimônio
industrial
territórios
cartografia
agricultura
socioambiental
belo_horizonte
comunidades
hidrográfica
relação
familiar
chpq
natal
produtiva
construção
metrópoles
ocupação
uberlândia
vida
mapeamento
superior
diagnóstico
geográfica
fluminense
escolas
socioespaciais
territorialidades
partir
novos
médio
espaciais
segregação
brasileiro
amazônia
sistema
estudos
comércio
consumo
porto_alegre
nordeste
nacional
observatório
geográfico
go
rs
ação
cotidiano
expansão
públicos
papel
áreas
brasileiras
escolar
fundamental
pa
ms
rn
brasileira
ambiente
dinâmica
superior
mapeamento
vida
regional
turismo
uberlândia
município
rede
região
construção
chpq
natal
produtiva
médias
novas
sociais
rio
hidrográfica
relação
familiar
territórios
cartografia
agricultura
socioambiental
belo_horizonte
patrimônio
industrial
econômica
agentes
estrutura
gestão
mg
processo
escalas
reprodução
gênero
sustentável
inovação
paisagem
grupo
terra
processos
pb
norte
redes
práticas
pública
programa
campina_grande
desigualdades
violência
natureza
cultura
fortaleza
professores
urbanas
metropolitana
sul
ação
cotidiano
expansão
públicos
bacia
pequenas
regionais
municípios
habitacional
bairro
campo
economia
mobilidade
dinâmicas
desafios
formação
ensino
território
ambiental
ambientais
urbanização
reestruturação
rio_de_janeiro
metropolitano
monitoramento
questão
sócio
ms
rn
urbanos
contexto
formas
qualidade
área
mundo
cultural
econômicos
conflitos
territoriais
projeto
recife
recursos
direito
regiões
impactos
públicas
práticas
local
informações
meio
pesquisa
brasileiras
escolar
fundamental
p

o que não impede uma correlação com a participação delas em projetos de extensão que demonstrou ter mais relação com a Geografia, com a educação, com o ensino e a formação, habilita-nos a afirmar que é a partir dos projetos de pesquisa que identificamos a intensidade da relação dessas mulheres com a Geografia Urbana.

Figura 25 – Nuvem de palavras de títulos de projetos de pesquisa identificados nos currículos Lattes de agentes masculinos

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Porém, como observado nas discussões teóricas, o gênero enquanto temática sofre certa resistência na Ciência, sendo que no campo da Geografia Urbana o reduzido número de abordagens correlacionando o gênero é também identificado. No decorrer da criação dessa representação, observamos uma multiplicidade de temáticas, recortes espaciais e temporais pesquisados, sendo que no conjunto desses dados o termo “gênero” foi identificado 23 vezes, ou seja, 0,08% dos projetos de pesquisa que as mulheres participaram.

A nuvem de palavras dos títulos de projetos de pesquisa que os homens integrantes do campo da Geografia Urbana participaram, segue uma linha muito próxima, relacionada às temáticas abordadas. São termos centrais na representação gráfica das palavras identificadas: “urbana” (266), “espaço” (261), “análise” (261), “cidades” (261), “cidade” (252), “urbano” (248) e “brasil” (209), todos com aparição superior a duzentas vezes. Nessa nuvem de palavras, o destaque à cidade(s) e ao espaço urbano é muito claro, demonstrando também ser relevante o recorte espacial “brasil” nos projetos de pesquisa com participação masculina. Do total desse

quantitativo de participações de homens (3032), o termo “gênero” aparece 12 vezes, o mesmo que corresponde a 0,4% dos títulos de projetos de pesquisa com participação masculina.

Ao retomarmos as atuações profissionais identificadas nos gráficos 13 e 14 desta seção, temos a sequência de atividades referentes à participação em conselhos, comissões e consultorias. Foram identificadas 1621 participações em 198 currículos femininos e 2158 participações em 253 currículos masculinos. Novamente, considerando o total de currículos Lattes de mulheres (407) e de homens (529), temos que em média os homens apresentam maior atuação nessa atividade com uma média aproximada de 4,08 participações, enquanto as mulheres participaram de conselhos, comissões e consultorias em média 3,98 vezes.

Na conjuntura de dados extraídos dos 936 currículos Lattes também foram identificados as atuações profissionais em cargos de direção e administração em 473 currículos, onde 41,65% se referem a preenchimentos femininos e 58,35% são masculinos. Foram identificados 2067 cargos, distribuídos de acordo com as categorias de instituição[83], representadas no gráfico 20.

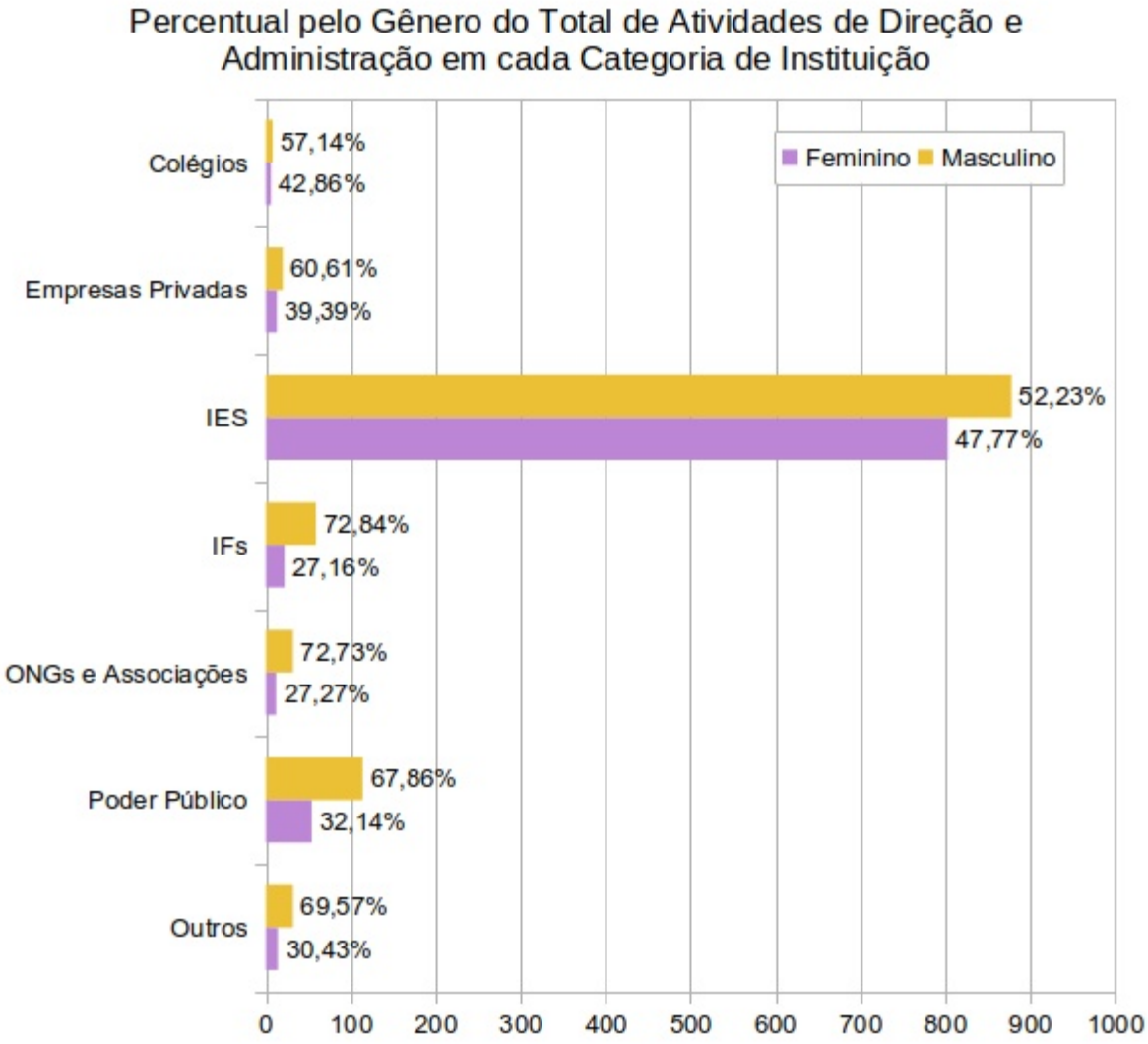
Há uma grande concentração das atividades de gerência e administração junto à IES, o que destaca o papel de influência de agentes que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil nos espaços universitários, ao tempo em que reverbera em capital institucionalizado ou político para o campo, assim como para o(a) agente no exercício dessa atividade, como observado por Bourdieu (2004a).

Essas atividades de direção e administração, foram identificadas 924 vezes em 197 currículos Lattes femininos, e dentre os homens a contatação foi de 1143 vezes em 276 currículos. Considerando o total de currículos de mulheres (407) e de homens (529), identificamos que a atividade de direção e administração como atuação profissional, foi exercida por elas em média de 2,27 vezes enquanto que os homens exerceram essa atividade em média cerca de 2,16 vezes cada um. Ainda que a diferença seja pequena, há nessa atividade uma superioridade feminina, o que denota forte atuação delas na aquisição de capital político.

---

[83]O agrupamento pelo tipo de instituição foi efetuado com o intuito de facilitar a compreensão da distribuição das atividades de gerencia e administração. Foram consideradas as seguintes categorias: Colégios (Ensino Fundamental e Médio); Empresas Privadas; IFs (Institutos Federais); IES (Instituições de Ensino Superior públicas e privadas); ONGs e Associações (Organizações não governamentais e associações profissionais); Poder Público (Governos, Secretarias, Companhias Estatais); e Outros (Fundações de apoio; institutos de pesquisa de natureza não identificada;e locais de preservação cultural).

Gráfico 20: Percentual de participação de agentes feminino e masculino em atividade profissional referente a direção e administração pelo tipo de instituição

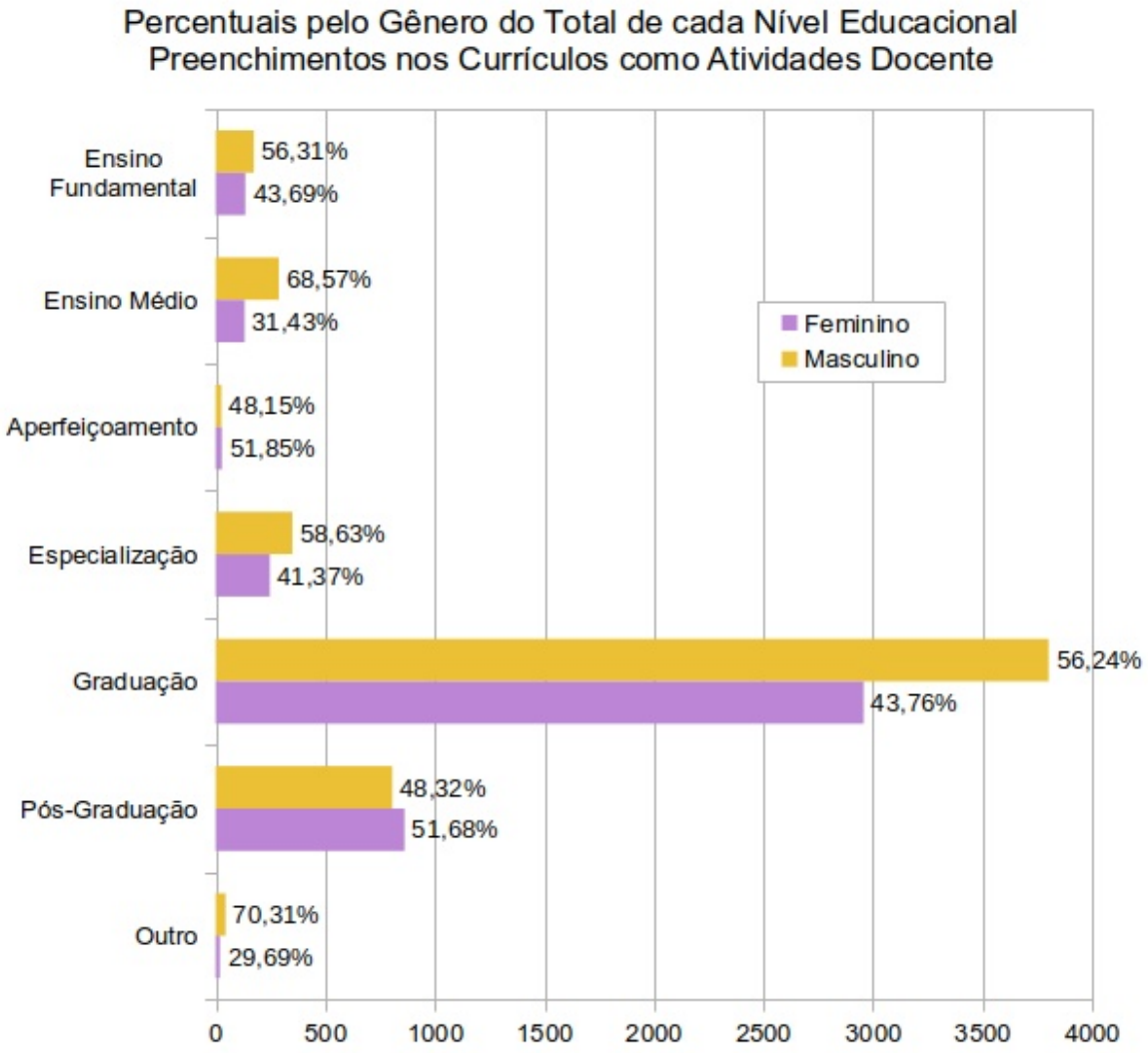


Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

A atuação profissional relacionada ao ensino, mais especificamente, a prática docente, foram identificados 9870 preenchimentos[84]. No total de currículos Lattes de pesquisadores e pesquisadoras do campo da Geografia Urbana no Brasil, em 24,57% dos homens e 28,75% das mulheres não foram identificados preenchimentos relativos à atividade docente e não apresentaram disciplinas lecionadas. O conjunto de dados referente à atividade em questão, sustentou a criação do gráfico 21 a seguir, e demonstra como estão distribuídas as atividades docentes identificadas, por nível de formação com as distribuições percentuais por gênero.

[84]Vale observar que o preenchimento deste campo por vezes incluem mais de uma disciplina ou atividade relacionado à prática docente.

Gráfico 21: Percentual de participação de agentes feminino e masculino por nível de formação educacional



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

É no nível da graduação que foi identificado o maior número de preenchimento correspondente a atividade profissional docente tanto entre homens como entre as mulheres. Mais necessariamente, a atividade de ensino apresentada pelas mulheres envolve 3116 disciplinas, dessas 7,67% se referem à Geografia Urbana. Frente aos dados disponibilizados pelos homens, foram identificadas 3986 disciplinas lecionadas, sendo 6,85% referente à Geografia Urbana. Demonstrando uma maior proximidade das mulheres com o ensino desse campo da Geografia.

Na pós-graduação apresentada como o segundo nível de ensino com maior atuação profissional de agentes do campo analisado, temos um direcionamento à prática de pesquisa destacando disciplinas de orientação de teses e dissertações, metodologia de pesquisa disciplinas orientadas para discussões teóricas referentes

às problemáticas elencadas pelos(as) discentes. Vale destacar que nesse nível de formação, há um número significativo de atuação de mulheres como docentes, e superando as atividades profissionais identificadas nos currículos de homens. Das 1668 atuações, elas representam 51,68% e eles chegam a 48,32% das atividades profissionais realizadas na pós-graduação.

Seguindo a sequência decrescente do número de atuações docentes identificadas, observa-se que nas especializações bem como no ensino médio, os homens apresentaram maior número de atuação profissional que as mulheres, sendo significativa a superioridade da prática docente masculina nos anos finais do ensino regular. No ensino fundamental houve também um maior número de atuação profissional de homens, mas com menor diferença frente aos dados das mulheres e com menor impacto na totalidade das atuações profissionais de agentes do campo da Geografia Urbana no Brasil. O mesmo ocorre nos cursos de aperfeiçoamento, onde há um maior número de atuações femininas, e nos cursos identificados como outros que se caracterizam por serem cursos de curta duração que não se enquadram nos demais níveis de formação, onde se observa uma relativa superioridade masculina.

Cada nível da escolaridade tem seu papel que é singular e extremamente importante na formação de sujeitos em nossa sociedade, ao termos como foco dessa tese compreender como o gênero compõe o campo da Geografia Urbana no Brasil, efetuando um recorte a pessoas que conhecem as regras intrínsecas ao campo e com formação ao nível de doutorado, passamos a dar maior atenção à pós-graduação stricto sensu. Nível de formação, cuja atuação profissional de mulheres apresentou ser superior à atuação masculina, para identificarmos maiores peculiaridades no mestrado e doutorado, passamos a observar as orientações realizadas por homens e mulheres do campo científico analisado.

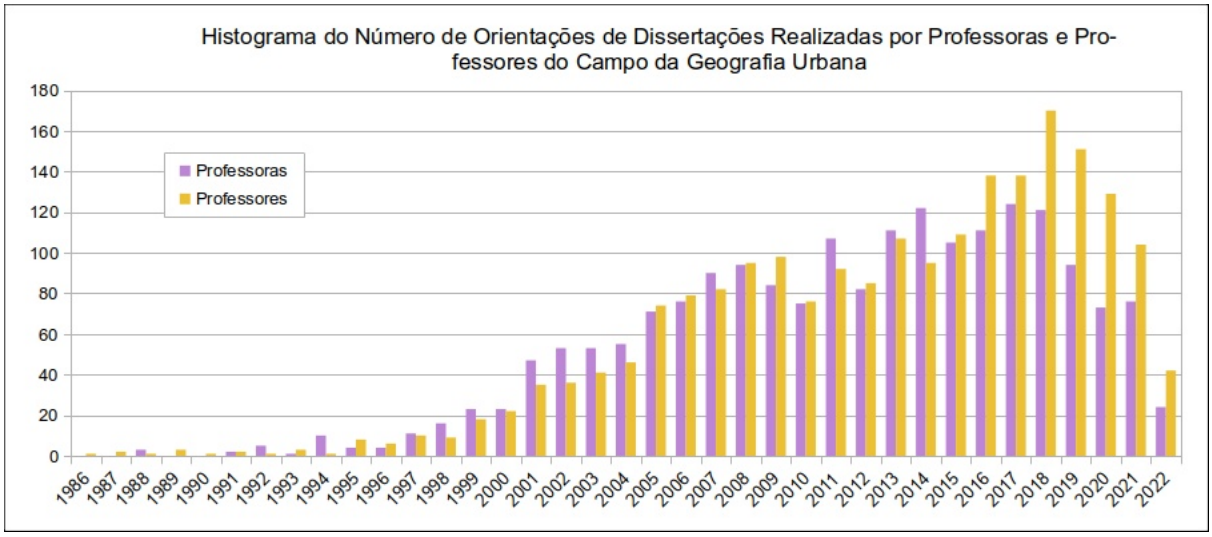
Como já destacado anteriormente, um dos pontos fundamentais para o fortalecimento de um campo é a transmissão da herança intelectual, essa atividade exercida pelos(as) docentes de cursos pós-graduação stricto sensu é fundamental. Nessa ação efetuada por agentes do campo da Geografia Urbana no Brasil, foi identificado ser exercida por 139 mulheres e 198 homens no mestrado e, no doutorado, foi identificado que a orientação de teses foi realizada por 80 mulheres e 83 homens.[85]

Ao todo, no nível de mestrado foram identificadas 4060 orientações efetuadas

por agentes que constituem o campo da Geografia Urbana. Desse montante, as 139 professoras orientaram 1950 dissertações, em média cada uma dessa mulheres orientaram 14,03 dissertações (1065 dissertações de mulheres e 885 de homens). Os professores de mestrado que integram o grupo de agente da Geografia Urbana (198), orientaram 2110 dissertações (1070 dissertações de autoria de mulheres e 1040 de autoria de homens), o que representa uma média de 10,66 orientações de mestrado cada um.

Ao voltar as atenções para a temporalidade da realização dessas orientações, o aumento do número de orientações no decorrer do tempo, o que tem relação com o tempo de formação de agentes observado no capítulo anterior. A primeira orientação realizada no mestrado, foi realizado por um professor no ano de 1986. Até 1989 os volumes ainda permaneceram baixos, sendo mais seis orientações de homens e três de mulheres, conforme mostra o gráfico 22:

Gráfico 22: Histograma do número de Dissertações realizadas por Professores e Professoras no campo da Geografia Urbana



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Na década de 1990 é possível observar maiores orientações por parte das professoras do que de professores, embora a incidência por ano tenha sido alternada, ao todo nesses dez anos, foram 76 orientações femininas e 59 orientações masculinas. Na década seguinte (2000-2009), o número de orientações feitas por mulheres também foi maior do que as orientações realizadas por homens, sendo 646

[85]Não foi possível realizar a espacialização dos dados referentes a orientações de teses e dissertações devido, a inconsistências dos dados, onde foram identificadas como localização a origem (cidade e estado) de quem orientou, como no campo do nome da instituição foi identificada a origem institucional da formação de docentes que integram o campo analisado e efetuaram as orientações.

orientações femininas e 608 orientações masculinas. O ano de 2009 foi o que mais obteve destaque na diferença de orientações entre homens e mulheres, sendo o primeiro com destaque visível para os professores.

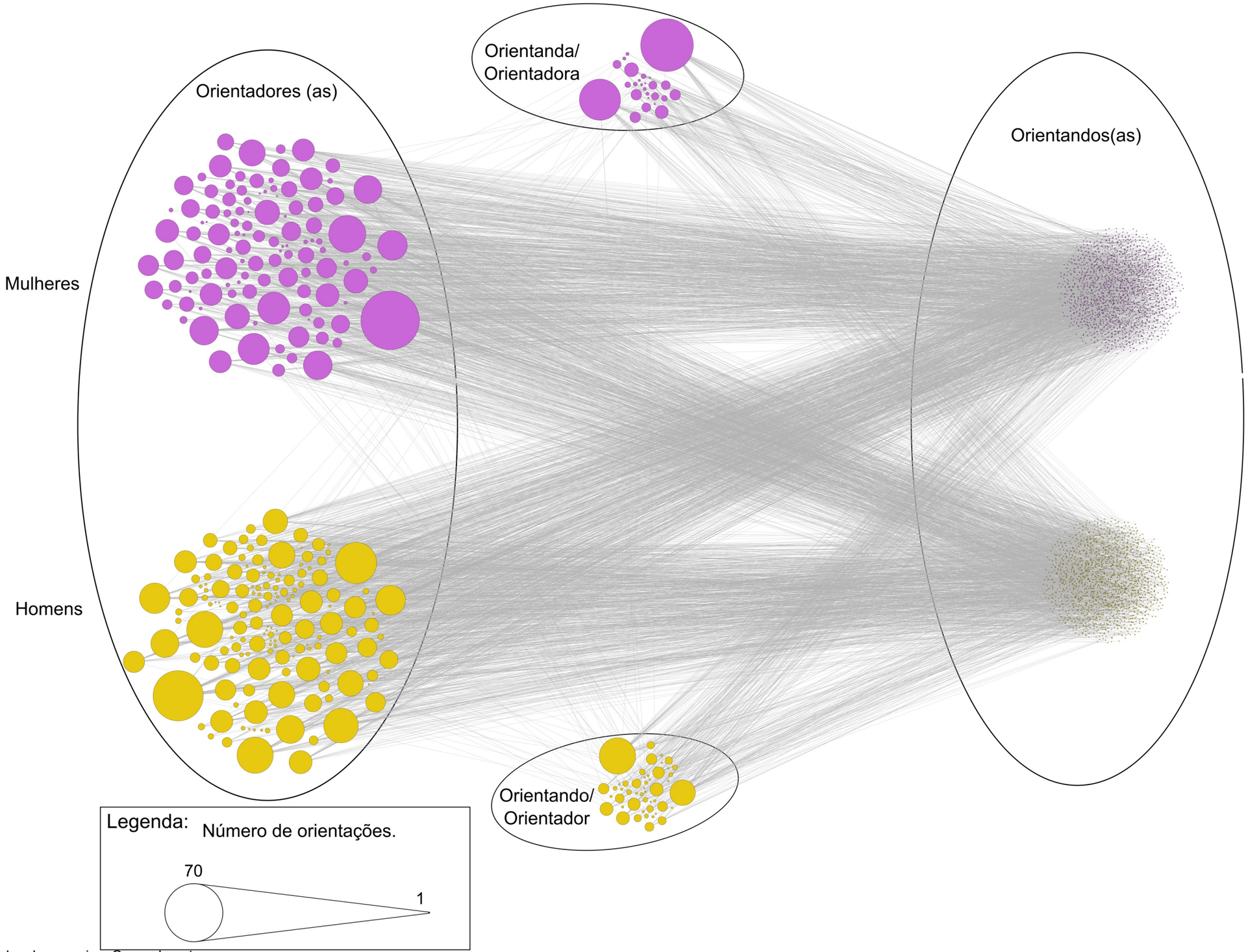
A partir de 2010 há uma mudança de cenário, e as décadas são marcadas por mais orientações masculinas do que femininas. Na década de 2010 (2010-2019), houve 1052 orientações femininas e 1161 orientações masculinas. Embora a diferença não seja grande, nota-se uma variação no padrão observado até aqui. Nos anos de 2011, 2013 e 2014 as mulheres orientaram mais que os homens, sendo que a maior diferença pode ser observada no ano de 2014. Por sua vez, nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 as orientações masculinas foram consideravelmente maiores que as femininas. Na década mais recente foi possível analisar 3 anos, 2020, 2021 e 2022, dos quais, as orientações masculinas ganharam destaque em todas elas. Ao todo, nesses anos, foram 173 orientações femininas e 275 orientações masculinas.

De modo geral, no período analisado de 1986 a 2022, quinze anos as mulheres orientaram mais que os homens: 1988, 1992, 1994, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2007, 2011, 2013 e 2014. Em 21 anos alternados, os homens foram os que mais orientaram e, em 1991, o número de orientações de dissertação para ambos foi equivalente. O crescimento mais acentuado de orientações tanto de professores quanto de professoras acontece a partir do início do século XXI, obtendo destaque pela orientação dos professores entre os anos de 2016 e 2019.

Porém a relação de orientação não se limita a essa distribuição temporal de orientações realizadas por agentes do campo analisado. Há uma configuração nesse jogo de relações, que procuramos representar na figura 26. Essa é composta pelo grafo constituído por orientadores(as), orientandos(as) e um conjunto de agentes que tiveram orientações de outros(as) agentes do do campo da Geografia Urbana.

A partir da análise do grafo é possível observar que tanto os homens quanto as mulheres tiveram orientandos e orientandas. Alguns dos orientandos(as) também passaram a realizar orientações. Quem mais orientou foi uma mulher, com 70 orientações, seguido de outra mulher que orientou 63 vezes. O homem que mais orientou realizou 60 orientações. Apenas nove mulheres apresentaram somente uma orientação, enquanto que 27 homens apresentaram apenas uma orientação. No conjunto de nomes de discentes foram identificados 26 nomes de professoras e 48 professores que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil, que habilitaram a criação dos dois grupos centralizados horizontalmente no cartograma.

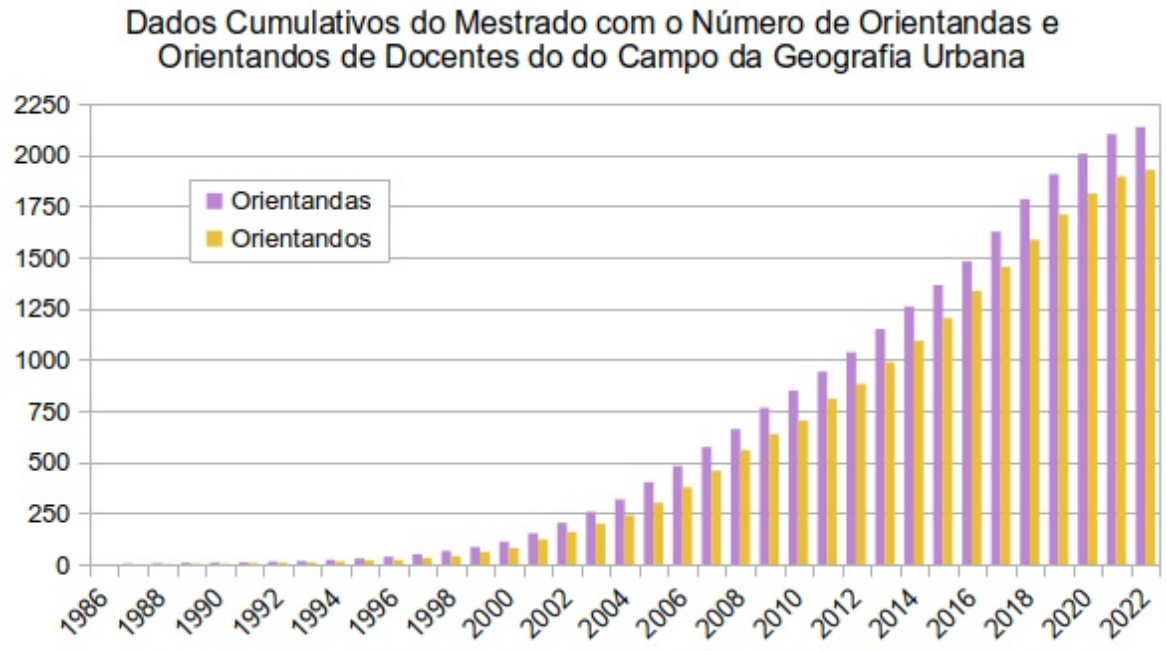
Figura 26: Grafo da genealogia acadêmica descendente do mestrado por gênero



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Se observar apenas para os nomes das pessoas que receberam orientação de agentes do campo da Geografia Urbana, identificamos que do total de 4060, 2135 são mulheres e 1925 são homens. O que poderia ser lançado como uma possibilidade para que em alguns anos em uma busca nos mesmos termos iniciais realizados para essa tese, apareçam maior número de mulheres do que de homens no campo da Geografia Urbana no Brasil. Afirmação que tem por base a distribuição cumulativa no decorrer do tempo do número de mulheres e homens que tiveram orientação de docentes do campo da Geografia Urbana no Brasil no nível de formação do mestrado (Gráfico 23).

Gráfico 23: Dados cumulativos do mestrado com o número de orientandas e orientandos de docentes do campo da Geografia Urbana



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Ao longo de todo o período apresentado pelo gráfico, a maior quantidade de orientações realizadas foi para estudantes mulheres, com destaque de quantidade em todos os anos. O que se pode observar é que à medida que o tempo vai passando, quanto maior é o número de orientações no mestrado maior é a diferença entre homens e mulheres. Embora exista uma quantidade crescente de orientandos e orientandas no período analisado, a quantidade de orientandas demonstra-se sempre superior.

Essa configuração referente a quem foi orientado por agentes do campo da Geografia Urbana no doutorado, demonstra-se de forma distinta. O número total de

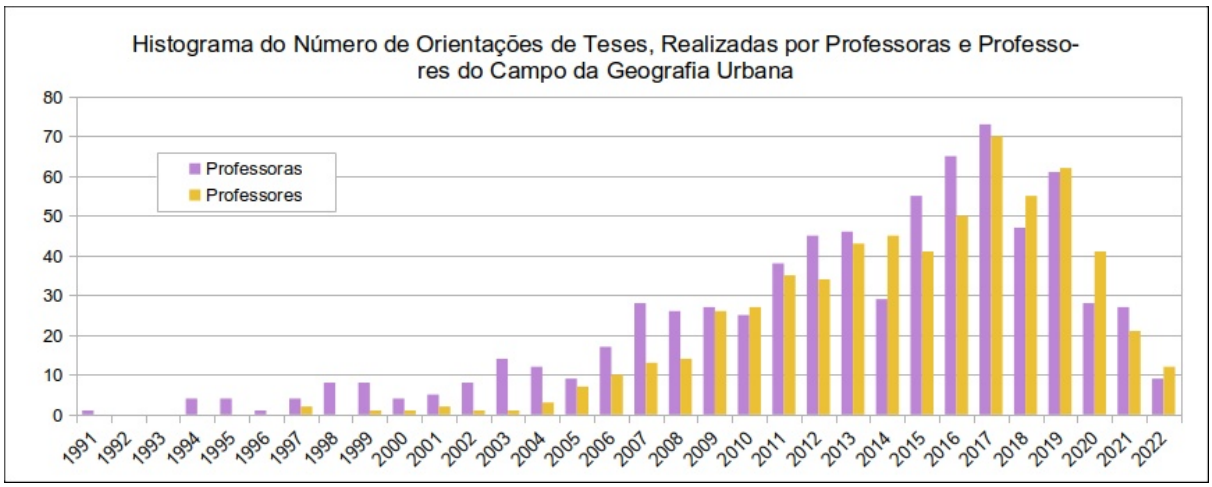
teses orientadas foi de 1345, sendo 714 de autoria masculina e 631 de autoria feminina. No conjunto de agentes do campo da Geografia Urbana atuantes no doutorado com orientações de tese, foram identificados 80 professoras e 83 professores. Quando inter-relacionamos esses dados observamos que as professoras orientaram 353 teses de autoria feminina e 375 de autoria masculina, enquanto que os professores se responsabilizaram pela orientação do doutorado de 278 mulheres e de 339 homens.

Contudo, do total de teses orientadas, foi possível identificar que dessas 54,13% (728) foram orientadas por mulheres e 45,87% (617) foram orientadas por homens. Assim chegamos à média de orientações, se considerado apenas os(as) agentes atuantes no doutorado, cada professora orientou 9,1 teses e os professores chegam a 7,4 teses cada um. No entanto, se a distribuição for efetuada para o total de currículos Lattes de mulheres e de homens, observamos que a media delas chegaria próximo de 1,8 cada uma, enquanto a média masculina elas não ultrapassa a 1,2 orientações.

A esse ponto da analise, foi possível identificar que da conjuntura de currículos Lattes analisado, 21% efetuaram orientações no mestrado e/ou no doutorado, sendo 140 mulheres e 199 homens. Especificamente no nível de doutorado, há numericamente maior orientações de professoras do que de professores.

A gráfico 24, demostra em números a quantidade de orientações de tese realizadas por professoras e professoras do campo da Geografia Urbana no transcorrer dos anos.

Gráfico 24: Histograma do número de orientações de Teses, realizadas por Professoras e Professores do Campo da Geografia Urbana



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

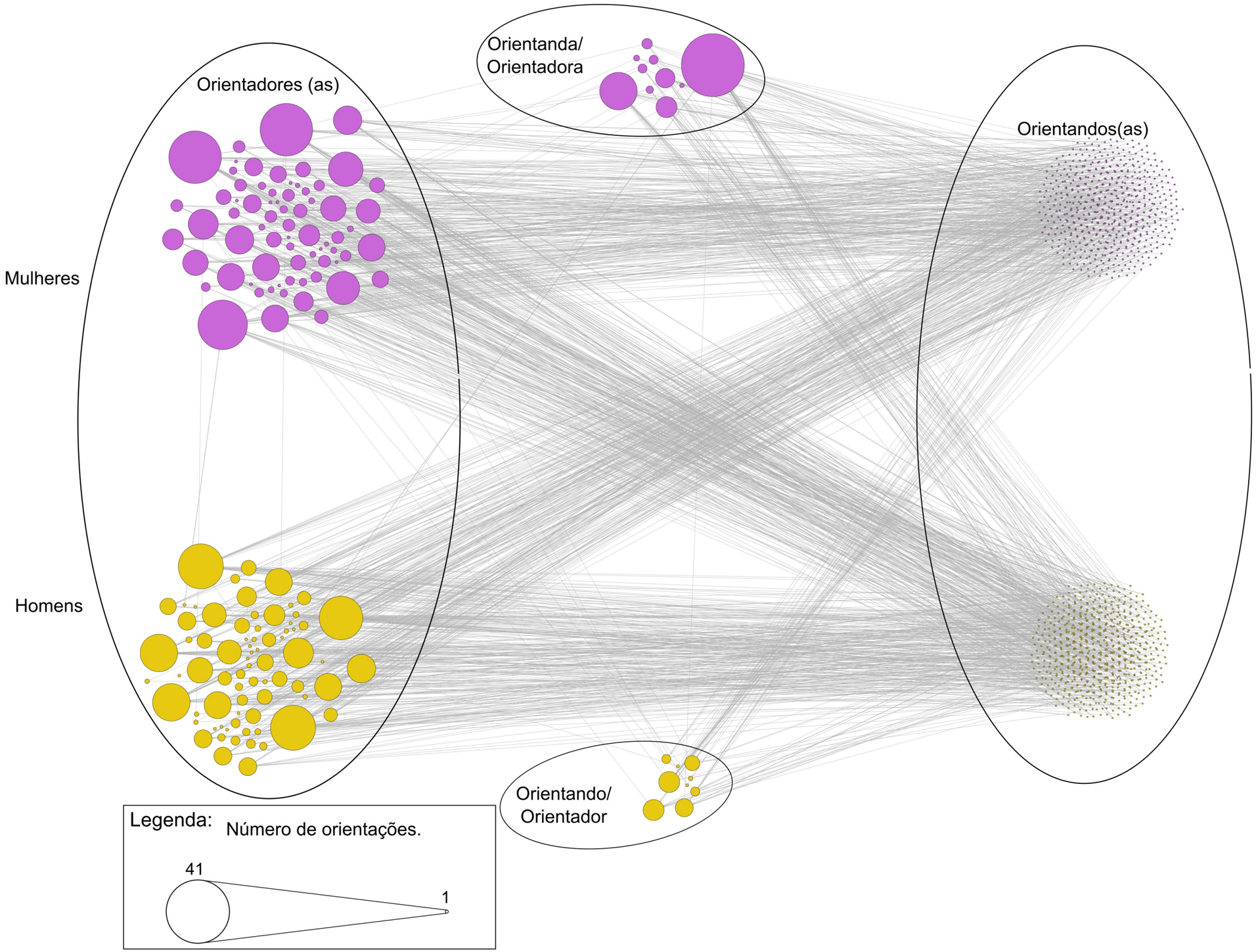
De acordo com o histograma, a primeira orientação de Tese foi realizada por uma Professora em 1991, seguido por dois anos sem nenhuma orientação (1992 e 1993). A primeira década (1991-1999) identificada no histograma é caracterizada majoritariamente pela presenta de orientações realizadas por mulheres, sendo que a presença masculina é identificada somente em 1997 e 1999. Nos anos 2000 (2000-2009) é possível observar um aumento no número de orientações, com destaque para as orientações realizadas por mulheres, que foram superiores em todos os anos, sendo que as principais diferenças podem ser observadas nos anos de 2003 e 2007.

A década de 2010 (2010-2019) é a que mais foram realizadas orientações de tese. Nesse período a presença de orientações de professores é mais volumosa, ainda que não seja superior a feminina. As orientações masculinas tem destaque nos anos de 2010, 2014, 2018 e 2019. O ano com mais orientações foi 2017, tanto de Professoras como de Professores. Já entre 2020 e 2022, as orientações femininas só foram maioria em 2021. Além disso, esses três anos da década de 2020 são marcados por uma linha decrescente de orientações, tanto de homens quanto de mulheres.

Essa atividade de propagação da herança intelectual é essencial para a manutenção como para a ampliação de um campo da ciência como observado por Sugimoto (2014). No campo da Geografia Urbana no Brasil os dados das orientações de doutorado foi a base para a construção do grafo da genealogia acadêmica descendente representado no grafo da figura 27, onde são exploradas as relações hierárquicas de orientadores(as) e orientandos(as).

No grafo identificamos que o maior volumede orientação se concentram em agentes mulheres, o que pode estimular questionamentos posteriores referente a transmissão da herança científica como extratégia por capital científico. Pois trata-se de uma ação como bem identificada por Bourdieu (2004a) como um fundamento essencial para a existência e manutenção do campo científico.

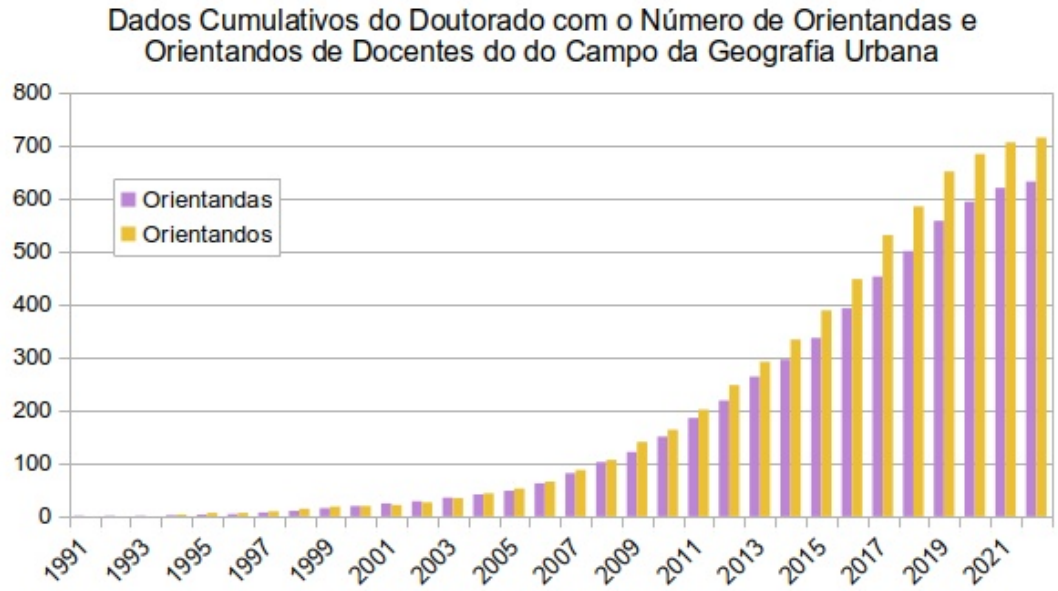
Figura 27 – Grafo da genealogia acadêmica descendente do doutorado por gênero



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Com a identificação do gênero a partir dos nomes discentes que receberam orientação ao nível de doutorado, ao conectarmos com o ano de conclusão do curso, foi possível criar o gráfico com dados cumulativos temporalmente de orientados e orientandas, exposto no gráfico 25.

Gráfico 25: Dados cumulativos do Doutorado com número de orientandas e orientandos de Docentes do campo da Geografia Urbana



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

A partir dessa representação é possível identificar que nos últimos anos a diferença entre o número homens e mulheres, concluintes de curso de doutorado, que tiveram orientação de agentes do campo da Geografia Urbana tem aumentado, destacando maior número de doutores do que doutoradas. Essa identificação vai ao encontro das observações dispostas por Silva (2009) ao identificar que nos altos níveis da Geografia há certa superioridade masculina, aqui identificamos isso na própria formação acadêmica. Temos, assim, aqui também a diferença identificada frente aos dados de pessoas que foram orientadas por agentes do campo da Geografia Urbana ao nível de mestrado, nível onde há de modo geral certa superioridade numérica de orientandas. A identificação dessa diferença, entre o mestrado e o doutorado, não deve ser vista como algo fixo ou imutável, mas como um desafio a todos pela busca da equidade de gênero no campo da Geografia Urbana no Brasil.

No transcorrer desta seção, através da análise das atuações profissionais apresentadas nos currículos Lattes de agentes do campo da Geografia Urbana no Brasil, foi possível identificar que há padrões distintos na forma como pesquisadoras e pesquisadores dão ênfase a determinadas atividades em detrimento de outras.

Os percentuais de preenchimento apresentados em currículos de homens demonstram maior intensidade em atividades como estágio, participação em conselhos, comissões, consultorias, direção e administração, e pesquisa e desenvolvimento. Enquanto isso, as mulheres demonstraram maior participação em projetos de modo geral, com maior interesse pelas atividades de extensão. Na atividade docente, os homens apresentam um percentual relativamente superior ao das mulheres, mas elas se destacam no ensino da Geografia Urbana na graduação e na atuação em nível de pós-graduação.

No tocante às temáticas identificadas a partir de títulos de projetos de pesquisa, observa-se que as mulheres integraram propostas relacionadas ao campo da Geografia, enquanto os projetos com a participação de homens tendem a centralizar a atenção no recorte espacial nacional. Os projetos de extensão que contaram com mulheres que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil demonstram relação direta com a formação, enquanto a participação masculina na extensão revela certa permanência e conectividade a termos como "urbano" e "urbana". A conjuntura de projetos com a participação de agentes do campo analisado reforça um envolvimento mais amplo das mulheres na extensão universitária com ações conectadas à educação e formação.

Seguindo nesse sentido, em nível de pós-graduação stricto sensu, foi abordada a transmissão da herança intelectual com os grafos da genealogia acadêmica descendente no mestrado e no doutorado, conforme proposto por Sugimoto (2014). No primeiro observamos que, apesar do maior número total de orientadores homens, as professoras orientaram em média mais dissertações; além disso, o número acumulado de orientandas foi superior ao de orientandos. O cenário da transmissão da herança intelectual em nível de doutorado mostra-se divergente em relação ao mestrado, pois, ainda que as mulheres tenham apresentado média de orientação superior à dos homens, na análise temporal há um crescimento recente no número de orientação de doutores que supera o número de doutoras, conectando-se às ideias dispostas por Silva (2009) quando observa que os mais altos níveis da academia são ocupados por homens.

Na próxima seção, avançaremos sobre a produção de artefatos, compreendidos como livros, capítulos de livros e artigos publicados em periódicos, produzidos pelas pesquisadoras e pesquisadores que constituem o campo analisado. Trata-se, assim, de analisar essa ação como uma estratégia de homens e mulheres nas disputas por capital científico (Bourdieu, 2004a).

4.2 ARTEFATOS PRODUZIDOS POR AGENTES DO CAMPO DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL

Essa seção objetiva explorar dados referentes aos artefatos produzidos por agentes que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil. Mais especificamente, serão abordados os dados extraídos a partir do *script python LucyLattes*, de capítulos de livros, livros e artigos publicados em periódicos. Para cada tipo de artefato são abordados o ano de publicação, a rede de coautores do campo da Geografia Urbana e o conjunto de termos abordados a partir dos títulos. Para os artigos também serão exploradas as qualificações dos periódicos onde esse artefato foi publicado tendo como base o quadriênio 2013-2016 do Qualis CAPES. A produção do conjunto de artefatos de agentes do campo da Geografia Urbana é aqui tratada de acordo com as proposições de Bourdieu (1975, 2004a), sendo assim, é compreendida como uma das estratégias utilizadas para a aquisição de capital científico no campo analisado.

Na abordagem inicial dessas produções surgiu a ideia de identificar o gênero de todo conjunto de pessoas que participaram diretamente das publicações como coautores(as), porém se revelou inviável a partir da identificação de um grande volume de coautores(as) com os nomes abreviados, o que necessitaria uma busca pelas editoras passando a escapar do escopo dessa tese. Centralizamos, assim, as atenções ao conjunto de dados dos currículos de agentes que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil. Essa seção está dividida em subseções, abordando consequentemente, capítulos de livros, livros e artigos publicados em periódicos.

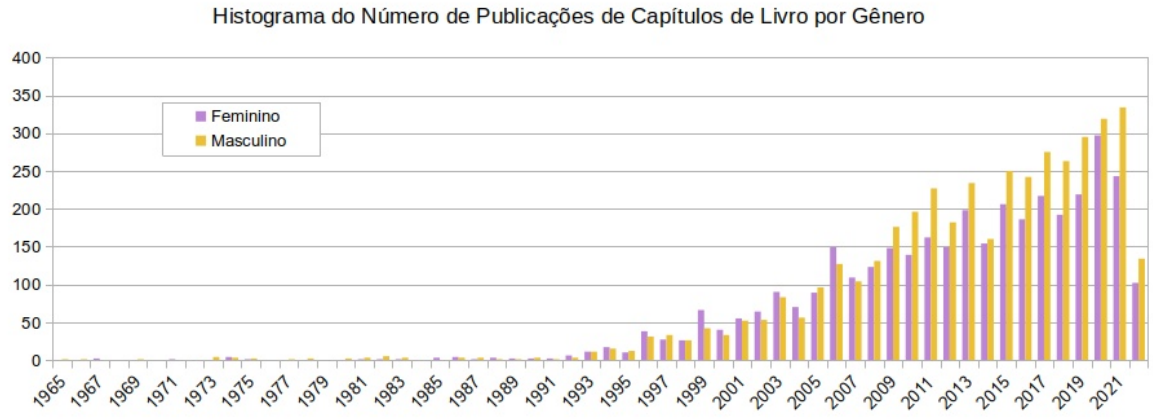
4.2.1 Capítulos de livros publicados pelos(as) agentes

Considerando todas as publicações independente de autoria principal ou coautoria, foram identificadas 7866 publicações de capítulos de livros, sendo 46,15% (3630) femininas e 53,85% (4236) masculinas, consequentemente em 343 currículos Lattes de Mulheres e em 433 de homens. Essa superioridade percentual de publicações masculinas, logo é deslegitimada ao levar em consideração o total de currículos de mulheres (407) e de homens (529) analisados por essa tese, identifica-se que a média de publicações das mulheres é próxima de 8,92 publicações e os homens apresentam uma média de 8 capítulos de livros, considerando todo o período a partir da primeira publicação em 1965.

Nesse sentido, as publicações de capítulos de livros interpretadas como um artefato científico (Pinto, 2022) do campo analisado, que se fundamenta como uma

estratégia para a aquisição de capital científico (Bourdieu, 2004a) são uma prática predominantemente feminina. Ainda que na distribuição temporal apresentada no gráfico 26 exista certa superioridade de publicações de autores no transcorrer do tempo.

Gráfico 26: Histograma do número de capítulos de livros publicados por homens e mulheres que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

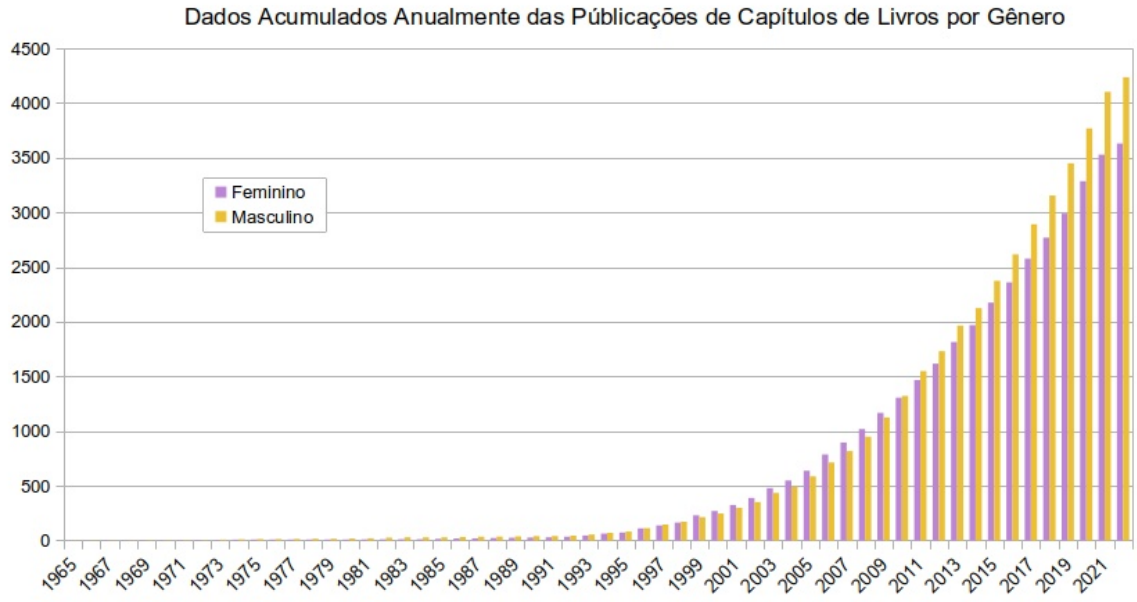
Nesses 58 anos, a média de publicações do grupo de mulheres é de 62,59 capítulos de livros por ano, enquanto que o conjunto de homens contabilizou uma média anual de 73,03 capítulos publicados. Até o fim da década de 1980, o total de capítulos de livros de agentes do campo da Geografia Urbana não chegava a uma centena, com relativa superioridade masculina no número de publicações. Nesse período as mulheres contabilizam 24 capítulos de livros e os homens totalizam 36 publicações. Na década de 1990, há um aumento significativo no número de capítulos de livros publicados, principalmente de autoria de mulheres que somaram 205 publicações, enquanto os homens somaram 177. Na década de 2000 o número de publicações de mulheres aproxima-se de mil chegando a 937, sendo superior ao número das divulgações científicas do artefato em questão, com a autoria de homens que chegam a 911 publicações. A década de 2010 é quando ocorre o maior número de publicações, passa a ter maior número de autoria masculina que chegou a 2325, enquanto as mulheres chegaram a 1822 publicações. Nos três anos iniciais da década decorrente, há ainda uma superioridade do número de publicações masculinas que totalizam 787 publicações, enquanto as mulheres tiveram a autoria de 642 capítulos de livros publicados.

A partir do gráfico é possível observar que o aumento das publicações de

capítulos de livros tem relação direta com a formação no nível da pós-graduação de agentes que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil, há também interferência das políticas nacionais implantadas para apoiar esse nível de formação acadêmica, juntamente com a mercantilização da produção científica dada a influência do mercado na Ciência conforme observado nos debates teóricos.

A contabilização do conjunto de dados possibilitou criar o gráfico 27, que demonstra o volume de publicações acumuladas no decorrer dos anos, o que torna possível identificar quando ocorre a alteração, passando a ter maiores publicações de capítulos de livros de autoria masculina no conjunto de agentes do campo da Geografia Urbana no Brasil.

Gráfico 27: Dados cumulativos de publicações de capítulos de livros de autoria de mulheres e homens do campo da Geografia Urbana no Brasil



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

A partir dessa exposição dos dados de forma cumulativa, identifica-se que até o ano de 2009 havia uma pequena diferença relacionada ao gênero, com maior número de publicações de capítulos com autoria de mulheres. No ano de 2010 pode ser observado que há visualmente uma igualdade no total de publicações masculinas e femininas, o que no ano posterior passa a ter maior número de capítulos de livros de homens. Desde então, o acréscimo de publicações com a autoria de homens é significativamente superior à contabilização de capítulos de livros com a autoria feminina.

Contudo, as divulgações de pesquisas no formato de capítulo de livro, como de outras formas, podem ser realizadas individualmente ou em coautoria. Quanto a

essa composição, foi observado primeiro que das 7866 publicações, 3663 foram de autoria única, sendo 1608 de autoria feminina e 2055 de autoria masculina. Dessa forma, 4203 capítulos de livros contaram com coautores. Nesse conjunto, as mulheres participaram em trabalhos com dois ou mais autores(as) 2022 vezes, enquanto os homens fizeram parte de trabalhos com coautores em 2181 vezes. Desse conjunto foi possível identificar que em 962 publicações a autoria principal era de uma mulher que constitui o campo da Geografia Urbana, em outros 1024 a autoria principal foi de um agente masculino do campo analisado.

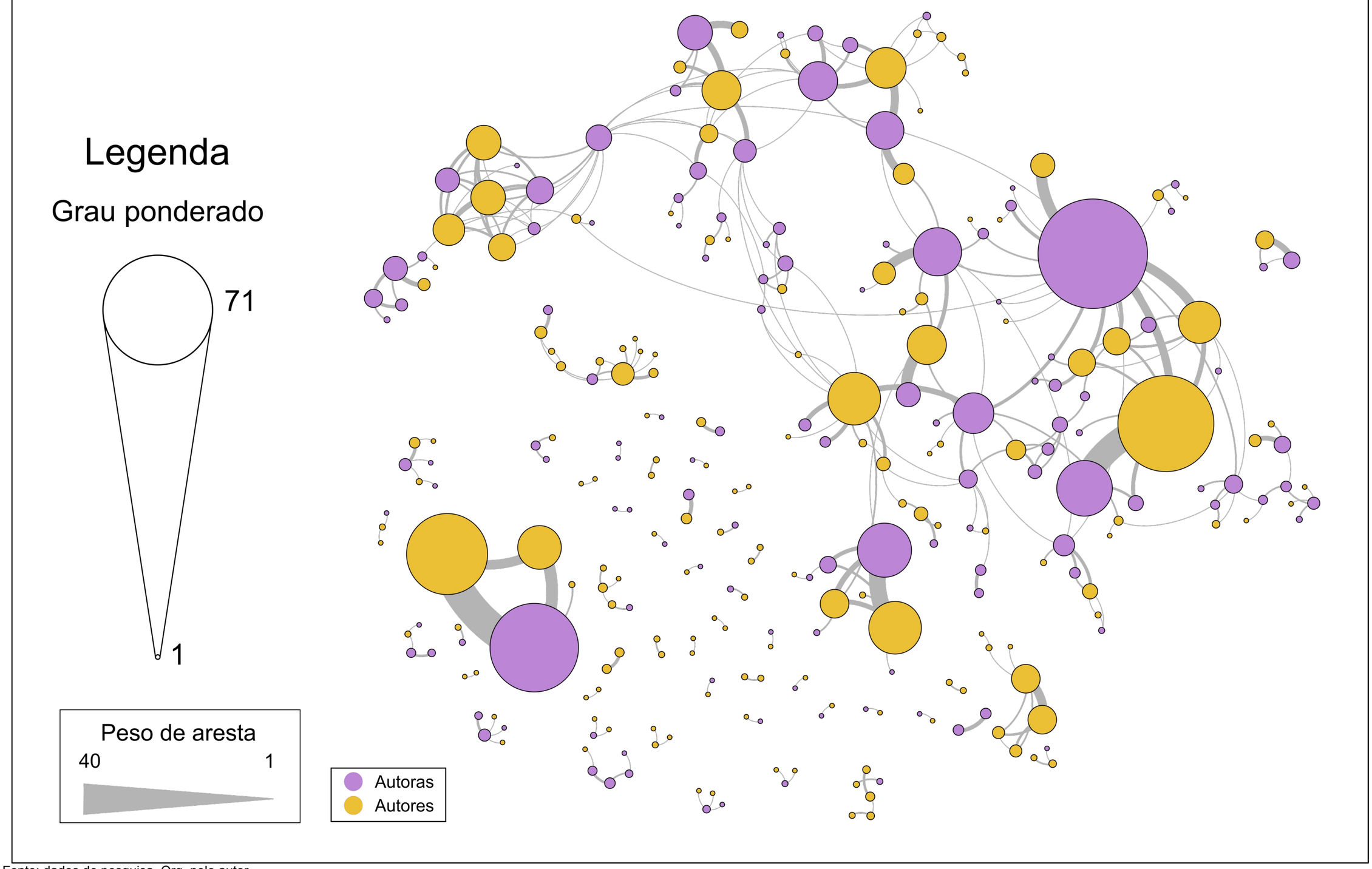
Frente a esses dados, procuramos identificar a composição das publicações com coautoria, de forma próxima ao trabalho efetuado por Barcelos (2010) com artigos da RGB. Porém, a ideia para a presente tese é identificar a relação coautoral entre pesquisadores e pesquisadoras que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil. Para isso, a primeira ação foi efetuar a identificação de nomes de coautores(as) no conjunto de publicações de cada agente. Nesse momento constatamos o problema atrelado à abreviação de nomes nos currículos, o que impede a identificação da autoria dos trabalhos. Ainda assim, ffoi possível identificar através de ajustes com o *software OpenRefine*. Com isso, chegamos ao grafo de coautoria de capítulos de livros de agentes do campo da Geografia Urbana, exposto na figura 28.

Nesse grafo, cada nó representa um(a) autor(a), seu tamanho (frequência) foi determinado pelo grau ponderado, que soma o número de conexões com outros nós e sua intensidade, além disso, os nós na cor roxa se referem às mulheres e os amarelados se referem aos homens.

Ao todo foram identificadas 322 conexões entre 283 agentes, sendo 155 homens e 128 mulheres que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil. Levando em consideração o número de participantes, pode ser observada na representação a existência de um grupo central que é composto por 146 agentes (80 mulheres e 65 homens) e 225 conexões. Outros pequenos agrupamentos também podem ser observados, e comportam até doze agentes

Outro ponto que deve ser destacado é a centralidade de uma autora com um grau ponderado de publicações significativas no grupo central da rede e uma autora compondo o maior peso de conexão com um intenso número de publicações. De modo geral, o grafo de autorias apresenta grande importância nas disputas por capital científico, apresentando uma participação feminina superior à masculina.

Figura 28 – Grafo de coautorias de capítulos de livros publicados por homens e mulheres do campo da Geografia Urbana no Brasil



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Referente às temáticas problematizadas nos capítulos de livros, as figuras 29 e 30, abordam os termos extraídos dos títulos de cada publicação de autoria de mulheres e homens.

Figura 29 – Nuvem de palavras de títulos de capítulos de livros de autoria de mulheres

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Figura 30 – Nuvem de palavras de títulos de capítulos de livros de autoria de homens

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Pode ser identificado que há certa diferença relacionada ao número de vezes que os termos centrais aparecem nas nuvens de palavras de capítulos de livros publicados por mulheres e por homens. Dentre os dez termos centrais nas publicações femininas estão: cidade (414); geografia (332); espaço (319); urbana (307); brasil (282); urbano (231); cidades (210); produção (166); análise (152);

ensino (150). Nas publicações masculinas os dez termos com maior identificação foram: cidade (457); brasil (369); espaço (360); geografia (352); urbana (305); urbano (277); análise (238); cidades (226); território (218); região (194).

Os termos centrais possibilitam identificar que pode haver muito mais semelhanças do que diferenças entre as duas imagens com o conjunto de termos identificados em títulos de capítulos de livros. Num comparativo, identifica-se que oito dos dez termos em destaque de um grupo estão entre os destaques do outro. Dentre os capítulos de mulheres estão o termo ensino e produção que não são identificados entre os dez termos centrais dos títulos de capítulos publicados pelos homens. Enquanto os termos região e território estão no grupo de termos centrais, nesse tipo de publicação entre os trabalhos de homens e não são identificados entre os dez que mais aparecem nos trabalhos das mulheres. Vale observar que o termo gênero foi identificado 24 vezes no conjunto de títulos de trabalhos de autoria feminina e 19 vezes nos títulos de capítulos publicados por homens.

Nesta subseção foi possível identificar que as publicações de capítulos de livros de agentes que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil, se concentram nas duas últimas décadas, momento coincidente com o maior número de publicações de homens do que de mulheres, que vinham mantendo uma ligeira vantagem nos anos anteriores. Através da conjuntura das publicações de capítulos identificados nos currículos Lattes analisados, pudemos visualizar uma rede de coautorias que envolvem tanto homens quanto mulheres, mas havendo uma clara centralidade delas na composição das redes de contribuições identificadas. Por fim, os termos abordados pelos títulos de publicações abordadas por essa subseção demonstram muito mais proximidade do que distanciamento, com ligeira vantagem quantitativa às mulheres, mas onde o gênero passa despercebido frente às outras temáticas abordadas.

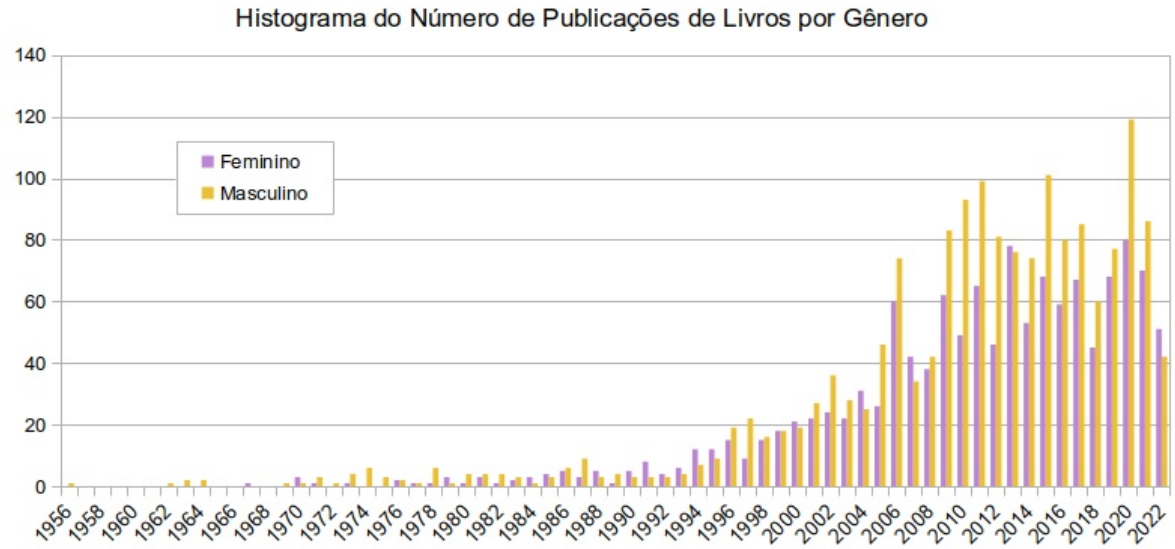
A próxima subseção aborda o montante de livros de autoria dos(as) agentes, identificando a intensidade da utilização dessa estratégia de publicação entre nomens e mulheres que constituem o campo analisado.

4.2.2 Livros publicados pelos(as) agentes

Nessa subseção serão abordados os livros publicados por agentes que constituem o campo da Geografia Urbana no Brasil. Foram considerados os livros publicados de forma independente, seja de autoria principal ou em coautoria, totalizando 2959 livros. Desse conjunto, 43,66% (1292) foram publicados por pesquisadoras e 56,34% (1667) por pesquisadores. As publicações estão presentes em 246 currículos Lattes de mulheres, entre os 407 identificados, e em 321 currículos de homens, entre os 529 identificados por esta tese.

Ao considerar o total de currículos nos quais foram identificadas publicações de livros, a média de livros publicados por mulheres é de 5,25, enquanto para os homens é de 5,19, o que de início demonstra uma ligeira vantagem feminina. Ao passarmos a considerar a temporalidade das publicações, o histograma representado no gráfico 28 demonstra a evolução do número de publicações de livros de autoria de agentes (homens e mulheres) ao longo dos anos.

Gráfico 28: Histograma do número de livros publicados por homens e mulheres que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Em 1956 foi identificado apenas um livro publicado por um homem. Na década posterior, dentre os homens foram constatadas seis publicações masculinas e uma feminina que ocorreu em 1967. Na década de 1970, os homens publicaram 28 livros e as mulheres chegaram a doze publicações. Nos anos de 1980 os homens contabilizaram 41 livros publicados enquanto as mulheres chegaram a 28. Os últimos dez anos do século passado são marcados por um empate no número

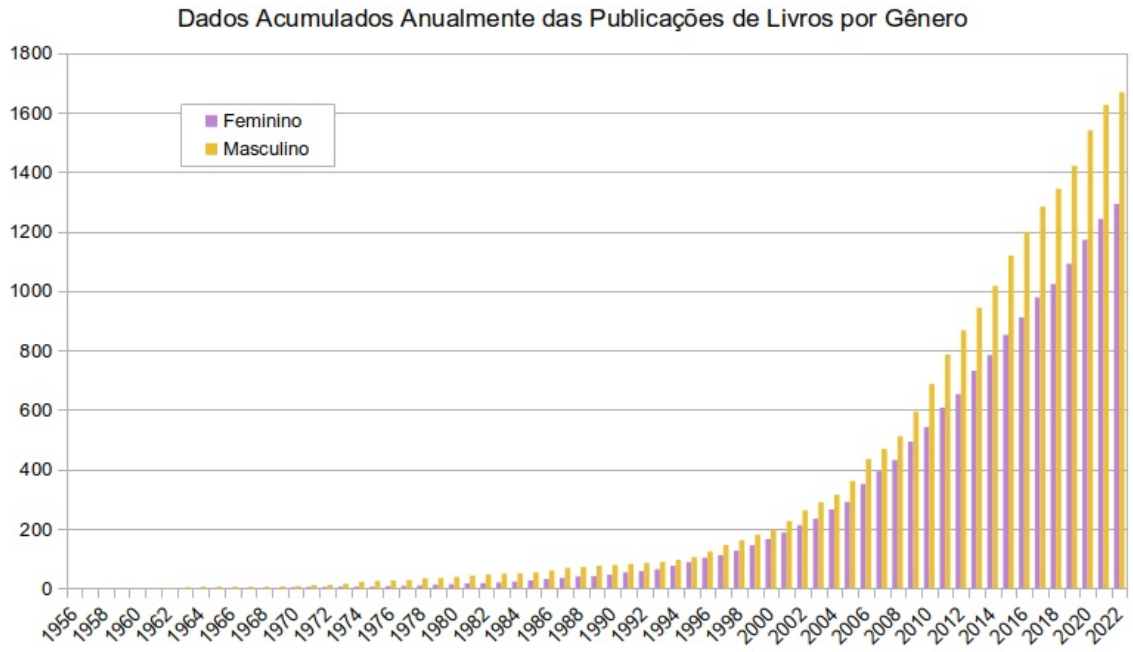
de publicações, quando tanto homens quanto as mulheres publicaram 104 livros. Mas logo no início do século decorrente os homens chegaram a 414 publicações desse tipo de artefato, e as mulheres totalizaram 348 livros publicados.

Entre 2010 e 2019 há um maior avanço da publicação masculina com 826 livros e as mulheres, ainda que tenham demonstrado ter um aumento de publicações com 598 livros, demonstraram ter um volume inferior ao dos homens. Nos três anos iniciais da década recorrente, aparenta estar próximo de uma reação feminina quanto ao número de livros publicados. Elas apresentaram nestes três anos 201 publicações enquanto eles chegaram a 247.

Ao longo dos anos a quantidade de publicações torna-se semelhante entre os gêneros, evidenciando a existência de um crescimento proporcional, ao se considerar o número de currículos de mulheres e de homens com livros publicados. Porém, ao considerar o ano do primeiro livro publicado dentre os homens e o primeiro livro dentre as mulheres, identifica-se que a média de publicação anual de livros de autoria masculina chega a 24,88, enquanto a média de publicação de livros de autoria feminina é de 23,07 por ano.

A análise dos dados cumulativos anuais demonstra a evolução do número de publicações de livros por gênero, ou seja, traz o crescimento contínuo à medida que os valores acumulados dos anos anteriores são somados. Conforme apresentado no Gráfico 29, observa-se a predominância masculina em todos os anos.

Gráfico 29: Dados cumulativos de publicações de livros de autoria de mulheres e homens do campo da Geografia Urbana no Brasil



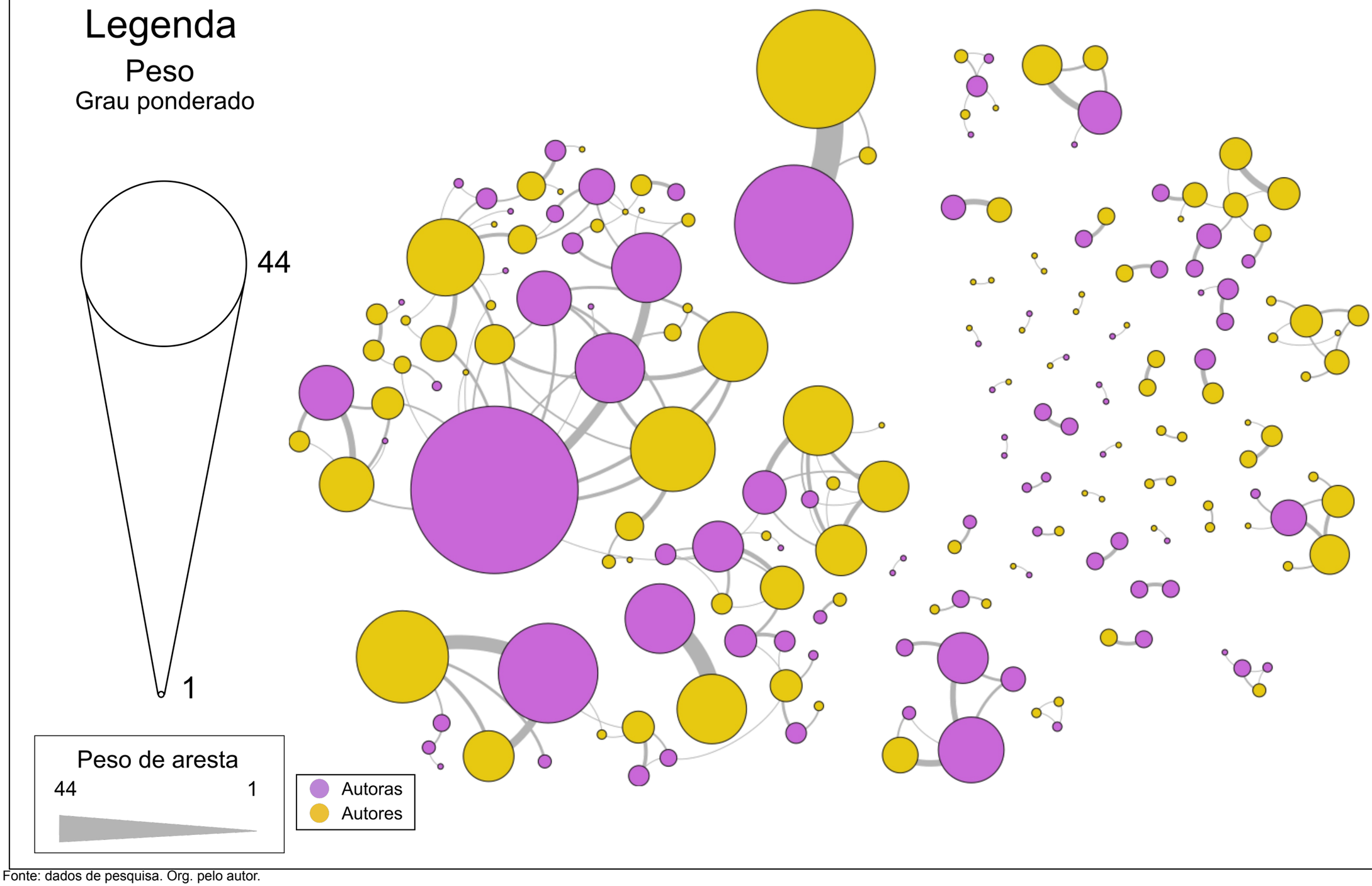
Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

De 1956 até a década de 1980, mostrou haver um número relativamente baixo de publicações, mostrando que a produção de livros nessa temática era muito limitada. Porém, a partir dos anos 1990, houve um aumento significativo nesse ritmo de crescimento, que se acelerou ainda mais após os anos 2000, principalmente a partir de 2005. Assim como na figura anterior, o número de publicações masculinas continua superior ao de mulheres. Na última década, o crescimento se tornou mais acentuado, demonstrando uma maior produção acadêmica desse artefato.

Na Figura 31, é retratado um grafo de colaboração entre autores na publicação de livros, sua construção parte da identificação de nomes apenas de integrantes do campo da Geografia Urbana, ou seja, são de agentes com currículos Lattes no conjunto de 936 currículos, base para esta tese. No onde os nós (círculos) são os pesquisadores e pesquisadoras e as arestas (linhas) indicam as conexões existente entre eles por meio das coautorias. A pesquisadoras estão representadas pela cor roxa, enquanto os pesquisadores estão destacados em amarelo. Além disso, o tamanho dos nós foi propiciado pelo grau ponderado que contabiliza o número de conexões, considerando sua intensidade. Ou seja, quanto maiores os círculos, maior é o número de colaborações entre os autores(as).

Os clusters de colaboração com muitas conexões indicam que alguns autores(as) trabalham juntos de forma frequente, enquanto os grupos menores e mais dispersos refletem redes com menos colaborações, ou seja, com menos coautores e, consequentemente, menor número de livros publicados. A distribuição de gênero mostra que ambos, homens e mulheres desempenham papéis centrais nas redes de pesquisa e publicação do artefato em questão.

Figura 31 – Grafo de coautorias de livros publicados por mulheres e homens do campo da Geografia Urbana no Brasil



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Das publicações com coautoria, em 1166 delas, o(a) agentes do campo da Geografia Urbana foram identificados(as) como autoria principal. Dentre essas, 545 publicações tinham uma mulher como autora principal, e em contrapartida, 621 tinham um homem como autor principal. Esse volume numérico absoluto obscurece a centralidade feminina na composição do grafo de coautorias de livros publicados, onde fica claro a importância feminina na composição de produtores desse artefato, o que remete a identificação tanto em relação a volumes de publicações, como com relação ao número e peso de conexões, onde elas estão na dianteira em utilizar a publicação de livros como estratégia nas disputas por capital científico.

Porém, essa ação apresenta-se no amago de um mesmo campo do conhecimento, bastando identificar as temáticas abordadas a partir dos termos contidos nos títulos das publicações. Para apresentar os principais termos extraídos dos títulos dos livros publicados por homens e mulheres, foram elaboradas as Figuras 32 e 33, que consistem em nuvens de palavras.

Figura 32 – Nuvem de palavras de títulos de livros publicados por mulheres

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Figura 33 – Nuvem de palavras de títulos de livros publicados por homens

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

As nuvens de palavras destacam os temas centrais da Geografia Urbana, com foco em educação, políticas públicas e desafios sociais. Termos como “cidade”, “urbana”, “geografia” e “espaço” se apresentam com destaque e dão ênfase na organização e na dinâmica dos espaços urbanos. De modo geral, a análise sugere que esses livros abordam as cidades e o ensino da geografia de forma crítica, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais.

A próxima seção é direcionada à análise dos artigos científicos publicados em periódicos. O destaque relacionado ao gênero passa a demonstrar novas nuances, destacando a publicação de artigos como artefatos da estratégia por capital científico, utilizado por homens e mulheres do campo da Geografia Urbana no Brasil.

4.2.3 Artigos publicados em periódicos pelos(as) agentes

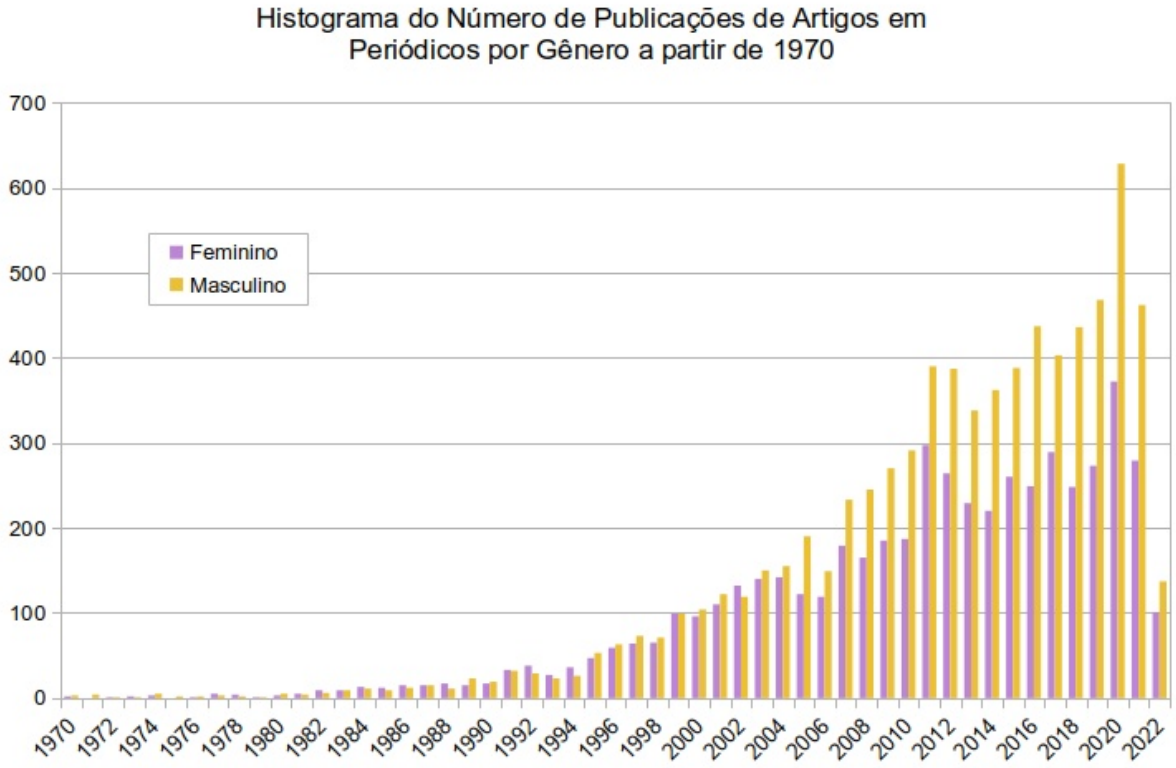
Essa subseção objetiva explorar os dados referentes aos artigos publicados em periódicos que foram extraídos do conjunto dos 936 currículos do campo da Geografia Urbana no Brasil. Ao todo foram identificadas 12770 publicações de artigos, sendo 7495 em 492 currículos Lattes de homens e 5275 em 368 de mulheres. Assim, identifica-se assim que em 6,99% dos currículos masculinos e em 9,58% dos currículos femininos esse tipo de publicação não foi identificado. Quem teve um maior número de publicações foi uma mulher com 147 participações em artigos, mas, quando se estende a observação, a diferença na distribuição do número de publicações é relativamente grande. Primeiro pelo fato que a décima

pessoa com maior número de participações nessas publicações, contabilizou 88 artigos; segundo perpassa pela identificaçãop de que das dez pessoas que mais publicaram artigos científicos sete são homens.

Na tentativa de uma aproximação da proposta de Price (1951), observamos que cerca de 24,17% dos artigos de autoria de mulheres são publicados pela raiz quadrada do número de mulheres que constituem o campo da Geografia Urbana. Frente aos dados masculinos, identifica-se que perto de 23,15% do total de artigos são de autoria de 23 homens, que se refere ao valor da raiz quadrada do total de homens que constituem o campo analisado. Há nessa lógica de entendimento uma diferença que pode ser atribuída muito ao contexto que vivenciamos na atualidade, pois cada vez mais nas universidades somos exigidos a produzir mais, como já observado por Santos (2001).

Dessa forma, a temporalidade tem relação com o volume de publicações, a distribuição do número de publicações por ano (gráfico 30) tem relação com o contexto, mas para a presente tese é necessário levar em consideração que nos referimos a um campo constituído por mulheres e homens com uma temporalidade em sua formação e integração ao campo da Geografia Urbana.

Gráfico 30: Histograma do número de artigos científicos publicados por homens e mulheres que integram o campo da Geografia Urbana no Brasil a partir de 1970



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

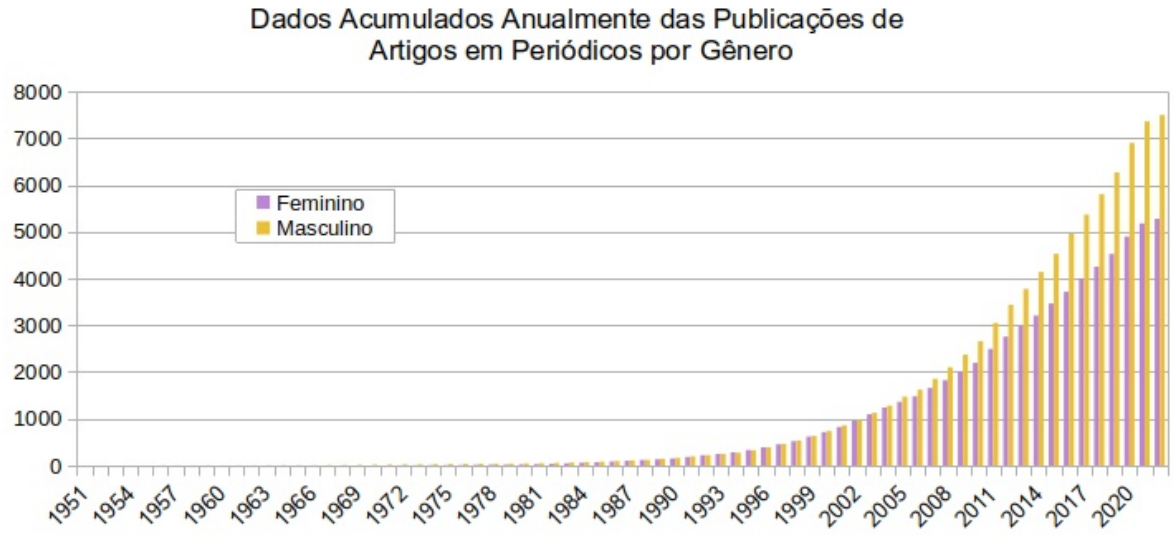
A primeira constatação de publicação de artigo em periódico, identificada no conjunto de currículos Lattes de pessoas do campo da Geografia Urbana no Brasil, foi no início da década de 1950, período que se observou outras duas publicações, todas de autoria masculina. Na década de 1960, há um aumento quanto ao número de artigos publicados, totalizando onze de autoria masculina, sem a identificação desse tipo de publicação em currículos femininos.

Na década de 1970 há um avanço do número total de artigos publicados, com leve crescimento do número de artigos de autoria de pesquisadores, frente ao acelerado início das produções de mulheres, quando foram identificados consequentemente 24 de autoria masculina e 19 de autoria feminina. Na década de 1980 contabilizou um maior número de artigos de mulheres que totalizaram 113 publicações, frente a 105 artigos publicados por homens. A década de 1990 é marcada por um novo aumento no conjunto de artigos identificados, tanto entre as mulheres que participaram da autoria de 485 publicações, quanto do envolvimento dos homens com 488 publicações, houve assim nessa década uma diferença quase que insignificante observando o quantitativo de currículos de homens e mulheres analisados.

A entrada no Século XXI, com os esforços de ações políticas em prol da pós-graduação elencadas no capítulo dois dessa tese, reflete em um aumento nas publicações que se apresenta substancialmente maior entre os autores do que as autoras. Enquanto os homens apresentam 1737 artigos, as mulheres chegam a 1390 artigos publicados, temos aqui o inicio de um avanço substancial da utilização desse artefato como estratégia por capital científico, com destaque nas publicações masculinas. Na década de 2010 tanto homens quanto mulheres demonstram ter um aumento significativo no número de publicações, consolidando a superioridade numérica das publicações masculinas que chegam a 3900 artigos no transcorrer dos dez anos, enquanto as mulheres apresentam no mesmo recorte temporal 2516 publicações. Nos três anos da última década, ainda que como um recorte houve a manutenção da diferença com superioridade numérica masculina, frente ao número de publicações femininas.

Com a finalidade de demonstrar o comportamento dessa diferença entre as publicações de artigos de autoria de mulheres e de homens, o gráfico 31 aborda os dados de forma cumulativa desde o ano do primeiro artigo publicado.

Gráfico 31: Dados cumulativos de publicações de artigos em periódicos de autoria de mulheres e homens do campo da Geografia Urbana no Brasil



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Mediante a apresentação dos dados acumulados, fica claro que na somatória pelo decorrer dos anos houve certa igualdade até o ano de 2002, a partir de então há uma superioridade no total de publicações de artigos de homens, alimentando a ampliação da diferença no volume total de publicações masculinas em relação às publicações de artigos de autoria feminina. Contudo, alguns aspectos impactam diretamente no volume de publicações e devem ser considerados: primeiro o fato de que há maior número de currículos Lattes masculinos, o que pode causar uma falsa impressão de um comparativo de conjuntos inicial de quantidades iguais; segundo pelo fato de que em média as mulheres têm maior tempo dedicado a orientações como observado na seção anterior e influência no tempo dedicado a pesquisas e consequentes publicações; e em terceiro, deve ser levado em consideração o que foi identificado com as respostas ao questionário, no qual, mesmo com o baixo número de respondentes, quando pesquisadoras do campo da Geografia Urbana destacaram a influência direta de uma tripla jornada, o que impacta diretamente no número de artigos publicados.

Referente à composição de coautoria das publicações de artigos, foi identificado que dos 12770 publicações: 7481 foram com dois ou mais autores(as); 5289 foram de autoria única. Dessas com apenas um(a) autor(a), 37,47% (1982) foram identificados em currículos Lattes de mulheres e 62,53% (3307) compunham currículos de homens. No conjunto de artigos publicados em coautoria, foi possível identificar que em 1404 artigos a autoria principal foi uma mulher do campo da Geografia Urbana, e em 1846 artigos a autoria principal foi de um homem desse

campo. Nesse conjunto com dois ou mais autores, foi efetuada uma correlação com o conjunto de nomes de pesquisadoras e pesquisadores do campo da Geografia Urbana no Brasil, onde foi possível constatar a existência de 285 conexões envolvendo 171 autoras e 144 autores de artigos publicados em periódicos.[86]

Com esse conjunto, foi criado o grafo exposto na figura 34, que identifica as conexões entre agentes que constituem o campo analisado. O peso das arestas parte do número identificado no conjunto de dados, onde foi observada que a maior frequência obteve 60 conexões entre dois nós. O tamanho de cada um dos nós (auroras e autores) foi atribuido a partir do grau ponderado, que considera o número de conexões e o peso de cada uma.

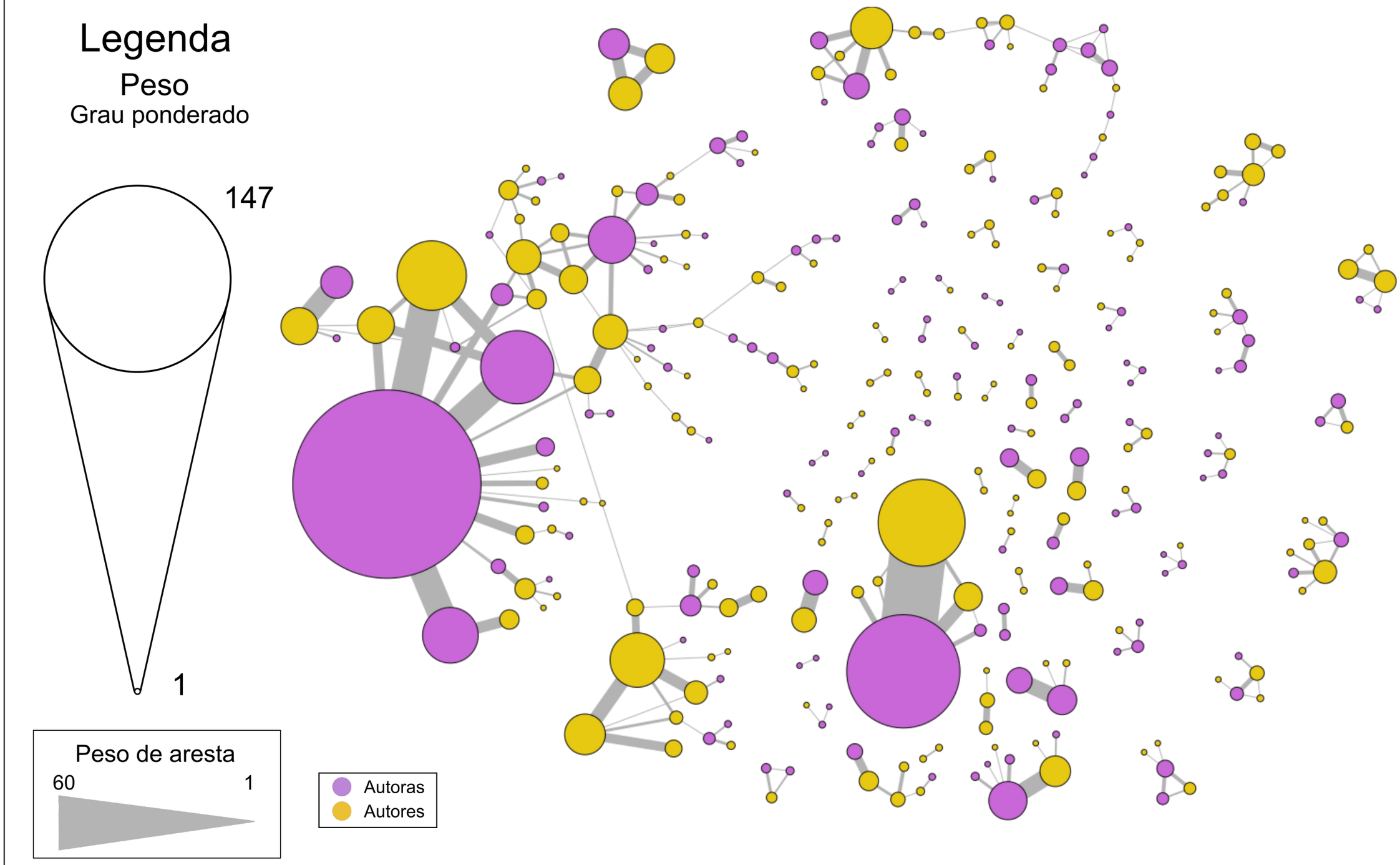
Na composição do grafo que expõe a rede de coautoria de agentes do campo da Geografia Urbana no Brasil, identifica-se que os nós maiores no grafo são de mulheres, sendo o maior deles com um grau ponderado de 147. Alguns conjuntos de conexões chamam a atenção, o primeiro demonstra-se como um grupo consolidado de autores e autoras na parte inferior direita da imagem, com 95 nós. Nesse conjunto há 41 autoras representadas pelos nós em roxo e 54 nós em amarelo que representam os homens. O segundo agrupamento simbolizado na parte superior da imagem é composto por 12 pesquisadoras (representadas pelos nós em roxo) e 12 pesquisadores (representados pelos nós em amarelo), nesse conjunto a centralidade é ocupada por um homem com peso 30.

O terceiro agrupamento está mais centralizado e é composto por duas autoras e quatro autores, nesse, o ponto que chama a atenção não se refere ao número de nós, mas sim o peso da relação com um alto número de publicações entre um autor com grau ponderado de 66 e uma autora com 87, que contabilizam na conjuntura um peso de aresta de 60 pontos. Outros agrupamentos podem ser observados e diversas conexões únicas distribuídas pelo grafo. De todo o modo, partindo da conjuntura de relações identificadas no grafo de coautoria de artigos publicados por agentes que constituem o campo da Geografia Urbana, fica claro que a participação de homens e mulheres é fundamental em sua estruturação. Porém, parte das mulheres integram conexões essenciais na estrutura da rede de coautores(as) para as publicações de artigos dispostos nos currículos Lattes.

---

[86]Vale observar que algumas relações de coautoria não foram passiveis de serem capturadas pelo fato que as abreviaturas ou erro de nomes impediram a sua identificação, o que por vezes foi relativamente suprimido pela busca nos dois currículos da relação entre agentes do campo da Geografia Urbana no Brasil.

Figura 34 – Grafo de coautorias de artigos científicos publicados em periódicos por mulheres e homens do campo da Geografia Urbana no Brasil



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Assim, enquanto há maior produção em volume nos currículos de homens, são as mulheres que estruturam a rede de produção de artigos com as participações em coautorias. Demonstrando que ao se referir ao conjunto de artigos publicados por agentes do campo da Geografia Urbana no Brasil e abordados relacionado ao gênero de autores(as), identifica-se que há certas alterações frente aos dados da RGB analisados por Barcelos (2010) quando o gênero não foi central, mas identifica indiretamente a importância masculina. Observação referente ao gênero que passa despercebida ao identificar os termos mais abordados nos artigos de autoria de mulheres e homens do campo da Geografia Urbana no Brasil (figuras 35 e 36).

Figura 35 – Nuvem de palavras de títulos de artigos publicados em periódicos de autoria de mulheres

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Figura 36 – Nuvem de palavras de títulos de artigos publicados em periódicos de autoria de homens

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

Essas nuvens de palavras foram criadas a partir do conjunto de títulos de artigos, devidamente separado pelo gênero da autoria, seguidas da eliminação das *stop words* e aplicação no *script Python* para essa representação. A identificação inicial, nos direciona para a observação de que na conjuntura de termos utilizados em títulos de artigos de autorias de pesquisadoras e pesquisadores, há mais semelhanças do que diferenças. O quadro 11 destaca os números dos termos centrais, no qual pode ser identificado que, em ambas as nuvens de palavras, referentes a títulos de artigos publicados, identifica-se como central o termo “cidade”, que aparece, respectivamente, 664 vezes nas publicações de mulheres e 827 nos artigos de homens. Esse termo, pode aparecer em inúmeras pesquisas de outros campos, mas no campo da Geografia Urbana a cidade tem especial atenção, conforme observado nas respostas ao questionário e nas diversas abordagens teóricas, no qual esse campo do conhecimento remete diretamente a incluir na pauta analisada a cidade, seja pela observação de sua exterioridade na relação com outras cidades, ou pela observação de relações que a constituem e sua estrutura interna (Pacione, 2005).

Quadro 11: Termos com maiores frequência nas nuvens de palavras de pesquisadoras e pesquisadores

Pesquisadoras		Pesquisadoras	
termo	frequência	termo	frequência
“cidade”	664	“brasil”	827
“brasil”	644	“cidade”	794
“geografia”	571	“espaço”	734
“espaço”	500	“geografia”	681
“urbana”	466	“urbana”	606
“urbano”	394	“análise”	548
“análise”	371	“urbano”	536
“cidades”	317	“produção”	383
“sp”	268	“cidades”	350
“produção”	243	“sp”	339

Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

O termo ‘brasil” que aparece com grande intensidade nas duas nuvens de palavras (644 vezes dentre as mulheres e 794 dentre os homens), deve ser observado para além de um destaque do recorte do país, aparenta que o foco em incluir o nome do país está em destacar algo pouco conhecido do país, ou ainda, na

possibilidade de estender a repercussão do estudo, uma forma de ampliar o alcance de leitores dos artigos e inspirar que estudos semelhantes sejam aplicados em outras cidades. Outros termos que também aparecem com destaque nas nuvens de palavras seguem em uma sequência muito semelhante entre pesquisas de mulheres e de homens, o que destaca a relação de proximidade do interesse pesquisadoras e pesquisadores entorno de temáticas da Geografia Urbana.

Na sequência dos principais termos de títulos de artigos publicados por pesquisadoras e pesquisadores, é possível identificar a relação direta com o campo da Geografia Urbana, entre os dois conjuntos há uma pequena diferença na disposição dos termos, com trocas de posições. As frequências podem parecer distantes entre mulheres e homens, mas tem relação direta com o número de currículos Lattes de mulheres e homens, bem como com o número de artigos identificados para cada gênero. No conjunto de termos de artigos publicados procuramos pelo termo “gênero”, no qual foi identificado que aparece 42 vezes em publicações de mulheres e 24 vezes em publicações de homens, destacando maior interesse das pesquisadoras do campo da Geografia Urbana em abordar a temática de gênero, como exposto ao final do primeiro capítulo dessa tese.

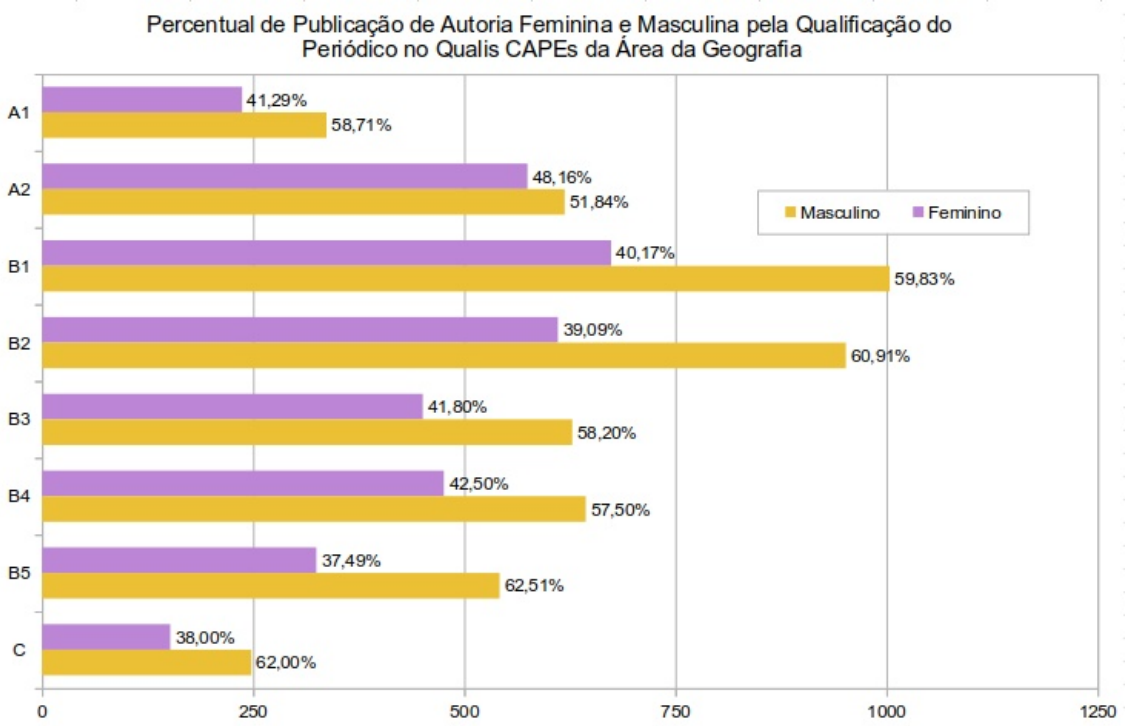
Outro ponto que deve ser abordado aqui se refere à qualificação dos periódicos onde foram publicados os artigos de autorias de agentes do campo analisado. Para o SNPG, como observamos no segundo capítulo dessa tese, a qualificação de periódicos reverbera nos artigos publicados, e isso é levado em consideração em avaliações de títulos em concursos ou mesmo para concorrer a bolsas de demanda social. Em síntese, as produções referentes a artigos publicados em periódicos mais bem qualificados pelo Qualis CAPES, são contempladas com maiores notas. Com a aplicação do conjunto de currículos no *script LucyLattes*, os dados de artigos publicados foram correlacionados com a tabela do Qualis CAPES da Área da Geografia, referente ao quadriênio 2013-2016, passando a compor uma tabela do conjunto de artigos com as qualificações do periódico que publicou o artigo.

Assim, foi possível identificar que dos 12770 artigos extraídos dos 936 currículos Lattes, 4295 não tinham qualificação na área da Geografia, desses 2521 se referiam a artigos de autoria masculina e 1774 de autoria feminina. O conjunto de publicações em periódicos qualificados está exposto no gráfico 32.

Os percentuais partem do total de publicações em cada nível do Qualis

CAPES, com isso se observa que há uma determinada superioridade masculina em todos os níveis, não se limitando a periódicos melhores ou piores qualificados. As maiores diferenças são identificadas nos Qualis B5, que chega a 25,02%, C, com 24%, e B2, com 21,82% a mais de publicações de homens do que de mulheres. Nos periódicos com Qualis B4, B3, A1 e B1 a diferença varia entre 15% à 19,66%.

Gráfico 32: Percentual de publicações de autoria feminina e masculina pela qualificação do periódico no Qualis CAPES (2013-2016) na Área da Geografia



Fonte: dados de pesquisa. Org. pelo autor.

É apenas no Qualis A2 que observamos uma maior proximidade com uma diferença de 3%. Ainda que seja efetuada a distribuição pela média de publicações para mulheres e para homens, ou pelo total de currículos por gênero, haveria uma reversão apenas no Qualis A2. De toda forma, é necessário avançar em análises sobre as qualificações de periódicos e correlacionadas às publicações de artigos, avançando sobre propostas de alterações da forma de avaliação de pesquisadores e pesquisadoras em prol da equidade de gênero.

Essa seção objetivou explorar os dados referentes aos artefatos científicos produzidos por pesquisadores e pesquisadoras do campo da Geografia Urbana no Brasil, compreendidos como estratégias essenciais para a aquisição de capital científico. A análise de capítulos de livros, livros e artigos publicados em periódicos, revelou tanto proximidades quanto distinções notáveis na produção acadêmica quando correlacionadas ao gênero.

A identificação de alteração tem relação direta com a temporalidade das produções, onde foi possível observar que há certa tendencia de intensificação na utilização dessas produções pelos homens, além de revelar que em média as mulheres levam ligeira vantagem nos capítulos de livro, principalmente no periódo inicial das publicações identificadas. O que revela maior experiência acadêmica das mulheres do que de homens que constituem o campo científico analisado. Além de revelar a influencia de fatores como o maior número de currículos Lattes masculinos, o tempo dedicado pelas mulheres à outras atividades intrínsecas ao campo científico e a identificação de uma "tripla jornada" feminina, que impacta o volume de publicações.

Contudo, as redes de coautoria revela um dos achados mais significativos, demonstrando um padrão distinto: apesar de os homens poderem apresentar um maior número absoluto de coautorias em algumas categorias, os grafos de colaboração evidenciam uma clara centralidade e participação feminina na estruturação dessas redes.

Essa evidência, passa despercebida ao observar as temáticas abordadas, onde há maiores semelhanças do que diferenças. Onde termos como "cidade", "geografia", "espaço" e "urbana" são consistentemente centrais para ambos os grupos.

Por fim, a qualificação dos periódicos (Qualis CAPES) apresenta que há uma superioridade masculina em todos os níveis de qualificação. Assim, o panorama apresentado pela conjuntura de artefatos analisados apresenta de forma indireta a complexidade do campo da Geografia Urbana no Brasil, onde volume e impacto nas redes de colaboração apresentam dinâmicas de gênero distintas, mas as pautas temáticas permanecem amplamente convergentes.

Nesse capítulo, foram abordados inicialmente as atuações profissionais, com especial atenção às participações em projetos e práticas docentes, além de analisar a transmissão da herança intelectual que sustenta a genealogia acadêmica descendente do campo da Geografia Urbana no Brasil. Na sequencia, foram abordados a conjuntura de artefatos publicados por pesquisadoras e pesquisadores que constituem o campo analisado.

Desse tramite, foi possível observar que embora os homens apresentem percentuais superiores em atividades como estágio, conselhos/comissões, direção/administração e pesquisa/desenvolvimento, as mulheres demonstram maior

engajamento em atividades de extensão e participação geral em projetos. Embora o volume total de participações masculinas tenha crescido e se tornado superior a partir dos anos 2000, a média por currículo é superior para as mulheres em determinadas estratégias. No ensino, apesar de os homens terem um percentual geral superior, as mulheres mostram maior afinidade com o ensino de Geografia Urbana na graduação e destacam-se na atuação em nível de pós-graduação, superando as ações masculinas. A transmissão da herança intelectual efetuada pelas orientações ao nível de mestrado e doutorado, demonstrou que em média no mestrado as orientações femininas são superiores, onde a maior parte dos trabalhos são de mulheres. Contudo, no doutorado, embora a média por orientadora seja maior, o volume acumulado recente de doutores orientados supera o de doutoras.

Referente aos artefatos científicos produzidos, a análise do quantitativo de capítulos de livros, livros e artigos em periódicos revelou um cenário multifacetado. Em termos de volume geral, os homens demonstram uma superioridade numérica na produção de livros e artigos, e também nos capítulos de livros a partir de 2010. No entanto, ao considerar a média por currículo, as mulheres apresentam uma ligeira vantagem na publicação de capítulos de livros. Um dos achados mais significativos reside nas redes de coautoria, onde os grafos revelam uma clara centralidade e participação feminina na estruturação dessas colaborações tanto em capítulos, quanto em livros e artigos, mesmo na totalidade os homens apresentem um número absoluto maior de coautorias em algumas categorias.

As temáticas abordadas nos títulos dos artefatos produzidos, demonstram mais semelhanças do que distinções entre os gêneros. Termos como "cidade", "geografia", "espaço" e "urbana" são para ambos os grupos, centrais. Pequenas variações incluem a maior frequência de "ensino" e "produção" nos capítulos de autoria feminina e uma maior presença do termo "gênero" em títulos de artigos de pesquisadoras, mas a temática de gênero permaneça periférica dentre os termos de projetos de pesquisa, projetos de extensão, capítulos de livros e livros. para ambos os grupos. Finalmente, no tocante a avaliação da qualificação dos periódicos onde os artigos foram publicados, apontam a existência de uma superioridade masculina em todos os níveis de qualificação.

Na conjunto, esse capítulo demonstrou o quanto complexo é abordar o campo da Geografia Urbana no Brasil pelo viés das relações de gênero. As métricas quantitativas de volume de publicações e certas atuações profissionais, indicam

uma maior produção e presença masculina, enquanto a análise qualitativa das redes de colaboração e da centralidade na transmissão do conhecimento evidencia a relevância e o papel estruturante da participação feminina para o campo. Determinadas diferenças observadas no campo analisado, são claramente influenciadas pelo maior volume numérico de homens, pelo tempo dedicado pelas mulheres à outras ações no interior e essenciais ao campo, como as orientação, além de influências externas que deliberam uma "tripla jornada" às mulheres. Essa conjuntura revela a complexidade das dinâmicas de gênero nas estratégias utilizadas para a aquisição de capital científico, apontando para a necessidade de avançar em direção à equidade.

CONCLUSÃO

O objetivo central dessa tese foi compreender como o gênero compõe o campo científico da Geografia Urbana no Brasil. Através de uma análise minuciosa de 936 currículos Lattes de pesquisadoras e pesquisadores, e complementada por questionário qualitativo aplicado a lideres de grupos de pesquisa e a bolsistas produtividades que integram o campo em questão, esta investigação desvelou as complexas camadas de relações de poder, hierarquias e estratégias empregadas na busca por capital científico. A interpretação da Ciência como um produto social, um campo de relações de poder, hierarquias e disputas por capital científico e pela autoridade científica, segundo a perspectiva de Bourdieu (1975; 2004a), conectada diretamente com o gênero como um construto social para a hierarquização de pessoas, forneceu a lente essencial para a interpretação das complexas interconexões.

Algumas revelações foram identificadas por essa investigação, de inicio a observação da persistência de desigualdades de gênero em diferentes aspectos. De inicio, o total de 936 currículos Lattes identificados como do campo da Geografia Urbana no Brasil, observou-se que 43,48% são de pesquisadoras e 56,52% de pesquisadores, havendo uma clara diferença nas estratégias utilizadas por homens e mulheres na disputa por capital científico.

A análise da trajetória acadêmica dos agentes, partindo de sua origem (naturalidade ou nacionalidade não brasileira) até a formação doutoral, demonstrou um constante movimento para o leste do país, mais necessariamente para a Região Sudeste para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, refletindo a densidade demográfica do Brasil e certa centralidade histórica de instituições universitárias, como da origem da Geografia como Ciência nesse recorte espacial.

A temporalidade da formação acadêmica de mulheres que compõem o campo da Geografia Urbana no Brasil, demonstrou maior tempo de formação, com superioridade de doutorados concluídos nas décadas anteriores aos anos 2000, embora os homens apresentem maior número nas últimas duas décadas.

Outro achado referente a formação, foi com a identificação da interdisciplinaridade do campo analisado, que não se limita a uma formação, mas com agentes advindos de diversas Grandes Áreas do conhecimento. Essa constatação parte da observação que da graduação para o mestrado a Geografia obteve saldo migratório negativo frente a outros cursos das distintas Grandes Áreas

do conhecimento, mas do mestrado para o doutorado a Geografia demonstrou saldo migratório positivo, com pesquisadoras e pesquisadores optando pela formação no conhecimento geográfico no alto nível de formação acadêmica.

No tocante à atuação profissional e à atividades acadêmicas, foi possível constatar que as pesquisadoras demonstram maior engajamento e participação em projetos de extensão universitária em comparação com os homens, muitas vezes como coordenadoras. Essas atividades extensionistas, para além de se apresentarem como uma forma efetiva de intensificar a conexão com a sociedade, demonstram frequentemente estarem voltadas à educação e à formação.

Em outras duas atividades, as mulheres apresentaram ligeira vantagem em ralação as atuações masculinas. Primeiro referente ao ensino na pós-graduação, onde nitidamente há maior ação feminina, e segundo o que demonstra ser uma surpresa são as atividades de direção e administração como atuação profissional, mesmo que estas estejam em ONGs ou grupos relacionados às atividades de extensão. Contudo, com o apoio dos dados qualitativos, foi possível identificar que as mulheres tendem a possuir uma "jornada tripla", conectada às responsabilidades acadêmicas, domésticas e responsabilidades familiares, o que impacta diretamente produtividade científica.

Assim a sustentação do campo científico perpassa por um conjunto de reflexos que são externos ao campo, influenciando até mesmo na propagação da herança intelectual conectadas ao campo da Geografia Urbana, onde as mulheres apresentam um maior volume de orientações de dissertações e teses que os homens, e isso como observado é fundamentam para a manutenção do campo científico com a formação de novos(as) agentes.

Nesse âmbito, as orientações executadas por Professoras demonstram ser mais próximas da igualdade de gênero entre orientandos(as), enquanto os Professores demonstram certo favorecimento à manutenção, com maior número de orientandos que orientandas. Porém, embora as professoras demonstrem maior número de orientações, no nível de doutorado o volume acumulado recente de doutores orientados é superior ao de doutoras, o que não ocorre no mestrado, sugerindo uma persistência da superioridade masculina nos níveis mais altos da formação acadêmica.

Referente aos artefatos produzidos, de modo geral os homens apresentam um maior volume total de publicações, enquanto as mulheres demonstraram ligeira vantagem na média por currículo Lattes de publicações de capítulos de livros. Não

obstante, as redes de coautorias representadas pelos grafos de colaborações nas produções científicas de agentes da Geografia Urbana no Brasil, revelaram clara centralidade feminina na estrutura dessas relações, ainda que o número absoluto desses artefatos sejam em grande parte de autoria masculina, sugerindo que o papel das mulheres é essencial na estrutura das colaborações científicas no campo analisado.

No conjunto total de publicações cientificas identificadas nos currículos Lattes abordados, foi possível identificar que os termos como "cidade", "espaço", "urbano/urbana" e "geografia", demonstram ser constante desde da formação de agentes, de onde a partir dos títulos de TCCs, dissertações e teses, esses termos apresentaram serem centrais. A persistência ocorre também se observar o termo "gênero", que permanece como periférico, com leve alteração nos artigos científicos, onde o relativo pequeno número de artigos com essa temática, demonstrou maior interesse das mulheres do campo da Geografia Urbana no Brasil. Mas essa aparente centralidade feminina referente ao termo "gênero", não reflete a distribuição da qualificação dos periódicos onde os artigos de agentes da Geografia Urbana do Brasil foram publicados, pois ao termos como base o Qualis CAPES (2013-2016), identificou-se que há uma superioridade masculina na publicação de artigos em todos os níveis de qualificação.

Algumas limitações foram observadas no transcorrer da realização dessa tese. A Plataforma Lattes é uma excepcional fonte para a compreensão da Ciência brasileira, mas impôs necessários esforços para suprir algumas inconsistências relacionadas ao preenchimento, muito por depender diretamente de quem preenche, lacunas relacionadas à formação de agentes, como também referente a identificação de coautoria, com a aceitação de abreviatura de nomes próprios, tiveram que integrar a analise e pode ser observada como um ponto de vulnerabilidade, mas o que apenas poderia ser suprimida com regras claras que estimulem o preenchimento de informações que possam entusiasmar novas pesquisas relacionadas a gênero.

A utilização da abordagem de gênero através da perspectiva da segunda onda do feminismo, também pode ser observada como um fator limitador, mas é também um fator institucional, pois há certa manutenção da dualidade referindo-se a nomes femininos e masculinos, o que não representou um impeditivo para a realização da pesquisa, mas o que poderia ser mais debatido pelos órgãos de fomento à Ciência, agindo em prol da acessibilidade, multiplicidade e equidade das

distintas facetas identitárias nas pesquisas nacionais e nos distintos campos do conhecimento.

Porém, é também necessária a consciência social no tocante a uma "Ciência aberta e plural" não apenas das esferas superiores da Ciência brasileira. Basta observar a baixa adesão ao questionário qualitativo, o que levou a identificação de um lamentável paradoxo da prática científica do campo da Geografia Urbana no Brasil, pois os(as) dependentes de dados empíricos não fornecem dados empíricos a outras pesquisas quando requisitados(as).

Há nesse sentido, a necessidade de novas investidas em pesquisas qualitativas que explorem as percepções e experiências sobre as diferenças relacionadas a gênero e as estratégias para a aquisição de capital científico nos distintos campos do conhecimento. A identificação da importância do feminina em determinadas estratégias para a aquisição de capital científico no campo da Geografia Urbana no Brasil, sugere a necessidade de avanços de pesquisas sobre a transmissão da herança intelectual e do papel estruturante de homens e mulheres na produção do conhecimento científico para outros campos da Geografia, ou ainda, de modo ambicioso estender essa abordagem relacionada a gênero a outros campos do conhecimento científico, como forma de completude desse mosaico.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: Evolução e Avaliação (Contribuição à História do Pensamento Geográfico Brasileiro). **Revista Brasileira de Geografia**, v. 56, n. 1/4, p. 21 - 122, 1994.

ALMEIDA, João Paulo Leandro de. **'Na Minha Época as Meninas estavam no Comando': A Constituição de Feminilidades na Escola de Guardas Mirins 'Tenente Antônio João', na Cidade de Ponta Grossa, Paraná**. 2017. 199f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

ALMEIDA, João Paulo Leandro de. **Espacialidades, Escola de Guardas Mirins e Constituição de Masculinidades na Cidade de Ponta Grossa-PR**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - UEPG, Ponta Grossa, 2015.

ANSELMO, Rita de Cassia Martins de Souza. As Universidades no Projeto Territorial do Brasil: Educação, Geografia e Modernidade. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 11, n. 02, p. 25-41. mai./ago. 2020.

BARBOSA, C. F. Olhares sobre a Capes: ciência e política na ditadura militar (1964-1985). **Revista de História**, 1, 2 (2009), pp. 99-109, Salvador, 2009.

BARCELOS, Sâmea Silva de Melo. **A Geografia Urbana na Revista Brasileira de Geografia (1939 - 1995)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, UERJ, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

BARROS, José D'Assunção. **Os conceitos: seus usos nas ciências humanas**. Petrópolis: Vozes, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2.ed. - Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2009.

BEDIN, Jéssica Emanueli Moreschi. **As espacialidades instituintes das diferentes ações infracionais cometidas por adolescentes do sexo feminino em Ponta Grossa**. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Territorio - PPGEO) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

BELTRÃO, Kaizô Iwakam; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 39, nº136, 2009, pp.125-156.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11° ed. - Rio de Janeiro Bertrand

Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais do ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editoro UNESP, 2004a.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. **Sociologie et sociétés** 1975.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da Ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004b.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 1827.

BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei. (Lei do Ventre Livre). Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, p. 248, 1871.

BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 14.343, de 11 de setembro de 1920**. Aprova o regulamento para o ensino secundário. Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, p. 1599-1614, 1920. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,Janeiro%2C%20dispensada%20esta%20da%20fiscaliza%C3%A7%C3%A3o.> Acesso em: 10 de jan. de 2025.515729-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 20 de fev. de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre o ensino superior e o ensino secundário no Distrito Federal. Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, p. 643-662, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 de fev. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Cria o Instituto Nacional de Pedagogia. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 16 jan. 1937

BRASIL. **Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951**. Cria a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 12 jul. 1951. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 de fev. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 1.310, de 1951**. Dispõe sobre o ensino superior. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 20 jul. 1951.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 28 dez. 1961.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 28 dez. 1961.BRASIL.

BRASIL. **Lei nº 4.533, de 9 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo a estudantes de nível superior. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 11 dez. 1964.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas para o ensino superior e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 29 nov. 1968.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 464, de 11 de feve.reiro de 1969**. Dispõe sobre o ensino de pós-graduação. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 12 fev. 1969.

BRASIL. **Lei n 5.802, de 13 de julho de 1972**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino de pós-graduação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jul. 1972.

BRASIL. **Lei nº 6.096, de 15 de agosto de 1974**. Dispõe sobre a equiparação de diplomas de cursos de pós-graduação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 ago. 1974.

BRASIL. **Decreto nº 76.119, de 3 de agosto de 1975**. Aprova normas para o ensino de pós-graduação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 ago. 1975. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76119-13-agosto-1975-425923-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 86.000, de 13 de maio de 1981**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D86000impressao.htm. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 93.594, de 19 de novembro de 1986**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d83936.htm. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 2001.

BRASIL. **Decreto nº 11.691, de 05 de setembro de 2023**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11691.htm. Acesso em: 11 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.0**IL. **Decreto nº 11.691, de 05 de setembro de 2023**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11691.htm. Acesso em: 11 mai. 2024.

BRITO, T. T. R.; CUNHA, A. M. O. Revisitando a História da Universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência. **Aprender - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação**, Ano VII n. 12, São Paulo, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALIÓ, Sonia Alves. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. **Encuentro de Geografos de America Latina**, v. 6, p. 1-9, 1997.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1991.

CARLOS, Ana Fani A. Repensando a Geografia Urbana. **I Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. São Paulo. 1989.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013**. 2015. 138f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, Trajetórias Acadêmicas e a Centralidade na Produção do Conhecimento Geográfico Brasileiro**. 2019. 290f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, UEPG, Ponta Grossa – PR, 2019.

CONNELL Robert W.. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade** 20:185-206, 1995.

CONNELL, Robert W.;MESSERSCHMIDT, James W.Masculinidade hegemônica:repensando o conceito repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 424, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Prefácio. *In*: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando; JUNCKES, Ivan Jairo. **Construindo a ciência: elaboração crítica de projetos de pesquisa**. Curitiba: Pós-Escrito, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **The University of Chicago Legal Forum**. n. 140 p.139-167, 1989.

CRUZ, C. H. B. Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil: desafios para o período 2011 a 2015. **Interesse Nacional**, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil.In. (Historial_ 6) Eliana Marta Santos Teixeira Lopes_ Luciano Mendes de Faria Filho_ Cynthia Greive Veiga - **500 anos de educação no Brasil**. Autêntica (2000).

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. De Espaços Outros. **Estudos Avançados**. V. 27, n. 79, 2013.

FREYRE, Gilberto. Geografia Urbana. Inquéritos Geográficos. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano III no 2, 1941, p. 407 - 408.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um lugar para a geografia: Contra o simples, o

banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco *et al*. (ORG.) **Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Ademadan Antonina, 2009.

GONÇALVES, Maria Cristina Soares. Uma geografia para a ciência faz diferença: um apelo da Saúde Pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 26(1):50-58, jan, 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAMEGO, Mariana. Sobre a geografia da ciência: perspectivas locais e transnacionais nas histórias da geografia quantitativa brasileira. *In*. 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. 2016. Florianópolis. **Anais ...** Sociedade Brasileira de História da Ciência. 2016.

LANE, Julia. Let's make science metrics more scientific. **Nature**, v. 464, n. 7288, p. 488-489, 2010. Disponível em: https://www.nature.com/articles/464488a. Acesso em: 02 de fev. de 2023.

LATHAM, Alan; McCORMACK, Derek; McNAMARA, Kim; McNEIL, Donald. **Key Concepts in Urban Geography**. London : SAGE Publications, 2009.

LEBRAO, Jemeffer Souza. **As mulheres do café em Vitória da Conquista: dinâmica histórico-espacial da mobilidade do trabalho e a (re) produção da periferia urbana**. 2016. f. Dissertação (Mestrado em Geografia - PPGG) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LEFEBVRE, Henri. Da Cidade à Sociedade Urbana. In. LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LELES; Gabriela. Os Lugares do Livro na Geografia: Abordagens na Geografia do Livro e na História da Geografia Escolar. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 39, e54361, 2021 | DOI: 10.12957/geouerj.2021.54361

LINDO, Paula. O Mapa da Pesquisa de Gênero na Geografia Brasileira (2010 A 2019): Sistematização e análise. **Revista da ANPEGE**. v. 17. no. 32, p. 259 - 281, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X.

LIVINGSTONE, David. **Putting science in its place: geographies of scientific knowledge**. Chicago: The University Chicago Press, 2003.

LOPES, D. O.; OLIVEIRA, I. M. Órgãos de fomento da pós-graduação brasileira: a história do CNPq e da CAPES. **Anais do V CONEDU**, Recife, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: contexto, 1997. P.443-481.

LOURO, Guacira Lopes.Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

MACHADO, Lia. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem. *In*: CASTRO, Iná. E., et. al, **Geografia: conceitos e temas**. RJ: Bertrand, 1995, p. 309-352.

MASSEY, Doreen B. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio (Org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

MENA-CHALCO, Jesús P. Genealogia acadêmica: uma ferramenta para investigar a origem, evolução e disseminação de áreas do conhecimento. In: **ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA**, 5., 2016, São Paulo. [Workshop]. São Paulo: ECA/USP, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305082103_Genealogia_academica_uma_ferramenta_para_investigar_a_origem_evolucao_e_disseminacao_de_areas_do_conhecimento?channel=doi&linkId=5781059608ae5f367d392783&showFulltext=true. Acesso em: 24 set. 2018.

MENA-CHALCO, Jesús P.; ROCHA, Vladimir Emiliano. Caracterização do Banco de Teses e Dissertações da CAPES. In **4º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria**. Recife: 2014. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/55633. Acesso em: 02 de fev de 2023.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, 2000, p. 131 – 150.

MONBEIG , Pierre. O Estudo Geográfico das Cidades. **Boletim Geográfico (IBGE)**. ano 1, nº 7, p. 7-29, 1943.

MONK, Janice; GARCÍA-RAMON, Maria D. Geografia Feminista: una perspectiva internacional. **Documents d'Análisi Geográfica**. n, 10, p. 147-157, 1987.

MONK, Janice; HANSON, Susan. Não excluam metade da humanidade da geografi

a humana. In. SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose;CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016. p. 31 - 54.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo moreira conceitos velhos se alteram e novos conceitos aparecem. *In*. LIMONAD, Ester (Org.). **Etc espaço, tempo e crítica**. 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital. 2019. p. 87 - 108.

MORHY, Lauro. Brasil – Universidade e Educação Superior. *In*: MORHY, Lauro (org.). **Universidade no Mundo: universidade em questão**. Vol. 2. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. tradução Eliane Lisboa. 5.ed. – Porto Alegre: Sulina, 2015.

MOTA, Lais Rolla Paula. **Ocupação de Mulheres Tina Martins e a Produção do Espaço Urbano em Belo Horizonte - Mg: Reflexões Sobre uma Práxis Urbana Transformadora**. 2022. 115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia - PPGG) - Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del Rei, 2022.

NARANJO, Floreneio Zoido; BENAYAS, Sofia de la Vega; MATOS, Guillermo Morales; HERNANDEZ, Rafael Mas; GONZALEZ, Ruben C. Lois. **Diccionario de geograffa urbana, urbanismo y ordenacion del territorio**. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Sílvia H. Famílias e Patriarcado: Da prescrição Normativa à Subversão Criativa. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 01, nº 18, p. 49-55, jan/abr. 2006.

NOBRE, L. N.; FREITAS, R. R. A evolução da pós-graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação. **Brazilian Journal of Production Engineering**, São Mateus, Vol. 3, N.º 2, p. 18-30, 2017.

OLIVEIRA, Carlos Alexandre de; COSTA, Belkiz Inez Rezende;OLIVEIRA, Marlene. GENEALOGIA ACADÊMICA: um estudo dos pesquisadores da área de Ciência da Informação com bolsas produtividade em pesquisa na modalidade PQ-1 do CNPq. **6º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria**. 2018

OLIVEIRA, Carlos Alexandre de. **A GENEALOGIA ACADÊMICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA: análise dos currículos dos**

pesquisadores/docentes. 2021. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A política de ciência, tecnologia e inovação, a pós-graduação e a produção do conhecimento no Brasil. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 38, n. 2, p. 323–338, 2012.

ORNAT, Marcio José. Do território instituído ao território instituinte do ser travesti: algumas reflexões teóricas e metodológicas. **Espaço e cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 27, jan./jun. de 2010 p. 75-88.

PACIONE, Michael. The Study of Urban Geography (party one). *In*: PACIONE, Michael. **Urban geography: a global perspective**. Taylor & Francis e-Library, New York, 2005.

PARRY, Diana C.; JOHNSON, Corey W.; WAGLER, Faith-Anne. Fourth wave feminism: Theoretical underpinnings and future directions for leisure research. *In*. PARRY, Diana C. **Feminisms in Leisure Studies: Advancing a Fourth Wave**. Routledge, New York, 2019. p. 01 - 12.

PINTO, Vagner André Morais; SILVA, Joseli Maria. Produção Científica e Geografia: Devassando o Poder da Invisibilidade de Gênero do Fazer Científico. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 31, Vol.2, n. 47, 2018. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1017. Acesso em: 4 mar. 2023.

PINTO, Vagner André Morais. **Gênero e vivência cotidiana na instituição do espaço da produção científica geográfica paranaense**. 2017. 141f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

PINTO, Vagner André Morais. **Geometrias de poder e espacialidades da produção científica da geografia brasileira de 1998 a 2018**. 2022. 234f. Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

POPPER, Karl R. **Conjecturas e refutações**. 5. ed. EditoraUniversidade de Brasília, Brasília, 2008.

PRICE, Derek D. S. Quantitative Measures of the Development of Science. **Archives Internationales d'Hitorie des Sciences**, nº 14. 1951. Disponível em: http://garfield.library.upenn.edu/price/pricequantitativemeasures1951.pdf Acesso em 02 de fev de 2023.

RABAN, J. **Soft city**. London: Collins Harvill, 1974.

RIBEIRO, Renato Janine. Mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado. gov.br/capes, 2007. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Artigo_30_08_07.pdf. Acesso em: 25 de jan. de 2025.

RISSI, Natália Calderan; CARVALHO, Angela Maria Carneiro de; Rachid, Alessandra. As atividades de extensão sob a ótica das relações de gênero: um estudo em uma universidade pública. **Cad. Pagu** (54) • 2018. https://doi.org/10.1590/18094449201600540015

RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria. Developing geographies of intersectionality with Relief Maps: reflections from youth research *In*. **Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography**. Manresa, Catalonia, v. 21, n.8, p. 925-944, 2013.

RODRIGUES, Clarice Fernandes. **Horizontes para um Planejamento Urbano a Partir da Perspectiva de Gênero – O Caso De Belo Horizonte**. 2022. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia - PPGG) - Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del Rei, 2022.

ROSSI, Luciano; DAMACENO, Rafael J. P.; MENA-CHALCO, Jesús P..Genealogia acadêmica: Um novo olhar sobre impacto acadêmico de pesquisadores. **Parc. Estrat**. Brasília-DF, v. 23, n. 47, jul-dez, 2018. p. 197-212

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e Gênero: A Mulher como Força de Trabalho no Campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.23 (Supl.1), 1993. p.1-12.

ROSSINI, Rosa Ester. Women as labor force in agriculture: the case of the state of são paulo – brazil, **Revista Geográfica** Nº. 97 (ENERO-JUNIO 1983), pp. 91-95 .

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar; ORNAT, Marcio Jose. **Pelo espelho de Alice: homofobia, espaço escolar e prática discursiva**. Curitiba: Appris, 2017.

SANTOS, Boaventura dc Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo : Cortez, 2008.

SANTOS, Milton de Almeida. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hugitec, 1993.

SANTOS, Milton de Almeida. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: EDUSP, 1981.

SANTOS, Milton de Almeida. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton de Almeida. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poíesis Pedagógica**, Catalão, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil** – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71 - 99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

SIDONE, Otávio José Guerci. **Cientometria Espacial: A geografia do conhecimento no Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2017.

SILVA, José Aparecido da; BIANCHI, Maria de Lourdes Pires. CIENTOMETRIA: A MÉTRICA DA CIÊNCIA. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 20, p. 5-10, 2001.

SILVA, Joseli Maria. A produção do espaço interdito da experiência cotidiana do sujeito transgênero (texto completo). *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 7., 2007, Rio de Janeiro. **Anais…**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2007. n.p..

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio. Espaço e Múltiplas Masculinidades: Um Desafio para o Conhecimento Científico Geográfico Brasileiro. *In*: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. (Org.). **Espaço, Gênero e Masculinidades Plurais**. 1ed. Ponta Grossa: Editora Toda Palavra, 2011, v. 1, p. 22-44.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Gênero e Geografia Brasileira: Uma Análise sobre o Tensionamento de um Campo de Saber. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 11, n. 15, p.185-200, jan-jun. 2015.

SILVA, Joseli Maria; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PERACETTA FILHO, Emilson; ROSSI, Rodrigo. GEOGRAFIA E GÊNERO NO BRASIL: uma análise da feminização do campo científico. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 3, n. 2, p. 38 - 62, set. 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CESAR, Tamires Regina Aguiar de

Oliveira; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PRZYBYSZ, Juliana. O corpo como elemento das Geografias Feministas e Queer: um desafio para análise no Brasil. *In*: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Org.). **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013, p. 85 – 142.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Geografia Feminista no Brasil nos anos 80, sim senhor!Uma entrevista com Rosa Ester Rossini. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 212 - 219, ago./dez. 2016.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando; JUNCKES, Ivan Jairo. **Construindo a ciência: elaboração crítica de projetos de pesquisa**. Curitiba: Pós-Escrito, 2009.
SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Julia Garcia de Souza da. **"A Cor dessa Cidade Sou Eu?" - As Mulheres e o Direito à Cidade em Salvador, Bahia**. 2021. 125 f. Tese (Doutorado em Geografia) - PPGG, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SIMÕES, Solange; MATOS, Marlise. Modern Ideas, Traditional Behaviors, and the Persistence of Gender Inequality in Brazil. **International Journal of Sociology**, v. 38, n. 4, p. 94–110, 2008. DOI: https://doi.org/10.2753/IJS0020-7659380405

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 5, 12 de março de 2019. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil. Acesso em: 15 de dez. de 2024.

SOUZA, Kelma Patrícia de. **Produção acadêmica, rede científica e formação da comunidade epistêmica no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia: uma contribuição dos estudos métricos da informação**. 2023. 321 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

SUGIMOTO, Cassidy R. Academic Genealogy. *In*: CRONIN, Blaise e SUGIMOTO, Cassidy R. **BOYOND BIBLIOMETRICS**. Massachusetts Institute of Technology, 2014.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**

(Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, jan./fev. 2006.

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. **Metodologia da ciência**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974. 248p.

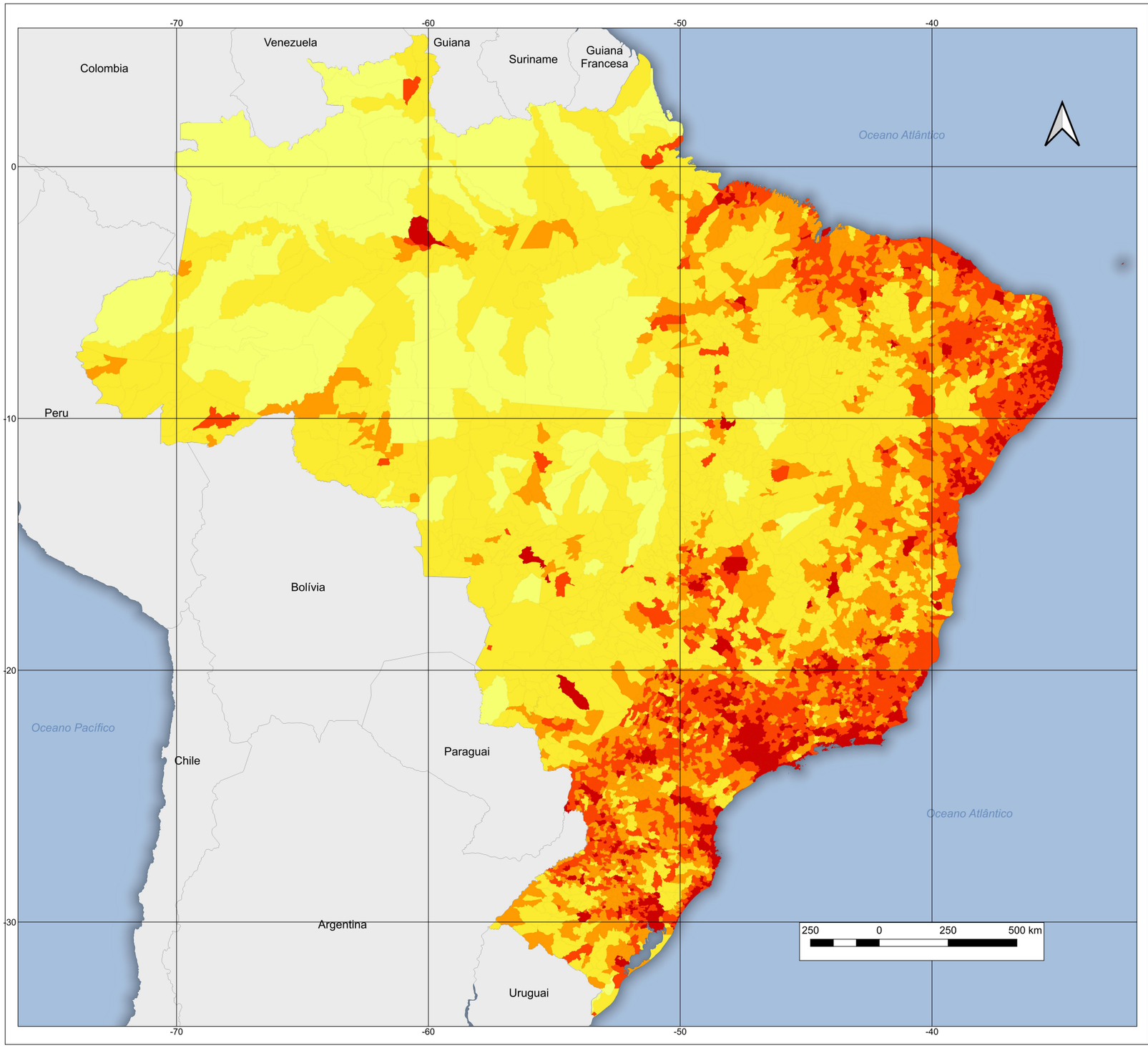
TYLER, Virginia M.; TYLER, Varro E. THE ACADEMIC GENEALOGY OF ARTHUR E. SCHWARTING, PHARMACOGNOSIST. **Journal of Natural Products**, v. 55, n. 7, p. 833-844, jul. I992.

VALENTINE, Gill. Theorizing and researching intersectionality: a challenge for feminist geography. **The Professional Geographer**, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Geografia e Gênero/ Geografia Feminista-o que é isto?. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 23, p. 105-120, 1998.

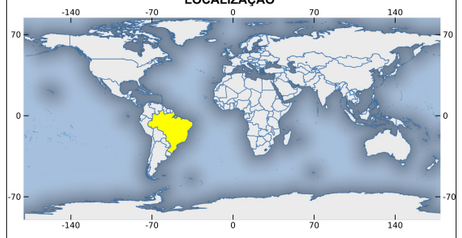
VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Geografias Feministas: Relações de Gênero Patriarcais: Uma Entrevista com Susana Maria Veleda da Silva. BUENO, Caroline Tapia; NUNES, Diego Miranda. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 256-264, 2019.

APÊNDICE A -
CARTOGRAMA DA DENSIDADE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIO DO BRASIL



DENSIDADE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL

LOCALIZAÇÃO



LEGENDA

Habitantes por km²

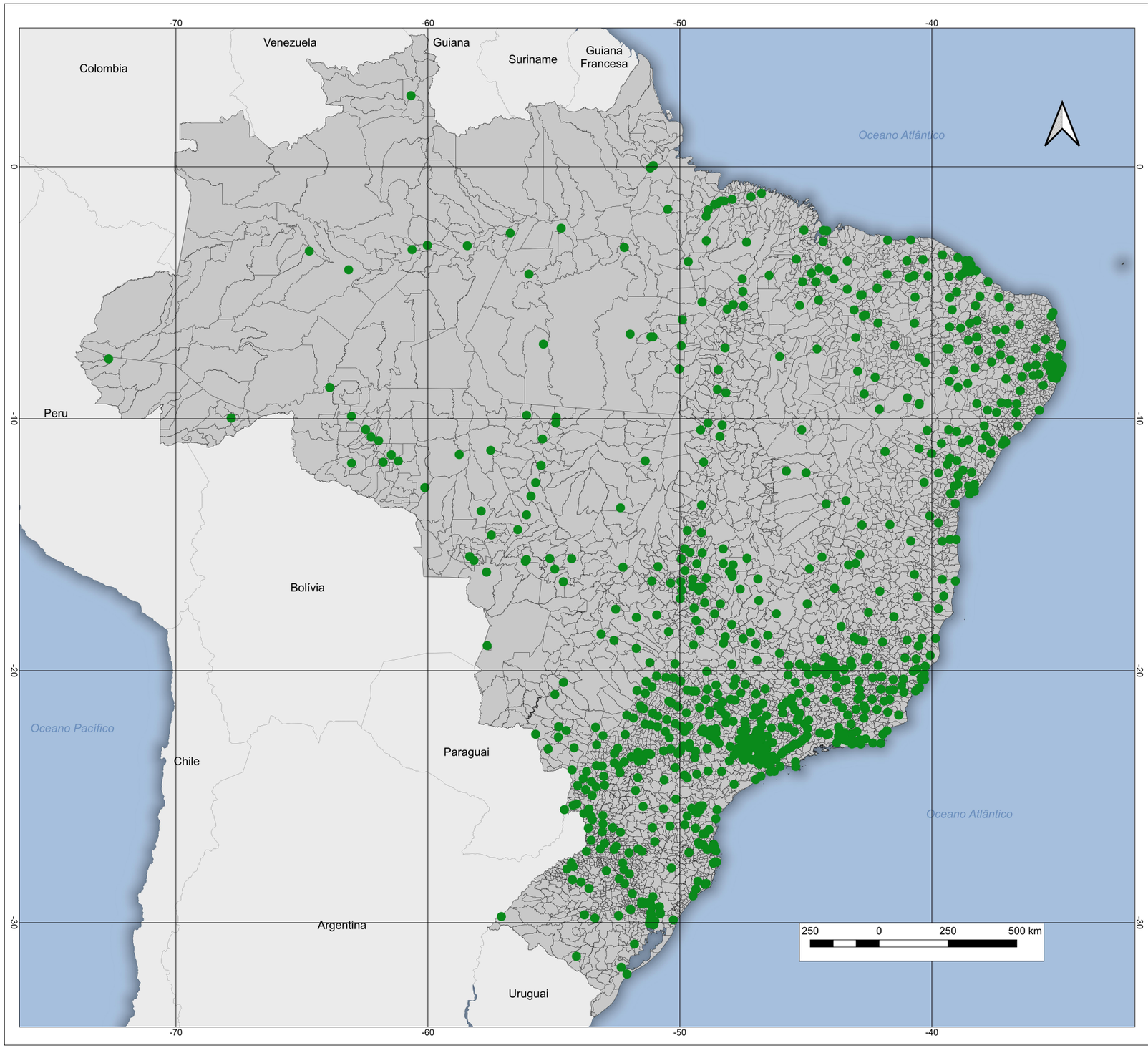
- menos de 1,0
- >1,1 a 10.0
- >10,1 a 25,0
- >25,1 a 100,0
- mais de 100
- Países vizinhos
- Oceano

Descrição:

Dados da densidade populacional municípal do ano de 2022, adqueridos a partir de dados populacionais do Censo IBGE (2022), dividido pela área em km² de cada município.

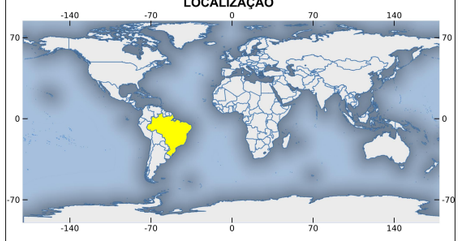
EXECUÇÃO João Paulo Leandro de Almeida GEÓGRAFO	**DOUTORADO EM GEOGRAFIA** **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA** Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR		
FINANCIAMENTO: CAPEs, processo: 88887.485318/2020-00			
LOCAL: Brasil			
DESENHO: João Paulo Leandro de Almeida GEÓGRAFO	Coordenadas: UTM - Fuso 22 S Datum Horizontal: SIRGAS 2000 Fonte:IBGE, 2022.	**ESCALA:** 1:6700000	**DATA:** 26/11/2024
RESPONSÁVEL TÉCNICO: Nome - Profissão		**FOLHA:** F O L H A	**01**

APÊNDICE B
CARTOGRAMA DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS SEDES ADMINISTRATIVAS DAS IES PELO BRASIL



DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS SEDES ADIMINISTRATIVAS DE IES PELO BRASIL

LOCALIZAÇÃO



LEGENDA

- Sede administrativa de IES
- municipios
- Países vizinhos
- Oceano

Descrição:

A distribuição espacial das sedes administrativas das Instituições de Ensino Superior públicas e privadas pelo Brasil é proveniente de levantamento efetuado pela Plataforma e-MEC no mês de junho de 2024.

Das 3117 IES identificadas na situação ativa na plataforma e-mec, 42 não constam a dados referente a sua localização, município ou estado.

EXECUÇÃO João Paulo Leandro de Almeida GEÓGRAFO	**DOUTORADO EM GEOGRAFIA** **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA** Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR		
FINANCIAMENTO: CAPEs, processo: 88887.485318/2020-00			
LOCAL: Brasil			
DESENHO: João Paulo Leandro de Almeida GEÓGRAFO	Coordenadas: UTM Datum Horizontal: SIRGAS 2000 Fonte:IBGE, 202; e-MEC, 2024..	**ESCALA:** 1:6700000	**DATA:** 26/11/2024
RESPONSÁVEL TÉCNICO: Nome - Profissão		**FOLHA:** F O L H A **01**	

APÊNDICE C
QUESTIONÁRIO APLICADO À LGP E BPP

a. Estado Civil:
b. Dependentes? Idades?
c. Religião?
d. Atividades que efetua fora do tempo destinado a atividade profissional?
e. Alguma atividade doméstica é de sua responsabilidade direta? Quais?
f. No seu entendimento, as discussões relacionadas a gênero devem ser abordadas no campo da Geografia Urbana?
g. Como a Geografia Urbana pode ser definida?
h. Qual a relevância da Geografia Urbana na Geografia?
i. Quais os motivos que levaram a sua escolha pela Geografia Urbana como área de atuação?
j. Quais os desafios enfrentados por integrantes do campo da Geografia Urbana?
l. Em sua compreensão, quais autores(as) podem ser considerados centrais na Geografia Urbana no Brasil?
m. Existe alguma dificuldade para ser aceito(a) e/ou permanecer no campo da Geografia Urbana?
n. Ser mulher ou homem teve alguma influência para a sua inserção no campo da Geografia Urbana?
o. O volume de sua produção tem relação com sua condição de homem ou mulher?
p. Quais desafios enfrentou para ser aceito(a) e manter-se no campo da Geografia Urbana?
q. A escolha por atuar profissionalmente no campo da Geografia Urbana tem alguma relação por ser pesquisadora ou pesquisador?
r. nas discussões teóricas os principais autores(as) são homens ou mulheres no campo da Geografia Urbana?
s. Os cargos ocupados em sua trajetória profissional teve influência ser homem ou mulher?
t. O volume de sua produção teórica no campo da Geografia Urbana tem relação por ser homem ou mulher?
u. A ocupação de cargos no campo da Geografia Urbana recebe alguma influência se for pesquisadora ou pesquisador?
v. Você participa ou conhece iniciativas, grupos de pesquisa ou redes acadêmicas que focam em gênero na Geografia Urbana?
x. Como a colaboração entre pesquisadores pode fortalecer a inclusão de perspectivas de gênero na Geografia Urbana?
z. Por favor, sinta-se à vontade para adicionar quaisquer comentários adicionais ou observações que julgue pertinentes para a compreensão da abordagem de gênero na Geografia Urbana.

ANEXO A
LISTA DE FUNDADORES DO IHGB

1. Alexandre Maria de Mariz Sarmento - chefe da Contadoria Geral do Tesouro.
2. Antônio Alves da Silva Pinto - advogado.
3. Antônio José de Paiva Guedes de Andrada - chefe da Secretaria dos Negócios do Império.
4. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho - depois visconde de Sepetiba.
5. Bento da Silva Lisboa - mais tarde barão de Cairú.
6. Caetano Maria Lopes Gama - depois visconde de Maranguape.
7. Cândido José de Araújo Viana - depois marquês de Sapucaí.
8. Conrado Jacob de Niemeyer - militar e geógrafo.
9. Emílio Joaquim da Silva Maia - professor do Colégio Pedro II.
10. Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim - visconde de Jerumirim.
11. Francisco Gê Acaiaba de Montezuma - depois visconde de Jequitinhonha.
12. Inácio Alves Pinto de Almeida - Secretário da Junta de Comércio.
13. Januário da Cunha Barbosa - cônego.
14. João Fernandes Tavares - mais tarde visconde da Ponte Ferreira.
15. Joaquim Caetano da Silva - professor do Colégio Pedro II.
16. Joaquim Francisco Viana - bacharel em matemática.
17. José Antônio Lisboa - deputado da Junta de Comércio.
18. José Antônio da Silva Maia - político e procurador da Coroa.
19. José Clemente Pereira - político.
20. José Feliciano Fernandes Pinheiro - visconde de São Leopoldo.
21. José Lino de Moura - contador da Caixa de Amortização.
22. José Marcelino da Rocha Cabral - advogado.
23. José Silvestre Rebelo - negociante.
24. Pedro de Alcântara Bellegarde - militar - diretor da Academia Militar.
25. Raimundo José da Cunha Matos - marechal de campo.
26. Rodrigo de Souza da Silva Pontes - desembargador e diplomata.
27. Tomé Maria da Fonseca e Silva - administrador da Recebedoria do Município.

Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico.html>. Acesso em: 11 de nov. de 2023.